

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

Departamento de Sociologia

Media, Política e Opinião: uma tríade complexa

Uma abordagem à opinião publicada em Portugal

Antónia do Carmo Anjinho Barriga

Tese submetida como requisito para obtenção do grau de

Doutor em Sociologia

Especialidade: Comunicação

Orientador:

Prof. Doutor José Manuel Paquete de Oliveira

Dezembro de 2007

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

Departamento de Sociologia

Media, Política e Opinião: uma tríade complexa

Uma abordagem à opinião publicada em Portugal

Antónia do Carmo Anjinho Barriga

Tese submetida como requisito para obtenção do grau de

Doutor em Sociologia

Especialidade: Comunicação

Orientador:

Prof. Doutor José Manuel Paquete de Oliveira

Dezembro de 2007

Com o apoio financeiro da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia
e do FSE no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio

Resumo

A dissertação intitulada “Media, Política e Opinião: uma tríade complexa – uma abordagem à opinião publicada em Portugal”, visa explorar teórica e empiricamente a imprensa dita de referência, enquanto veículo e suporte das colunas de opinião que abordem a política nacional. Pretende perceber qual é a importância dos artigos de opinião no campo dos media, concretamente, questionar o seu papel na construção das representações sobre a política nacional; como é percebida a opinião por quem a emite; e qual a receptividade que a opinião obtém por parte dos leitores.

Metodologicamente, foram utilizados os seguintes instrumentos: entrevistas a columnistas; inquérito aos leitores dos jornais estudados (Público, Diário de Notícias, Expresso e Independente); e análise de conteúdo de um *corpus empiricus* constituído por uma amostra de colunas de opinião e de editoriais publicados nesses jornais, durante o período Outubro de 2001 a Março de 2002 – altura em que se realizaram em Portugal eleições autárquicas e eleições legislativas antecipadas.

Numa tentativa de cumprir a inter e transdisciplinar a dissertação, ainda que inscrevendo-se na área científica da sociologia, recorre a outras áreas do saber conexas, particularmente às “ciências da comunicação”.

Palavras-chave: media; política; opinião publicada; opinião pública

Abstract

This thesis entitled "Media, Politics and Opinion: a complex triade - an approach to the more representative opinion articles published in the Portuguese press", aims to examine the quality press, which is the reference for such articles, from both the theoretical and empirical point of view. It attempts to define the importance of opinion articles within the ambit of the media. More specifically it attempts:

1. to assess the role of such articles
2. to see how opinion is viewed by the very people who give it
3. to determinate how receptive readers are to that opinion.

As far as methodology is concerned, the following instruments were used:

1. interviews with columnists;
2. a survey among readers of the newspapers studied (Público, Diário de Notícias, Expresso e Independente) and
3. an analysis of the content of a *corpus empiricus* consisting of a sample of opinion columns and editorials published in those newspapers from October 2001 to March 2002- the date when regional elections and an early general election took place.

Although classified under Sociology, the thesis given its intra and transdisciplinary nature also draws on other related areas of knowledge, in particular the "Science of Communication".

Key words: media; politics; published opinion; public opinion

Ao meu pai, *in memoriam*

Índice

Uma nota pessoal (de gratidão)	9
0. Introdução – Aspectos preliminares para um enquadramento teórico-metodológico	11
1. Considerações introdutórias sobre o estudo (do poder) dos media	12
2. Apresentação da Pesquisa	23
3. Justificações iniciais sobre a investigação	30
3.1. Sobre a escolha do medium	30
3.2. Sobre o período em análise e o contexto político	33
3.3. Procedimentos metodológicos da investigação empírica	35
3.3.1. A entrevista: a obtenção de respostas em <i>diálogo virtualmente figurado</i>	36
3.3.2. A aplicação do Inquérito com recurso a redes de sociabilidade	44
3.3.3. A análise de conteúdo: ao encontro de uma técnica reveladora de “sentidos”	48
4. Conceptualizações teórico-metodológicas prévias	57
Parte 1. Os colunistas: contornos de uma presença no campo dos media	66
1. Colunismo: uma actividade na intersecção entre a política e o jornalismo em "vias de profissionalização"?	67
2. A hipótese de uma comunidade interpretativa	73
3. O recrutamento (entre as elites) dos colunistas	76
3.1. A elite dos jornalistas e os seus problemas	80
4. Caracterização dos entrevistados, as suas motivações e critérios	88
5. Transformações nos campos mediático e político	90
5.1. Política e media: a cobertura jornalística da política e as suas implicações	93
5.2. Media e atitudes face à política: cidadania e participação política	103
6. Percursos e contextos do jornalismo de opinião em Portugal	108
6.1. Tendências actuais: indícios de afunilamento do espaço público	114
6.2. Pluralidade no sistema mediático e no colunismo	115
6.3. A emergência da blogosfera pública	118

7. A formação de um <i>sub-campo dos media</i> situado na intersecção entre o campo político e o jornalístico.	124
7.1. Opinião: um bem sobrestimado por interesse dos media?	124
7.2. As (in)características de um " sub-campo" em expansão	129
7.3. A construção da legitimidade do colunista	134
8. O <i>poder</i> do discurso	142
9. Comunicação política: a indelimitação dos palcos	151
9.1. O <i>discurso</i> do poder: a utilização da tribuna dos media pelos políticos – a investidura de políticos em colunistas	155
9.2. Posturas dos entrevistados em períodos de pré-campanha e campanha eleitoral	159
Parte 2. A opinião publicada na imprensa	161
1. Opinião, argumentação e persuasão no quadro de uma racionalidade sociológica	162
1.1. Da opinião platónica à retórica aristotélica	
1.2. Da nova retórica à pragmática sociológica	170
2. Uma revisitação (breve) das conceptualizações clássicas de opinião pública	177
3. Do espaço público ao espaço público mediatizado: da “opinião tornada pública” à “opinião publicada”	182
4. Breve balanço das conceptualizações actuais de opinião pública: entre o <i>jogo de espelhos</i> e o <i>jogo de sombras</i>	188
5. A opinião como género jornalístico	195
5.1. O equívoco da informação versus opinião	195
5.2. Géneros jornalísticos: definições e classificações	200
5.3. Os géneros de opinião	204
5.4. As origens do colunismo	206
5.5. Sobre as colunas de opinião	208
5.6. Sobre o editorial	213
5.7. Sobre outros géneros opinativos	220
6. A evolução da opinião nos jornais estudados	223
6.1. No Diário de Notícias	224
6.2. No Público	225
6.3. No Expresso	226
6.4. No Independente	228
7. A opinião publicada em Portugal: um estudo de caso	229
7.1. Apresentação dos resultados da análise de conteúdo I	229
7.2. Apresentação dos resultados da análise de conteúdo II	258

Parte 3. Práticas de leitura, representações e efeitos das colunas de opinião	323
1.Aspectos do trajecto (errático) dos efeitos cognitivos-sociais dos media	324
2. Contributos para ler a influência das colunas de opinião: modelos de explicação dos efeitos da comunicação de massas	330
2.1. A teoria do agenda-setting	331
2.2. A teoria da tematização	333
2.3. A teoria da espiral do silêncio	335
3. Auto-percepções do impacto causado pelas colunas de opinião	337
4. A receptividade à opinião publicada: apresentação dos resultados do inquérito	340
4.1. Caracterização da amostra – leitores de jornais	340
4.2.Leitores de colunas de opinião: caracterização	342
4.3. As colunas enquanto motivo de interesse	343
4.4. Temáticas preferenciais dos leitores	346
4.5. Importância de diferentes critérios na escolha da leitura das colunas de opinião	347
4.6. Opinião sobre as colunas	351
4.7. Avaliação da postura dos colunistas em períodos eleitorais	352
4.8. Sobre as motivações dos colunistas	354
4.9. Influência das colunas	354
Conclusões finais	356
Bibliografia	363
Anexos	382

“Que importa que já o saibas? Só se sabe o que já nos não surpreende”

Vergílio Ferreira (in “Escrever”)

Uma nota pessoal (de gratidão)...

À minha família e aos meus amigos: aos de perto, que quotidiana e pacientemente me dão afecto; aos que estão geograficamente mais distantes e que quase misteriosamente sempre encontram formas de se manter presentes; àqueles que não dominam o *metier* sociológico e que, por mim, queriam poder fazê-lo; aos mais *académicos*, que generosamente puseram os seus saberes à minha disposição; e aos que já partiram, sem me deixarem, mas que tendo-se congratulado com o início desta etapa não poderão ouvir-me dizer que ela chegou ao fim.

Ao orientador desta tese, Professor Doutor Paquete de Oliveira, mestre de um percurso académico já remotamente iniciado, que sempre me apoiou e me fez signatária de uma confiança da qual não me sinto merecedora.

À sua maneira, todos temperaram os inúmeros momentos de frustração e encanto – o rolar da pedra de Sísifo e o fogo de Prometeu roubado aos deuses – que esta investigação comportou. Amainaram estados de alma inquietos, desconfortos vários. Como este, iniludível desconforto que advém das características (inevitáveis) da intertextualidade – ou da transtextualidade, como prefere G. Genette – do discurso científico, em geral, e deste trabalho em particular. A maioria dos nossos discursos – este discurso – são um dialogismo generalizado, em sentido paralelo ao que Bakhtine lhe atribui, onde as palavras são sempre as palavras dos outros, o discurso se tece com

discursos de outrem; de modo análogo, dir-se-ia como ele (e eis também outra ilustração...) que quem escreve não pode ambicionar ser um Adão, e como tal o objecto do seu discurso torna-se infalivelmente o lugar onde se encontram as visões do mundo, as tendências, as teorias...É a sensação (sempre a repetir-se...) que o pecado da originalidade morará sempre ao lado das nossas investigações. Ainda assim, vale muito a pena. Mas, sempre e só, porque aqueles que tanto gosto participam nesta aventura, em oculta presença também no texto desta investigação – nas palavras que se não lêem nem dizem e também naquelas que me coube a mim escrever. E isso, sabendo-o eu e eles, sempre me surpreende.

Por fim, é justo agradecer à Fundação para a Ciência e a Tecnologia, pelo apoio financeiro que concedeu a este projecto; ao ISCTE, por tê-lo acolhido. E ainda uma palavra de reconhecimento para aqueles que possibilitaram a recolha dos dados empíricos: aos responsáveis pelos locais de venda de jornais (em Évora) que facilitaram o acesso aos leitores de jornais; a estes, por terem respondido ao inquérito e pelo cuidado posto na sua devolução, usando a via pouco tradicional que lhes foi sugerida; aos colunistas que, igualmente abordados de modo pouco ortodoxo, se disponibilizaram a responder às questões colocadas.

A todos, bem hajam.

“Eu não procuro saber as respostas, procuro compreender as perguntas”

Confúcio

0. Introdução – Aspectos preliminares para um enquadramento teórico-metodológico

1. Considerações introdutórias sobre o estudo (do poder) dos media

Os media e as novas tecnologias da informação trouxeram ao homem moderno a ilusão de um domínio sobre o espaço e o tempo, infinitas e generalizadas possibilidades. É a “utopia da comunicação” de que nos fala Philippe Breton (1994). Essa ideia de uma sociedade de informação, com raízes no ideal iluminista, nascida nos tormentos da metade do século XX, altura em que se dá a viragem do conflito mundial para a barbárie, contém um projecto utópico que se desenvolve em torno da comunicação, augura uma sociedade ideal, uma outra definição antropológica do homem e a promoção da comunicação como valor, constituindo-se numa “cómoda ideologia sem vítimas, que vem substituir as ideologias mortíferas da II Guerra Mundial”, como assinala Lucien Sfez (1994)

Porém, a sociedade da informação não parece cumprir os ideais anunciados, inundando-nos de aparentes contradições. Trouxe-nos mais partilha de poder? Trouxe-nos mais conhecimento? Trouxe mais felicidade?

Se é certo que em 1892, tal como um comentador escrevia, o habitante de uma aldeia tinha uma compreensão mais alargada dos acontecimentos contemporâneos do que o Primeiro - Ministro de há cem anos atrás (Giddens, 1992:60), interessará questionar a qualidade desse conhecimento. Já Platão nos alertara para os perigos dessa “aparência de sabedoria” que era a mera informação. O mundo moderno parece-nos em muitas situações do quotidiano verdadeiramente opaco. Estamos distantes da Idade Média ou do Renascimento onde ainda era possível abarcar todo o saber – é também o perigo do neo-obscurantismo generalizado, que E. Morin antevê, “produzido pelo movimento das especializações, no qual o próprio especialista se torna ignorante de tudo aquilo que não concerne a sua disciplina” (Morin, 1992:26).

Por outro lado, também o nosso conhecimento do longínquo aumenta na razão inversa que diminui o nosso conhecimento do geograficamente próximo. As nossas sociedades

são, cada vez mais, “sociedades-arquipélagos”: “onde o camponês conhecia cada detalhe de alguns hectares, nós, nós conhecemos alguns detalhes do planeta inteiro” (Viard, 1994:14).

Numa outra perspectiva, igualmente reveladora de um outro paradoxo, o sistema mediático não deixou de contribuir também para o “regresso do indivíduo” – no que pode ser uma inusitada convergência (ou mera coincidência), por um lado, com esforços sérios das ciências sociais realizados a partir dos anos 80 e, por outro, com a acção do Estado na esfera privada – pelo que as palavras de Boaventura de Sousa Santos, proferidas noutra contexto, também se podem aplicar: “Contudo o indivíduo parece hoje menos individual do que nunca, a sua vida íntima nunca foi tão pública, a sua vida sexual nunca foi tão codificada, a sua liberdade de expressão nunca foi tão inaudível e tão sujeita a critérios de correcção política, a sua liberdade de escolha nunca foi tão derivada das escolhas feitas por outros antes dele” (1999:22).

A sociedade da informação, onde domina o directo e o instantâneo, com os seus múltiplos instrumentos capazes de informar em tempo real, pode produzir “acumulação de informação” – consumos de informação tão vorazes quanto a sua produção é veloz, “excesso de informação” (“information glut”, na expressão utilizada por Roszack (1986), susceptíveis de se constituírem em *ruidosos silêncios* de efeitos perversos.

Mas são também outros perigos que espreitam, inerentes ao sistema dos media e ao facto da informação e da nossa visão do mundo estar sujeita a mediações, sucessivas “filtragens” e “condicionalismos” – o que não acontecia com o “saber local” de que nos fala Clifford Geertz (1983): o do valor da informação se sobrepor ao valor dos factos e acontecimentos que a motivam, o das múltiplas infoexclusões, o dos vários mecanismos de “*censura*” (sofridos ou promovidos), sofisticadas formas de “manipulação”, de *violência simbólica*, em que se exerce uma *clara opacidade*, em que se *mostra escondendo* e em que se *esconde mostrando*. Como refere Adriano Duarte Rodrigues, se nas sociedades democráticas, em que o campo dos media penetra o conjunto do tecido social, a tarefa do poder consiste na deslocação interminável das zonas de segredo, paradoxalmente, é através do mecanismo de revelação das margens do tecido social, da criação da ilusão da totalidade, da transparência plena, do acesso directo à totalidade,

que os media contribuem para a camuflagem das zonas de sombra do poder, desviando delas o olhar (Rodrigues, 1989:161-162).

Por estranho que pareça, é lícito duvidar que os media, como adverte Victoria Camps, não nos ponham necessariamente em comunicação, que com mais eficácia possam contribuir para nos isolarmos no nosso próprio mundo; que nada façam para que o indivíduo se sinta mais compreendido, mais atendido, mais acompanhado; que a sociedade da informação não seja mais solidária nem mais afectiva (1999:19).

Estas dúvidas genéricas, ainda que revelem algumas inquietações, não se situam num registo catastrofista acerca das consequências dos media. Em traços gerais, esse registo – que afirma que eles são o novo, e talvez terminal, operador da decadência da civilização – a par do jubilatório – que celebra incansavelmente o espectáculo das suas performances – e do irónico – que procura por entre a agonia apocalíptica e o contágio apologético, as vias de uma nova inteligibilidade do presente – resumem, segundo Carrilho (1985:134) as avaliações actuais acerca do impacte e das consequências dos media. Nesta última perspectiva, “central é considerar as relações dos media com a modernidade, que é um dos mais complexos eixos do nosso tempo, um daqueles que não só definem a situação actual como constituem o lastro mais específico da nossa herança cultural” (Carrilho, 1985:134). Vem a propósito lembrar Hegel, tantas vezes glosado, que pertinentemente ilustrou o espírito da modernidade assinalando a substituição da oração matinal pela nova rotina da leitura do jornal diário.

Elas introduzem e conferem legitimidade, quem sabe, a uma outra utopia: que os media e o seu poder são descortináveis, que é um imperativo insistir nessa tarefa sempre inacabada que é o seu estudo. Não fazendo a apologia do estudo dos “malefícios” dos media – que, conjuntamente com os seus “benefícios” – pautam a história da investigação sociológica sobre os media, num trajecto comparável ao da investigação policial (Paquete de Oliveira, 1988:23), mas acautelando fáceis valorações e tentadoras generalizações; evitando cair na armadilha da dicotomia hipermediáticos/hipomediáticos, enunciada por Wilson Gomes (2004) (em alternativa à de apocalípticos e integrados, de Umberto Eco), na qual se situam as abordagens aos media no domínio da comunicação política, consoante se revelem mais ou menos sensíveis à sua influência.

Como bem nota Augusto Santos Silva¹, hoje tornaram-se obsoletos os conceitos que elaborámos para compreender a influência dos media: é tão errado chamar-lhe "quarto poder"² como "contrapoder"³. Trata-se, antes, de um poder efectivo, que se exerce por si só; “não apenas poder de informação (proporcionando às pessoas os elementos de conhecimento que lhes permitam construir interpretações), mas um poder de formação (modelação das maneiras de ver, conhecer e avaliar o mundo)”⁴. Mas também, sublinha o autor, “não apenas poder de influência (que condiciona um sistema exterior, seja a opinião pública ou as instituições e os agentes políticos), mas um real poder de conformação, que produz realidade, que faz e desfaz agendas, manifesta ou esconde factos, promove ou castiga protagonistas”.⁵

Este poder fáctico, não electivo, longe de ser todo o poder, é um poder simbólico que não pode ser menosprezado: impõe a sua realidade simbólica, substituindo-se à experiência directa. O seu grande poder constitui-se no poder discricionário de falar e de decidir sobre quem pode ou não falar. E é, como sabemos, tantas vezes o discurso mediatizado que cria realidade.

É um poder “de um tipo especial”, como sublinha Michel Schudson (2000), que desconstruindo a mitologia dos “media poder absoluto” (estes são a parte visível do

¹ Em artigo publicado no jornal Público de 8/11/2003

² Cf. Mário Mesquita (O Quarto Equívoco: O Poder dos Media na Sociedade Contemporânea, Minerva, Coimbra, 2003) que defende que a fórmula do jornalismo “quarto poder” “só pode ser encarada como uma hipérbole que visa colocar a imprensa ao nível das instituições do poder constituído. Não lhe corresponde propriamente um valor analítico enquanto descrição científica do lugar da imprensa ou dos media nas sociedades contemporâneas”(71) Mesquita reporta-nos para outros autores igualmente críticos dessa fórmula, entre eles, William Safire (1980), *que* sustenta que essa a fórmula encontra-se “desactualizada”, sendo apenas “usada com ironia”, referindo que “a expressão foi usada para colocar a imprensa em pé de igualdade com os grandes poderes de uma nação; no séc. XX foi adoptada por muitos directores nas suas descrições da importância do jornalismo” mas, presentemente, “perdeu a sua natureza apelativa à medida que a teoria dos outros poderes se varreu da memória e possui uma conotação algo bolorenta e afectada”.

³ Para Mesquita (2003:74), a ideia de jornalismo “contra-poder” é invocada na actualidade mais frequentemente do que a fórmula “quarto poder”, não por corresponder a uma noção mais elaborada teoricamente, mas por se revelar dotada de maiores virtualidades enquanto modo de afirmação dos profissionais de jornalismo no espaço público: “as instituições da imprensa são encaradas como parte integrante do *sistema de pesos e contrapesos* característico dos regimes democráticos”, como ilustra a imagem da imprensa “cão de guarda” das instituições perante os desvios, as prepotências e os abusos de poder. Esta imagem da imprensa contra-poder, defensora de causas democráticas, corresponde às mitologias glorificantes da acção dos jornais e dos jornalistas, de que é exemplo o “caso Dreyfus”, entre outros.

⁴ Santos Silva, Em artigo publicado no jornal Público de 8/11/2003

⁵ Idem

iceberg das influências sociais no comportamento humano; as pessoas não distinguem o poder dos media do poder das pessoas e dos acontecimentos que os media cobrem) afirma, no seguimento de Geertz, que, não podendo ser atribuídas aos media relações de causa e efeito com acontecimentos sociais, comportamentos, instituições ou processos, eles são o contexto em que esses fenómenos ocorrem e podem ser compreendidos. Em sentido antropológico, os media são cultura – e a cultura é a linguagem em que a acção se constitui, mais do que a causa que gera a acção. Mesmo quando perspectivado pelas teorias, pior ou melhor resolvidas, que fizeram regressar o sujeito, que recolocaram a “força” no lado do receptor, o poder dos media nunca é negligenciável.

Mais, pode ser um poder difuso, na medida em que, e subscrevendo Bourdieu, o campo jornalístico (ele próprio cada vez mais dominado pela lógica comercial) exerce e impõe uma coacção estrutural a todos os outros campos; age, enquanto campo, sobre os outros (o político, mas também o judicial, o científico) (Bourdieu, 1997:61).

Mas, convicção ou esperança nossa, não se trata de uma *coacção totalitária* sobre o sistema social (e muito menos sobre cada indivíduo). Como algumas correntes sociológicas há muito defendem, o poder dos media não deixa de ser objecto de influência social, de se integrar num sistema que mantém múltiplas ligações a outros sistemas (ou “sub-sistemas) – o político é um deles. Como diz, Charadeau, numa outra perspectiva, “*les médias manipulent autant qu’ils manipulent*” (1997:8).

É certo que se tornou evidente que não existe prática política que não se confronte com o universo dos “media” e não há produção mediática de realidade na esfera pública que não assuma contornos e efeitos políticos. Dito de outro modo, “a informação pública mediática constitui um dos mais decisivos elementos da dinâmica política das sociedades modernas” visto que “a política nas nossas sociedades encontra-se estruturada fundamentalmente por processos de comunicação” (Garcia, 1995:367). Tornou-se, assim, impensável conceber a política moderna separadamente dos processos comunicacionais, de tal modo é a intimidade da sua relação. Na actualidade vai sendo comum dizer-se que os media deixaram de ter a política no seu centro, para passarem a ocupar eles próprios o centro da actividade política. E como alerta também Wolton, a comunicação fragiliza a política, “à força de se situarem num território que

não é o seu (o da comunicação), os políticos perdem a alteridade que lhes é indispensável” (1999:161). E esta é outra preocupante contradição.

O espaço público contemporâneo, indubitavelmente mais alargado que outrora, passou a designar-se, banalmente, “espaço público mediatizado”, no sentido em que é funcional e normativamente indissociável do papel dos media (Wolton, 1995:167). Como disse Umberto Eco, “o café já não é um lugar físico. Hoje o café são as páginas dos semanários, os clientes são milhões e a conversa é internacional”⁶. Páginas que, cada vez mais, deixam de ser lidas e discutidas no *café*, emergem do ecrã do computador: a informação chega on-line⁷, os leitores passam a colaborar na sua elaboração, a discussão efectua-se em espaços como os *blogues*, os *grupos de conversação*... Nunca a conversa foi tão internacional; tão *solitariamente colectiva*.

É, assim, todo o espaço público que não para de se reconfigurar, sobretudo o espaço público mediatizado – que não cessa de se “contraditar”, na expressão inspirada em Wolton (1995) – e que está em constante recomposição. Entre nós, não só as transformações relativas ao sistema social e ao sistema comunicativo, de modo geral, mas também, em concreto, a concentração dos media, a natureza da sua propriedade (entrada de capitais estrangeiros), o reforço do peso das lógicas económica e empresarial; o crescimento dos factores de dependência do jornalismo face aos *lobbys*; as suspeitas de pressão governamental (mais ou menos datadas, mas sempre cíclicas), a emergência da blogosfera pública (ainda que entre nós não tão expressiva como noutros locais do mundo “ocidental”), a perda de espaço (público) dos temas de política em

⁶ Em entrevista publicada no jornal Expresso de 20/2/1988

⁷ Note-se que aquele que é considerado o jornal mais antigo do mundo ainda em circulação, o sueco “Post Och InrikesTidningar”, deixou de ser impresso e passou, a partir do início de 2007, a ser publicado apenas on-line. De acordo com Jay Rosen, (<http://journalism.nyu.edu/pubzone/weblogs/pressthink/>), 60% dos jovens com menos de 30 anos procurarem periodicamente informações na internet e 40% tem-na como único meio de consulta. Os blogues políticos (muito populares na América, alguns já uma espécie de “mini-organizações mediáticas”, com anúncios nos seus sites, recebem doações de leitores, contratam ajudantes...) estiveram no centro das últimas eleições presidenciais, até pela polémica pós-eleitoral que os envolveu (sobre a relação entre os blogues e o jornalismo. Cf, por exemplo, <http://journalist.org/2004conference/>). Mas os dados revelados pelo Pew Research Center for the People and the Press (<http://people-press.org/reports/display.php3?ReportID=233>) merecem atenção: quase duplicou o número de norte-americanos que fizeram da internet a sua principal fonte de informações para decidir em quem votar – nas últimas eleição, 21% dos eleitores admitiram ter usado maioritariamente a internet para decidir a escolha do candidato (contra 11% nas eleições presidenciais de 2000 e 3% em 1996). Esta relevância igualou-se à do canal Fox News, superando todas os outros canais televisivos, perdendo apenas para os jornais (obtiveram 43% das preferências).

detrimento de outros ditos “sociais” ou de “sociedade”⁸, consequência também da cedência às lógicas populistas e sensacionalistas que dominam a agenda (a dos media, mas também a da política, e por isso, a social) são alguns indícios dessa recomposição em curso. Estas mutações e recomposição do espaço público em curso, se é certo que precisa de uma *vigilância social*⁹, não podem prescindir de uma não menos atenta, mas, como é sua obrigação, mais rigorosa *vigilância académica*.

Na actualidade, são vastas e complexas as preocupações que os media suscitam. Uma das mais cruciais, em nosso entender, será a que questiona o verdadeiro impacto dos media na construção de uma sociedade democrática. Parafraseando Paquete de Oliveira, os media “nem são dissociáveis da democracia que os funda nem são inimutáveis face à democracia que ajudam a construir” (2002:62). Merecem-nos atenção as preocupações sobre os perigos do *infotainment*, da tabloidização se aplicado à imprensa, patentes nas posições de vários autores – Blumler (1992) Blumler e Gurevich (1995), Patterson (2000;2002;2003) Litcher et al (1986), Kerber et al (2000) são apenas exemplos – que denunciam a tendência observável, cada vez mais generalizada, do jornalismo para reduzir a política à luta pelo poder, para o cultivar da controvérsia, do cepticismo e das desconfianças, desencadeando uma "espiral do cinismo", na expressão de Kathleen Hall Jamieson, que contribui para a demissão dos cidadãos da participação política e cívica. Os media contribuem enormemente para o crescente cinismo do público, para o seu afastamento da política e para a desconfiança em relação ao governo (Grossman, 1999). É neste sentido que se podem também interpretar, por exemplo, as observações de Bourdieu (1997): o mundo jornalístico, enquanto campo – “submetido à sanção do mercado, do plebiscito, talvez ainda mais do que o campo político” (1997:57) – com os seus mecanismos (advindos da preocupação em divertir, da concorrência - a obsessão do *scoop*...), produz e impõe “uma visão cínica do mundo político, espécie de arena entregue às manobras de ambiciosos sem convicções, guiados pelos interesses ligados à

⁸ Cf. a propósito os resultados da investigação de Isabel Nery, que se propõe responder à questão “estará a política a perder espaço público?”, in *Política & Jornais*, Celta editora, 2004

⁹ Esta vigilância é intrínseca à própria natureza e história da democracia. Como sabemos, a democracia nasceu intimamente ligada ao fenómeno da livre circulação de informações sobre a coisa pública, à emergência de uma consistente opinião pública vigilante em relação ao poder, à transparência dos actos do poder, contra a prática dos *arcana imperii*. Cf. Habermas (1977: 75-85) que retrata muito bem a emergência da opinião pública na Inglaterra do século XVIII (Para ele, as condições para a era transitória de um governo pela opinião pública, concretizam-se com o Tamworth Manifestum, de Peel, de 1834, em que pela primeira vez um partido torna público o seu programa eleitoral).

competição que os opõe”; concorre para produzir um efeito global de despolitização, de desencanto da política (1997: 109-111)¹⁰.

Trata-se pois, enquanto preocupação de fundo, de sabermos se a lógica mediática, que espectaculariza a política, a polemiza, simplifica e estereotipa, que privilegia a emoção em detrimento da razão, a atracção em vez da reflexão, mais o efémero que o permanente, não contribui para o afastamento dos cidadãos, mesmo até para algum sentimento de repulsa face à actividade política e aos políticos?¹¹

Os media são hoje, indiscutivelmente, um dos factores mais poderosos de transformação das estruturas do espaço público (Esteves, 2003:56). A sua acção imprime não só uma crescente diferenciação e complexidade a essas estruturas, como pode inclusivamente colocar em risco a autonomia do próprio espaço público. Pelo que é pertinente questionar, seguindo Esteves: o poder dos media, inicialmente tido como uma projecção ao mais alto nível do espaço público, será hoje uma ameaça ou o sintoma irreversível de um declínio? (2003:56). A complexidade técnica dos dispositivos e a economia-política que rege o funcionamento dos media favorecem uma quase institucionalização de estatutos diferenciados dos participantes, que corresponde a uma verdadeira estrutura hierárquica do poder: diferença que se verifica, desde logo, entre aqueles que têm acesso aos media e os outros (a grande maioria) que ficam limitados à condição de meros espectadores. (Esteves, 2003:56).

Em síntese, é nosso entendimento que a centralidade que os media enquanto reflexo e co-produtores incontornáveis das sociedades modernas adquiriram dever-se-á, cada vez mais, reflectir na hierarquia de preocupações e de abordagens teórico-empíricas das ciências sociais. A pertinência de abordar sociologicamente as questões/problemáticas ligadas aos media é incontestável, como tão bem Max Weber indicou, de modo

¹⁰ Esta análise foi publicada em 1996, em *Sur la télévision*, gerando violentas reacções entre os mais destacados jornalistas e editorialistas dos media franceses durante o período - de vários meses- em que o livro ocupou lugar cimeiro na lista dos best-sellers. Porém, Bourdieu já anteriormente (1994) se havia pronunciado no mesmo sentido (em « L'emprise du journalisme », in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 101/102, Março de 1994).

¹¹ Os media não são, naturalmente, os únicos responsáveis. Há autores que responsabilizam sobretudo as mudanças nas instituições políticas, em particular o enfraquecimento dos partidos políticos, enquanto principal agente mobilizador do interesse dos cidadãos pela política. O próprio Blumer atribui outras origens à crise da comunicação política, como as transformações societais, políticas e comunicacionais (Brants, 1998,2005:43)

pioneiro¹², ao interrogar-se sobre o significado e alcance da imprensa de massas, chamando a atenção sobre a importância de fazer da imprensa um objecto de estudo sociológico – "o mais importante dos assuntos", assim o designou. Note-se, contudo, que já anteriormente Tarde (1904) de modo explícito havia estudado o papel da imprensa na formação da opinião pública. E antes destes, também Tocqueville já referira a importância a atribuir à imprensa - por exemplo, ao ter evidenciado as vantagens do jornal: fazer "circular a vida política em todo o seu vasto território" e ter um "olhar sempre vigilante que põe incessantemente a nu as engrenagens secretas da política e obriga os homens públicos a comparecerem, um a um, diante do tribunal da opinião pública" (Tocqueville, 2001:231)

Não podemos deixar de sublinhar que na perspectiva sociológica, e subscrevendo Paquete de Oliveira (1988), o estudo da comunicação é um objecto de conhecimento e pesquisa susceptível de nos dar acesso não apenas às regras do seu próprio funcionamento, mas também a tudo aquilo que ele próprio como elemento e mecanismo fundamental releva de toda a "ordem social". Pelo que fará sentido entender qualquer que seja o fenómeno mediático como um profundo fenómeno sociológico; e entender cada acto comunicacional em toda a extensão do seu envolvimento sociológico.

Partilhamos da profunda convicção que é necessário alargar o olhar, prestar atenção a produtos ou fórmulas comunicacionais ainda pouco estudados. Sabe-se hoje que não são só as "notícias" que configuram a informação que chega aos consumidores (e que eles são diferenciados), que no espaço público se sobrepõem várias vozes e que umas vozes são mais audíveis do que outras.

Por fim, algumas palavras sobre a postura científica na produção contemporânea do *saber social*. Não sendo original, é para nós evidente que na postura a adoptar é necessário, sem rejeitar a velha postura assente no cepticismo crítico, procurando mesmo nela inspiração – porque todo o saber é, de facto, incompleto e inacabado – ousar, também, de um modo sempre novo, produzir conhecimento de modo crítico e reflexivo. Só um trabalho de reflexividade pode trazer a debate as problemáticas essenciais, colocando-as num contexto de conflito e diálogo, às vezes desconcertante, entre

¹² Discursando, em 1910, em Frankfurt. Cfr. Revista Réseau n°51, 1992.

diferentes perspectivas, não sob o domínio de uma qualquer teoria hegemónica, muito menos num lugar desenraizado, espécie de "orfandade" teórica, mas antes no que poderíamos chamar o território sempre profícuo e inacabado da transdisciplinariedade.

É para nós muito claro que só desta forma, reflexiva e flexível, reconstrutiva e inventiva, se pode dar alguma luz às *caixas negras*, às *zonas sombra* em que se constituem, de modo geral, os fenómenos inscritos na dimensão cultural das sociedades, numa análise do mundo em função de representações que correspondem a construções de ordem simbólica, ou, de modo mais circunscrito, os complexos fenómenos da produção, mediação e recepção das mensagens veiculadas pelos media.

Para "*Pensar a Comunicação*", como nota Dominique Wolton (1997;1999), não existe uma ciência da comunicação, visto que a comunicação faz apelo a várias disciplinas. Para estudar os seus "vastos, complexos e multidimensionais" objectos de estudo, as próprias "ciências da comunicação" – esse "campo de saber de estatuto teórico, metodológico e epistemológico complexo", como diz Paquete de Oliveira (2002:9) assumem-se como eminentemente transdisciplinares.

Sendo certo que quer a sociologia (particularmente a "galáxia de esforços" encetada pelas "novas sociologias" referidas por Philippe Corcuff ([1995] 2001) - área científica disciplinar em que esta investigação se inscreve - que dispõe para as problemáticas da comunicação de um importante repertório teórico e de múltiplas propostas de valor heurístico, quer as "ciências da comunicação" – domínio privilegiado a que esta investigação recorre - que hoje já se encontram "emancipadas" no campo científico, não descurem, intrinsecamente, o contributo das outras disciplinas, é, contudo, incessante a necessidade e o esforço de abrir *vasos comunicantes* entre várias propostas teóricas, ainda que de orientações distintas, de procurar a interpenetração de perspectivas complementares, construindo "constelações teóricas" que, nesse esforço de cumprir a inter e a transdisciplinaridade, dêem conta da especificidade de cada objecto de estudo e tornem pertinentemente específica cada abordagem, cada olhar que sobre ele incida.

Também ao nível metodológico, qualquer investigação científica na área das ciências sociais precisa de "audácia científica" (expressão tomada de Bourdieu, 1992) que permita accionar e reinventar técnicas capazes de "desocultar" o sentido das mensagens,

de dar inteligibilidade à acção dos indivíduos, ao modo como os próprios a vivenciam e interpretam. Um objectivo central de qualquer pesquisa é " (...) dar forma às coisas, uma forma racional que as tire da realidade amorfa em que parecem existir para a claridade do conhecimento" (Fernandes, 1996:200). Trata-se de reinventar e construir a realidade " (...) mediante a acção da razão, no seu trabalho de desocultação do mundo" (Idem). Para tal, acreditamos que mais importante do que obter respostas, é colocar as questões certas. E as nossas, expostas nesta dissertação, certamente ficarão aquém.

2. Apresentação da Pesquisa

Um trabalho de pesquisa na área da sociologia que pretenda uma incursão pela “comunicação” poderá conter uma primeira dificuldade – a escolha do objecto de estudo, visto que as experiências individuais e colectivas nas sociedades modernas propiciam e inspiram um tão vasto e aliciente conjunto de problemáticas a abordar cientificamente.

Escapámos, em boa medida, a essa dificuldade, pois desde o início nos mobilizou um interesse, uma motivação antiga: explorar o binómio media/política, optando por direccionar o olhar para imprensa escrita dita de referência. Fizemo-lo na medida em esta privilegia o tratamento da política e que, não obstante os públicos minoritários que atinge¹³, possui – continua a possuir – uma grande responsabilidade no evoluir da vida colectiva, em consequência da sua capacidade de influenciar as esferas do (s) poder (s) - aqueles que decidem -, de determinar a *agenda pública* e a agenda dos *outros media*, como os audiovisuais¹⁴ (naturalmente que se admite que a agenda destes também influencie a da imprensa).

¹³ Como é natural, também os leitores revelam preferencia pela política. No "Expresso" as páginas de opinião são as mais lidas, seguidas de "Semana", de acordo com os dados do Bareme Imprensa da Marktest, de Julho de 2002, data em que pela primeira vez o estudo incidiu sobre as secções.

¹⁴ Cabe aqui referir que a investigação realizada por Dinis Alves ("Mimetismos e determinação da agenda noticiosa televisiva - a agenda montra de outras agendas", divulgada no DN, 4/5/2005) na qual se analisou os telejornais de quatro estações televisivas portuguesas em 1999, tendo-se seleccionado três semanas (em Janeiro, Junho e Dezembro), e analisado 215 telejornais, contendo 3659 notícias, conclui-se que "em 71,4 por cento dos casos, a televisão seleccionou para difusão assuntos já previamente noticiados pela rádio e pela imprensa. Já o inverso se verificou em apenas 9,5 por cento dos casos". Pelo que, segundo o autor, "a agenda noticiosa televisiva é, então, uma agenda-reflexo, uma agenda porosa, sensível em demasia, reverente, oportunista, vampirizando outras selecções", sendo que "o jornalismo televisivo surge como um jornalismo de *follow-up*, jornalismo de ilustração ou de animação da actualidade previamente difundida por outros meios. Mas esta não é uma posição consensual. Alguns autores defendem que na actualidade se passa justamente o contrário, é o caso de Ignacio Ramonet (1999: 27) para quem "a televisão dita a norma, é ela que impõe a sua ordem e obriga os outros media, particularmente a imprensa escrita, a segui-la". Interessa também notar que no âmbito dos estudos de comunicação política, alguns projectos de investigação tem-se mostrado pouco convictos na capacidade cognitiva da televisão (Brants, 1998; 2005:53) Robinson e Davis (1990, cit Brants, 2005:53), numa análise extensiva da investigação americana concluíram que, em comparação com a leitura de jornais diários, a exposição às notícias televisivas tem pouco peso na obtenção da informação: a televisão é vista e tratada como um instrumento de prazer, o que coloca problemas à sua compreensão. Também Kleinnijenhuis et al (1991), estudando a televisão holandesa, concluem que a informação televisiva é pouco propícia à aquisição de conhecimento com vista à realização de escolhas racionais. Na mesma linha, Postman (1985) defende que a televisão é um meio pouco apropriado para argumentações lógicas e factuais ou análises profundas. Evidentemente, tratam-se de perspectivas contestadas por outros autores, mais preocupados em enfatizar as características específicas do meio: Cf, por exemplo, Hartley (1996) e Ekstrom (2002)

Só mais tarde essa relação se transfigurou num triângulo – a imprensa como o veículo, o suporte, o meio; a opinião publicada como o objecto, a substância, o registo; e a política como o referente, o assunto, a matéria. Foi daqui que emergiu o objectivo que norteia esta investigação ¹⁵: perceber qual é o papel dos artigos de opinião na construção das representações sobre a política nacional; como é percebida a opinião por quem a emite; e qual a receptividade que opinião obtém por parte dos leitores.

Abundantes estudos têm-nos fornecido informação sobre o tratamento jornalístico da política pelos media, em geral, e sobre os seus possíveis efeitos nos cidadãos, o que não tem acontecido com a opinião publicada. Entre nós, têm surgido apenas algumas “pistas”, suficientemente pertinentes para se constituírem em hipóteses de investigação. É neste sentido que interpretamos o que escreve Estrela Serrano: "A tendência para o enfoque nos temas não substantivos da campanha, apontada aos jornalistas e aos políticos, verifica-se, também, nos comentadores, cujo discurso adopta, em grande parte, enquadramentos e estilos de linguagem muito próximos dos usados por políticos e jornalistas (...) A maioria dos artigos de opinião reforça a tendência dos jornalistas para a apresentação das eleições como um jogo de estratégias e táticas para a conquista do poder, pelo poder (...) Não é difícil concordar com o facto de a negatividade veiculada pela maioria das notícias e artigos de opinião, sobre temas de natureza política, poder influenciar, negativamente, os cidadãos" (Serrano, D.N, 13/1/2003)¹⁶.

Partilhando destas suspeitas, uma questão central, de entre o conjunto das questões de investigação colocadas neste trabalho, será a que questiona se as colunas se aproximam do modelo do tratamento da política pelos media (ampliado nos media audiovisuais, dado as marcas que indiciam a vacuidade do seu discurso evanescente sobre a política) ou, pelo contrario, como é expectável, introduzem racionalidade e pluralidade de perspectivas na análise da actividade política, propiciando a reflexão sobre ela, constituindo-se como um reduto de resistência aquela lógica formatada. É, é uma

¹⁵ Diríamos que se trata de uma “pergunta de partida tridimensional”, cientes que ela vai ao arripio do que os manuais de investigação em ciências sociais nos ensinaram, particularmente no que se refere a alguns critérios (como a precisão e a concisão) exigidos por Quivy e Campenhoudt (1998:35).

¹⁶ Pedro Magalhães, por exemplo, classificando de "contrapoder" a voz dos comentadores (que falem por si, que não representem os partidos), atribui-lhe uma função fundamental, mas também alerta para o seu efeito perverso: a oposição sistemática não só ao "poder do dia", mas também ao que ele representa: ao Estado, à intervenção estatal, à política e aos políticos. (DN, 10/11/2004)

questão fácil, imprecisa, pouco rigorosa, eventualmente pouco neutra, que algum *bom senso científico* não arriscaria formular. Mas não é pergunta de fácil resposta, nem o caminho metodológico se antevê simples de trilhar. Quais os critérios a utilizar que permitam uma “classificação/ posicionamento” dos discursos num ou noutra pólo, já de si valorativos e assentes em pré-conceitos, que ultrapassem a mera subjectividade do investigador? Não se espere, por isso, uma resposta inequivocamente definitiva, mas apenas o *levantar e equacionar* de aspectos, através da *construção* de dados, que permitam uma maior segurança e rigor nas observações a proferir.

Quando esta investigação começou a ser delineada, a presença dos espaços de opinião nos diversos media já tinha contornos bem vinculados, no entanto não tinha atingido a visibilidade que episódios e práticas mais recentes lhe conferiram. Diária e crescentemente se solidifica a opinião daqueles para quem “ (...) os lugares de maior influência política estão nas colunas editoriais dos jornais ou no alinhamento dos telejornais.” (Augusto Santos Silva, 2003)¹⁷

Nunca tanto como hoje, os meios de comunicação social se autopromoveram através da opinião publicada ou difundida de colunistas, colaboradores, comentadores ou auto-proclamados analistas¹⁸. O valor que é dado à opinião publicada, pode inferir-se, por exemplo, a partir do acesso condicionado (a assinantes) on-line às páginas de opinião no jornal Público.¹⁹

¹⁷ Artigo publicado no Público (8/11/2003).

¹⁸ São vários os termos utilizados para designar quem expõe e assina a opinião nos media em geral e na imprensa portuguesa em particular: comentadores, analistas, articulistas, colunistas, "textileaders" de opinião, fazedores de opinião/*opinion makers*. Esta última designação é iminentemente valorativa, pois tem implícito que, invariavelmente, esses actores fabricam a opinião. Por outro lado, expressões como "analista" ou "comentador" podem induzir à tentação de esvaziar o comentário ou análise da subjectividade da opinião, remetendo para a frieza e desprendimento de um suposto pensamento analítico. Para nos referirmos aos actores que aqui são objecto de estudo- apenas os que assinam a opinião na imprensa - preferimos a utilização do termo que nos parece mais neutro e específico: "colunista"- neologismo que advém do facto de alguém assinar uma coluna (outro neologismo, de origem anglo-saxonica, resultante de uma metonímia: a repartição em colunas no jornal dos textos jornalísticos) Porém, para nos referirmos à generalidade dos actores que comentam a política opinando nos diversos media, e que não assinam especificamente uma coluna, utilizamos o termo comentadores.

¹⁹ Em Outubro de 2006 o Público reabriu o acesso gratuito à edição impressa na Internet, exceptuando as colunas e artigos de opinião, o que os torna objecto de compra.

Difícilmente alguém que expôs publicamente as suas opiniões teve a repercussão política e mediática cujo culminar assistimos em 2004²⁰. Raramente um artigo de opinião foi tão notório, polémico e, na opinião de muitos, eficaz como o que foi publicado por um ex-Primeiro-Ministro²¹, nas vésperas da dissolução da Assembleia da República e da convocação de eleições antecipadas ou como o que foi assinado pelo, à época, Ministro das Finanças²²

Como escreve Mário Mesquita, “ (...) afinal, o artigo do jornal – apesar da televisão e da Internet, da política espectáculo e do predomínio da imagem – ainda faz tremer governos e cair ministros. Sendo certo que a questão da influência e dos efeitos das colunas de opinião é de difícil resolução, ela não pode ser menosprezada. Não obstante aqueles que lêem jornais e colunas ser um grupo minoritário, haverá que admitir “efeitos indirectos” e “vagas de fundo” de vária ordem, seja sobre pessoas, temas ou políticas.

Assim, a análise deste objecto de estudo, num esforço de dar significado a alguns olhares cruzados, foi efectuada *a três dimensões*, isto é, a abordagem teórica e empírica incidiu em três *pólos* ou *dimensões*, que sendo específicos a este objecto de estudo, genericamente estão presentes em qualquer processo comunicativo, que podemos identificar como: os *emissores/produtores* – a imprensa, particularmente os colunistas; a *mensagem/ produto* – as colunas de opinião e os editoriais; e os *receptores/consumidores* – os leitores desses jornais (que lêem colunas de opinião). Este esquema pode remeter-nos para o modelo linear de comunicação de Lasswell – *Quem?* (emissor), *diz o quê?* (mensagem), *através de que meio?* (canal), *a quem?* (receptor) *com que efeito?* (impacto) – que ignora a complexidade, a constante mutação e

²⁰ Foi o caso de Marcelo Rebelo de Sousa, primeiro devido aos seus comentários, depois, na sequência da polémica que se seguiu à sua saída da TVI. Na altura, aludiu-se a um conjunto de factos que trouxeram para a ordem do dia a independência dos media face ao poder político, nomeadamente no caso da Lusomundo Media.

²¹ Aníbal Cavaco Silva, "Os políticos e a lei de Gresham" publicado no Expresso em 27/11/2004.

²² A propósito deste artigo, Mário Mesquita, na sua coluna do Público *Palcos da discordia*, intitulada "Suicídio na página editorial", 24/7/2005, escreve: “Campos e Cunha, suicidou-se (politicamente, está bem de ver...) com um artigo tímido e bem educado na página de opinião do Público”. Acrescentando, “ (...) A relevância do jornalismo escrito no Portugal contemporâneo já se manifestara aquando da queda do fugaz executivo de Pedro Santana Lopes, ao que parece originada, pelo famoso artigo de Aníbal Cavaco Silva, no Expresso, acerca da decadência das elites. Agora, foi a vez das reflexões do Ministro da Finanças sobre a prudência no investimento público, que terá conduzido à sua auto demissão compulsiva (formulação paradoxal, mas ao que consta, exacta).

dinâmica intrínseca de uma relação de comunicação, dando-nos a ilusão de uma autonomia e sequência de cada um dos seus elementos. Em alternativa, colocamo-nos próximo da formulação mais actual, de distinta orientação teórica (não inteiramente subscrita) e de maior complexidade analítica – aquela que foi conceptualizada por Charaudeau (1997), que assinala, descreve e explica os “três lugares de pertinência da máquina mediática”: o das *condições de produção* (lugar da enunciação); o da *construção do discurso* (lugar do texto como produto acabado); e o das *condições de interpretação* (lugar da recepção) (Charaudeau, 1997: 15-22). Mas antes de tudo, interessa-nos evidenciar a ausência de fronteiras e a relação inseparável que, entre si, mantém estes três *lugares*. Sendo que aquela aparente e propositada linearidade apenas visa, num primeiro momento, operacionalizar analiticamente cada um dos pólos em apreciação, para posteriormente, à escala desta investigação, os tentarmos pensar articulada e conjuntamente.

Ao pretendermos estudar estes três *pólos*, e dadas as características deste objecto de estudo e o "estado de arte" face ao mesmo, assumimos que se trata de uma investigação com características exploratórias. Porque assim é, e existindo uma certa razoabilidade e um certo consenso em se defender a ideia que se optarmos por um estudo exploratório devemos antes recorrer a questões de investigação e não a hipóteses de investigação²³, para a delimitação deste objecto de estudo e para o alcance dos objectivos pretendidos concorreram, sistematizadas em cada *pólo*, as seguintes questões:

Primeiro pólo: Como tem evoluído a publicação da opinião na imprensa dita de referência portuguesa? A que estratégias e lógicas obedece a valoração desses espaços no jornal? Como podemos caracterizar profissional e socialmente os autores que os assinam? Como se constrói a sua legitimidade? Que representações têm da sua própria actividade enquanto colunistas? (O que os motiva a escrever? Que critérios presidem à escolha das temáticas que abordam? Que impacto julgam que exerce?) Como

²³ O termo hipótese, constitui em teoria, um pré-saber que irá ser testado, enquanto o termo questão de investigação é o território pleno do desconhecido, em que será muito mais difícil fazermos uma previsão do esperado. Naturalmente que a nossa investigação foi conduzida por hipóteses de trabalho, elas estão ocultamente presentes ao longo do texto, mas não se constituíram num corpo coerente, inalterável, não surgiram num momento ou etapa precisa (como Quivy e Campenhoudt (1998: 119-120) aconselham). Porque a umas “hipóteses” foram-se sucedendo e descobrindo outras, resulta, em nosso entender, artificial apresentá-las nesta investigação. Contudo, não deixaremos, mais à frente, de referir as “hipóteses específicas” que testámos no confronto com os dados da observação.

perspectivam o papel das colunas de opinião, em geral, na formação da "opinião pública" em Portugal?

Segundo pólo: Para responder à questão genérica "Que representações são veiculadas na opinião publicada acerca da política nacional?", colocámos outras, que podem ser mais operativas: Quem são os protagonistas (as pessoas ou instituições referidas) nos textos de opinião? Quais os temas/problemáticas tratados? Que aspectos concretos, negativos e positivos, são apontados nos textos? E que propostas/reflexões são feitas para contra-argumentar? Como é caracterizada/avaliada a *praxis* política? E como são caracterizados os políticos? Quais as propostas/reflexões apresentadas para a melhoria das prestações políticas?

Terceiro pólo: As colunas de opinião são lidas pelos leitores dos jornais? Se sim, com que frequência? Com que interesse (s)? Que critérios utilizam na escolha das colunas e/ou colunistas a ler? Que representações têm das colunas de opinião e dos seus autores? Como avaliam a influência que os conteúdos das colunas de opinião têm na sua própria opinião?

Para a obtenção das respostas a estas questões, foram utilizadas na pesquisa empírica três tipos de procedimentos metodológicos:

- 1) Efectuaram-se entrevistas a 10 colunistas, tendo sido analisadas através da técnica análise de conteúdo;
- 2) Recorrendo também à análise de conteúdo, seleccionou-se e analisou-se o *corpus empíricus*, constituído pelas colunas de opinião que abordem a política nacional publicadas no período de Outubro de 2001 a Março de 2002 – período em que decorreu a pré-campanha e campanha eleitoral para as eleições autárquicas e para as eleições legislativas – nos quatro jornais ditos de referência: Público, Diário de Notícias, Expresso e Independente, num total de 566 textos de opinião.
- 3) Aplicou-se um inquérito aos leitores desses jornais (uma amostra de 203 inquiridos). A informação recolhida foi submetida a um tratamento estatístico

descritivo (só exploratoriamente se fez uso da estatística indutiva), através do software Statal Package Social Science (SPSS).

Quanto às perspectivas teóricas accionadas (ou mobilizadas) para *ler* o nosso objecto de estudo (oriundas de orientações teóricas e disciplinares distintas, inscritas na matriz da “sociologia” - área científica disciplinar em que esta investigação também se reconhece “identitariamente” - recorrendo amplamente às “ciências da comunicação”, mas a uma e a outra, no sentido redutor e inapropriado nunca se circunscrevendo), a partir das quais emergem e adquirem sentido várias questões ao longo da investigação, ainda que ambicionando constituírem-se numa orientação teórica coerente e global, também é possível situá-las em torno dos três pólos ou dimensões através dos quais analisamos o objecto de estudo. Delas damos conta em cada uma das três partes em que esta dissertação está organizada. Divisão discutível, igualmente traduzindo os mesmos pólos, mas cuja natureza não é estanque nem os limites são definidos; reflexo de um texto com ideias que se insinuam, se repetem, num sinuoso *vaivém* (e nisso ilustra e acompanha o processo desta investigação) que a atingir alguma inteligibilidade só será conseguida se lido como um todo. Consequência e intenção. Pela irremediável dificuldade que a leitura desta dissertação pode suscitar e pela recusa de alguns cânones que a reduziriam, temos que nos desculpar²⁴. Ainda assim, nunca deixámos de persistir na tentativa que a articulação das questões que emanam dos colunistas, das colunas e da leitura dos seus leitores resultasse. Mas se tal, não resultou fácil, foi a tríade que sustenta e intitula esta investigação – Media, Política e Opinião – que se revelou uma questão de maior complexidade. Quiçá *se revele* através de questões simples. É para o seu enunciado que esta investigação visa, despretensiosamente, contribuir.

²⁴ Pedimos também desculpa pela dificuldade acrescida na leitura do texto, introduzida pela situação que este próprio acto ilustra: o reenvio constante e excessivo para as notas de rodapé. A abundância destas é, em parte, compreensível, atendendo às razões que José Rebelo (1998) mobiliza para justificar o excesso das suas próprias notas de rodapé na sua tese de doutoramento: as notas, para além de razões éticas e ideológicas e pela natureza do trabalho científico, impõem-se antes de mais “por razões ligadas à própria lógica do texto” (37). Também no nosso caso, muitas das notas se assumem como “textos complementares, quando não como textos autónomos. Como textos dentro de textos.” (idem) Textos que acrescentam, pouco ou muito. Ou talvez apenas textos que revelam a nossa incapacidade de deles prescindir.

3. Justificações iniciais sobre a investigação

3.1. Sobre a escolha do medium

A opção pela imprensa escrita, como anteriormente referimos, deve-se à importância que lhe atribuímos na (e para a) abordagem da política: é um relevante instrumento de poder (es), susceptível de interferir na “agenda” mediática, política e pública. Se é certo que existe uma mútua influência entre os diversos media e que, como diz Ramonet, “Hoje em dia, eles estão interligados, funcionam em círculo, os media repetindo os media, imitando os media” (1999:39), é nossa convicção que a imprensa, em particular no tratamento da política, e apesar da sua diminuta tiragem, continua a sugerir fortemente os outros media e a protagonizar um importante papel na formação (e acção) da “opinião dirigente” e dos seus leitores (que em parte integram os primeiros).

Se tal é válido para os conteúdos noticiosos ou informativos, é-o de modo reforçado quando se trata das colunas de opinião, como tentaremos argumentar. E se tal se aplica à imprensa em geral, aumentam as razões para se tornar válido no caso da imprensa dita de referência, seja pela credibilidade que detém a “instituição” e os seus colaboradores (como os colunistas), seja pelos leitores que visa – a “opinião publica dirigente” – seja pelos conteúdos, géneros jornalísticos e estilos que privilegia²⁵.

Mas a dicotomia entre os jornais de referência e aqueles que o não são, entre as categorias “qualities” e “populares”²⁶ é, cada vez mais, discutível, senão mesmo inadequada. Trata-se de “etiquetas cómodas, mas decididamente demasiado vagas”, como diz Dierickx (citado por Mesquita e Rebelo (Orgs): 1994:14). Sensatamente,

²⁵ José Vidal Beneyto (1986:19-20) atribui aos jornais de referência as seguintes funções: serem uma referência imprescindível para os outros meios de comunicação, os quais não produzem as suas próprias opiniões sem antes ter conhecimento das destes jornais; serem a plataforma privilegiada para a presença dos grandes líderes políticos, das instituições sociais, etc; serem veículo para a comunicação com os grupos dirigentes; servir as embaixadas estrangeiras sob a realidade e problemas do país.

²⁶ É nestas categorias que a “Royal Commission on the Press”, no Reino Unido, sem previa definição enumera e inclui os jornais

Bourdieu aconselha a suspeição da oposição jornal sensacionalista/jornal de reflexão. Relacionando os jornais com a vida política, este autor enuncia que a diferença entre imprensa de sensação e a de informação “ (...) reproduz em definitivo, a oposição entre aqueles que fazem a política e aqueles que se lhe submetem, entre a opinião *agissante* e a opinião *agie*” (citado por Mesquita e Rebelo (orgs), 1994:15).

Também entre nós, é observável que os jornais de referência cada vez mais se alinham pelo tablóide; a lógica de audiência e a busca do *scoop* abole a fronteira entre a imprensa séria e a popular (Champagne, 2000) caminhando para a situação que Ramonet (1999) e Champagne (1998) há já uns anos descreviam assim: títulos da imprensa escrita, por mimetismo televisivo, a adoptar características próprias dos media electrónicos (maqueta da primeira página concebida como um ecrã, extensão dos artigos reduzida, personalização excessiva de alguns jornalistas, prioridade ao regional sobre o internacional, excesso de títulos agressivos, prática sistemática do esquecimento, da amnésia a respeito das informações que perderam actualidade, etc); o equivalente da mediação de audiências a entrar na imprensa sob a forma do marketing editorial (desenvolvido pelas técnicas herdadas da publicidade para definir quais são os assuntos que atraem um público mais vasto).

Entre as várias mutações que estão a ocorrer nos media de referência, ao nível internacional, incluem – se os “abalos” na sua credibilidade e na da sua elite jornalística, resultante de inúmeras polémicas (algumas das quais retomaremos ao longo desta dissertação). Ainda recentemente, três media tradicionalmente insuspeitos representantes dessa categoria – The New York Times, *Le Monde*, e a BBC – foram alvo de severas críticas, ainda que por razões distintas.

É iniludível que na imprensa de referência portuguesa, onde era suposto seguir-se também a linha editorial expressa pela célebre frase do *New York Times*, “all the news that are fit to print” – a opinião tem contaminado a informação, tem aumentado a informação de teor sensacionalista, tem crescido a apetência pelos *faits divers* e pelo

desporto, até então apanágio da dita imprensa popular²⁷. Por outro lado, já presenciámos casos em que jornais incluídos nesta última categoria noticiaram, em primeira-mão, situações de indiscutível interesse público, muito perturbadores para o poder político, e que só posteriormente foram retomados pelos outros media.

Não obstante, é inquestionável que continuam a observar-se aspectos diferenciadores (entre os diferentes media) que denotam que a imprensa de referência portuguesa, num contexto (que lhe não podemos dissociar) de dificuldades de vária ordem, ainda persegue o seu papel tradicional (ideal): interessar-se por temas políticos; privilegiar, de entre os géneros jornalísticos, os comentários e os estudos, a reflexão; ter como critérios distintivos, ao nível do estilo, a sobriedade e o distanciamento.

É verdade – e esse é um critério que também justifica a nossa opção – que os leitores dos jornais de referência têm uma preferência pelo tema política (nomeadamente os do Diário de Notícias e do Público) e pela leitura das colunas de opinião (no “Expresso”, as páginas de opinião são as mais lidas)²⁸.

À nossa investigação – claramente mais preocupada com o critério da “influência” do que com o da “audiência”, centrada na opinião sobre a política – era este universo (dos jornais ditos de referência) que interessava analisar. Uma vez delimitado, foi necessário optar pelos jornais que publicavam a opinião, também ela, presumivelmente, mais “influyente” e “politizada”: dois jornais diários – Público e Diário de Notícias; dois semanários – Expresso e Independente.

Acerca destes, iremos ao longo do trabalho tecendo várias considerações que também permitem que os caracterizemos (as respectivas fichas técnicas, respeitantes ao período analisado, encontram-se no Anexo 1), introduzindo elementos da história e percurso de cada jornal, em particular no que à publicação da opinião diz respeito. Não nos pareceu pertinente elaborar sobre cada um deles um estudo mais aprofundado, pelo que

²⁷ Mais do que nunca continua a ser desejável o comportamento informativo, defendido por Beneyto (1986:20), que os jornais devem adoptar para se constituírem como jornais de “referência dominante”: a “ (...) voluntad de desubjectivar la información que es expresa en 1º la completud o cunto menos la mayor oferta posible de la misma; 2º neutralidad respecto de las opiniones y intereses de cada grupo; 3º la pluralidad de las posiciones y ideologias presentables; 4º el tratamiento técnico y las apoyaturas científicas de la información aprestada”.

²⁸ Como mostra o Bareme Imprensa da Marktes, já anteriormente referido.

dispensámos a elaboração de uma ficha sinalética e de um *dossier* de identidade exaustivos, como, por exemplo, os que o modelo de Jacques Kaiser (1963) propõe.

3.2. Sobre o período em análise e o contexto político

Tal como a opção por jornais ditos de referência, a escolha do período em análise vem na esteira de uma tradição fortemente implantada nas pesquisas sobre os media, na medida em que abarca duas pré-campanhas e campanhas eleitorais, ainda que não se lhes circunscreva exclusivamente.

Efectivamente, analisou-se um conjunto de colunas de opinião, seleccionadas por se reportarem aos temas de natureza política, publicadas nos jornais atrás referidos durante os seis meses que corresponderam ao último trimestre de 2001 e ao primeiro de 2002.

Pressupusemos que neste segmento temporal, sobre o qual poderíamos efectuar uma análise diacrónica, seria possível encontrar em cada colunista, em cada jornal e no seu conjunto, a evolução/acumulação de elementos significativos para a “composição”/“encenação” de uma história que se vai contando, de ideias, de representações, de opiniões que se vão continuamente consolidando, nessa dinâmica em que só aparentemente cada jornal e cada coluna “morre” a cada dia ou semana que passa.

Tratou-se de um período conturbado política e mediaticamente. Havia uma sobre-exposição do plano internacional nos media nacionais (e também por parte dos colunistas) os quais digeriam, ainda, o espanto e o assombro causado pelo fenómeno do “11 de Setembro”. Davam conta, também, da emergência de uma investida de políticas securitárias, com prejuízo dos direitos, liberdade e garantias dos cidadãos, por parte dos Estados, face ao crescimento deste terrorismo global.

Na política nacional, este período foi marcado pela ocorrência das eleições autárquicas (a 16/12/2001) e, na sequência destas e dos resultados nelas obtidos pelas forças partidárias em presença, de eleições legislativas antecipadas (a 17/03/2002). Os media

nacionais, acompanhando a dinâmica internacional em torno da problemática do terrorismo, reservaram, de início, um espaço anormalmente escasso para o debate autárquico, levando ao receio expresso por alguns colunistas de que “a guerra matasse a política”. Contudo, este debate veio a afirmar-se à medida que se aproximava o referido acto eleitoral, o qual, pela sua expressão, acabou por dominar absolutamente o panorama político e mediático subsequente.

Os resultados obtidos nas eleições pelo PS – partido do Governo e, então, maior força autárquica – (com a transferência massiva do eleitorado urbano para o principal partido da oposição, o PSD e com a perda, designadamente, de Lisboa, Porto, Coimbra, Faro e Portalegre para aquela força partidária) foram a justificação para o pedido de demissão por parte do Primeiro-Ministro de então, o líder socialista António Guterres (nomeado em 1999, na sequência da vitória do partido que liderava, o qual obteve a maioria relativa, a um deputado da maioria absoluta). Com a aceitação deste pedido, pelo Presidente da República, Jorge Sampaio, e a consequente dissolução da Assembleia da República, são convocadas eleições legislativas antecipadas.

Paralelamente, a nível partidário, António Guterres entendeu abrir lugar a uma renovação da liderança, pondo à disposição do partido o cargo de secretário-geral. Após conturbadas movimentações internas e depois de alguns avanços e recuos, a liderança do partido viria a ser assumida por Eduardo Ferro Rodrigues.

Com esta nova liderança, o Partido Socialista apresenta-se a sufrágio nas eleições legislativas de 2002, as quais viriam a ser ganhas pelo Partido Social Democrata. Em consequência deste resultado formar-se-ia o Governo liderado pelo social democrata José Manuel Durão Barroso, que obteve 40,12 % do escrutínio e 102 deputados na Assembleia da República, contra os 37,85% e os 85 deputados alcançados pelo PS. Neste acto eleitoral em que à direita também cresceu o CDS/PP, liderado por Paulo Portas (com 8,75% dos votos expressos e 14 deputados) abriu lugar a um entendimento pós-eleitoral com base no qual se formou um governo de centro direita e maioria parlamentar.

3.3. Procedimentos metodológicos da investigação empírica

A titulação deste capítulo *Procedimentos metodológicos da investigação empírica* pode incorrer, senão nalguns erros, pelo menos em certos riscos. Desde logo, no da redundância, tendo em conta que “um procedimento é uma forma de progredir em direcção a um objectivo” (Quivy e Campenhoudt, 1998: 25), o que, em si, já faz acepção ao metodológico (relativo, portanto, à metodologia: “maneiras diferentes de fazer coisas com propósitos diferentes” (Kerlinger, 1980: 335).

Mas ao risco da *redundância* pode juntar-se o do *reduccionismo*, uma vez que a metodologia não só “ (...) inclui também aspectos da filosofia da ciência ” (Kerlinger, 1980:335), como também reporta a um “trabalho permanente da análise crítica dos métodos de pesquisa – quer dizer, dos processos e problemas da investigação empírica” (Santos Silva, Madureira Pinto, 1987:9). É, portanto, um trabalho – útil e interessante, mas que aqui não importa descrever – que vai muito além dos meros “procedimentos”.

E à *redundância* e ao *reduccionismo*, pode, ainda e mais grave, juntar-se o *equivoco*, na medida em que não deverá haver dúvida que “a metodologia, enquanto prática crítica de investigação, só pode existir articulada com uma teoria de referência, que comanda o desenrolar dos processos de produção de conhecimento” (Ferreira de Almeida, Madureira Pinto, 1982:52). Em igual sentido, falar de investigação empírica não só pode pressupor (indevidamente) que haja outras que o não sejam, como levar à dedução que aquela que se diz empírica não é teórica. Ora, como sabemos, no procedimento científico não há – não pode haver – limites precisos entre a empíria e a teoria: toda a recolha de informação pressupõe, à *priori*, operações e conteúdos teóricos que a comandem, a acolham, lhe confirmam sentido – “o processo de pesquisa é unitário e integrado e a teoria domina e determina o significado e a articulação dos seus diversos ‘momentos’”; todos os métodos e técnicas disponíveis são accionados pela teoria (em sentido restrito), com vista à obtenção de produtos – conhecimentos (Idem: 81). Não se trata, porém, de um caminho de sentido único que nos conduz do racional ao real, mas

sim do constante dialogo e da profícua dialéctica entre a teoria/ empiria²⁹. Há, sim, e em resumo, procedimentos que para serem científicos necessitam de opções metodológicas que melhor sirvam os intuitos de uma determinada investigação.

É acerca de algumas destas opções, efectuadas no âmbito desta pesquisa, que nos referiremos de seguida, sendo que, por motivos de organização do texto, essas opções aparecem agrupadas em torno das técnicas utilizadas³⁰ – o que, talvez, alimente a *redundância*, o *reduccionismo* e o *equívoco* que, justamente, aqui se quer evitar.

3.3.1. A entrevista: a obtenção de respostas em *diálogo virtualmente figurado*

Na convicção que a recolha de informações é um importante momento num procedimento, e nos velhos pressupostos weberianos – tal como diz Madureira Pinto, é, pois, a partir de Weber que “o recurso ao depoimento dos actores sociais sobre a sua própria existência, tendo em vista as causas subjectivamente avaliadas (motivos) da acção passa a constituir (...) uma via técnico-metodológica a explicar” (1985:118) – pareceu-nos pertinente considerar, nesta investigação, o modo como os colunistas verbalizam o que pensam sobre a sua actividade, que não deixa de ser também um modo de acesso ao “meta-discurso” das colunas, para a partir dele também elaborarmos o nosso “meta-meta discurso”.

²⁹ Não podemos deixar de realçar, nesta questão, o contributo dos metodólogos portugueses, fazendo nota de alguns trabalhos que temos como “fundadores”: Sedas Nunes, Adérito, *Questões Preliminares Sobre as Ciências Sociais*, Ed Presença/GIS, 6ª edição, 1980, (ver também a reunião de textos em Sedas Nunes, Adérito, “Sobre o Problema do Conhecimento nas Ciências Sociais – materiais de uma experiência pedagógica” in *Cadernos GIS*, nº9 (7ª edição), Instituto de Ciências Sociais 1983; Ferreira de Almeida, João, Madureira Pinto, José, *Significação Conotativa nos Discursos das Ciências Sociais*, in *Cadernos GIS*, nº6, Gabinete de Investigações Sociais, 1973. Este último documento seria integrado em Ferreira de Almeida, João, Madureira Pinto, José, *A investigação nas Ciências Sociais*, Editorial Presença (3ª edição), Lisboa, 1982

³⁰ Note-se, ainda, que as técnicas são o campo de incidência dos métodos, mas deles distintos: “Compete, assim, aos métodos organizar criticamente as práticas de investigação, sendo o seu campo de incidência constituído pelas operações propriamente técnicas, das quais portanto se distinguem” (Ferreira de Almeida, Madureira Pinto, 1982:80); “A função do método, numa formação científica dada, consiste fundamentalmente em operar a selecção das técnicas de pesquisa a aplicar por referência ao objecto e à teoria que o constrói, em determinar-lhe os limites e as condições úteis de exercício, em relacionar e integrar os resultados obtidos” (Idem:19); “As técnicas de investigação são conjuntos de procedimentos bem definidos e transmissíveis, destinados a produzir certos resultados na recolha e tratamento da informação requerida pela actividade de pesquisa” (Idem: 78)

Para tanto, elaborámos entrevistas, caracterizadas por um elevado grau de directividade, constituídas por questões estruturadas e formuladas antecipadamente, de modo *standartizado* – o que em muito as aproximam do inquérito por questionário – utilizando questões abertas – e aí aproximam-se do que convencionalmente se designa de entrevista. Outra aproximação ao inquérito obter-se-ia atendendo à seguinte distinção: o principal factor que distingue um inquérito por entrevista de um inquérito por questionário é o facto do primeiro ser realizado em situação presencial, face-a-face, e o segundo ser administrado a distância.

No entanto, independentemente do problema da sua definição, tratando-se de um técnica ou outra, qualquer que ela seja, não pode ser entendida na sua acepção tradicional. Desde logo, porque a *relação social* com os nossos interlocutores foi “adulterada” pela utilização das novas tecnologias da comunicação e da informação: o contacto estabelecido com os entrevistados (colunistas) foi feito on-line, via e-mail, tendo sido por este meio que o guião³¹ – reflexo naturalmente das hipóteses e questões (também de natureza teórica) que atravessam a investigação – lhes foi entregue e as respostas nos foram devolvidas.

Efectivamente, uma entrevista pode considerar-se uma forma de inquérito, se entendermos que este se desdobra em técnicas de questionário (questionário aberto, questionário fechado) e técnicas de entrevista as quais têm graus de directividade diferenciados (entrevista não directiva, entrevista semidirectiva ou estruturada e entrevista directiva). Por outro lado, se o critério for o grau de directividade das suas questões, situando-nos, como Ghiglione e Matalon (2001), numa escala em que num dos extremos temos a entrevista “não directiva” (que dá total liberdade ao respondente) e no outro o questionário “fechado” (que lhe dá muito pouca) pode, de facto, haver uma grande aproximação entre alguns tipos de entrevista (como ó caso da nossa) e o

³¹ Como se sabe, o guião de entrevista (ou guia de entrevista), na forma de texto, é um importante instrumento na recolha de informações, é a base que sustenta realização da entrevista. Constitui-se por uma listagem dos tópicos a propósito dos quais o entrevistador procura informações, ou por um conjunto de questões abertas (resposta livre), semi-abertas (parte da resposta fixa e outra livre) ou fechadas (resposta fixa). É um instrumento de grande flexibilidade, que é suposto adequar-se aos objectivos e à dinâmica de cada entrevista: pode condensar-se em três ou quatro pontos que se deseja ou explorar, num conjunto de perguntas ou desdobrar-se em várias dezenas de perguntas; os enunciados e a sequência das perguntas podem, ou não, ser ordenados. (Luc Albarello e Outros, *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, ed. Gradiva, 1997 [1995]: pp.111-115; Roger Mucchielli, *A entrevista não-directiva*, São-Paulo, ed. Martins Fontes, 1979 [1975]

inquérito (no caso, denominado de “aberto”). Não existem, pois, fronteiras rígidas entre as duas técnicas. Como adverte Ghiglione e Matalon, é “habitual reservar o termo *entrevista* para as técnicas menos directivas e designar por *questionário* as formas de inquirir em que as questões são formuladas antecipadamente. Porém, na prática, não existe consenso sobre os limites de cada um destes termos” (2001: 64)³². Um e outro, implicam que se saiba fazer perguntas e identificar os elementos constituintes da resposta, pelo que é imprescindível controlar a inteligibilidade da pergunta em toda a sua extensão e multiplicidade de dimensões e fixar critérios para a distinção daquilo que é o “ruído” e o “sinal” da resposta à pergunta formulada. Pelo que, a existir, a “arte de bem perguntar” residirá na capacidade de controlar as implicações dos enunciados das perguntas e das condições por estas criadas, no seio das quais emergem os enunciados classificados de respostas. Num e noutro, inquéritos por questionário ou entrevistas, recorrendo a diversas formas de colocar as questões, serão sempre a formulação destas que permite “a obtenção de informações sobre o que uma pessoa sabe, acredita ou espera, sente ou deseja, pretende, faz ou fez, e sobre as suas implicações ou razões de todos os actos precedentes” (Selltiz et al, 1975:283)

Tradicionalmente, e num consenso muito alargado entre os vários autores, descreve-se a entrevista como uma “conversa intencional” (Bogdan e Biklen, 1994: 134), como uma técnica de recolha de informações que consiste em conversas orais, individuais ou de grupos, com várias pessoas seleccionadas cuidadosamente, cujo grau de pertinência, validade e fiabilidade é analisado na perspectiva dos objectivos da recolha de informações (Ketele, 1999: 18).

A entrevista apresenta (e representa) um tipo de comunicação muito particular, na qual o investigador/entrevistador assume um papel crucial. Em princípio, instaura-se o que

³² De acordo com Ghiglione e Matalon (2001), e mau grado a precisão dos limites exactos entre a “entrevista” e o “questionário” resultar problemática, é possível estabelecer uma escala de directividade crescente que permite precisar analiticamente quatro tipos distintos: a entrevista não directiva (na qual o respondente possui liberdade total para desenvolver o tema proposto, resumindo-se o papel do entrevistador a uma atitude de encorajamento e estímulo); a entrevista semi-directiva (em que o entrevistador dispende de um conjunto de temas pré-definidos os introduz numa ordem e de uma forma flexível); o questionário “aberto” (no qual as questões e a ordem são pré-fixadas, não sendo impostos contudo limites à dimensão das respostas do inquirido); e o questionário “fechado” (em que a formulação das questões, a sua ordem e a gama de respostas possíveis são previamente fixadas na estrutura do questionário. Para o distinguir do inquérito que aplicámos aos leitores, preferimos, no contexto desta investigação, denominar de entrevista o instrumento metodológico que usamos para recolher informação junto dos colonistas (ver anexo 2).

Quivy e Campenhoudt chamam uma “verdadeira troca”, durante a qual o interlocutor do investigador exprime as suas percepções (de um acontecimento ou situação), as suas interpretações ou as suas experiências; cabendo ao investigador, através das suas perguntas (abertas) e das suas reacções, facilitar essa expressão, evitando que a mesma se afaste dos objectivos da investigação e permitindo que o interlocutor aceda a um grau máximo de autenticidade e profundidade (1998: 192). O investigador, afim de se assegurar da pertinência e da qualidade dos dados, deverá necessariamente atentar em três aspectos da situação da entrevista: o seu *tema*, o *contexto interpessoal* e as *condições sociais da interacção* (Albarelo et al; 1997:96)

Deste modo, a interacção directa entre entrevistador e entrevistado é apontada como uma questão-chave na técnica de entrevista, em resultado daquilo a que ela permite aceder e das condições que possibilita também para a vigilância epistemológica que cabe ao entrevistador exercer. Defende-se que aspectos da comunicação não verbal (o olhar, os gestos, as hesitações, as pausas e silêncios, as manifestações histriónicas, etc.) são elementos relevantes na interacção, dando indicação do sentido da interpretação, receptividade e da espontaneidade das respostas do inquirido em relação ao conteúdo das perguntas. Estas indicações, a par do conteúdo das respostas dadas, permitem, numa situação face-a-face, que o entrevistador adequue a sua postura e reformule as questões, caso sinta necessidade.

Por outras palavras, só no contexto da interacção parece ser possível, utilizando vários actos comunicacionais (por exemplo os indicados na tipologia dos actos comunicacionais do entrevistador (Blanchet e Gotman, 1992), beneficiar das vantagens que advém da boa utilização e conduta estratégica das intervenções do entrevistador nos *momentos-chave da entrevista* enquanto momentos decisivos na situação de comunicação (nos preliminares, no início, no corpo e no fim da entrevista); das vantagens da *intervenções de conteúdo* (a oportunidade de alterar e adequar a lógica sequencial do guião, de reformular as questões, de efectuar reenquadramento temático, solicitação de comentários; confronto com eventuais incongruências do discurso; pedidos de esclarecimento...);e, finalmente, mas muito importante, usufruir das vantagens das *intervenções de natureza incitativa* (a utilização de técnicas que ajudam a fluir e clarificar o discurso dos entrevistados- expressões breves; pedidos neutros de informações complementares, manifestações de incompreensão voluntária, técnica do

espelho (eco) técnica do reflexo, etc.) (Albarelló e all, 1997 [1995]: 111-115; Mucchielli, 1979 [1975]).

Advoga-se então, neste sentido e face ao exposto, que a entrevista face-a-face é também um “garante” da espontaneidade e da “autenticidade” das respostas. Admitem-se, contudo, a existência de alguns constrangimentos por parte dos inquiridos quer em relação ao registo do testemunho (presença de gravadores, de câmaras de vídeo..), ou falta de empatia (aspecto essencial) entre entrevistador e entrevistado. A presença do investigador pode registar e tentar contornar, mas não pode evitar todos os diversos factores susceptíveis de perturbar a validade dos resultados, como sejam os (importantes) mecanismos de defesa (fuga, racionalização, projecção, introspecção...), a dissimulação da verdade quanto a certos problemas mais melindrosos, etc. A presença do entrevistador e as suas características (sociais, culturais..) “interferem” e “influenciam” o desenrolar dessa situação particular, de interacção e comunicação, em que a entrevista se constitui,³³ não se podendo ignorar que ela, à semelhança de outros processos de recolha de informação, é, e desencadeia, um *processo social*. Naturalmente, como diz Firmino da Costa a propósito da pesquisa de terreno, “a questão não está, pois, em supostamente evitar a interferência, mas em tê-la em consideração, controlá-la e objectivá-la, tanto quanto isso for possível” (1986:135).

Para além do mais, mesmo em situações que o investigador não está presente, estando fora do quadro da interacção face-a-face (como é o caso, muito similar, dos inquiridos parcialmente auto-administrados), os efeitos da interacção inquiridores/inquirido nunca desaparecem: “o inquirido dará respostas suscitadas pelo inquiridor concreto (ou imaginário, no caso do inquirido enviado pelo correio), a quem atribui um determinado esquema de pertinências de sentido. As respostas são assim peças de diálogo figurado com uma representação de inquiridor” (V.Ferreira, 1987:191).

É nosso entendimento que face às características (socio-culturais) dos entrevistados para esta investigação, à particularidade dos seus discursos (supostamente racionalizados e

³³ No contexto da interacção não são de desprezar nem a situação em que a entrevista decorre, nem as “influências” do entrevistador sobre o entrevistado. Devem considerar-se factores diversos que podem interferir com as respostas: situação (recompensa, lugar, tempo, ...); características intrínsecas do entrevistado (memória, motivação, ...); características do entrevistado (grupo étnico, aspecto, ...); entrevistador (vocabulário, papel, mensagens corporais, ...) (Ghiglione e Matalon, 2001).

reflectidos, revelando domínio sobre o que se quer dizer ou esconder) e face à natureza e conteúdo das temáticas/questões que lhes foram propostas (muito estruturadas e incidindo sobre matéria previsivelmente familiar, por tratar-se da sua actividade de “opinar”), as vantagens da presença face-a face do entrevistador seriam mitigadas. Por outro lado, essa ausência de presença e, em sua alternativa, a utilização de instrumentos proporcionados pelas novas “tecnologias da informação e da comunicação” – com aspectos indiscutivelmente mais cómodos para o entrevistador, donde se destaca o fácil acesso ao entrevistado e a “economia” de tempo – tem também, em nosso entender alguns “benefícios” para quem responde. Assim, e no caso desta pesquisa parecem-nos plausíveis as seguintes: um maior controlo sobre a gestão do seu tempo e da sua agenda (na maioria dos casos muito preenchida); uma menor coacção para responder (fá-lo quando e se quiser, sem o ter que “justificar”); a elaboração de respostas muito livres; a hipótese de requerer pedidos de clarificação e avançar sugestões a inclusão de novas questões (como aconteceu); a pouca incomodidade na expressão das respostas, através do seu registo escrito (pressupondo-se a familiaridade com a escrita), e facilidade no seu envio (uma vez que se sabe, à partida serem utilizadores do e-mail, pois foi nessa *caixa de correio* que acederam às questões, depois de se ter estabelecido a “interacção virtual” destinada a contextualizar e facilitar o seu acolhimento).

Torna-se imperativo concordar com Selwyn e Robson (1998) quando referem que estas “metodologias” só podem ser uma alternativa válida às técnicas tradicionais para investigações que visam populações específicas e pequenas com acesso à *World Wide Web* e ao *e-mail*. E é certo que houve um assinalável limite: contactaram-se apenas (mas em número ainda assim significativo) os colunistas cujo endereço electrónico se encontrava disponível nas colunas que assinavam, à época (Março/Abril de 2004), nos jornais objecto do nosso estudo, independentemente dos colunistas serem autores, ou não, das colunas que constituíram o *corpus empiricus*; e houve alguma dificuldade na comunicação electrónica, uma vez que alguns mails, por razões que se prendem com a protecção e segurança informática, não chegaram à caixa do correio dos destinatários (tendo sido devolvidos). Não é seguro que sem esta possibilidade – o contacto via e-mail – conseguíssemos contactar presencialmente um número superior de colunistas, nem que estes encontrassem disponibilidade para nos responder. Nas circunstâncias em que o fizemos, dos 17 colunistas com quem a comunicação on-line se estabeleceu com sucesso (de acordo apenas com o parâmetro do primeiro e-mail não ter sido devolvido

para a caixa de correio donde foi enviado), recebemos *feed-backs* de 14 colunistas, tendo-nos sido devolvidas, no entanto, 10 entrevistas válidas³⁴. Tal “receptividade”, que consideramos muito significativa, volta a dar razão a Selwyn e Robson (1998), ao defenderem ser o *e-mail* um meio amigável para o inquirido (*friendliness to the respondent*).

Se é certo que existem impactos (vários) na sociedade (de modo geral), suscitados pela introdução e utilização das novas tecnologias da comunicação e da informação, o modo de fazer ciência decerto também os terá, pelo que não há razão para não os discutir, pensar e, se for o caso, incorporar nas metodologias de cariz científico. Patsy Clarke (2002), dando conta de vários trabalhos de investigação de natureza qualitativa (inclusivamente estudos etnográficos e estudos de caso) faz uma síntese, a partir de outros autores, das vantagens da investigação realizada nestes novos moldes com os novos recursos: o registo das conversas permite que as pessoas separadas seja por distância geográfica, fusos horários, horários de trabalho ou outras actividades interajam melhor; o registo escrito da conversa ajuda os participantes a um manuseamento cognitivo da interação que tem vantagens sobre a incoerência da fala; *online*, a comunicação resulta em respostas mais honestas (particularmente quando as perguntas são dirigidas à recolha de informações de teor mais sensível e pessoal); a comunicação assíncrona dá oportunidade a que as respostas sejam reflectidas e editadas antes de serem expedidas, o que contribui para uma maior proximidade entre as ideais, as intenções e a sua expressão escrita; o custo da investigação é incomparavelmente mais baixo.

Mas será sempre imprescindível ponderar, caso a caso, os aspectos positivos e as limitações – algumas das quais evidentes³⁵ – questionando se estas são, ou não, contornáveis face aos objectivos da entrevista, ao teor das questões e às características

³⁴ Esta diferença explica-se pelos seguintes motivos: um dos colunistas contactados manifestou indisponibilidade para responder, por falta de tempo; outro colocou questões sobre o anonimato, ou não, das suas respostas, fazendo disso depender a sua participação, a qual não aconteceu, não obstante o anonimato lhe ter sido garantido; e dois protelaram o momento de responder, que também não veio a acontecer, apesar de uma segunda tentativa da nossa parte para que ele se concretizasse.

³⁵ Clarke (2002) realça os seguintes inconvenientes: a falha da tecnologia; caso se trate da observação de grupos, pode ocorrer a sua dissolução (estes normalmente são temporários e a discussão de um tópico pode ficar comprometida); estão ausentes as informações auditivas (pausas; emoção; velocidade, nível de sonoridade do discurso, afirmação; idade e género; sotaque étnico ou de classe) e; visuais (aspecto, peso e altura; roupas e adereços utilizados; género, idade, grupo étnico; expressões faciais; contacto visual; linguagem gestual e gestos; respostas de natureza psicofísica- rubor, pestanejamento, bocejo)

do entrevistador e do entrevistado. Estes novos procedimentos metodológicos, incorporando aspectos velhos e essenciais das técnicas mas produzindo alterações na sua utilização, susceptíveis, nalguns casos, de comprometer a validade dos resultados, não deverão, assim, ser generalizada e indiscriminadamente utilizados. No caso particular desta investigação, defendemos que são adequados, na medida em que comportam mais vantagens do que desvantagens.

Evidentemente que se trata de um número reduzido de entrevistas. Todavia, é sabido que no tipo de investigações em que esta se insere, contrariamente aos estudos de natureza extensiva, não é exigível a inquirição de uma população vasta, a representatividade quer-se mais qualitativa que quantitativa. Em “defesa” desta posição é fácil encontrar argumentos de vários autores, como Ghiglione e Matalon que preconizam que na utilização de métodos não estandardizados é inútil inquirir um elevado número de pessoas (2001: 54) ou Ruquoy que, defendendo que a questão da representatividade, no sentido estatístico do termo, não se coloca, diz que o critério que determina o valor da amostra é a sua adequação aos objectivos da investigação (1997: 103)

Se a forma de aplicação da entrevista diferiu das modalidades tradicionais e convencionais, a sua preparação e o tratamento da informação que fornece seguiu os procedimentos habituais. O tratamento da informação recolhida por entrevista foi, em parte, facilitado, uma vez que o seu registo escrito facilitou as três primeiras operações referidas por Poirier e outros, 1995 [1983]: o *arquivamento*, a *transcrição integral e fiel* do documento e *reescrita*. Todas as outras, que se lhe sucedem, foram efectuadas seguindo de muito perto a metodologia que também Poirier e outros, 1995 [1983] sugerem³⁶. Em resultado destas orientações metodológicas, mas sobretudo para uma melhor *leitura* dos conteúdos *declarados* pelos colonistas, optou-se por incluir, de modo

³⁶ Nomeadamente, uma primeira *Reunião e ordenamento da narrativa* (análise de conteúdo; Identificação e sublinhar dos temas (núcleos temáticos, categorias temáticas ou factuais), nos planos referencial e modal; localização das repetições de tema, os complementos de informação, as redundâncias; ordenamento temático (ou cronológico); a condensação da informação e a sua «montagem» (no sentido cinematográfico); posteriormente, continuo-se o *ordenamento da narrativa* (recortes, reuniões e sínteses temáticos- retalho do texto -, anotações à margem da documentação ou informação complementar a inserir) que conduziria à análise e ao comentários de natureza mais científica, articulando o discurso inquirido com o discurso científico no documento final.

fragmentado, o seu discurso no texto da investigação, analisando-o à luz das questões (algumas teóricas) donde decorreram as perguntas efectuadas, em cujas respostas (também) se enquadram, não deixando de ajudar a elucidar/ ilustrar, confirmando ou infirmando.

3.3.2. A aplicação do Inquérito com o recurso a redes de sociabilidade

Não nos alongaremos na escrita sobre esta outra técnica de recolha de informação, tão recorrentemente referida quanto o é a sua utilização (ainda que tardia) na história da pesquisa social. Por ele, passa “a imagem de marca da sociologia”, na medida em que tem sido, de facto, “a técnica de construção de dados que mais se compatibiliza com a racionalidade instrumental e técnica que tem predominado nas ciências e na sociedade em geral” (Ferreira, 1987: 167)

É também o uso (ou abuso) que se faz da sua utilização e a pertinência (ou falta dela) no contexto concreto de cada investigação que contribuem para sublinhar um ou outro pólo do valor intrínseco que o inquérito enquanto técnica de pesquisa tem: o das suas limitações ou o das suas virtualidades. Cientes de umas e outras, e na convicção da pertinência para esta investigação, tentámos, como é expectável, usá-lo correctamente, cumprindo os requisitos exigíveis em cada uma das suas fases, tendo em conta as recomendações dos “manuais”, no que se refere, nomeadamente, à construção das variáveis, formulação das questões, constituição da amostra, à aplicação do instrumento e tratamento dos dados. Mais do que a descrição desta técnica, importará, então, explicitar os procedimentos (concretos) que conduziram à sua aplicação no âmbito (específico) desta investigação.

Uma primeira questão que interessa aflorar prende-se com a contradição (aparente, em nosso entender) que pode relevar do recurso a uma técnica que visa quantificar numa abordagem que se diz de natureza mais qualitativa. Em rigor, a nossa investigação não é qualitativa, uma vez que não possui as características que são identificadas para esse tipo de investigação, como aquelas que Bogdan e Biklen (1994), por exemplo,

assinalam: o ambiente natural é a fonte directa dos dados e o investigador o instrumento principal da pesquisa; os dados recolhidos são na sua essência descritivos; os investigadores qualitativos interessam-se mais pelos processos do que pelos resultados ou produtos e tendem a analisar os dados de forma indutiva; dá-se especial importância ao ponto de vista dos participantes. Mas é consensual que uma das perspectivas teóricas fundamentais que inspira a investigação qualitativa é a perspectiva *interpretativa* e que "o paradigma interpretativo valoriza a compreensão e a explicação" (Leal, 1992:141). Nessa medida, a nossa abordagem aspira ao estatuto das "abordagens qualitativas".

Por outro lado, ainda que entendendo a abordagem qualitativa como "uma metodologia de investigação que enfatiza a descrição, a indução, a teoria fundamentada e o estudo das percepções pessoais" (Bogdan e Biklen, 1994: 11), é nossa convicção que o inquérito é uma técnica que pode dar um contributo complementar muito importante a esse tipo de abordagens, incluindo as inequivocamente qualitativas, como os estudo de casos ou a observação participante, tendo em conta que ela pode fornecer elementos fundamentais da ordem do ponto de vista dos sujeitos em análise. É, pois, neste pressuposto que nos pareceu pertinente a utilização da técnica do inquérito.

Dadas as características (exploratórias) desta investigação e os reduzidos meios financeiros para a efectuar, por um lado, mas não podendo ignorar a pertinência de estudar a "recepção" da opinião publicada, por outro, pretendemos através da utilização do inquérito introduzir um conjunto de interrogações, que sendo simples nos parecem fundamentais, ainda que as respostas às mesmas só possam ser interpretadas como de *indícios* se tratando, dada a "qualidade" da amostra (o carácter modesto da sua dimensão e os procedimentos seguidos na sua constituição, que impedem que seja representativa) e, conseqüentemente, também o do alcance e extrapolação dos seus resultados.

Assim, construímos um guião de inquérito³⁷ a aplicar à amostra constituída que nos permitisse obter respostas às seguintes interrogações: As colunas de opinião são lidas pelos leitores dos jornais? Se sim, Com que frequência? Com que interesse (s)? Que

³⁷ Em rigor, construíram-se dois guiões, os quais divergiam apenas na formulação de uma das questões, relativa à frequência da leitura do jornal, que foi necessário adaptar à periodicidade do jornal (diária ou semanal). (Ver anexo 3)

critérios utilizam na escolha das colunas e/ou colunistas a ler? Que representações têm das colunas de opinião e dos seus autores? Como avaliam a influência que os conteúdos das colunas de opinião têm na sua própria opinião?

Para a construção/constituição da amostra, e uma vez que estamos perante um universo desconhecido (os leitores dos quatro jornais em estudo residentes em Évora), utilizou-se uma técnica de amostragem não probabilística – a amostragem de conveniência – tendo-se obtido uma amostra de 203 leitores, recolhida junto de locais de venda dos jornais. No processo de inquirição dos leitores de jornais a colaboração dos proprietários e funcionários dos locais de venda foi um recurso fulcral, uma vez que foram eles que possibilitaram o acesso aos compradores/leitores de jornais.

Começámos por seleccionar 12 postos de venda de reduzida dimensão (papelarias, tabacarias, cafés, pequenos comércio) localizados na cidade de Évora, distantes entre si geograficamente e cuja distribuição geográfica acompanha a distribuição da mancha populacional na cidade³⁸. Optámos por excluir os locais de venda de maior dimensão (centros comerciais, bombas de gasolina), uma vez que pretendíamos comércio onde presumivelmente existissem laços entre o consumidor e o vendedor susceptíveis de aumentar a probabilidade de os clientes serem habitualmente frequentadores desses locais, por um lado, e de proporcionar uma maior predisposição para a aceitação do formulário do inquérito, o seu preenchimento e devolução, por outro. Tal tornava-se particularmente importante na medida em que solicitámos que a devolução do inquérito preenchido, em alternativa à tradicional via correio postal com recurso ao envelope selado, fosse efectuada no mesmo local onde se havia recebido o formulário do inquérito, na próxima vez que o cliente lá voltasse.

Com base na previsão feita junto dos 12 locais de venda do número de exemplares dos quatro jornais vendidos por dia, entregaram-se 500 formulários do inquérito. Destes, foram entregues aos clientes 447, no período de 22 a 25 de Abril de 2004, que corresponde aos dias da semana situados entre Quinta-feira e Domingo – de modo a

³⁸ Esta é uma variável relevante para a facilidade na recolha de dados, como veremos, mas acreditamos que pouco significativa para a caracterização dos leitores e para o modo de leitura do jornal e das colunas.

incluir quer dias de venda de diários e dos semanários, quer hábitos de consumo diversificados dos jornais diários (compra diária, compra só ao fim de semana...). Foram dadas instruções precisas para que cada leitor, independentemente do número de jornais comprados e das vezes em que se deslocasse ao local de venda, só preenchesse um inquérito.

O conhecimento empírico do meio e das relações sociais que nele se estabelecem, levou-nos a acreditar que o recurso a esta estratégia fortemente assente na colaboração dos vendedores e compradores dos jornais não comprometeria a taxa de retorno (na verdade, os valores obtidos - 45% - podem considerar-se muito satisfatórios). Mas este processo de inquirição obrigou-nos a tomar mais precauções do se tivéssemos recorrido a outro mais convencional, seja no cuidado posto na “comunicação” e na sensibilização para a colaboração, primeiro com quem mediou a entrega, depois com os inquiridos, seja na clareza das instruções e normas de preenchimento, na construção do guião em geral e na formulação das questões em particular, seja nas normas científico-deontológicas a seguir.

Após a aplicação do inquérito, procedeu-se à construção da base de dados e à introdução de todos os dados obtidos, com vista à análise das respostas obtidas através de frequências e cruzamentos para as perguntas fechadas, e análise dos conteúdos das perguntas abertas. Esta análise e tratamento dos dados originaram os resultados que à frente se apresentam (Parte III, capítulo 4)

3.3.3. A análise de conteúdo: ao encontro de uma técnica reveladora de “sentidos”

Nesta investigação, aparece como um procedimento metodológico central a operacionalização da técnica de análise de conteúdo – entendida enquanto “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por *procedimentos* sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, *indicadores* (quantitativos ou não) que permitam *a inferência* de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (Bardin, 1979 [1977]:42), tendo como propósito o estabelecimento de categorias, com a finalidade de analisar sistematicamente os dados a partir dos documentos seleccionados (Judith Bell, 1997:97).

Partimos do princípio, genérico, que “ o motivo para submeter a análise de conteúdo aos meios de comunicação de massas é que estes (...) reflectem ordenamentos institucionais (socioeconómicos) da sociedade, são elementos poderosos que moldam a opinião pública e podem encerrar uma relação causal com diversas características sociais” (Klaus Krippendorff, 1997:253), na convicção que a análise de conteúdo é “uma técnica de investigação que permite fazer inferências, válidas e replicáveis, dos dados para o seu contexto” (Vala, 1986: 103), sendo que, como sublinha Bardin (1977), é a inferência que permite a passagem da descrição à interpretação, enquanto atribuição de sentido às características do material que foram levantadas, enumeradas e organizadas. Subscrevemos Jorge Vala, ao considerar que “ (...) o material sujeito à análise de conteúdo é concebido como o resultado de uma rede complexa de condições de produção (...) Trata-se da desmontagem de um discurso e da produção de um novo discurso através de um processo de localização-atribuição de traços de significação, resultado de uma relação dinâmica entre as condições de produção do discurso a analisar e as condições de produção da análise (Vala, 1986:104).

Desde o primeiro momento assumimos que a utilização desta técnica seria imprescindível, pois só ela permitiria reconstruir as representações sobre a política ocultas nos discursos dos colunistas, através de procedimentos que ambicionassem tornar objectivos dados da subjectividade, objectivando aquilo que é, intrinsecamente,

subjectivo, como a expressão de uma opinião. Mas se desde sempre estivemos cientes que não só não é uma tarefa fácil como também está envolta, na comunidade científica, em controvérsia, no decorrer da investigação avolumaram-se as dúvidas e as dificuldades aumentaram. De entre elas, a mais significativa consistiu no questionamento se não estaríamos, ao invés, a arriscar decisões e operações eminentemente subjectivas na (vã) tentativa de captar algumas dimensões do real, que só não se tornam “objectivas” porque não conseguíamos obter a “grelha de análise” adequada para as interpretar (ver anexo 4).

São pertinentes os argumentos daqueles que têm uma atitude de desconfiança face à análise de conteúdo tradicional. De acordo com Hackett, a primeira crítica que se pode fazer a esta técnica é a de que ela tem mais em conta a repetição dos significantes denotativos repetidos do que a procura do código subjacente que utiliza os significantes; sendo que a limitação à denotação não deixa, igualmente, de ser uma falha, na medida em que se presume que a denotação não é problemática, que é universal, e que os significantes querem dizer a mesma coisa para toda a gente ([1984] 1999:116).

O mesmo autor sustenta que a análise de conteúdo está associada à problemática da parcialidade, basicamente por três ordens de razões: porque a parcialidade é, muitas vezes, concebida em termos quantitativos (a extensão da coluna, as proporções de afirmações “favoráveis” e “desfavoráveis feitas acerca de alguém, etc.), o que favorece a adequação da metodologia da análise de conteúdo (ao pretender quantificar); porque se observa em grande parte da pesquisa uma pressuposição behaviorista residual segundo a qual a repetição das unidades de conteúdo está associada ao impacto na audiência (pelo que a tabulação de frequências é suposta ser um indicador útil da mensagem que o público está a receber); e porque, seguindo Sumner (1979:99), argumenta-se que apesar das suas pretensões esporádicas a ser uma técnica neutral de descrição, o verdadeiro objecto da análise de conteúdo é a mensagem intencional e os motivos do comunicador. (Hackett ([1984]1999: 114)

Como nota ainda Hackett, o interesse crescente na ideologia e a consequente desvalorização da parcialidade têm estado associados à emergência de novos métodos de interpretação dos textos mediáticos, sobretudo aqueles inspirados na semiótica ou na análise estrutural. Os seus proponentes desafiam os propósitos científicos da análise de

conteúdo, argumentando que é totalmente insuficiente estudar o modo como a ideologia estrutura as mensagens mediáticas. Isto acontece, em parte, porque a análise de conteúdo só lida com o conteúdo manifesto, com significantes denotativos ([1984] 1999: 115).

Assim, contra a restrição da análise de conteúdo aos significantes denotativos, a semiótica insiste na importância do signo em toda a sua complexidade, e na estruturação interna de um texto ou mensagem (Woollacott, 1982:94-95, cit por Hackett (Idem), reivindicando a necessidade de uma técnica de “análise imanente”, na qual “se observe um dado sistema do interior” (Barthes, 1967:96) (uma vez que se considera que a análise de conteúdo viola o princípio de imanência ao inferir a partir do conteúdo manifesto da mensagem, linearmente, os motivos psicológicos ou a posição social do emissor, ou o seu impacto comportamental no receptor). A análise estrutural procura identificar relações consistentes entre os signos, entendendo a relação com o texto mais como um todo estruturado do que com uma “série de componentes fragmentados” – “os códigos culturais (análogos às línguas) que estabelecem as combinações possíveis de elementos que geram significado num texto particular ou num conjunto de textos são o objecto de análise” (Hackett, [1984]1999: 115).

É neste sentido, de renitência face aos procedimentos da análise de conteúdo, que também vão os argumentos de José Rebelo que, corroborando algumas das críticas a esta técnica, cita Greimas: “ (...) fabricando grelhas de leitura, decide, antecipadamente, sobre o que considera importante” (1988:36). Mas não são estes procedimentos, assentes em escolhas (ainda que nesta técnica concreta, incidindo sobre as operações de categorização, as unidades de conteúdo, a fixação de regras..) transversais a toda a investigação científica em ciências sociais? Sendo incontornáveis, não são os seus efeitos minimizados pelo constante exercício de vigilância epistemológica?

Na análise de conteúdo, como nas demais técnicas, encontram-se respostas em função das perguntas que se colocam – “Cada método é uma linguagem e a realidade responde na língua em que é perguntada. Só uma constelação de métodos pode captar o silêncio que persiste entre cada língua que pergunta” (Sousa Santos, 1987:48) – há, pois, que “interrogar” o texto, accionar um código que permita aceder a esse outro código que configura o texto opinativo. Deste modo, assumimos, na esteira de Berelson(1968), que

a análise de conteúdo, em grande medida “vale pelas suas categorias” e que estas são o reflexo das hipóteses do investigador.

É iniludível que o texto, tal como outros “factos sociais”, surgem-nos “indefesos” e o exercício do nosso poder sobre ele revelava-se desigual. Na operacionalização da análise de conteúdo, no contexto desta investigação, não raramente emergiu um certo pavor pela “familiaridade” e pelos “pré-conceitos” que duvidávamos ter em relação ao objecto de estudo. A esta inevitabilidade e à procura do “rigor” e da “objectividade”, que às vezes nos pareciam ressuscitar as pretensões ingénuas do empirismo e do positivismo, foi preciso (tentar) responder com uma práxis que assentasse no repensar cauteloso e permanente de todas as nossas opções, através de um controle que se pretendeu racional, assente numa ruptura contínua e sistemática com os “obstáculos” com que nos íamos deparando.

Por um lado, é certo que também nos parece absurda a identificação entre a frequência e importância que os autores críticos da análise de conteúdo denunciam, na medida em que também concordamos que o mais importante nem sempre é o que se repete mais vezes ou grita mais alto – nos argumentos da abordagem semiótica: “não há razão para se considerar que o item que se repete mais frequentemente é o mais importante ou o mais significativo, pois um texto é, evidentemente, um todo estruturado, e o lugar ocupado pelos diferentes elementos é mais importante do que o número de vezes que eles se repetem (Burgelin, 1972:319) –razão pela qual recusamos a análise de conteúdo de cariz exclusivamente quantitativo, preferindo uma análise de natureza qualitativa, na qual o principal objectivo é “capturar o sentido, a ênfase e os temas das mensagens e perceber a organização e o processo em como se apresentam” (Altheide,1996:33).

Por outro lado, temos como paradoxal a defesa da análise que pretende ir para além dos “conteúdos manifestos”, que incida no “não-dito”, no “implícito”, no acto ilocutório³⁹ - esses sim, por mais relevantes que, em tese, possam ser, são domínios de manifesta dificuldade de operacionalização metodológica, onde é expectável a expressão de todas as *subjectividades* do investigador, desde os procedimentos meramente intuitivos até

³⁹ Recorrendo a Austin (1970), precisaríamos que o acto ilocutório revela, numa situação de comunicação, a intenção do enunciador, enquanto que o acto locutório exprime o conteúdo da enunciação e o acto perlocutório o efeito produzido no enunciatário

aos desvios na interpretação, ao perigo da circularidade, isto é, a análise poder ser influenciada por aquilo que o investigador entende da significação da mensagem.

Assim, reiteramos o que Holstoi (1968:600) não escamoteia: “O requisito da objectividade estipula que sejam registados apenas aqueles simbolos e combinações de simbolos que aparecem, de facto, na mensagem. Por outras palavras, o processo de codificação não pode ser o de “ler nas entrelinhas”. Nesse sentido, a análise de conteúdo está limitada aos atributos manifestos no texto” (Holstoi, 1968:600).

A dualidade da perspectiva aqui defendida faz antever o compromisso e o equilíbrio que perseguimos ao longo da análise de conteúdo das colunas de opinião, procurando a conciliação entre “posturas”, no essencial, antagónicas: entre a assunção de pressupostos da análise de conteúdo dita tradicional e de outros vindos justamente de perspectivas que o contestam, entre a recusa do meramente quantitativo e a crítica ao qualitativo que perca de vista o rigor e a objectividade.

Recusámos procedimentos mais próximos da linguística, como a análise léxica e sintáctica através de indicadores como “ o número total de palavras ou ‘ocorrências’; o número total de palavras diferentes ou ‘vocábulos’; (...) a relação ocorrências/vocábulos, dá conta da riqueza (ou da pobreza) do vocabulário utilizado pelo autor da mensagem (...) palavras *plenas*, isto é palavras ‘portadoras de sentido’: substantivos, adjectivos, verbos; *palavras instrumentais*, isto é, palavras funcionais de ligação: artigos, preposições, pronomes, advérbios, conjunções, etc; a frequência dos verbos por modo” (Bardin, 82-88). Mais à frente, neste texto, ficarão claras também as nossas objecções à *análise do discurso*.

Procurámos, então, “procedimentos” que consideramos mais adequado para efectuar a *démarche* da análise de conteúdo, numa tentativa, também ela dupla: “ (...) compreender o sentido da comunicação (como se fosse o receptor normal), mas também e principalmente *desviar* o olhar para uma outra significação, uma outra mensagem entrevista através ou ao lado da mensagem primeira (...) Não se trata de atravessar significantes para atingir significados, à semelhança da decifração normal, mas atingir

através de significantes ou de significados (metodologicamente manipulados), *outros* “*significados*” de natureza psicológica, sociológica, política, histórica, etc.» (Bardin, 1979 [1977]:41).

Deste modo, o texto suporte – a coluna de opinião – foi sendo sujeito a “depurações” e “re-categorizações”, impondo-se, em cada momento, que essas operações não descontextualizassem ou alterassem o sentido das mensagens expressas na coluna de opinião e conduzissem à confirmação ou infirmação das questões teoricamente colocadas.

Foi essencial executar as operações que os manuais aconselham: 1^a- delimitação dos objectivos e definição de um quadro de referência teórico orientador da pesquisa; 2^a- constituição de um corpus; 3^a- definição de categorias; 4^a definição de unidades de análise; 5^a- elaboração de um conjunto de procedimentos que permitam assegurar a validade do ponto de análise de conteúdo; 6^a o tratamento dos resultados.

Os critérios utilizados na selecção do *corpus empiricus* foram:

- a) Colunas de colunistas que não exerciam actividade político-partidária;
- b) Colunistas que registaram maior regularidade/presença no período em que incide a análise;
- c) Colunas que abordaram temas relacionados com a actividade política portuguesa;
- d) De entre os “editorialistas” de cada jornal (no caso dos diários, onde não é sempre a mesma pessoa que os escreve) aqueles que assinaram o maior número de editoriais.

Assim, e sistematizando, o *corpus empiricus* que foi analisado é o seguinte:

Jornal Nome	Público		D.Notícias		Expresso		Independente		NºItems
	Colu na	Editori al	Colu na	Editori al	Colu na	Editori al	Colu na	Editori al	
Alfredo Barroso					X				19
António Barreto	X								22
António J.Teixeira			X						19
Constança C. e Sá							X		8
E. Prado Coelho	X								102
Editorial (equipa)						X			24
Henrique Monteiro					X				14
Inês Serra Lopes							X		20
José António Saraiva					X				22
José Júdice							X		20
José M. Fernandes		X							66
Luís Delgado			X						92
M. Sousa Tavares	X								16
M.Villaverde Cabral			X						18
Maria João Avillez					X				18
Mário B. Resendes				X					36
V.Pulido Valente			X						35
Vítor Cunha							X		15

As “unidades de registo”⁴⁰ consideradas foram as afirmações/considerações (frases, parágrafos, muitas vezes a totalidade do texto, fundindo-se nas “unidades de contexto”⁴¹) sobre a grande temática “política nacional” contidas nas colunas ou no editorial, identificando-se os temas e as “avaliações” produzidas sobre eles.

⁴⁰ A unidade de registo «é a unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando a categorização e a contagem frequencial.” (Bardin:104).

⁴¹ A unidade de contexto «serve de unidade de compreensão para codificar a unidade de registo e corresponde ao segmento da mensagem cujas dimensões (superiores às da unidade de registo) são óptimas para que se possa compreender a significação exacta da unidade de registo. Isto pode, por exemplo, ser a frase para a palavra e o parágrafo para o tema» (Ibidem:107).

Na verdade, a noção de tema, sendo largamente utilizada em análise temática, é característica da análise de conteúdo (Bardin: 105), definindo-se, segundo Bereleson, como “uma afirmação acerca de um assunto. Quer dizer, uma frase, ou uma frase composta, habitualmente um resumo ou uma frase condensada, por influência da qual pode ser afectado um vasto conjunto de formulações singulares” (cit Bardin:105). Na alusão de M.C.d’Urung, o tema é “uma unidade de significação complexa, de comprimento variável; a sua validade não é de ordem linguística, mas antes de ordem psicológica: podem constituir um tema, tanto uma afirmação como uma alusão; inversamente, um tema pode ser desenvolvido em várias afirmações (ou proposições)”(cit Bardin:105). O tema, como adverte Bardin (106) é geralmente utilizado como unidade de registo para estudar motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças, de tendências.

Deste modo, e na esteira também de Bardin, consideramos que fazer uma análise temática, consiste na descoberta de “núcleos de sentido” que compõem a comunicação e cuja presença ou frequência com que aparecem pode significar alguma coisa para o objectivo analítico escolhido (Idem:105).

Para operacionalizarmos a “análise temática” e ir de encontro aos “núcleos de sentido”, construiu-se uma “grelha de análise” que permitisse aceder à resposta à seguinte interrogação: "que representações são veiculadas na opinião publicada acerca da política nacional?", Nela, construíram-se as seguintes “categorias”: tema/problemática; pessoas/instituições referidas; aspectos negativos (desfavoráveis) e aspectos positivos (favoráveis) apontados, por referência ao tema e pessoa ou instituição abordados; propostas apresentadas (tendo por referência os aspectos referidos); caracterização/avaliação dos políticos e/ou da praxis política; propostas/reflexões sobre a melhoria das prestações políticas.

Interessou-nos centrarmo-nos nos “temas” e no modo como os diversos actores (colunistas), ao longo do período analisado, os abordaram ou ignoraram, procurando identificar “regularidades” – são abordados os mesmos temas, durante certos períodos? Qual a duração desses espaços temporais? As opiniões são similares, há unanimidades

– e “singularidades” – há temas tratados só por um ou poucos colunistas? Há diversidade de “pontos de vista”? Numa palavra, em que moldes foi sendo feita a abordagem da política nacional, em alturas tão particulares e “sensíveis” como as de pré-campanha e campanha eleitoral? Tentámos reconstruir um certo “clima de opinião” que os diversos textos foram gerando. Por isso, não nos interessou direccionar a atenção para cada colunista, *per si*, mas antes para o conjunto atrás apresentado. A construção de categorias de análise mais específicas só foi possível efectuar-se à posterior, depois de pré-analisado todo o *corpus empiricus*.

4. Conceptualizações teórico – metodológicas prévias

Tendo como inquestionável que os “factos” não são “dados” imediatos à observação, mas antes “construídos” teórica e metodologicamente – enunciado epistemológico (de Bachelard) que se aplica exemplarmente ao domínio das ciências da comunicação – construímos, no âmbito da pesquisa empírica, instrumentos metodológicos – grelha de análise dos artigos de opinião, entrevistas aos colunistas e inquérito por questionário aos leitores dos jornais – e indicadores susceptíveis de nos darem conta de atitudes e representações face à política, por um lado, e face às colunas de opinião e aos colunistas, por outro, na medida em que procurámos/solicitámos avaliações.

Reportam-se estes, por sua vez, a conceitos teóricos, a perspectivas e teorias que, à semelhança de tantos outros, também comandaram e nortearam a investigação, a saber, os conceitos de atitude, representações sociais e cultura política. Tratam-se de teorizações e conceitos teórica e tradicionalmente trabalhados, recorrente e indevidamente mobilizados – como será o nosso caso – dado o seu alcance amplo, a certa imprecisão que os marca e não obstante os limites ao nível metodológico que se lhe apontam. Mas, sentido-os *omnipresente* também neste trabalho, cremos que vale a pena referi-los, reportando à sua definição e à sua génese. Para o fazer, parece-nos indicado este momento do texto, posterior à explicitação dos procedimentos metodológicos operados.

Assim, começando pelo o conceito de "atitude", dir-se-á que este acompanha a psicologia social desde o seu início (McGuire, 1986: 89-103), ainda que tenha sido objecto de sucessivas redefinições ao longo do tempo. Actualmente, encontramos, basicamente, dois entendimentos do que é uma atitude: um deles, reúne no conceito aspectos informativos, avaliativos e comportamentais; o outro, propõe uma definição unidimensional das atitudes, definindo-as como avaliações de determinados objectos, é o que hoje obtém um maior consenso na psicologia social ⁴² e aquele que aqui subscrevemos.

⁴² Cf, por exemplo, Eagly, A.H. & Chaiken, S. *The psychology of attitudes*, 1993

Na gênese do primeiro modo de entender o que é uma atitude encontra-se uma das primeiras propostas sistemáticas da literatura da psicologia social sobre as atitudes: o modelo de Rosenberg e Hovland (1963), que defendia que uma atitude, entendida enquanto conceito multidimensional, tem três componentes – as crenças, as avaliações e os comportamentos que temos em relação a um objecto. Na gênese do segundo, estão propostas de Fishbein e Ajzen (1975), os quais conceptualizam diferentemente atitudes e crenças (ainda que estas antecedam as avaliações das pessoas acerca de determinados objectos).

Nesta linha, foi importante o contributo de Zanna e Rempel (1988) que reforçaram a conceptualização das atitudes como avaliações, pois tal entendimento permite organizar mais claramente o campo de relações entre os diferentes conceitos (crenças, comportamentos e atitudes) e possibilita uma melhor compreensão dos diferentes caminhos conceptuais que levam as pessoas a avaliarem positiva ou negativamente determinados objectos ou acontecimentos, isto é, a colocarem-nos num contínuo de favorabilidade-desfavorabilidade. É nestes pólos que começámos por situar, através da grelha de análise, as avaliações dos colonistas face à política.⁴³

Assim, e em síntese, uma atitude é a expressão de uma avaliação, que pode ser sustentada, *a priori*, por um conjunto de crenças, originando, *a posteriori*, um outro conjunto de crenças e de comportamentos. Contudo, trata-se de conceitos separados, susceptíveis de análises e recolha empírica separadas.

⁴³ A nossa grelha de análise só aparentemente nos reenvia para a teoria dos constructos pessoais de Kelly (1955), na medida em que se aproxima da ideia de bipolaridade (favorabilidade/desfavorabilidade), mas rejeita claramente os pressupostos de Kelly. No contexto desta teoria, a unidade de medida, está nitidamente definida: o constructo. O autor considera que cada pessoa pode exprimir a sua estrutura conceptual por um sistema organizado de dimensões bipolares, a que deu o nome de constructo pessoais, através dos quais experiencia a vida e categoriza as suas experiências. Um conjunto de constructos pode ser encarado como o modelo pessoal de um certo indivíduo sobre um dado assunto revelando o que ele pensa e sente sobre esse assunto em termos totalmente pessoais. Esta teoria faz a analogia entre o comportamento humano e a investigação científica, afirmando que os seres humanos constroem teorias informais para interpretar, organizar e antecipar as suas experiências. Nesta lógica, as diferenças entre os indivíduos têm a mesma fonte que as diferenças que surgem entre os cientistas com diferentes pontos de vista teóricos. Em termos metodológicos, Kelly propôs e desenvolveu uma técnica para avaliar estatisticamente a relação entre constructos, usando o Método da Grelha. A grelha é um esquema ou uma matriz a duas dimensões de acontecimentos ou observações e abstracções entrelaçados de modo a que cada uma das dimensões da matriz tenha um certo significado no contexto da outra. É também um sistema finito de referências cruzadas entre as observações pessoais dum indivíduo e o sistema de constructos que erigiu para dar significado às suas experiências.

Admitindo-se, então, por um lado, a existência a montante e ajusante das crenças, representações e comportamentos, das quais os nossos instrumentos metodológicos também pretendem dar conta (uma vez que procurámos, para além de avaliações positivas ou negativas, entendimentos variados, aos quais podem estar ligados um valor de verdade/falsidade e um gradiente de concordância-discordância – o que se enquadra mais na definição de crenças ou representações). E considerando-se, por outro lado, que os *media* produzem um campo simbólico complexo que institucionaliza normas de conduta, valores, comportamentos, criando uma imagem específica e representações de pessoas colectivas, de grupos, de actividades, em função do modo como enunciam acontecimentos (ou pseudo-acontecimentos) relativos aos temas/sujeitos referenciados (Cádima, 2003), parece correcto entender as representações mediáticas como forma específica das representações sociais. Podendo-se, ainda, deduzir que as colunas de opinião, na sua função de interpretação, ao "re-enunciarem" esses acontecimentos, estão a contribuir à sua maneira, para a produção desse campo simbólico (do qual são também reflexo), particularmente, para as imagens que criamos da política. Pelo que se revela oportuno reportarmo-nos à sobejamente conhecida Teoria das Representações Sociais, na medida em que esta privilegia os saberes do senso comum, o estudo da actividade simbólica, ou seja, a construção colectiva de significados.

Desde já, importa não perder de vista que Moscovici (1978) salienta que as representações sociais, por se constituírem em conjuntos simbólicos/práticos/dinâmicos que objectivam a produção e não a reprodução ou a reacção a estímulos exteriores, não podem ser consideradas como “opiniões sobre”, ou “imagens de”, mas como verdadeiras teorias colectivas *sui generis*, destinadas à interpretação e à elaboração do real.⁴⁴ Seguindo Moscovici, J.Vala diz que “ (...) uma representação compreende um

⁴⁴ O conceito de representação social surgiu no contexto da psicologia social através de Moscovici, em 1961, como resultado da reformulação do conceito de representação colectiva enunciado por Durkheim em 1898. Todavia, há que ter em conta nessa reformulação os contributos de Berger e Luckmann (1966), que podemos resumir em três elementos fundamentais: o carácter construtivo que o conhecimento tem na vida quotidiana - o conhecimento, mais do que reprodução de algo preexistente, é produzido de forma imanente na relação com os objectos sociais que conhecemos; a natureza dessa construção social passa pela comunicação e interacção entre indivíduos, grupos e instituições; o realce da importância da linguagem e da comunicação como mecanismos através dos quais se transmite e cria a realidade, por um lado, e como processo em que a realidade adquire sentido, por outro. Sendo certo que a obra destes autores é posterior aos trabalhos iniciais de Moscovici, encontram-se diferenças entre a publicação da sua obra sobre representações sociais e a segunda (publicada em 1976). Esta, não só está impregnada das ideias de Berger e Luckmann como também estes autores são referenciados várias vezes (Elejabarrieta, 1991; 258-259). Paula Castro (2002) caracteriza as representações sociais, tendo por referência, duas grandes dimensões: a construção social do sentido, a ideia de que as representações sociais são construções colectivamente engendradas e socialmente partilhadas; a ideia de estudar a actividade mental, o próprio processo de representar, de reinterpretar o que o social nos dá por adquirido.

sistema de valores, de noções e de práticas relativas a objectos sociais, permitindo a estabilização do quadro de vida dos indivíduos e dos grupos, constituindo um instrumento de orientação da percepção e de elaboração das respostas, e contribuindo para a comunicação dos membros de um grupo ou de uma comunidade” (1986:5). Por outro lado, por representações sociais pode-se designar um tipo de conhecimento prático e social que serve para captar, interpretar e reconstituir a realidade (Elejabarrieta, 1991: 254)

As representações, organizadas segundo modalidades de funcionamento do sistema cognitivo, são sociais não pela sua extensão, mas porque emergentes no contexto social, porque elaboradas a partir de quadros de apreensão que fornecem os valores, as ideologias e os sistemas de categorização social partilhados pelos diversos grupos sociais, porque se constituem e circulam através da comunicação social, e porque reflectem as relações sociais, contribuindo, simultaneamente, para a sua produção (Vala, 1986: 20).

Moscovici (1988), no quadro do desenvolvimento da sua teoria, diferencia três tipos de representações sociais: as hegemónicas (representações largamente artilhadas, não discutíveis e que constituem os pilares de uma sociedade); as emancipadas (produzem-se nas relações intergrupais, e permitem diferenciar os grupos divergentes) e as polémicas (correspondem a visões divergentes entre grupos com interesses opostos e posicionamentos diferentes face ao objecto da representação). No que concerne à génese das representações sociais, Moscovici assinala a intervenção da “objectivação” e da “ancoragem” – processos que se inter-relacionam. O primeiro inclui dois momentos: o que vai do objecto à sua imagem e o que vai desta à naturalização da realidade social. O segundo refere a integração do objecto representado no sistema de pensamento preexistente e as transformações daí decorrentes. Assim, ancorar é tornar familiar, é atribuir sentido, mas também o proporcionar de uma funcionalidade e uma significação social à representação social. A ancoragem converte as representações em códigos de interpretação e, por fim, de acção.

É, pois, de admitir que exista uma interação entre as representações sociais expressas pela imprensa e as representações sociais dos grupos aos quais se dirige, através do processo de *ancoragem*, tendo por função orientar condutas e promover formas

específicas de interação dos indivíduos na colectividade⁴⁵. Como refere Jorge Vala “(...) o papel dos M.C.S. como reprodutores, geradores e agentes de transformação das representações sociais é hoje reconhecido” (1986: 22)

As representações sociais, como se tem demonstrado, não são apenas construções imaginárias, mais ou menos complexas e estruturadas, que pertencem ao terreno do simbólico. A evidência da sua existência descobre-se no seu funcionamento na vida quotidiana e na sua utilidade prática. Jorge Vala, para além da função de organização significativa do real, assinala outras funções realizadas pelas representações sociais (e que não são independentes daquela): as funções de explicação, de orientação dos comportamentos, de diferenciação inter-grupal e de criação de identidade social (1986: 17). Elejabarrieta, complementando o que chama as funções básicas – interpretar e reconstruir a realidade social; integrar a novidade e servir de referência social no tempo; orientar os comportamentos e as relações sociais – realça a função social primordial que cumprem as representações sociais: a produção de conhecimento nos grupos (1991: 269).

Efectivamente, as representações sociais carecem de sentido se não contempladas em função das posições e das identidades sociais dos sujeitos, individuais ou colectivos. Isto conduz à consideração dos dois planos em que as representações têm uma função: no plano intra-grupal e no plano inter-grupal⁴⁶. Tomando por unidade de análise não o indivíduo, mas a sua articulação com o outro na produção dos saberes, o conceito de representação social, articula a dimensão colectiva da criação do conhecimento com uma dimensão individual e grupal de reinterpretação activa desse mesmo conhecimento,

⁴⁵ Existe uma estreita ligação entre a objectivação/ancoragem e a categorização social (ligação já proposta, nos anos 80, pelo próprio Moscovici e, simultaneamente desenvolvida por outros psicólogos sociais). Porque o fluxo de informação é grande e o meio ambiente ambíguo, os indivíduos sistematizam os objectos através de uma estrutura semântica hierarquizada em categorias. Tajfel (1982), um dos autores que mais tem trabalhado nas teorias da categorização, sublinha o papel dos valores e da cultura na elaboração de categorias sociais, bem como na atribuição de uma categoria a um indivíduo, grupo ou acontecimento social. As categorias estão organizadas entre si, sendo a rede de relações que estabelecem, os atributos que as distinguem que proporcionam a atribuição de sentido aos objectos sociais e as tornam instrumentais, constituindo-as como um sistema de avaliação e explicação da realidade social. Deste modo, é possível encarar a representação como uma manifestação do processo de categorização - a elaboração de uma representação é o reflexo do sistema de categorias disponível num grupo, e simultaneamente gera transformações nesse sistema de categorias. Retomando J. Vala, “(...) o quadro teórico necessário à abordagem psicossociológica das representações sociais poderá ser construído a partir das teorias sobre a categorização social, sobre os processos de atribuição e sobre as relações inter-grupos” (1986; 25).

⁴⁶ Veja-se a este propósito Doise (1979); Di Giacomo (1980;1985); Hewstone, Jaspars e Lalljee (1982)

rejeitando pois a lógica da mera reprodução social (Marková, 2000). É neste sentido que Oliveira (2002), sublinha que esta teorização permite criticar abordagens individualistas da produção do conhecimento e as perspectivas dos modelos assentes no estudo de enviesamentos perceptivos/cognitivos), uma vez que opta pelo carácter de co-construção do conhecimento.

Parece-nos importante que ao quadro teórico necessário à abordagem psicossociológica das representações sociais, não deixe de contemplar o conceito de “habitus” de Bourdieu (cuja proximidade ao conceito de representação social de Moscovici foi, aliás, analisada por Doise), tido como uma estrutura estruturante, na medida em que oriente as práticas e representações, e como uma estrutura estruturada porque reflecte as diferenças de classe existentes na estrutura social propriamente dita. Não obstante, a importância dos esforços teóricos desenvolvidos a partir da Teoria das representações sociais, são ainda manifestas as dificuldades não tanto na conceptualização teórica da noção mas, sobretudo, na operacionalização metodológica do conceito⁴⁷.

Os autores italianos Mancini, Marini e Ronci (1989) fizeram uma interessante adaptação do conceito de representação, contribuindo, em nosso entender, para a sua precisão. Em termos resumidos, pode afirmar-se que o conceito de “imagem” é algo de mais moderno, ligado à comunicação de massas, enquanto o conceito de representação tem as suas raízes na tradição sociológica e psicossociológica mais clássica, como vimos atrás. Numa primeira aproximação pode usar-se uma linguagem mais convencional, na qual “imagem” define uma representação social no tempo e no espaço da comunicação de massa. Contudo, face ao conceito de representação o de imagem introduz alguns aspectos diferenciais que Mancini, Marini e Ronci procuram evidenciar. Já J. Vala (1986: 25), interpretando Moscovici, diz que o conceito de representação se afasta do conceito de imagem, o qual evoca habitualmente o reflexo interno de uma realidade externa, enquanto o primeiro nomeia o facto de os indivíduos serem criadores de informação, mais do que utilizadores ou processadores. Face ao conceito de

⁴⁷ Vários autores, como por exemplo Jahoda, argumentam que o conceito de representação social é vago, ambíguo e impreciso. J.Vala, por seu lado, acusa-o de não revestir ainda um sentimento unívoco e que deverá ser submetido a novas formulações e introduzido numa construção teórica capaz de dar conta da génese e das transformações das representações, sem nunca por em causa o seu carácter heurístico. Mas para Elejabarrieta o principal problema da teoria das representações sociais é a dificuldade prática para delimitar quando estamos perante uma representação social.

representação, o de imagem implica uma outra área de actividade, externa ao sujeito representado e dependente da interacção deste com a instituição dos media. Contrariamente, na sua definição mais utilizada e não explicitamente referida à acção dos media, a representação social não menciona um sujeito produtor diferente e separado do representado ou daquele a quem a representação é proposta. De acordo com os autores, “ (...) nella società dei media “le immagini” sociali sono frutto di un processo complesso nel corso del quale interagiscono diversi attori, quelli oggetto della rappresentazione (attori specificatamente rappresentati e quelli attraverso i quali essi per contrasto si identificano) e quelli che non sono i produttori” (Mancini, Marini, Ronci, 1989: 9)⁴⁸.

No caso particular da nossa investigação, tentámos que fosse tributária, mais nitidamente, do conceito – em muito similar ao de representações sociais, mas mais delimitado ou circunscrito – de "cultura política".

Não há muito tempo que o termo “cultura política” começou a introduzir-se no nosso país. São-lhe conferidas conotações diferentes e até mesmo contraditórias, porém é comum a quem ele recorre a convicção/intuição de que boa parte do processo político não é explicado por factores objectivos, materiais, cuja natureza seja política, económica ou cultural, mas sim pelas representações (na acepção de Moscovici) ou habitus (na de Bourdieu) – cognições, valores, emoções, dispositivos comportamentais – que pessoas e grupos têm da realidade política, e de um modo mais geral social.

O conceito de cultura política, derivado de uma expressão Weberiana, foi criado, a partir dos anos 50, por vários autores norte-americanos, dos quais se destacaram G.Almond, S.Verba e L.Pye. Os estudos destes autores, enquadrados no âmbito da ciência política e da sociologia política, iniciaram uma nova perspectiva de análise e investigação que, nos anos seguintes, originaria uma vasta literatura teórica e comandaria inúmeras pesquisas empíricas sobre diversos países, donde se realça o

⁴⁸ Os autores diferenciam dois tipos de imagem: a autoproduzida e a heteroproduzida. A primeira nasce da iniciativa comunicativa dos próprios sujeitos representados que recorrem à comunicação de massa apenas no momento da circulação da imagem (a publicidade, propaganda política, etc). A segunda, definido de forma perspicaz é entendida como “(...) frutto dunque di un processo simbólico di interzioni, di mediazioni e di compromesso tra istituzioni dei media, soggetti rappresentati ed altri soggetti in grado di produrre rappresentazioni” (19).

primeiro ensaio de verificação empírica do eventual impacto da chamada cultura cívica sobre as atitudes políticas e o funcionamento das instituições democráticas, incluindo as eleições (Almond & Verba, 1963).

Desde então, o tema da cultura política esteve presente na reflexão sobre a problemática da estabilidade e qualidade dos sistemas representativos (para a qual muito contribuiu o ensaio de Lipset sobre as pré-condições socio-económicas da democracia (1959). Porém, nos anos 70 assistiu-se a uma estagnação da reflexão teórica e à diminuição dos estudos sobre cultura política. Tal ficou a dever-se à incapacidade de se superar algumas reservas que a perspectiva já referida suscitava: as conotações normativas, a forma como estabelecia correspondências entre culturas políticas e estruturas político-sociais, o paradigma individualista que lhe estava subjacente, as limitações ao nível metodológico, e as deficiências na construção formal do modelo analítico em particular do próprio conceito. Na década seguinte, face também aos processos de transição de regimes ditatoriais para democracias parlamentares e ao desempenho dos regimes representativos, assistiu-se a um novo interesse pelas problemáticas focalizadas pelo debate acerca da cultura política, tendo desses debates teóricos resultado um enriquecimento e maior precisão da noção de cultura política.

Um dos desdobramentos de maior relevância desta noção, foi o conseguido por Robert Putnam (1993), através da introdução do conceito de capital social, o qual, aliás, revisitaria em 2000.

Entre nós, foi relevante o contributo, pioneiro, de F. Heimer, J. Vala e J.M. Leite Viegas (1986, 1990^a, 1990b). Relativamente ao alcance do conceito de cultura política, a opção destes autores é a de entender cultura política exclusivamente como pensamento social sobre a esfera do político, como dimensão subjectiva da política, como dimensão simbólico-ideológica da política, apreendida pelo lado subjectivo dos agentes sociais.

“ (...) Cultura política é, pois, entendida como o conjunto ou padrão das crenças, explicações, valores, atitudes e esquemas de acção referidas á política” (Heimer, Vala e Viegas, 1986:18)⁴⁹

Actualmente, o campo da cultura política continua a parecer-nos promissor e a oferecer renovadas potencialidades, ainda que permanecendo a necessidade de criação de condições para uma verdadeira acumulação do conhecimento científico nesta área. A este nível, o contributo do nosso trabalho é, (talvez) compreensível mas lamentavelmente, deveras reduzido.

⁴⁹ Estes autores, para suprir a necessidade de um consenso mínimo sobre o objecto teórico que o conceito de cultura político instaura, sobre o seu âmbito, a sua estrutura fundamental e as suas dimensões fundamentais, assinalam o cumprimento de duas condições: a redução do conceito aos vectores que surjam como nucleares; a inclusão, na construção do conceito e na escolha dos pressupostos teóricos correspondentes, de contributos que sendo incontestavelmente relevantes têm sido marginalizados. E propuseram-se apresentar uma posição teórica estruturada que correspondesse a ambas as exigências. Para tanto, começaram por fazer um levantamento sistemático dos pontos controversos e omissos emergentes no debate teórico acerca da cultura política; definiram um quadro conceptual; formularam os pressupostos que em seu entender se mostram indispensáveis para a construção de um modelo analítico adequado. Na sua proposta expressa-se a necessidade do recurso a diferentes áreas do saber, assim hierarquizadas: a psicologia social cognitiva, centrada nos processos de interacção através dos quais os indivíduos constroem a realidade social - Tajfel(1982) e Moscovici (1984); as correntes da sociologia que apreendem as relações entre as estruturas sociais “objectivas” e as “subjectivamente” construídas, para além da literatura sobre socialização destacam particularmente os autores que focam as estruturas simbólico-ideológicas das sociedades- Bourdieu(1977,1980) e Véron (1979,1981)- e algumas vertentes da sociologia do conhecimento- Berger e Luckmann (1966); e ainda certas correntes da antropologia social que equacionam a “cultura” numa perspectiva cognitiva e simbólica- Geertz (1973)

“Vê-se que o espaço público falta cruelmente em Portugal”.

José Gil (in Portugal e o medo de existir)

Parte 1. Os colunistas: contornos de uma presença no “campo dos media”

1. Colunismo: Uma actividade na intersecção entre a política e o jornalismo “em vias de profissionalização”?

Hoje pode dizer-se acerca do colunismo, o que se publicava acerca do jornalismo, em 1851 em França, num Dicionário das Profissões: "O Jornalismo não é uma profissão no sentido habitual do termo. Isto é tão verdade que ele recruta nas outras profissões, geralmente as que exigem conhecimentos gerais, a advocacia, os professores, os homens de letras ou das ciências" ⁵⁰. Contudo, e utilizando a expressão de Pacheco Pereira, ele próprio colunista, diríamos que há hoje uma “indústria do comentário”, uma indústria de falar/escrever sob a forma de comentário, nascida no advento das novas tecnologias, que é uma “indústria de ponta”, ainda que discordando da sua perspectiva assente na economia liberal (a opinião insere-se num mercado aberto onde os bens são escassos, e onde tudo se mede pela qualidade da opinião) (Abrupto, 28/2/2005).

Mas o conjunto de actores que assina as colunas de opinião ou os editoriais nas páginas dos jornais não constitui um grupo especializado que possua um monopólio de conhecimentos ou saberes especializados, ainda que o conceito de “profissão” continue em construção (tanto mais que continuam na sociedade moderna a emergir novas ocupações que aspiram ao ‘estatuto’ de profissão e a desaparecer outras que aparentemente já se tinham constituído como tal, assistindo-se nas sociedades contemporâneas a uma intensa e dinâmica reconfiguração profissional e social).

Os colunistas não são, pois, em rigor e sob nenhum ponto de vista formal, incluindo o corpo de problematizações e conceitos da sociologia das profissões (que abaixo tentaremos resumir), considerados um grupo ocupacional.

Não o poderão ser, assim, à luz do paradigma funcionalista, "lugar" onde se situavam as primeiras abordagens que, de forma mais sistemática, na segunda metade do século XX,

⁵⁰ O processo de profissionalização do Jornalismo é abordado e enquadrado teoricamente, por exemplo, em Nelson Traquina (2004), *A Tribo Jornalística*, Editorial Notícias, Lisboa

analisava sociologicamente o fenómeno das profissões⁵¹. Segundo a perspectiva funcionalista em geral – cujas bases foram lançadas pelos primeiros trabalhos de Carr-Saunders e Wilson (1934), mas solidificada por Parsons (o primeiro sociólogo a abordar o fenómeno das profissões em termos teóricos), Merton, Goode, Barber e Moore – são os atributos ou características dos grupos profissionais, a estrutura e formas de organização e a função social das próprias profissões que permite analisar e definir o conceito de profissão. As profissões apresentam-se como blocos homogéneos de indivíduos que partilham os mesmos valores e conhecimentos (tidos como intrínsecos à própria profissão) e assentam em três pressupostos básicos: (1) o *estatuto profissional* resultante do saber científico e prático e do ideal de serviço, (2) o *reconhecimento social* da competência adquirida através de uma longa formação e, (3) a *resposta a necessidades sociais* (fazer o «bem» possível pela sociedade), portanto, pressupostos cuja articulação (entre motivações, valores e sistema), se torna a base do funcionamento e legitimidade social da profissão (Rodrigues, 2002:13). Deste modo, nesta perspectiva, a explicação do fenómeno das profissões assenta sobre critérios de legitimidade social.

Nem o poderão ser à luz do paradigma que o pôs em causa, o interaccionismo, ainda que este ao assentar a sua explicação do fenómeno das profissões nas relações de negociação e conflito forneça um novo quadro de orientação teórico-metodológica, considere que mais importante que o conceito de profissão em si, são os processos de profissionalização, de transformação das ocupações, de conflito e interacções deles decorrentes, isto é, os processos de “emergência, consolidação e desenvolvimento de cada grupo profissional”. (Costa, 1988: 109)

Estes grupos profissionais são vistos não como blocos homogéneos, mas sim como grupos constituídos a partir da diversidade das instituições de formação e recrutamento, das actividades desenvolvidas por membros do mesmo grupo ocupacional, pelo uso de diferentes técnicas e metodologias, pelo tipo de clientes e pela diversidade de sentidos de missão – o que pode corporizar diferentes associações de interesse em cada grupo. Acrescente-se, a título de exemplo, que autores como Bucher e Strauss procuram uma

⁵¹ Não obstante, desde o final do século XIX, que vinham surgindo vários contributos para o estudo deste fenómeno, através da reflexão de pensadores como, Spencer, Saint-Simon, Weber, Durkheim, Beatrice e Sidney Wrbb.. Todos atribuíam às profissões um valor positivo, considerando-as formas "superiores" de organização social, portanto, manifestações de desenvolvimento e modernidade (Rodrigues, 2002: 2)

complementaridade das abordagens funcionalistas e interaccionistas, assim como, Wilenski (1964) que define profissão como “uma ocupação que exerce autoridade e jurisdição exclusiva simultaneamente sobre uma área de actividade e de formação ou conhecimento, tendo convencido o público que os seus serviços são os únicos aceitáveis”. (Rodrigues, 2002:20). Também Gyarmati (1975), vê as profissões em termos de autoridade e poder, considerando-as como sistemas de mandarinato baseados em duas premissas – a *autonomia* com que organizam e regulam as suas actividades e, – o *monopólio profissional*, a capacidade de restringir a respectiva actividade apenas aos oficialmente acreditados para o efeito, garantindo assim a legitimidade social e a perpetuação do *status quo* das profissões; é o *conhecimento* que assegura às profissões a autonomia, o monopólio profissional e, logo, o poder que caracteriza os profissionais na sociedade. Já Dingwall (1976) e na linha do interaccionismo, considera que as profissões não podem ser definidas como um conceito estático, racional e científico, mas “devem sim ser abordadas a partir das representações que os membros de dadas ocupações, (...) fazem do conceito de profissão (...) isto é, que interpretação fazem do seu trabalho e do trabalho desenvolvido por «outros»”. (Rodrigues, 2002:36)

Também não o poderão ser, ainda, no âmbito das inúmeras, mais complexas, e por isso mais interessantes, abordagens que lhe sucederam nas décadas seguintes, sistematizadas por Maria de Lurdes Rodrigues (2002:)⁵²

No entanto, e dado que parece assistir-se na sociedade portuguesa a um processo de crescente profissionalização da actividade de opinar, somos tentados a encará-la como uma "quase profissão", uma "semiprofissão", ainda que rejeitando a ideia de *continuum*, por referência a um tipo idealmente definido, que está subjacente às primeiras abordagens.

⁵² A autora sistematiza a história da sociologia das profissões em 4 períodos, nos quais ocorrem, respectivamente: a definição do campo ou a procura de um modelo; a crítica e reabilitação das profissões; o poder das profissões e a pluralidade de paradigmas, abordagens e perspectivas; e a abordagem sistémica e comparativa ou a procura de modelos complexos.

Convém, então, determo-nos um pouco sobre o conceito de profissionalização, particularmente na análise de Abbott (1991) que, elaborando uma crítica consistente ao conceito de Wilensky (1964) – ainda hoje o mais frequentemente citado na literatura da sociologia das profissões – conclui que argumentos teóricos e evidências empíricas provam que as profissões evoluem em diferentes direcções, ritmos e sequências, não fazendo sentido os pólos profissionalização/desprofissionalização (Rodrigues, 2002:22.).

Assim, a nova proposta teórico-metodológica de Abbot (realizando uma síntese integradora dos paradigmas anteriores), chama a atenção para a diversidade e complexidade das situações (em particular para as que decorrem das variáveis espaço e tempo), que só uma abordagem sistémica permite explicar. Considerando que na base dos conceitos de profissão e profissionalização estão proposições discutíveis, a saber: mudança unidireccional: a evolução das profissões não é explicitamente dependente da evolução de outras profissões, sendo cada uma estudada isoladamente; a estrutura social e as pretensões culturais têm mais importância do que o trabalho desenvolvido; as profissões são entendidas como unidades homogéneas; a profissionalização é vista como um processo que não muda. O autor propõe-se transferir o *focus* das estruturas organizacionais das profissões para grupos com trabalho comum: *focus* no trabalho. Deste modo, o fenómeno central da vida profissional é a ligação entre a profissão e o seu trabalho, que designa por jurisdição. Pelo que, "analisar o desenvolvimento profissional é analisar como esta ligação é criada no trabalho, como é ancorada em estruturas sociais formais e informais, e como o jogo das ligações jurisdicionais entre profissões determina a história das próprias profissões (Rodrigues, 2002:94)⁵³.

⁵³ Os três níveis de análise do fenómeno das profissões em que a sua proposta é desenvolvida são os seguintes: o processo e as condições do estabelecimento efectivo e da manutenção de jurisdição, dos quais são considerados elementos fundamentais a natureza do trabalho profissional e as estruturas que suportam as pretensões de jurisdição (através das quais estas são apresentadas, avaliadas e estabelecidas); as fontes de mudança no interior do sistema (sendo que as profissões são internamente diferenciadas e mudanças na sua composição podem afectar ou introduzir transformações no poder e na legitimidade das mesmas); as fontes de mudança no exterior do sistema, no contexto sociocultural (mudanças macrosociais no conhecimento, nas tecnologias e nas organizações)

Na proposta de Abbot (à semelhança de outras muito distintas como as de Freidson ou Derber), o conhecimento é o principal recurso de poder profissional. Não nos parece ser o caso do grupo aqui em análise, os colunistas.

Porém, para perceber o poder desta actividade – tema recorrente no nosso trabalho – interessará ter em conta os contributos das abordagens no domínio do *paradigma do poder* (cujos principais autores são Johnson, Freidson e Larson, ainda que muitos outros tenham dado o seu contributo), nas quais as explicações do fenómeno das profissões se alargaram a critérios relacionados com o poder (profissional, económico, social e político dos próprios grupos). Realce-se os trabalhos de Larson (1977), que, fazendo uma síntese das teses marxistas e weberianas, estudando as profissões como grupos de interesses (ligados ao sistema de classes da sociedade capitalista), analisa a profissionalização como um projecto de mobilidade colectiva onde as ocupações aspiram conseguir, para além de posições económicas, estatuto social e prestígio.

Assim, a profissionalização é entendida como "um processo de fechamento social pelo qual os grupos procuram maximizar os seus resultados e os seus recursos, limitando o acesso a um círculo restrito de candidatos. Tais processos implicam a exclusão, a oposição a outros grupos, e são justificados pelo interesse colectivo de serviço à comunidade, tendo toda a legitimidade jurídica e apoio político". É precisamente a um efeito de fechamento social, a uma espécie de "monopólio de competências" que parecemos assistir ao observar os nomes das figuras que vem expressando, ao longo dos anos, a sua opinião nos media.

A mesma autora (1988) situa-se num quadro teórico que também consideramos relevante para perceber o poder do grupo que aqui nos ocupa (o qual retomaremos mais à frente), defendendo, inspirada nas teses institucionalistas de Foucault, que o saber em si não é suficiente para constituir recurso, sendo que para demonstrar a superioridade de um grupo será necessário desenvolver um processo de construção e de apropriação de um discurso científico, autorizado e autorizante. O sucesso desse processo está dependente do contexto político, da eficácia e dos recursos (intelectuais, ideológicos, sociais) dos profissionais. É interessante a utilização que a autora faz do conceito foucaultiano de "campo de discurso" na abordagem da relação entre o conhecimento científico e o poder dos profissionais, na medida em que afirma que a profissão se

tornou " (...) um meio quase omnipresente de construir a competência, quer dizer de criar, organizar e apresentar aos actores e aos espectadores (ou aos executantes e aos clientes) o seguinte cenário: eis uma pessoa identificada por sinais particulares que põe à vossa disposição um saber superior ao de outras pessoas que podem perfeitamente possuir mais conhecimentos e uma excelente formação, mas noutros domínios" (cit por Rodrigues, 2002:114-115). Deste modo, postula-se a existência de um público leigo que compreende os sinais de competência, partilha um quadro sociocognitivo, fornecido pelo sistema de instrução mas também pelo sistema mediático, no qual se inscreve e aceita a superioridade dos especialistas.

Entre nós, Graça Carapinheiro (1989) também utiliza o quadro conceptual foucaultiano na análise dos poderes e saberes no hospital A abordagem desta autora, actualizando a corrente interaccionista que sublinha o carácter de construção social do fenómeno das profissões, centra-se nas práticas profissionais quotidianas (a um nível de análise micro), analisando o processo de transformação dos saberes formais em poderes profissionais. As profissões são abordadas como *folk* categorias, sendo que os atributos, os elementos da estrutura, os discursos e as práticas são considerados instrumentos utilizados no processo de profissionalização. A configuração da divisão do trabalho resulta da distribuição de papéis diferentemente valorizados, a qual não é "natural", mas antes objecto de conflitos e negociações, donde resultam hierarquizações e segmentações. Também para Graça Carapinheiro, à semelhança de Larson, as profissões são constituídas por grupos que alcançaram uma posição de força (monopólio e exclusividade) sobre o mercado de trabalho. Seguindo Friedson, ao referir-se a "poderes" (no plural), reforça a ideia de que as profissões formam grupos heterogéneos, internamente estratificados, cujos poderes que exercem são concretos e específicos, historicamente variáveis, estruturalmente dispersos, tendo a necessidade de serem delineados em termos das instituições que os possibilitam. No caso aqui em estudo, dir-se-ia que será mais pertinente abordar o inverso: o processo de transformação dos poderes formais em saberes profissionais.

2. A hipótese de uma comunidade interpretativa

Se ainda não podemos considerar os colunistas um grupo profissional, poder-lhes-emos reconhecer algumas características de "tribo" (expressão que, entre nós, Nelson Traquina (2004) utiliza para os jornalistas) ou "comunidade interpretativa"?

Este conceito tem vindo a ser utilizado no âmbito de uma abordagem alternativa para entendimento da diversidade de aspectos que envolvem as práticas jornalística e que não são tidas em conta nas análises do jornalismo enquanto profissão, uma vez que os critérios (rígidos) que definem a profissão não fornecem um quadro de referências adequado para compreender as dimensões narrativa da prática jornalística, o modo como os jornalistas criam uma comunidade por meio do discurso, as associações informais e outros canais e formas de legitimação além daquelas que são promovidas pelo estatuto profissional. Este modo alternativo de conceber a comunidade jornalística, tem-se conceptualizado extravasando os estudos de media e jornalismo, recorrendo à antropologia, à etnologia e aos estudos literários.

Assim, as "comunidades interpretativas", entendidas como grupos unidos pelas suas interpretações partilhadas da realidade, segundo a definição de Hymes produzem textos e "determinam a forma daquilo que é lido" (Fish, 1980, cit por Zelizer, 2000:38), exibindo certos padrões de autoridade, de comunicação e de memória quando interagem mutuamente (Degh, 1972, cit por Zelizer, 2000:36), estabelecem convenções tácitas e negociáveis que regulam a forma como os seus membros podem "reconhecer, criar, experienciar e falar sobre textos" (Coyle e Lindlof, 1988, cit por Zelizer, 2000:36)

É também neste sentido que Zelizer (2000:39), entre outros, assinala que "os jornalistas estão unidos, enquanto comunidade interpretativa, pelas interpretações colectivas de determinados acontecimentos-chave". Tal como observa a autora (2000:38), a importância da criação de sentido através do discurso é também apontada pela imagem que Park (1940) tinha das notícias como uma forma de conhecimento, pela definição de

Carey (1975) da comunicação como ritual e como quadro comum de compreensão, pelas ideias de de O'Brien (1983) acerca das notícias como um pseudo-ambiente e pelos trabalhos de Schudson (1988, 1992) sobre o modo como os jornalistas constroem uma imagem de si próprios.

No exercício da sua actividade, partilham um enquadramento de referência, que Bourdieu (1997) identifica como as estruturas cognitivas, perceptivas e avaliativas, pelo que a prática jornalística tem na base uma série de assunções e crenças partilhadas. É esse sistema de crenças ou ideologias que, como refere Elliott (1974), dá sentido ao trabalho de qualquer grupo ocupacional, justificando-o dentro e fora do grupo.

De modo similar ao que alguns autores apontam, referindo-se à notícia, em que medida também a opinião expressa reflecte uma "cultura de grupo", um "sistema de valores", "um pensamento de grupo" susceptível de se transformar num "pack opinion" (por similitude ao conceito de pack journalism)? Pois não é também a opinião um relato seleccionado da realidade, uma "imagem refractada", consequência de um "prisma" (valores), na terminologia de Patterson (1997) ou do uso de certas "lentes", na de Bourdieu (1997)?⁵⁴

Aparentemente, tal parece uma grosseira contradição, pois da opinião diz-se correntemente ser "livre", expressa num registo eminentemente pessoal, apresentando-

⁵⁴ Não sendo aqui oportuno alongarmo-nos muito, registamos apenas alguns marcos da investigação sobre ideologias e modelos profissionais dos jornalistas: Em 1963 Cohen inicia um conjunto de investigações sobre as atitudes e papéis profissionais. Mas o trabalho que mais influenciaria as investigações posteriores foi o de Johnstone, Slawski e Bowman, em 1972. Nessa investigação de forte cariz empírico, os autores elaboraram um primeiro grupo de variáveis para medir atitudes e papeis, composto por oito itens. Uma década depois, David Weaver e G. Cleveland Wilhoit, reformulariam essa escala de itens, tendo-a melhorado em pesquisas posteriores (1991; 1996). Contudo, a investigação melhor conseguida foi publicada em 1998-*The Global Journalist*, na qual recolhem investigações sobre a actividade jornalística em países dos cinco continentes. Apontam-se algumas críticas a estas investigações, nomeadamente o terem privilegiado o indivíduo como objecto de estudo, negligenciando o contexto. Tem-se considerado como variáveis independentes a organização para que o jornalista trabalha, as características individuais (como a educação e a ideologia política), factores externos como a relação com as fontes, mas tem-se excluído factores tão importantes como o contexto socio-político, o sistema mediático, as audiências. (Neste sentido, Reese (1999) dá-nos um contributo, através do seu modelo de "hierarquia de influências", o qual inclui cinco níveis de análise - o individual, as rotinas, a organização, o nível exterior ao media e o nível ideológico- não estabelecendo, contudo, as relações entre os diferentes componentes). Outra limitação importante da investigação sobre ideologias e modelos profissionais resulta do facto de se ter como fonte exclusiva para a construção das tipologias de jornalistas as opiniões expressas por eles. Mancini (1999) confrontou-se com a contradição entre a prática profissional e os modelos teóricos, ao encontrar incoerências evidentes entre as autopercepções dos jornalistas italianos e o que era o reflexo do seu trabalho.

se muitas vezes sob a capa insuspeita da "análise". Trata-se de uma crença (tão arreigada quanto durante tanto tempo o esteve a da objectividade jornalística).

Os dados disponíveis corroboram a ideia de que os colunistas funcionam em “circuito fechado”, constituindo grupos reduzidos, de lenta renovação, muitos deles presentes na cena mediática há muito tempo e acumulando presenças em vários media. No entanto, a ideia de "circuito fechado", não deve corresponder exactamente à imagem de que o discurso dos colunistas é uma conversa apenas entre os colunistas, os próprios jornalistas, a elite política, a elite intelectual e uma minoria da população, como defenderemos mais à frente.

Não rejeitando a hipótese de que os colunistas se entregam à prática de leituras recíprocas que induz efeitos de estandardização dos conteúdos (Rebelo, 2000: 26; Soera, 2000:4) interessará, pois, através da análise de conteúdo das colunas de opinião e do discurso dos colunistas (patente nas entrevistas que obtivemos) indagar quais são as crenças, os valores, os "óculos" com que os colunistas vêem a sua própria actividade, o que faremos ao longo deste texto.

3. O recrutamento (entre as elites) dos colunistas

Empiricamente, poderemos dividir os colunistas que escrevem sobre política em três categorias:

- 1- Os que exercem actividade político-partidária
- 2- Os exercem actividade profissional "qualificável/qualificante" (empresarial, técnica, académica, cultural)
- 3- Os que têm uma regular presença nos media (em termos de tempo/antiguidade e frequência/assiduidade) em consequência do *valor* da opinião que emitem.

Esta última categoria subdivide-se em duas:

- 1- Os jornalistas: directores, subdirectores, jornalistas de "prestígio"
- 2- Outros actores que adquiriram/reforçaram a visibilidade social e mediática através dos espaços de opinião (ainda que tenham ligações com as categorias anteriores)

Estamos na presença de variáveis tão distintas e imprecisas como profissão, posição que aí ocupam, visibilidade mediática e social, reconhecimento/prestígio social (resultante das variáveis anteriores, mas não inteiramente explicada ou legitimada por elas), exercício de poder, o que pode configurar, mais do que uma classe social, ou lugar de classe, e sem prejuízo de outras categorizações, a existência de uma elite.

Entendemos, então, que estamos na presença de actores que pertencem às *elites* – partindo da definição genérica que as elites compreendem "as pessoas e os grupos que, graças ao poder que detêm ou à influência que exercem, contribuem para a acção histórica duma colectividade, seja pelas decisões tomadas, seja pelas ideias, sentimentos ou emoções que exprimem ou simbolizam" (Rocher 1971:19) – pelo que interessa começar por trazer à luz, sumariamente, alguns contributos ligados à "teoria das elites", entendendo-se, por esta, a teoria segundo a qual, em toda sociedade, existe, sempre e apenas, uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privado (Bobbio et al, 1992:385).

Note-se que a questão das elites é muito antiga no pensamento social, recuando até os filósofos gregos como Aristóteles e Platão, que apontavam regimes de governo comandados por “homens privilegiados” – as oligarquias. No entanto, o conceito de "elite", tal como hoje o vemos, advém das formulações teóricas iniciais dos clássicos da chamada *Escola Italiana das Elites*, Vilfredo Pareto⁵⁵ e Gaetano Mosca⁵⁶ e, ainda, Robert Michels⁵⁷. Os dois primeiros, recentemente recuperados, depois de durante muito tempo terem sido mal interpretados, resultado da descontextualização do seu pensamento, tendo sido, nomeadamente, acusados de elitistas, no sentido de rejeitarem a Democracia.⁵⁸

Decisivo para história do conceito de elite foi o significativo desenvolvimento que sofreu nos anos de 1950 e 1960, nomeadamente através da obra de Wright Mills (1956), para quem, no topo da hierarquia da sociedade norte-americana só existia “A elite do Poder”, concebida de modo unitário e global, ainda que com múltiplas ramificações (integrando políticos, empresários e militares) mas sendo unificada, integrada, na

⁵⁵ Resumidamente, Pareto entendeu que há em todas as áreas de acção humana indivíduos que se destacam pelas suas qualidades superiores, que compõem uma minoria distinta do resto da população e que tendiam a comandar a maioria. Para ele, a elite mais importante em termos de mudança social era a elite política, a qual dividiu em duas facções: a *elite governante* (a que detém os mecanismos de poder) e a *elite não governante* (a que aguarda alcançar legalmente o poder)- que lutariam entre si e alcançariam a legitimidade através da mobilização das massas, do sufrágio popular. Esta competição geraria o desenvolvimento *derivações* (a que hoje chamamos ideologias), as quais poderiam variar ao longo do tempo mas manteriam uma certa consistência, um fundo básico inalterável- *os resíduos* (identificados em dois tipos: os favoráveis à mudança, que corporizavam o *tipo raposa*, e os favoráveis à conservação, com características do *tipo leão*. Pode-se hoje afirmar que Pareto, ao contestar teorias muito enraizadas, como a hegemónica explicação marxista da mudança social, se revelou muito inovador.

⁵⁶ Mosca, por sua vez, entendeu que toda a sociedade (independentemente da classificação do regime- considerada pouco interessante- monarquia, aristocracia, democracia ou república) era dirigida por um grupo qualificado: a *classe política dirigente*. Segundo ele, esta consegue manter-se no poder através de uma *formúla política* (verdadeira ou não), que o povo aceita por acreditar nos núcleos essenciais do discurso político (o que remete, à época, para os tipos de legitimação de Weber, em particular o carismático; e, nos dias de hoje, para o *marketing político*)

⁵⁷ Michels, a quem se deve a introdução dos conceitos de *organização e oligarquia*, partiu do princípio de que as massas eram incompetentes para, por si mesmas, tomar decisões importantes, desorganizadas, necessitando de líderes a quem delegar funções. Como tal, concluiu que a representação de interesses, por meio de organizações e delegados, se tornava uma tendência inexorável. Assim, todos os partidos, todos os Estados estão submetidos a uma regra- a *lei de ferro da oligarquia*- em que uma minoria (organizada, trabalhando estrategicamente) dirige inexoravelmente a maioria, não tendo esta alternativa

⁵⁸ As novas tendências teóricas, onde se inclui o “neoelitismo”, compatibiliza a existência de sociedades democráticas e plurais com a existência de uma elite ou grupos dirigentes maioritários, recusando ver nas elites uma estrutura de poder concertado. Com efeito, a maioria dos actuais estudos centram-se sobretudo na forma como as elites se organizam e exercem o seu poder de influência, na sua composição interna, nas relações entre grupos e fracções de um grupo, na coesão e nos conflitos entre as diferentes elites (Sainz, 2003:29)

medida em que os seus membros – que se caracterizavam por possuir dinheiro, poder e prestígio – mantinham relações entre si e interesses e formas de socialização comuns.

Contrariamente a esta concepção, a corrente “pluralistas”, de que são representantes autores como Riessman, Dahl e Aron, defendeu a existência de uma pluralidade de elites, em competição entre si, actuando em terrenos diferentes e autónomos, e cujos poderes são flutuantes.

No campo ideológico, como nota Jacques Julliard (1997, cit por Saínz, 2003:28), o confronto destas duas perspectivas conduz ao marxismo e ao liberalismo, respectivamente. Segundo Busino (1992, cit por Saínz, 2003:28), a partir de finais dos anos 70⁵⁹, as “paixões ideológicas” suavizaram-se, conduzindo a que na actualidade coexistiam posições doutrinárias mais matizadas e que se tenha obtido um consenso mínimo sobre os fundamentos e pertinência desta problemática e sobre o próprio conceito de elite.

Parece, pois, hoje evidente que as elites políticas estão longe de ser os únicos agentes que detêm o poder e que criam factores de mudança, existindo influentes elites sociais – elites tradicionais, carismáticas, simbólicas, ideológicas, tecnocráticas, económicas – onde se podem incluir as novas elites emergentes, como são o caso da elite jornalística e da elite mediática cujas formulações recentes ainda aparece mal definida, tendo sido apenas investigado empiricamente por alguns autores.

Tomando em consideração Higley e Burton (2003), seria possível enquadrar os colonistas na elite política, uma vez que estas são “formadas por aquelas pessoas que possuem a capacidade organizada de causar verdadeiras perturbações políticas” (Higley e Burton, 2003:280). São um elevado número de pessoas que “ocupam posições de topo em organizações ou movimentos poderosos, devido à sua dimensão ou a qualquer outro

⁵⁹De acordo com este autor, nos anos 80 coexistiram 3 correntes principais- a que enfatiza a coesão das elites; a que coloca a tónica no conflito; e a que destaca a convergência, o mutuo respeito e a capacidade dos grupos integrantes das elites para trabalhar juntos- cujas bases estão hoje em desuso, uma vez que se observa que as sociedades se tornaram mais complexas e diversificadas, pelo que a unidade e homogeneidade está menos garantida, conseqüentemente, as relações entre os diversos grupos de elites são complicadas e potencialmente conflituosas.

motivo, e que participam ou influenciam directamente os processos políticos de decisão" (Higley e Burton, 2003:280).

Assim definidas, as elites políticas incluem não apenas a "elite do poder" (dos empresários de topo, governantes, líderes militares) mas também todos os que possuam posições de destaque, seja em partidos, associações profissionais, grupos de interesse de natureza vária, ou meios de comunicação social. Presume-se que todos estes actores participam ou influenciam directamente os processos políticos de decisão, ainda que alguns o façam através do bloqueio ou oposição às decisões (Higley e Burton, 2003:280)

Não deixando de reconhecer que os colunistas são "actores políticos", pode também defender-se que muitos deles integram as elites ideológicas. Seguindo Marques Bessa (2002), estas elites incluem os produtores de ideias, entre os quais, intelectuais, universitários interventores, jornalistas influentes. As elites ideológicas podem ter o poder de influenciar os modos de pensamento, mantendo o *status quo* ou, como preconizou Gramsci – através da figura do "intelectual orgânico" – preparando o caminho de uma nova fórmula política triunfante, susceptível de derrubar a fórmula das elite dirigentes e enraizadas.⁶⁰

Mas também podemos definir “elite” como o conjunto dos indivíduos melhores qualificados em cada actividade profissional, que tem alguma proeminência tanto sobre a população quanto sobre os seus semelhantes. Neste sentido, pode admitir-se que há uma elite entre os jornalistas.

⁶⁰ Todavia, actualmente em Portugal, e na perspectiva de Villaverde Cabral (PÚBLICO, 20 de Maio de 2004) as elites têm a sua capacidade de liderar a mudança limitada: "(...) se as elites são pequenas, pouco instruídas, pouco confiantes, muito distantes da massa da população, não é expectável que liderem uma mudança". Em Portugal, a fraca confiança interpessoal na classe política e nas instituições – que afecta todos, de um modo mais significativo as classe subordinadas- manifesta-se também nas próprias elites, de uma maneira que não acontece nos outros países. Villaverde Cabral observa que os operários suecos, por exemplo, confiam mais, em média, nas instituições e nos políticos, têm maior propensão para a mobilização e para o associativismo do que as elites de Portugal

3.1. A elite dos jornalistas e os seus problemas

A elite dos jornalistas reporta-se a uma formulação recente, aparece ainda mal definida e está sociologicamente pouco estudada, não obstante já ter sido investigada empiricamente.⁶¹

Alguns autores falam indistintamente de elite jornalística e elite mediática, outros tem concepções diferentes acerca de cada uma, considerando que na primeira apenas se incluem os jornalistas e que a segunda abarca outras categorias – políticos, artistas, empresários, escritores, intelectuais – cuja característica comum é a sua frequente exposição ou participação nos diferentes media (Sainz, 2003:45).

É, pois, nesta categoria – a elite mediática – que parece tentador incluir os colunistas. No entanto, a deficiente conceptualização teórica do conceito, desaconselha a sua utilização. O critério para alguém integrar esta elite plural, que inclui outras elites, é fundamentalmente a visibilidade que projectam os media, em particular a televisão (Sainz, 2003:46), o que nos parece manifestamente redutor e insuficiente. Note-se, por exemplo, que Bourdieu, , apenas se refere ao “campo jornalístico”, nunca utilizando os conceitos de elite jornalística ou mediática, ainda que se refira a certas categorias como a das “vedetas mediáticas“ extremamente bem remuneradas (1998:110) ou a de “esses ‘intelectuais-jornalistas’, que se servem da sua dupla pertença para se esquivarem às exigências específicas dos dois universos e para importarem para cada um deles poderes melhor ou pior adquiridos no outro” (idem: 89) ; similarmente, Champagne (1990) também evita a sua utilização, referindo-se apenas ao “campo mediático”.

⁶¹ Em Portugal, a investigação é muito reduzida. Existe um trabalho pioneiro e exploratório (Maria Alcinda Neves Barata, *chefias jornalísticas e trajectórias profissionais: uma aproximação à elite dos jornalistas portugueses*, actas do 3º congresso da APS, 1996) que dá conta da elite *de imprensa*, em que esta aparece definida pela presença de variáveis que remetem para uma *elite de influência* (segundo a tipologia de Guy Rocher). Para a aproximação a um dos possíveis processos formadores de uma elite jornalística desvendaram-se as trajectórias profissionais e o prestígio associado ao desenvolvimento da carreira. Utilizou-se um conjunto de indicadores (distribuição do poder; capital escolar; tempo de exercício da actividade jornalística; ocorrência de situações geradoras da aquisição/atribuição de prestígio social e profissional). Este estudo é sequência de anteriores pesquisas sobre a realidade do jornalismo português (Garcia e Castro 1993; Castro, 1994), os quais identificaram a existência de 4 fracções entre os jornalistas: Fracção já inserida mas em início de carreira; Fracção dos iniciados no Jornalismo; Fracção de Maior Antiguidade e c/ lugares de Direcção; Fracção que ingressou no jornalismo no PREC, tendo sido designadas as duas últimas como *fracções de elite*

O estudo pioneiro da elite jornalística pertence a Rémy Rieffell (*L'Élite des journalistes*, 1984)⁶², o qual analisou a composição, funcionamento e [1984] práticas dos “dirigentes da informação” franceses. Para o efeito, entrevistou 120 jornalistas considerados membros da elite os jornalistas: os que se encontravam no topo da hierarquia profissional (considerada um critério fundamental e tendo uma configuração lata, onde se incluíam redactores chefe ou chefes de secção), mas tomando também em conta indicadores como as elevadas remunerações, a sua rede de contactos, a audiência/tiragem dos media onde trabalhavam, a notoriedade no interior da profissão, o prestígio social e a consideração obtida por parte do poder.⁶³

Em 2003, María Santos Saínz na investigação empírica que efectuou⁶⁴ confirma a validade, na actualidade, destes critérios, mas sublinha a crescente importância da visibilidade e a notoriedade outorgada pela televisão enquanto critério para definir a composição da elite jornalística. A televisão é uma plataforma de lançamento e consagração, inclusive para expressar a opinião nas tribunas da rádio e da imprensa.

Mais, a visibilidade mediática assume-se, para Bourdieu, como uma força simbólica (antes exercida pelas sanções internas): a consagração – “esse novo princípio de legitimidade- (e as concessões à lógica comercial) confere a certos produtos (culturais ou até mesmo políticos) e a certos ‘produtores’ o substituto aparentemente democrático das sanções específicas impostas pelos campos especializados” (1998:88). Deste modo, a consagração “baixa os direitos de entrada num certo número de campos”, podendo consagrar pessoas que não pagaram esses direitos de entrada do ponto de vista da definição interna da profissão (Idem:72).

Para identificar a elite, Saínz utilizou o método utilizado pelos elitistas- o *reputacional* - que consistiu em perguntar aos membros da elite jornalística e a outros *experts* quem consideram que inclui a elite (2003:46). Contabilizadas as respostas obtidas em entrevista, a autora elabora um ranking dos 10 jornalistas franceses mais citados.

⁶² Posteriormente, publicou também "Analyse de l'élite des journalistes", in *Revue Française de science politique*, vol33, nº3, Juin, 1998

⁶³ Outras aproximações ao conceito de elite jornalística: Nos E.U.A, Lichter, R., Rothman S., Lichter L. (*The Media Elite*, Adler&Adler, Maryland, 1986) analisaram o papel desempenhado pelas novas elites emergentes, como a jornalística, na mudança social e cultural; em França, Jean-Marie Charon (*Cartes de presse. Enquêtes sur les journalistes*, Stock, Paris, 1993) investigando a profissão de jornalista, em geral, identifica a elite jornalística com os jornalistas que cobrem a informação política.

Metodológicamente (e ainda que a autora confronte o ranking apurado, com os nomes mais citados na bibliografia consultada, e com a lista de jornalistas que entrevistaram os presidentes da República François Mitterrand e Jacques Chirac, para concluir da similitude da sua composição) parece-nos questionável o critério utilizado para a selecção dos entrevistados- os lugares elevados que detinham na hierarquia dos media- resultando redundante ou circular, pois opera, à partida, uma distinção entre o que é suposto ir distinguir-se. É nosso entendimento que tal só se deveria fazer se já estivessem definidos os valores internos dessa condição, a de elite, à semelhança do que acontece com os campos científicos, em que, como diz Bourdieu, “Um bom historiador é alguém de quem os bons historiadores dizem que é um bom historiador” (Idem:62). A questão da composição das elites, sendo importante (mas seguramente não a única), nunca é uma questão fácil.

A elite de jornalistas franceses, constituída pelo ranking dos 10 jornalistas mais citados, é de pouca circulação, pertence aos media de referência: Le Monde, Libération, Le Figaro, Le Point, Le Nouvel Observateur, TF1, France 2/3, Europe 1, RTL. ; e inclui as categorias de director, director adjunto, colunista de imprensa, apresentador de telejornais, director e apresentador de um programa de actualidade política, comentador político de televisão. A maioria provem da classe media alta . Entre os dez, apenas duas são mulheres. Só uma (de 84 anos) não possui diploma universitário- a grande maioria é formada em ciências políticas, mas começa a consolidar- se a tendência de procederem das mais reconhecidas escolas de jornalismo. Têm ordenados substancialmente elevados em relação ao resto dos profissionais. E se a notoriedade é alcançada através dos media, o prestígio, a legitimidade e a autoridade intelectual encontram-na através da publicação de obras: todos já publicaram numerosos livros, de todos os géneros, particularmente, livros em que analisam a política e a sociedade francesas (que são objecto de um tratamento preferencial (promocional) por parte dos media para os quais trabalham ou nos quais colaboram (Ibidem:72-115)⁶⁵.

⁶⁴ El poder de la élite periodística, Fragua editorial, Madrid, 2003

⁶⁵ Augusto M. Seabra, em crónica publicada no Público a 24 de Junho de 2006- a terceira das cinco crónicas sucessivas subordinadas ao tema “A crítica ainda existe?” (com igual título), refere “casos” portugueses de tratamento privilegiado que os jornais dão aos livros dos seus colaboradores que indiciam a situação descrita em França por Saínz.

Assim, em resultado das entrevistas e das outras fontes consultadas, a autora conclui que, fundamentalmente, são os directores, os editorialistas, os colunistas, os comentadores políticos – todos ligados ao jornalismo de opinião - quem, actualmente constitui a elite jornalística (Ibidem:69). Olivier Mongin (2000, cit por Saíinz, 2003:120) realça o papel cimeiro que os jornais desempenham, já que os intelectuais “não existem sem aparecer nas colunas de opinião”. Assim, conclui Saíinz, as páginas de opinião “Débats” (Le Monde), principalmente, mas também as secções “Rébonds” (Libération) e “Débats et opinion” (Le Figaro) servem de tribuna de consagração para os intelectuais franceses (Idem:120).

Também em França, na década de 90, outros autores demonstraram-se igualmente restritivos na composição da elite e sublinharam a característica da visibilidade e da onnipresença, secundarizando, ao invés de Rieffel, a hierarquia profissional. É o caso de Roucaute (1991) e de Hamili (1998), para quem ela é composta por “três dezenas de jornalistas ou ‘intelectuais’⁶⁶, inevitáveis e volúveis” com uma presença mediática constante em diversos media: (...) Para eles o sol nunca se põe. De manhã na rádio, à noite na televisão; na Imprensa escrita, fluxo contínuo de editoriais: diário nacional, semanário, diários regionais" (1988:77-78).

Jacques Julliard (1997), ele próprio considerado (na investigação de Saíinz) um jornalista da elite jornalística em França sublinha a notoriedade- e não a “excelência” ou o talento – como o critério comum que une todos os membros da “super elite” ou da “elite das elites” francesa, a qual se constitui numa rede de convivência de origem social e profissional muito diversificada , detendo um poder e uma influência muito grande, para o qual muito contribuem os jornalistas.

⁶⁶ Num dossier temático publicado no Le monde diplomatique (Maio de 2006) - onde o intelectual aparece definido como « un homme ou une femme qui use de sa célébrité, acquise dans le domaine des sciences, des arts ou de la culture, pour mobiliser l’opinion publique en faveur d’idées qu’il considère justes. Depuis deux siècles, dans les Etats modernes, sa fonction consiste, de surcroît, à donner du sens aux mouvements des sociétés, à éclairer la voie menant à plus de liberté et à moins d’aliénation. » (Ignacio Ramonet) - critica-se o silêncio dos intelectuais na revolta em França a propósito do contrato do primeiro emprego (CPE) e são discutidas diversas questões: “ y a-t-il encore des intellectuels qui font référence ? Comment l’explosion médiatique a-t-elle bouleversé leur magistère ? Pourquoi, à la haine typiquement fasciste de l’« intellectuel » ou à l’aversion que lui voue la droite américaine, se juxtapose une sorte d’autodestruction par excès d’exhibition? Sans oublier une interrogation centrale sur la manière dont désormais, dans l’édition et à l’université, les intérêts privés enrôlent des penseurs prestigieux. »

Estas perspectivas têm contribuído para o que o conceito de elite mediática, embora aparecendo ainda muito ligado aos critérios da visibilidade e da notoriedade⁶⁷, começa também a desenhar-se através de outros mais dificilmente mensuráveis, como o prestígio, o grau de influência ou o poder que detêm.

Paralelamente, estas perspectivas – que se reportam a esta recentemente criada corrente de autores franceses, ferozmente crítica, para quem o jornalismo já não é, de acordo com a máxima de Hubert Beuve-Mery, fundador do *Le Monde*, "contacto e distância", mas só praticamente contacto (Hamili, 1998: 9) – remetem para um entendimento da elite mediática como uma rede de convívios.

Assim, as principais críticas surgidas deste debate denunciam que esta elite – onde se incluem os fazedores de opinião – vive em osmose com a classe dirigente francesa, numa amalgama a que alguns chamam "classe político-mediática"⁶⁸, "elites mediático-políticas"⁶⁹ ou "pessoal jornalístico-político"⁷⁰, que favorece uma nítida coabitação e um certo conformismo.

Patrick Champagne (1990) define a participação dos fazedores de opinião como um "jogo político-mediático". Ao apresentarem-se como especialistas em política, escudados no discurso analítico, tomam a defesa de políticos ou políticas concretas. Para este autor, os fazedores de opinião, cujo recrutamento é feito sobretudo no campo académico e no campo jornalístico, são personalidades mediáticas, envolvidas num *star-sistem*, devendo-se a sua permanência constante no circuito mediático às suas qualidades performativas, expressas através do discurso de sintético, exuberante e fortemente mediático.

⁶⁷ Ofá Bezunarte (2003) nota que nos inúmeros estudos que os jornais fazem entre os leitores, os nomes que estes recordam são sempre colonistas. Este comportamento verifica-se igualmente entre leitores supostamente mais qualificados e interessados nos aspectos profissionais, como é o caso dos estudantes de jornalismo

⁶⁸ Esta expressão – curiosamente também utilizada por François Mitterrand, foi referida por Debray (1993)

⁶⁹ Expressão utilizada pelo jornalista francês, Pierre Carles, autor do documentário "Pas vu, pas pri"

⁷⁰ Esta expressão é utilizada por Champagne (1990) para designar a cumplicidade, próxima da promiscuidade, entre jornalistas e políticos, em que os primeiros ora surgem como manipuladores ora como objecto de manipulação. Daí que Champagne considere o jornalismo como "um sub-campo da política"

Jean-Marie Charon (1993) baseando-se nas pesquisas de Rémy Rieffel sobre a elite dos jornalistas, atribui a cumplicidade e conivência entre jornalistas e políticos ao paralelismo das suas trajetórias: provêm das mesmas universidades, frequentam os mesmos locais, fazem as mesmas viagens.

Serge Hamili (1997 [1996]), no *best-seller* em que denunciou a conivência entre a imprensa e poder político e poder económico, ilustrando-a com inúmeros exemplos de clientelismo político e económico, e em que atribuí aos jornalistas o papel de servir a ordem estabelecida e a ideologia dominante, remeteu a elite jornalística francesa para um "universo de conivências": " (...) Entre si, a conivência é a regra. Encontram-se, frequentam-se, apreciam-se, entreglosam-se, estão de acordo sobre quase tudo (77-78). Esta elite, "porta-voz do discurso ultraliberal", deve o seu progressivo conservadorismo, entre outros factores, às elevadas remunerações que auferem, situando-se assim entre as classes mais privilegiadas.⁷¹

Estas teses vão ao encontro das que foram expostas por Pierre Bourdieu (1996, 1997) e Ignacio Ramonet (1999): os media foram adquiridos e controlados por poderosos grupos económicos que impuseram uma ideologia dominante, pelo que os jornalistas que neles trabalham, principalmente os que ocupam posições mais elevadas – como os editorialistas e colunistas – defendem os interesses das classes mais favorecidas.

Mas acrescenta-se que Bourdieu apenas se refere a “sinais de conivência” entre as elites, ilustrando situações em que, em debates televisivos, se confrontam personalidades aparentemente de partidos opostos, mas que se conhecem intimamente. Referindo-se a esses “debates verdadeiramente falsos ou falsamente verdadeiros”, diz que “o universo dos convidados permanentes é um mundo fechado de interconhecimento que funciona segundo uma lógica de auto – reforço permanente” (27).

A publicação, em Fevereiro de 2003, do livro "A face escondida do Monde – Do contra-poder aos abusos de poder", da autoria dos jornalistas Pierre Péan e Philippe Cohen, foi

⁷¹ Esta tese, que correlaciona o conservadorismo da opinião com o aumento das remunerações, já havia sido defendida nos EUA, por James Fallows, (*Breaking the news: How the Media Undermine American Democracy*, Pantheon, New York, 1996), que notava que num jornal era muito pouco frequente ler um editorial entusiasta dos sindicatos.

muito além deste género de críticas, proferindo graves acusações.⁷² Depois de virulentas contestações por parte dos visados, ambas as partes assinariam, em Junho de 2004, um protocolo de acordo que vincularia a direcção do jornal a retirar todas as queixas por difamação, e os autores e o editor do livro a não reeditá-lo (já tinham sido vendidos 200 mil exemplares), o que suscitou novos e acesos debates nos meios intelectuais franceses.

Note-se ainda outros exemplos de controversas que envolveram as elites que operam nos media. Durante a década de 90, também os media espanhóis (principalmente os jornais El País e El Mundo) estiveram no centro de um aceso debate, uma guerra mediático-política, em que se discutiu as redes de convivência, a liberdade de expressão, a pluralidade informativa e a própria democracia ⁷³. Por outro lado, note-se também os

⁷²Os autores acusaram os dirigentes do Le Monde – Jean-Marie Colombani (director), Edwy Plenel (director de redacção) e Alain Minc (administrador) – de terem conquistado o domínio do jornal para o instalarem no âmbito das redes de poder em França; de substituírem o papel de contra-poder do jornal pelo de "abuso de poder permanente"; de tentarem influenciar o curso da política francesa em função dos seus interesses ou convicções; e, inclusivamente, de incorrerem no crime de tráfico de influências. Colombani é acusado de ter intervindo junto do Primeiro-ministro, Lionel Jospin, a favor da distribuidora de imprensa NMPP

⁷³ Felix Santos (1995) narrou em detalhe os episódios desta “guerra”: Em 92, o semanário El Siglo numa reportagem intitulada “Guerra en la prensa” qualificou os grupos em confronto de “sindicato del crimen” (onde incluiu o ABC, El Mundo, la Cope) e de “serbios” (composto pelos editores Polanco, Asensio, Godó e as suas empresas). Cebrián, conselheiro delegado do grupo Prisa, alimentou a polémica: “(...) Hay un grupo de profesionales - a los que algunos ilaman el “sindicato del crimen”, que ejercen como auténticos dictadores en los medios que trabajan” (213). Noutra ocasião, refere-se a uma vintena de jornalistas que constituem um verdadeiro sindicato de intereses. Losantos, no ABC, respondia com outras tantas acusações: “Eso que ilaman felipismo no se puede entender sin la omnipresencia del diario de Jesus de Polanco, su orquesta e coros” (214) O El Mundo replicava com humor, referido-se às “famílias da Comunicação Social que enfrentavam o poder: “Los Corleone” (ABC), “Los Prizzi” (Cope), “La Camorra” (Diario16) e “Los Dalton” (El Mundo). Ao longo de 93 e 94 assistiu-se a uma autêntica “guerra de papel”, na expressão de Félix Santos, que foi também um combate político, muito marcado pelo “duelo” entre o El Mundo e o El País, observável no “fogo cruzado” dos seus editoriais. Este combate chegou aos tribunais, através da queixa apresentada por Polanco e Cebrián contra Sebastian por “intromissão ilegítima na sua honra” (em causa. artigos publicados, sob pseudónimo, no ABC e no El Mundo). Sebastián, por seu lado, continuou os ataques nas páginas do El Mundo, insistindo que a liberdade de expressão em Espanha estava ameaçada. Entretanto, a polémica alargara-se a outros meios e grupos de comunicação. E o Governo do PSOE ameaçava incluir o delito de difamação no Código Penal, mas perante a contestação da opinião pública viria a recuar. Um grupo de jornalistas e escritores constituíram uma “associação independente em defesa da liberdade de expressão”, em cuja declaração de fundação, denunciavam os atentados à liberdade de expressão causados pelo Governo e grupos de pressão da comunicação social; a concentração dos media; o dirigismo cultural e a política oficial de perseguição a escritores, jornalistas e editores independentes; os prémios e galardões do Governo a quem lhe obedecesse.

casos polémicos, mais recentes, nos EUA, de colunistas que receberam contrapartidas monetárias em troca de favores políticos⁷⁴.

⁷⁴ Em 2004, soube-se que Maggie Gallagher, colunista na natinal review online, recebeu entre 2002 e 2003 dinheiro (21.500 dólares) do ministério da Saúde para defender uma campanha para a promoção dos casamentos na América. Em Janeiro de 2005, o Presidente Bush admitiu que Ministério da educação (por intermédio da agência de comunicação Ketchum) pagou, em 2003, (240 mil dólares) a Armstrong Williams, influente comentador político (tem o seu próprio programa de rádio e uma coluna sindicada num jornal do grupo Tribune e é convidado frequente da CNN), para promover um pacote legislativo dedicado à infância. (Fonte:Público de 29/1/2005)

4. Caracterização dos entrevistados, as suas motivações e critérios

De acordo com as conceitos atrás apresentados, os nossos entrevistados incluem-se nas “elites sociais” e nas “elites jornalísticas”, o grupo constitui-se por 3 mediáticos e reputados professores universitários, 4 jornalistas (um deles director de jornal), 2 jornalistas e 1 escritor que também exercem actividade política .

Em resposta à questão “*Em que circunstâncias iniciou a sua actividade de colunista e o que o motivou a participar no espaço público por essa via?*”, quase todos realçam o facto de terem sido convidados pelos directores dos respectivos jornais, alguns relataram-nos as diversas publicações em que haviam colaborado. Curioso foi o facto dos “colunistas-jornalistas” encararem a sua actividade de colunistas como algo de natural: “Passei “naturalmente” do jornalismo para a opinião”, diz-nos um entrevistado; “Naturalmente, ao fim de alguns anos de jornalismo, surge a vontade de escrever também as nossas opiniões sobre os assuntos que acompanhamos profissionalmente. Muitos colunistas “aparecem” assim, dentro dos próprios jornais em que trabalham. Um “jornalista/político” escreve: “Foi a anterior actividade como jornalista – onde escrevia também editoriais – e o facto de, a partir de 1999, estar em funções políticas públicas e me dever afastar da profissão. Foi uma «compensação»...; e o outro: “a verdade é que sou jornalista desde 1963, titular de carteira profissional, etc., etc. O que profissionalmente entendo que tenho feito toda a vida é isso e, quando fui convidado para escrever «colunas de opinião», «comentários políticos» ou o que se lhe chame, entendi (e entendo) que apenas continuo a fazer o que sempre fiz, nas circunstâncias que as circunstâncias do trabalho, da vida e da intervenção vão gerando. Não escolhi ser «colunista»: o meu trabalho adquiriu essa característica”.

Sobre o que os “*motivou a participar no espaço público por essa via*”, para além do já referido “convite”, muitos são omissos, tendo-se registado apenas as 4 “motivações” que se seguem: “Pensei que podia dar um contributo interessante e diferente às discussões da actualidade”; “O desejo de me exprimir sem dúvida: primeiro a propósito das artes, depois da cultura em geral, mais tarde da sociedade em geral e, finalmente, da

vida e das ideias políticas”; “ Motivou-me o que há mais de 40 anos me motiva: ser jornalista”; “Gosto pela intervenção pública e pela reflexão política.”

Em resposta à questão: “*Que critérios presidem à escolha das temáticas que aborda nas suas colunas de opinião?*”, quase todos apontam a “actualidade”: “Os critérios resultam de um misto sempre em evolução entre os meus interesses, nomeadamente interesses científicos/académicos, e a actualidade em sentido forte. Com efeito, a actualidade é a palavra-chave, creio eu, do colunista bem temperado (como o cravo e como o aço). Por outras palavras, é necessária uma atenção à novidade que só pode ser sustentada pelo gosto pelo novo (mesmo que a pessoa seja ela própria conservadora em sentido ideológico). Acho que o colunista é como o índio que se ajoelha e encosta o ouvido ao chão para escutar a cavalaria que ao longe se aproxima.”; “Não tenho regras certas, muito embora a actualidade política seja uma das principais áreas que me levam a intervir”; “Em primeiro lugar a actualidade; quando a actualidade não é particularmente interessante tento encontrar temas mais de fundo”; “Actualidade, originalidade e importância pessoal.”; “São os temas que me preocupam, de preferência com alguma actualidade”; “Em regra, temas de actualidade política ou pormenores de quotidiano”; “Reajo sobretudo à actualidade, procurando contextualizar as respostas numa perspectiva mais genérica, de avaliação sociológica das coisas ou através do prisma da análise política, nos casos pertinentes”; “A importância do tema, em primeiro lugar, depois a sua actualidade e, por último, a sua oportunidade”.

5. Transformações nos campos mediático e político

As alterações no campo dos media e, também por inerência, no campo político a que assistimos nas últimas décadas acompanham, resultam em grande parte, e co-produzem as transformações, ao nível económico, social e político que Portugal sofreu.⁷⁵

Entre nós, alguns autores⁷⁶ estabelecem uma clara associação entre determinados marcos contextuais da sociedade portuguesa com as alterações que os mesmos suscitaram no campo dos media.

Também o incremento da opinião nos media e o seu crescente desenvolvimento até aos nossos dias, que detalharemos no sub-ponto “Percurso e contextos da opinião no jornalismo em Portugal”, acompanha e resulta das profundas mudanças que se operaram na paisagem mediática (não deixando de ser para elas um contributo), as quais se começaram a desenhar a partir do final da década de 80. Tais mudanças foram marcadas por três situações: a reorganização do sector da imprensa, o reordenamento do espaço radiofónico e o fim do monopólio televisivo (Paquete de Oliveira, 1995:378)

Assim, depois da revolução de 1974, a evolução do mercado dos media pode situar-se em torno de quatro fases: a que vai do ano da revolução até à entrada de Portugal na União Europeia (1986), caracterizada pela nacionalização dos meios de comunicação e pelo surgimento de inúmeros projectos editoriais de frágil base financeira; a que ocorre entre 1986 e 1992, em que se assiste à reprivatização dos media estatais, ao aparecimento dos media especializados (como a informação económica) e de relevantes projectos jornalísticos na paisagem mediática (TSF, Público, Independente); a que se

⁷⁵ Cf., por exemplo Barreto, A., coord. (2000) *A situação social em Portugal: 1960-1999*, Lisboa, ICS. E Viegas, J.M. e Costa, F., coord. (1998) *Portugal que modernidade?* Oeiras, Celta

⁷⁶ Cf., por exemplo, Mesquita, M (1994). *Os meios de comunicação social*. In: *Portugal 25 anos de democracia*, Lisboa, Círculo dos Leitores, pp. 360-405; Correia, F (1997), *Os Jornalistas e as Notícias*, Lisboa, Caminho

situa no período entre 1992 e 2000, balizada pelo início das estações de televisão privadas e pela entrada dos grupos de media na bolsa; finalmente, a partir de 2000, a fase em que se acentua a concentração dos media⁷⁷. Deste modo, três tendências basilares, ligadas entre si, podem assinalar-se: a Privatização, a comercialização e concentração da propriedade dos media (em torno de quatro grandes grupos: Lusomundo, Impresa, SociMedia Capital e Impala, a que há que acrescentar o grupo de “imprensa de inspiração cristã”⁷⁸)

Os defensores da concentração invocam diversos argumentos: a existência de fortes grupos económicos nacionais evita a entrada em Portugal dos grupos estrangeiros; garante a produção de conteúdos adequados à nossa realidade e assim protege a cultura e a identidade nacional; permite uma gestão empresarial eficaz e racional, com recurso às economias de escala e às sinergias de grupo, assim como garante a capacidade financeira necessária aos grandes investimentos sem os quais não haverá modernização no sector⁷⁹.

Para os seus críticos, ela constitui motivos de preocupação: a ameaça à liberdade de expressão e à liberdade de acesso à informação; ao pluralismo (à diminuição do número das entidades proprietárias correspondem não só uma igual diminuição do leque das opiniões expressas e a sua maior filtragem político-ideológica, mas também um estreitamento das realidades sociais, culturais, regionais, etc. cobertas pela informação);

⁷⁷ Em 2005 a concentração dos media em Portugal ganhou particular acuidade e actualidade em Portugal depois da compra da Lusomundo Serviços (Portugal Telecom) pela Controlinveste e da entrada de capitais espanhóis (Prisa) na MediaCapital.

⁷⁸ Cf. Correia, 1997, 2006; Sobre o panorama da concentração em Portugal, ver também do mesmo autor, artigos publicados na revista JJ Jornalimo e Jornalistas nº 16 (Out./Dez. 2003) e nº23 (Julho/Setembro, 2005), e Cf. Silva, Elsa Costa e, Os Donos da Notícia Concentração da Propriedade dos Media em Portugal, Porto, Porto Editora, 2004

⁷⁹ Numa intervenção no âmbito dos Cursos Internacionais de Verão de Cascais de (2005), dedicados ao tema “Comunicação e Poder Económico” Luís Marques, administrador da televisão e rádio públicas, defendeu que “não há uma relação directa entre a propriedade da SIC, TVI e RTP e a qualidade do jornalismo que estas praticam”(“não há patrões e administradores a intervir no produto do jornalismo e nos conteúdos”), mas “há uma relação indirecta, que se traduz na redução dos meios e efectivos e no recurso a profissionais menos qualificados que comprometem o produto final”. No âmbito da mesma iniciativa, António José Teixeira, à época subdirector do Jornal de Notícias, que considerou que ainda não foi “pisado o risco que ponha em perigo o pluralismo e a liberdade de imprensa”, defendeu que a concentração tem consequências positivas “na disponibilidade de meios de produção, introduz economias de escala e maiores mecanismos de defesa”, e negativas na “perda de identidade para os vários títulos” (Público, 8/7/2005)

à liberdade de emprego (a incompatibilização com um padrão inviabiliza a entrada nos restantes órgãos pertencentes ao mesmo grupo, ou mesmo de outros grupos); mas também as implicações em todo o campo mediático (estimulando a concentração noutros domínios desde a publicidade, a impressão, a produção externa, a distribuição e outros sectores de prestação de serviços ligados aos vários tipos de media, até à estruturação das fontes organizadas (empresas de comunicação, de assessoria, etc.); o acentuar da lógica comercial própria dos grupos económicos, “afectando os critérios jornalísticos, influenciando a definição das agendas, os temas abordados, os formatos informativos e até as orgânicas e estruturas empresariais, privilegiando o interesse do público em desfavor do interesse público e desvalorizando a responsabilidade social dos media” (Correia, 2005).

Evidentemente, os efeitos da concentração não são uma questão consensual. Mas a concentração, em si mesma, nunca poderá ser a única (ainda que inelutável) variável da qual dependa a qualidade do jornalismo que se pratica. De resto, do que é possível observar no panorama internacional, ela parece produzir resultados contraditórios⁸⁰.

Refira-se que Estrela Serrano na investigação realizada para a sua tese de doutoramento⁸¹ não encontrou uma fácil associação entre a propriedade dos media e a cobertura jornalística em Portugal⁸²: “Não encontrei ligação directa entre os modelos de reportar e os modelos de propriedade. O DN, em 25 anos, com o mesmo estatuto editorial, passou de jornal de referência a jornal tablóide e tentou depois voltar a jornal de referência. Não é possível dizer, mesmo no caso da RTP, que o serviço público sofreu alterações por causa de uma administração mudada por um governo ou outro. Foi a sociedade que mudou e foi a tendência do mercado” (in Público, 9 de Março de 2006).

⁸⁰ Como bem nota, Jean-Marie Colombani (director do Le monde) (in Expresso, 22 de Abril de 2006), se, por um lado, o grupo criado por Murdoch é uma “catástrofe” o enorme grupo de imprensa criado pelo “New York Times” manteve as suas características (pluralismo, qualidade) inalteráveis.

⁸¹ Defendida no ISCTE em 3 de Março de 2006 e intitulada “Para um estudo do jornalismo em Portugal, 1976 - 2001. Padrões jornalísticos na cobertura de eleições presidenciais”.

⁸² Sobre os padrões jornalísticos, a autora refere que “resultam não apenas dos jornalistas mas também de influências externas manipuladoras, quer do poder político, quer económico. O jornalista tem margem de poder e de autonomia. O jornalista que está no terreno não depende do accionista nem do poder económico nem do poder político para construir a peça, ou para escolher o fragmento do dia. Ele, aliás, fica até mais ligado às suas fontes do que à sua redacção.” (Público, 9^{de} Março de 2006)

No entanto, em consequência da evolução do mercado dos media ou das alterações sociais mais abrangentes, certo parece ser que hoje se assiste a uma iniludível luta pelas melhores audiências, obtidas pela cedência ao sensacionalismo, com reflexos no jornalismo mais “ligeiro” que se passou a praticar: as notícias “mercadorizam-se”, desenhadas para atrair audiências, assiste-se, assim, à “showbizification” (neologismo criado por Dan Rather) da informação, praticada sobretudo pelas televisões, mas que parece não deixar de contaminar também os jornais, incluindo os de referência. E não parece também deixar de contaminar a opinião, na medida em que é já observável, ainda que na imprensa popular e nas televisões, espaços de opinião assinados (ou protagonizados) por figuras do mundo espectáculo e até pelos denominados “*socialites*”.

A cobertura jornalística da política, afectada pelas práticas atrás descritas, passou também entre nós, como veremos de seguida mais detalhadamente, a centrar-se na personalização, na dramatização, no conflito e no *fait-divers*, a caracterizar-se pela preferência pelo negativismo, pela espectacularização.

No âmbito desta tese, uma das questões, reafirme-se, é a de averiguar se as colunas de opinião seguem este modelo ou se, pelo contrário, introduzem racionalidade na análise da actividade política.

5.1. Política e media: a cobertura jornalística da política e as suas implicações

É obviamente redutora qualquer análise do nosso objecto de estudo que não alongue o olhar, desde logo, para o suporte que veicula a opinião e para o sistema que o acolhe. Primordial, será começar por admitir o jornal como um actor político, notando que um actor político é todo o actor colectivo ou individual susceptível de afectar o processo de tomada de decisões no sistema político; que o âmbito da sua actuação não é o da conquista do poder mas o da influência, exercida sobre o Governo, partidos políticos, grupos de interesse, entre outros (Borrat 1989:10). (Evidentemente que o inverso

também é de assinalar: a influência dos detentores do poder político ou dos grupos ou empresas que o editam).

Ora, entre outros mecanismos e espaços informativos, o editorial e algumas colunas de opinião reflectem e representam extraordinariamente bem esse poder, esse poder de influência. Como bem assinala Morán Torres (1988:140), ainda que o editorial seja pouco lido e por isso não chegue a um público maioritário, a sua influência, paradoxalmente, é muito poderosa.

A análise do jornal como actor é, evidentemente, inseparável da análise do sistema político no seu todo; analisar o jornal como actor político implica analisar o sistema dos media e o sistema político, mas também os contextos económico, social, e cultural desses sistemas.

“Serão os media noticiosos actores políticos eficazes?” – é a questão que pertinentemente Patterson (2000 [1997]) levanta e que lhe dá o mote para descrever as limitações do jornalismo enquanto actor político. Expor os problemas sociais de modo a que os cidadãos possam percebê-los e agir também sobre eles é uma tarefa de tal modo ambiciosa que os media não a conseguem cumprir. Nem têm que o fazer, o jornalismo não deve substituir-se às instituições políticas, como alertou Lippmann (1922).

Ora, como também nota Patterson, o prisma e o tempo das notícias, na busca de produzir boas “estórias”, com a preocupação da novidade, do invulgar, do sensacional, distorce os assuntos públicos e transmite uma imagem refractária do processo de governação (as notícias são principalmente acerca da luta pelo poder e só secundariamente sobre o exercício do poder) É a controvérsia e o conflito que muitas vezes se constituem como os verdadeiros temas da política, pelo que, o jornalismo centra-se na acusação e na contra-acusação, prestando muito menor atenção às posições políticas ou às condições sociais que subjazem a determinado problema político; mesmo quando esses temas são notícia, aparecem subordinados ao drama do conflito gerado pelos lados opostos. (Patterson, (2000:81-87 [1997]) Daí poder dizer-se que frequentemente o jornalista “despolitiza” as questões, tratando-as mais como rituais políticos do que como objectos dignos de debate (Levy, 1982, citado por Patterson, 2000:87)

Também Héctor Borrat (1989) utiliza na sua análise o conflito como categoria chave: perceber o jornal como actor do sistema político é, então, considerá-lo como um actor social em relação de conflito com outros actores e especializado na produção e na comunicação massiva de relatos e comentários sobre os conflitos existentes. O jornal, enquanto produtor de acontecimentos políticos actuais, precisa ocupar-se de um fluxo contínuo de conflitos noticiáveis.⁸³ O jornal ao ser actor do sistema político é, inevitavelmente, actor de conflitos. Tal não significa uma incapacidade para ser também actor de consensos, porém o consenso é uma categoria subordinada ao conflito. Na escala de valores segundo a qual o jornal opera a selecção das notícias, é a conflitualidade que impera, sobretudo se as notícias se reportarem à actualidade política (esta é, pois, o lugar primordial do conflito, no qual os seus actores se confrontam em função de um bem escasso, o poder)⁸⁴.

Complementar a esta abordagem, a análise de Jean-Pierre Meunier (1995), reportando-se ao que chamaríamos "encenação do conflito", centra-se em questões sobre os tipos de representações mentais e operações cognitivas que suscitam as narrativizações dos acontecimentos praticadas pelos media. As noções de metáfora e de metonímia ocupam aí um lugar central. Elas não são apenas jogos de palavras e a noção retórica de figura de estilo não lhes esgota o significado, são antes dotadas de uma importante dimensão cognitiva. Esta perspectiva é inspirada em Lakoff e Johnson, para quem são os processos de raciocínio humano que são em grande parte metafóricos, o mesmo é dizer que o sistema conceptual humano se encontra estruturado e definido metaforicamente. Assim, as metáforas tornam-se possíveis na linguagem porque cada indivíduo tem metáforas no seu sistema conceptual. "A essência de uma metáfora é permitir compreender alguma coisa (e fazer disso a experiência) em termos de outra coisa (...)

⁸⁴Vários são os autores que ligam intimamente comunicação e conflito, contribuindo para a centralidade do conflito no jornal enquanto actor político, mas entendendo-o de um modo que nos parece redutor Arno (1984), por exemplo, num discurso algo radicalizado, vê o jornal como narrador e como participante de conflitos, como *tertius gaudens* no conflito; para ele, conflito é notícia e toda a notícia é basicamente notícia do conflito de A contra B. A participação no conflito aparece-nos como definidora da própria existência do jornal. Já para Martin (1981), ele alterna entre as relações de amor ou de ódio com o Governo, numa *ménage à trois* cujo outro vértice é a audiência. Dader (1983) caracteriza-o como "pseudocomunicador político". Chaffee (1975) chegou a considerá-lo como membro do sistema político e como sistema para-político. Altheide (1985) denominou o seu poder como forma cultural dominante, que privilegia os aspectos que impliquem conflito e guerra como os mais noticiáveis.

compreendemos a experiência de modo metafórico quando utilizamos uma *gestalt* pertencente a um domínio da experiência para estruturar a nossa experiência num outro domínio” (LaKoff e Jonhson, citado por Meunier, 1995: 227). Como exemplo, é apresentada a nossa cultura onde a experiência da discussão é, em grande parte, concebida a partir da experiência da guerra (daí a frequência na linguagem de expressões que remetem para o “ataque” e para a “defesa”...) A discussão e a argumentação são vividas segundo o modo da competição: “ A discussão é parcialmente estruturada, compreendida, praticada e comentada em termos de guerra” (Idem).

No tratamento jornalístico que os media fazem da política, a par da metáfora de guerra, que é de facto a mais recorrente, não é raro encontrarmos outras, como a do jogo, a da família, ou a criminal, que se ligam entre si., como bem frisa o autor. A sua utilização é variável em função de diferentes factores, como seja o grau de sensacionalismo. Este sistema, nada inocente, visa fins relacionais – a atracção do leitor, a procura de cumplicidades – e confere à política o atractivo do espectáculo. Meunier afirma que a metáfora da guerra reduziu o saber político ao conhecimento da batalha que se desenrola na arena política, reduzindo em igual proporção o conhecimento dos problemas em discussão e a capacidade de acção do público, confinando-o a um papel de espectador.

Poder-se-á contrapor que este sistema metafórico baseado na guerra reflecte a cena política e os jogos nela travados. Porém, o autor questiona se não será a representação metafórica que funciona como condicionadora do comportamento dos políticos. Mas antes prefere concluir que entre media e realidade a relação é principalmente concebida segundo o modelo da circularidade ou da determinação recíproca: “os media e o mundo interpenetram-se” (Meunier, 1995: 233) Os sistemas semióticos dos media co-produzem as realidades que reproduzem, simultaneamente são estruturas de acolhimento e de configuração da realidade.

Como frisa o autor, podemos encontrá-las em todas as linguagens dos media, atravessando todos os discursos mediáticos. Que metáforas são utilizadas pelos colunistas no período e jornais estudados? Correspondem os textos dos colunistas às expectativas – de alguma conflitualidade, de opiniões que gerem polémica – que as empresas jornalísticas e as direcções dos jornais neles parecem depositar?

Note-se que para o director do Público, por exemplo, " (...) aquilo que distingue um bom colunista de um mau colunista é ele ter opiniões, essas opiniões serem polémicas e o colunista conseguir argumentar bem" (cit por Fidalgo, 1999). Por sua vez, para o ex-director do Expresso, José António Saraiva "será a opinião polémica, de ruptura, contracorrente, de estilo próprio será a grande âncora dos jornais no futuro" (in Grande Reportagem, 19/11/2005)⁸⁵ Estrela Serrano (DN, 11/5/2003) nota que em muitos jornais, para além de outros critérios utilizados na selecção dos colaboradores, (o equilíbrio político-partidário, a qualidade e o prestígio), "(...) A capacidade de polemizar é, também, um critério de escolha, como é visível em alguns colunistas (e editoriais) do DN, com uma escrita agressiva e radical que (apenas nisso) faz lembrar os polemistas dos jornais franceses do século XIX, em cujas peças as ideias e opiniões eram tão importantes como a retórica, o estilo e a linguagem usados para criticar os opositores. A polémica é a arte da controvérsia, um género que vem da antiga Grécia, mas nos jornais portugueses o que existe são quase sempre pseudo-polémicas."

É em alturas de campanhas eleitorais que se torna mais visível a preferência dos media pela polémica, pelas querelas partidárias, pelos aspectos folclóricos, pela encenação do jogo, alimentado pelos resultados permanentemente divulgados pelas sondagens. Se entendermos estas questões, como "o acessório", tal como o faz Estrela Serrano, podemos afirmar, com ela, que nas eleições analisadas (as presidenciais e as autárquicas de 2001) " (...) as notícias privilegiaram, sobretudo, o acessório, deixando para plano

⁸⁵ Paulo Cunha e Silva, no DN de 14/1/2002, dia em que assinou a sua primeira coluna (que intitulou "Coluna O") – tendo tido para o efeito uma "chamada" na primeira página, com fotografia- fez uma "declaração de intenções" em que definia assim a coluna: "Uma coluna, para funcionar, deve morder a realidade, não à maneira do reality show, (...) mas com sentido de oportunidade (...) Fazer uma coluna é agarrar os cornos de um qualquer animal. Todos os animais têm cornos. Todas as coisas têm pontas por onde se lhes pegue. Uma coluna pode ser uma tourada. É quase sempre uma tourada. Porque há confronto e há arena. Há homens e há bestas. Embora muitas vezes os papéis estejam trocados. E serve a coluna para isso: para fazer da anatomia da tourada, a metáfora da vida"

secundário o essencial." (DN, 14/1/2002)⁸⁶. São também estas conclusões que a autora confirma na sua tese de doutoramento, já anteriormente referida, onde é analisada a cobertura das eleições presidenciais portuguesas, entre 1976 e 2001, no Diário de Notícias, RTP, SIC e TVI. Neste período, dá-se a mudança “do registo factual para o registo analítico/interpretativo, com introdução da ironia e do anedótico. Nas imagens da televisão e nas fotografias tornam-se óbvias a displicência e o cinismo no estilo de reportar (...) Os novos formatos, a fragmentação dos textos, esta multiplicidade de registos (o comentário, o anedótico, as citações, que alguns casos se chamam "excitações"...), modificaram completamente o estilo de cobertura das campanhas (...) Hoje, as notícias “são escolhidas entre aquelas mais susceptíveis de mostrar como a política é um lugar de guerra permanente, de ataque, de jogo.”⁸⁷

Na verdade, e como já a mesma autora também havia notado, (DN, 18/12/2001), estes resultados confirmaram as tendências verificadas noutras campanhas e noutros países, as quais apontam para uma cobertura em que as eleições são apresentadas (pelos candidatos, partidos e pelos jornalistas) como um jogo (no qual se “disputam lugares em vez de se discutirem projectos, onde os vencedores se medem, em primeiro lugar, pela performance mediática dos concorrentes e, só depois, pelas ideias e projectos que possuem para os cargos a que se candidatam”)⁸⁸.

Blumler, que como diz Brants muito bem representa a “corrente”, e que tem insistido (em muitos trabalhos com a colaboração de Gurevich) num discurso muito crítico sobre

⁸⁶ Analisando a cobertura jornalística das autárquicas desse ano, pelo DN – um total de 191 textos publicados entre 4 e 14 de Dezembro – a autora conclui que 84,8% dos temas abordados incidiam sobre estratégia eleitoral, acções de campanha e resultados de sondagens, sendo apenas 16,7% os dedicados a “temas de substância”: propostas dos candidatos para resolver problemas locais, auscultação das populações sobre as suas aspirações e expectativas relativamente a essas propostas. Sublinha também que os títulos e os leads dessas peças apresentavam, em geral, um enquadramento de tipo negativista (muito poucas possuíam títulos que realçassem algo de positivo) em que se enfatizavam as acusações e as polémicas entre candidatos e líderes partidários, concedendo-se ao “jogo” e à “competição” entre partidos e candidatos um destaque muito superior ao concedido às suas ideias. (DN, 18/12/2001, Autárquicas temas e protagonistas”. Cf também o artigo da mesma autora (“A campanha eleitoral de 2001 na televisão revisitada: análise comparada do serviço público e dos canais privados”, in *Media & Jornalismo, MinervaCoimbran*⁴, 2005) no qual, ainda que analisando as peças televisivas e a campanha presidencial de 2001, conclui, similarmente, que a campanha é apresentada como uma disputa dos candidatos por um bom lugar, os enquadramentos das peças orientam-se para o *jogo* e para a *estratégia*, os ataques aos adversários constituem o essencial do discurso; e o *tom* é predominantemente negativo nos três canais.

⁸⁷ Declarações recolhidas em entrevista a Adelino Gomes, publicada no Público de 9 de Março de 2006

as relações causais, origens e efeitos do *infotainment* – a “crise da comunicação pública”, “crise da comunicação cívica” e “crise da cidadania” – tem defendido a chamada “hipótese *infotainment* da política”, argumentando que as decisões políticas são em muito influenciadas pela forma como serão representadas nos media e percebidas pelo público; que a política é apresentada como um jogo, menosprezando-se a substância da política; que a personalização da política é enorme, por ser mais fácil de projectar do que temas e políticas sérios; que os media promovem o aumento da circulação de mensagens negativas sobre a política e os seus actores. O que resulta no aumento do cinismo e no decréscimo da informação política fornecida aos cidadãos.

Com efeito, vários investigadores nos EUA e na Europa, trabalhando a “hipótese de convergência”, estabelecem uma ligação entre a raiz comercial da televisão americana e as mudanças no sistema mediático europeu, com implicações ao nível da informação política e da participação e, de um modo mais amplo, na qualidade do sistema democrático (Brants, [1998], 2005: 41). É verdade que alguns autores, partindo dos dados da investigação sobre a cobertura política da informação televisiva em países do norte da Europa, questionam os argumentos que justificam a “preocupação com o *infotainment*” e a justeza da “diabolização” da televisão: não “será a televisão em larga medida apenas um conveniente bode expiatório para problemas mais profundos da política americana e do jornalismo político americano?” (Siegelman e Bullock, 2000:110).

As perspectivas que enformam a cobertura mediática das campanhas presidenciais são historicamente sistematizadas por Siegelman e Bullock (2000:110-116) em três interpretações: “vast wasterland”, “videostyle” e “the more things change...” Assim, enquanto a primeira evidencia as diferenças entre a imprensa e a televisão na cobertura das campanhas presidenciais, culpando esta última por exacerbar a cobertura do sensacionalismo e da “corrida de cavalos”; a segunda realça o seu impacto transformador, acusando-a de ter modificado as campanhas e, assim, ter arrastado a imprensa; e a última das perspectivas defende que os contrastes históricos sobre os

⁸⁸Estrela Serrano (DN, 18/3/2002) também observa que a representação das campanhas eleitorais não é feita, apenas, através das notícias: também os comentadores e analistas marcam e influenciam o “tom” de cada campanha.”

quais incidem as críticas actuais à cobertura mediática tendem a ser enormemente exagerados, uma vez que ocorreram mudanças relativamente incidentais.

É nossa convicção que há suficiente investigação empírica que demonstra a tendência dos media para espectacularizar a política. Como há também evidências empíricas de que os políticos se submetem a esta lógica, mais acentuadamente em momentos de campanha eleitoral, tudo fazendo para adaptar o seu discurso a esses formatos, reduzindo-o a slogans mediáticos, suscitando incidentes com os requisitos certos, feitos à medida, para abrir os jornais televisivos ou fazer as manchetes das primeiras páginas dos jornais. Os políticos têm uma extraordinária capacidade de produzir eventos, ou pseudo-eventos como lhes chama Boorstin – cujas principais características assentam na sua não espontaneidade; no facto de surgirem por serem planeados, para terem cobertura dos media, do seu sucesso se medir pela amplitude dessa cobertura; de terem uma relação com a realidade subjacente à situação ambígua; e de funcionarem como uma auto promoção (1992:11-12 [1961]) – de fazerem deles importantes instrumentos de acção política e de construção de carreiras políticas (1992:22 [1961]).

Com a ajuda de acessorias especializadas, ou na sua subordinação, luta-se pelo controlo da esfera da visibilidade pública, o qual, de acordo com Wilson Gomes (2004), assenta em dois pressupostos: na esfera da visibilidade pública só circulam materiais e códigos organizados segundo códigos e gramáticas característicos das instituições que a controlam; as rotinas produtivas e organizativas desse tipo só assimilam materiais e conteúdos organizados de acordo com a lógica que empregam. Assim, a circulação na esfera de visibilidade pública e da comunicação, a convivência com os personagens e a participação nos seus eventos, a oferta de discursos sobre os temas que atraíam a atenção da imprensa, bem como a consonância de comportamentos com as dramaturgias ou espectáculos mediáticos, são, para Gomes, formas muito eficientes de se conseguir exposição mediática.

Os espaços políticos tradicionais, como os partidos, os parlamentos, ou os comícios, desterritorializaram-se; na nova geografia política, os media são uma rota incontornável. Como diz Mário Mesquita, “ (...) A política é obrigada, por força da própria natureza da sua legitimação, a fazer dos media um lugar de passagem. (...) Esse trânsito obrigatório da política pelos meios de comunicação – em especial, pela televisão – não possui

apenas um significado meramente instrumental. Equivale a uma reformulação da linguagem, de modo a adaptá-la às estratégias da comunicação mediática, todas elas subordinadas a lógicas económicas, sociais e retóricas muito diversas das formas tradicionais de discurso político (Público, 3/10/2004) ⁸⁹ .

Mas a política mediática é mais complexa, como refere Wilson Gomes (2004), o sentido das suas práticas é dado pelo “complicado sistema de relações” em que se vinculam os domínios dos interesses privados, da política e da comunicação de massa.

A política mediática só poderá ser verdadeiramente entendida à luz não só das transformações ocorridas nos campos mediático e político como também das alterações sociais dos últimos anos (seja as mudanças tecnológicas, económicas, sociais, culturais, educacionais, laborais...) cujos reflexos se observam nos consumos, nos estilos de vida, nas expectativas, no modo de procurar e processar a informação, na forma de (poder/querer) exercer a cidadania.

Pode contudo afirmar-se que comportamentos mediáticos e comportamentos políticos configuram um círculo vicioso, gerador do que alguns começaram a apelar de "espiral de cinismo". Como temos visto, muitos investigadores sustentam que essa abordagem da política pelos media, que privilegia os aspectos negativos, exerce uma influência desmobilizadora da participação política, contribuindo para o cepticismo, a descrença, a desconfiança e o descrédito dos políticos, da política e das instituições⁹⁰. Havendo mesmo vozes que apontam o risco da democracia representativa sucumbir às mãos do

⁸⁹ Convém, no entanto, sublinhar, como o faz M. Mesquita (Público, 3/10/2004) que não é de hoje que as *liturgias políticas democráticas* envolvem a dimensão do entretenimento e do espectáculo, pois tal já acontecia quando a política se processava de forma presencial e territorializada, quando os media audiovisuais eram inexistentes. É isto que é testemunhado pela análise que Michael Schudson (Michael Schudson, *The Good Citizen - A History of American Civic Life*, Cambridge, Harvard University Press, 1999, pp.133-143, citado por M.Mesquita3/10/2004) efectuou do debate travado, em 1858, no Estado de Illinois, entre os candidatos ao Senado, Stephen Douglas e (o futuro Presidente) Abraham Lincoln. Nestes debates históricos já ocorreram manifestações de política-entretenimento.

A propósito das “novas formas” de fazer política, realce-se o caso de Marcelo Rebelo de Sousa que na campanha sobre o referendo sobre a interrupção voluntária de gravidez (2007) foi precursor no recurso aos vídeos para fazer passar a sua mensagem. O que aliás, teve repercussão nos media tradicionais.

⁹⁰ Pacheco Pereira, de algum modo, sintetiza esta perspectiva que aqui repetimos: “(...)A mediatização dos políticos e da política, com o inevitável resultado da mediocratização da vida pública, a utilização da “transparência” como maneira moderna de atacar a democracia representativa, o controlo da agenda e do acesso ao “protagonismo”, tornam hoje a política uma actividade subordinada e menor e a maioria dos políticos parte do problema e não da solução” Publico, 1/6/2000

poder mediático, dando lugar à mediocracia: um dos paradoxos da democracia⁹¹. São várias as “teorias” que alertam para o carácter elitista da democracia representativa e para as promessas não cumpridas ou para o carácter paradoxal da democracia real (Bobbio, 1976; 1984).

João de Almeida Santos é um dos autores portugueses que tem denunciado a transformação da democracia representativa em democracia do público – defendendo que o poder dos media é de tal ordem que pode modelar uma democracia à sua imagem e semelhança – ilustrando-a com o “caso Berlusconi”, que ganhou as eleições nos (e com) os media, concebendo a sociedade como as televisões concebem as audiências.⁹² É certo que lhe poderíamos contrapor vários exemplos: veja-se o caso das últimas eleições americanas, na medida em que, de acordo com alguns estudos, a cobertura dos media norte-americanos foi favorável a Kerry mas quem os cidadãos elegeram foi Bush⁹³; ou o caso do referendo francês à Carta Constitucional europeia, em 2005, no qual a maioria dos media e da opinião publicada (veja-se o caso dos directores dos

⁹¹ Título do livro de João de Almeida Santos, fenda, Lisboa, 1998, no qual estas questões são abundantemente exploradas

⁹² “Fez pesquisas inúmeras e permanentes de mercado, viu qual era o interesse do público (leia-se: cidadão), detectou as expectativas e, a seguir, trabalhou com os seus homens do “marketing” as respostas do ponto de vista simbólico do discurso. (...) Personalizou ao máximo e construiu aquilo que muitos autores chamam “uma fábula bela”. Transformou os cidadãos em audiências; e enquanto líder da Força Itália relacionava-se com as audiências segundo a técnica televisiva, isto é: dirigia-se a “targets”. (...) Tinha no essencial três televisões que detinham metade da audiência.” João Almeida Santos (in Revista Pública, suplemento do Público, Junho de 2004)

⁹³ De acordo com as conclusões de um estudo realizado pelo Center for Media and Public Affairs (CMPA) John Kerry, teve a cobertura mediática mais favorável de sempre. Este estudo, divulgado na véspera das eleições presidenciais, a 1 de Novembro de 2004, revelou que Kerry teve 58 por cento de cobertura televisiva positiva e 42% negativa, tendo Bush tido apenas 36% de cobertura positiva e 64% negativa (foram analisados 828 “sound bites” dos noticiários das cadeias de sinal aberto NBC, ABC e CBS. Foi considerada “negativa” toda a peça que incluisse pelo menos duas afirmações desfavoráveis ao candidato por cada afirmação favorável, e vice-versa, sendo quaisquer outros resultados considerados “neutros”) Note-se ainda que o candidato com a cobertura mediática mais negativa de sempre foi Ronald Regan (1984) com 91% o que não o impediu de ganhar as eleições. Outro estudo (que comparou a cobertura dos dois candidatos na televisão, jornais e Internet durante as duas últimas semanas antes das eleições) realizado pela Columbia University Graduate School of Journalism, refere que “mais de metade dos artigos publicados sobre George W. Bush eram de tom decididamente negativo”, contra um quarto para John Kerry (o critério de classificação de peças e textos como “positivos”, “negativos” e neutros” é o mesmo do utilizado pelo CMPA). Um terceiro estudo, igualmente realizado pela CMPA em cooperação com um outro “think-tank”, o Media Tenor, conclui que dois terços da cobertura mediática da campanha de Kerry foi positiva, enquanto a de Bush foi 60% negativa (foram analisados telejornais da ABC, CBS, NBC e da cadeia por cabo Fox News, assim como as revistas “Time” e “Newsweek”, no período entre 1 de Junho a 2 de Setembro). À excepção da ABC, considerada a “mais equilibrada” na sua cobertura eleitoral, e do canal Fox (apesar de ter dado tanta cobertura negativa à campanha de Bush como os outros, deu muito mais à de Kerry) os outros canais favoreceram Kerry de forma sistemática. (Fonte: Público, 21/11/2004)

prestigiados jornais Libération e Le Monde) acompanharam e ecoaram a generalidade dos partidos políticos no apelo ao “sim”, acabando o eleitorado por se pronunciar pelo “não”⁹⁴. Almeida Santos tem defendido que os media se tornaram agentes políticos activos que decidem muitas vezes contra a vontade do povo expressa pelo voto, entrando em conflito ou contradizendo os resultados eleitorais.⁹⁵

A discussão é antiga, tem precedentes relevantes (a que dedicaremos algum relevo nas conceptualizações sobre a opinião pública), passa muito por saber se é possível falar de soberania popular ou, ao invés, se a democracia não é determinada por poderes informais, à revelia da vontade de um cidadão-eleitor, cuja a única função seria contribuir, ocasionalmente, através do voto, para o processo de designação formal dos representantes.

5.2. Media e atitudes face à política e à participação política

Vem a propósito abrir um parêntesis para, de modo breve, ensaiar algumas hipóteses de ligação entre o papel dos media, a cidadania e participação política e a desconfiança face às instituições políticas.

⁹⁴ Sobre o papel dos media franceses na campanha este referendo, a coluna de Mário Mesquita (Público, 5 de Junho de 2005) é muito elucidativa, apenas alguns excertos: “Contra a maioria dos media, dos políticos, editorialistas e colunistas encartados, o eleitorado francês disse “não” à impropriamente designada Constituição Europeia. Contraditória, incoerente, selvática, mas também indomável, a opinião dos eleitores levantou-se contra a lógica bem pensante dos comentadores encartados (...) A convivência da elite política e mediática manifestou-se com tanto maior arrogância quanto as sondagens de opinião se revelavam desfavoráveis ao “sim” à Constituição Europeia”

⁹⁵ O autor corrobora esta tese a partir da observação (no âmbito da investigação para a tese de doutoramento “Media e Poder”) de como é que os media viram os resultados eleitorais (de 10 de Outubro de 1999), por um lado, e como trataram o novo Governo que saiu dessas eleições, por outro. Essa análise, feita sobre o período entre 11 e 31 de Outubro em 16 publicações escritas, incidindo na forma como os colunistas se tinham referido aos resultados eleitorais do PS naquelas eleições (que ganhou com 44% dos votos), constatou que em 154 comentadores e barómetros, 82 se referiram aos resultados como negativos para o PS, utilizando expressões como- “derrota”, “meia-derrota”, “meia-vitória”, “vitória amarga”, concluindo o autor haver “uma distorção ilegítima por parte dos comentadores”; outro dado observado: 75,25 pronunciaram-se negativamente sobre o Governo que ainda não tinha tomado nenhuma medida, julgando-o à priori – o que se constitui, para o autor num problema que designa por “efeito de interpolação dos media em relação ao real. Interpolação é o que se fazia aos textos antigos: pequenas notas que eram inseridas no texto e que lhe alteravam o significado original.” (in Revista Pública, suplemento do Público, Junho de 2004)

A Cidadania política em Portugal tem sido objecto de estudo de algumas importantes investigações, veja-se por exemplo os diversos trabalhos de Manuel Villaverde Cabral, Juan Mozzicafreddo e Boaventura de Sousa Santos. Inclusivamente, foi *medida* pelo primeiro autor referido, através de um índice de cidadania política, resultante da combinação da participação associada e da auto-mobilização.

Se admitirmos que qualidade da democracia será tanto maior quanto mais os cidadãos exercerem os seus direitos, então este índice fornecerá uma medida realista da qualidade do regime democrático português: numa escala de dez graus, que distribui a população de acordo com a intensidade com que ela exerce os seus direitos de cidadania política, para além da simples participação eleitoral, 70% das pessoas situaram-se nos três graus inferiores da escala⁹⁶. Os índices de “distância ao poder”, de “mobilização cognitiva”, de “exposição aos media informativos” apresentam igualmente valores desanimadores, apontando, estes últimos dados, uma clara correlação positiva com o estatuto social e com o nível de instrução, com seria de esperar. Na construção do índice de exposição aos media informativos, previsivelmente fraca, o autor cruzou as questões que remetiam, por um lado, para o acesso à informação via televisão, por outro lado, através dos jornais.

Note-se ainda que, excepcionalmente, aquando dos “teledebates” por exemplo (embora a lógica seja mais a do confronto) existe um maior envolvimento dos cidadãos – o que nos pode remeter para o exercício da cidadania, no conceito de Michael Waltzer, citado por Mário Mesquita⁹⁷, entendida enquanto “virtude intermitente”, isto é: numa sociedade em que a dimensão de participação na vida da cidade não está no centro da procura da felicidade individual, podem gerar-se momentos excepcionais de envolvimento cívico.

Vivemos, como é afirmado à saciedade, e à semelhança de outros países, uma séria crise da representação politico-partidária, um cepticismo nas instituições políticas um enorme

⁹⁶ In *Le Monde Diplomatique*, edição portuguesa, Setembro de 1999

⁹⁷ In jornal Público de 15/3/2002

descrédito nos partidos e nos políticos⁹⁸. Vários autores têm detectado as fortes tendências de declínio da confiança nas instituições sociais e políticas, nomeadamente nos parlamentos, quer nos Estados Unidos quer nas democracias europeias (Rosenstone e Hansen, 1993; Craig, 1993; Norris, 1999; Pharr, Dalton e Putnam, 2000).

A prevalência destas atitudes pode contribuir para minar a democracia representativa e o seu desempenho: “a ausência de uma certa margem de manobra para os governantes democráticos tende a exacerbar a influência dos objectivos eleitorais de curto prazo sobre o comportamento político, estimulando uma preocupação permanente com a consulta dos eleitores, mesmo quando as eleições estão ainda distantes” (Magalhães: 2003:444).

Pedro Magalhães, a partir da bibliografia existente, sistematiza três conjuntos principais de profícuas hipóteses explicativas para o nível de confiança depositado pelos cidadãos no seu parlamento: valores e atitudes culturais; desempenho do governo e apoio específico; e o papel das regras institucionais (2003:445). É no primeiro conjunto que a responsabilidade dos media aparece melhor evidenciado: o declínio da confiança depositada pelos cidadãos nas suas instituições e agentes políticos é atribuído, parcialmente, à erosão da família e dos laços comunitários (o conseqüente declínio das redes, normas e confiança social, facilitadores da coordenação, e cooperação para o benefício mútuo que se correlaciona com o afastamento psicológico relativamente à política e à governação) e ao papel desempenhado pelos media nas actividades de lazer e na socialização política – os media (em particular a televisão), podem ter reforçado tais tendências mediante a exposição dos cidadãos a retratos negativos da esfera política e através da substituição de outras actividades cívicas por firmas de “lazer “privatizadas” e “individualistas” (Putnam, 1995; Brehm e Rahn, 1998; Campbell, Yonish e Putnam, 1999; cit por Magalhães, 2003)

Estes níveis de desconfiança, de alguma forma, são empiricamente observáveis nos *barómetros das profissões* que frequentemente são divulgados (em que os políticos

⁹⁸ A investigação, ao nível mundial, sobre Valores dirigida por Ronald Inglehart assinala que a media mundial de confiança na classe política é apenas de 35 por cento .

figuram em último e os jornalistas em primeiro lugar)⁹⁹ e, presumivelmente, nos elevados níveis de abstenção – ainda que, em rigor, não saibamos explicar este fenómeno, pois os estudos sobre a abstenção, também existentes entre nós, não nos dão ainda respostas definitivas.

No entanto, André Freire (2001) mostra que a abstenção nas legislativas de 1999 esteve intimamente relacionada, entre outras coisas, com a desconfiança nas instituições políticas. A abstenção não é, naturalmente, um fenómeno estritamente português, é quase mundial (o que significa que as causas não podem ser encontradas apenas na qualidade da praxis política)¹⁰⁰. Porém, e como é demonstrado também por André Freire (2001^a) as taxas de abstenção real e oficial nas eleições legislativas e nas presidenciais em Portugal são as que exibem o mais rápido e avassalador aumento nas últimas duas décadas entre todas as democracias ocidentais consolidadas.¹⁰¹

Há que admitir também – e os estudos de Villaverde Cabral tem-no demonstrado – que a abstenção eleitoral está directamente relacionada com a recusa ou a incapacidade de se posicionar ideologicamente, sendo que existe em Portugal cerca de 10% de eleitores totalmente alienados pelo sistema político, a grande maioria dos cidadãos sente que a sua opinião pouco ou nada conta, ao mesmo tempo que revelam “compreender mal o mundo da política”, notando-se, ainda, que a percentagem de portugueses que se identificam com qualquer um dos partidos é inferior à da maioria das democracias europeias¹⁰².

Por todas estas razões, porque como diz Victoria Camps a sociedade da comunicação não sabe estar ao serviço da democracia (1999:19), resulta pertinente, ainda que utópico, reivindicar a construção de uma “cidadania mediática”. É neste sentido que se

⁹⁹ Um estudo da International Association for the Evaluation of Educational Achievement, de 2000, referenciava os alunos portugueses como os que demonstravam maior falta de confiança nos políticos

¹⁰⁰ Alain Touraine, em entrevista ao Público de 15/5/2001, dá-nos um exemplo “incrivelmente ridículo” que julga ter acontecido na Holanda: houve mais pessoas a votar para a eliminação de uma moradora da casa do “Big Brother” do que a votar nas eleições

¹⁰¹ Evidentemente, o voto não é a única forma de participação política; existem outros meios de participação e de influenciar o poder: as ONG, as associações cívicas, grupos de pressão e de interesses, e, na actualidade, cada vez mais, os blogs...No entanto, é óbvio que as capacidades ou possibilidades para esse tipo de participação estão desigualmente distribuídas, o que ainda acentua mais a exclusão social e política de quem não vota

¹⁰² In *Le Monde Diplomatique*, edição portuguesa, Setembro de 1999

pronunciam muitas vozes, como a de Adela Cortina (El País,24 de Novembro de 2004) que insta os media a dotar-se de uma nova ética: “la de generar una opinión pública madura y responsable en esa esfera de la discusión abierta que debería ser la médula de las sociedades pluralistas”. Para a autora, esta meta pode decompôr-se noutras quatro exigências que os media deveriam cumprir: “aumentar la libertad de los ciudadanos, al ampliar su información”; “convertirse en plataforma para la libre expresión de las opiniones”; “potenciar una opinión pública razonante (...) esa deliberación pública sin la que no hay democracia posible ni sociedad adulta, sin la que no existe público, sino masa o multitud”; “entretener, tarea importante porque el ser humano es homo ludens, y no sólo homo faber y homo sapiens”¹⁰³. Mas estas exigências, que emergem das questões ético-morais da comunicação e da responsabilidade dos media, remetem-nos para uma problemática mais vasta, a das transformações do espaço público, que por ora não interessa aprofundar (retomá-la-emos mais à frente, na Parte2, Capítulo3)

¹⁰³ Tratando-se de uma tarefa reconhecidamente difícil de concretizar, a autora propõe algumas medidas: “fomentar la poliarquía de centros mediáticos, potenciar la creación de asociaciones de consumidores que expresen su opinión y reivindiquen sus derechos. Y, sobre todo, forjar desde la profesión y las empresas mediáticas ese carácter que les permite alcanzar las metas que les son propias y, en lo que hace a los "consumidores", ir construyendo desde la escuela y la familia la capacidad de ejercer una ciudadanía activa también en el mundo de los medios de comunicación”. Estas propostas ao enunciarem o intento de colocar o cidadão na esfera dos media vão em certo modo ao encontro das teses defendidas, nos anos 90 nos EUA, pelo *civic journalism* (que por ambicionar a conversão dos media numa nova *ágora* de democracia deliberativa suscitou um rol de críticas - o perigo populista susceptível de desencadear a hiperdemocracia denunciada por Ortega Y Gasset)

6. Percursos e contextos da opinião no jornalismo em Portugal

A crescente relevância (ao nível político, social, mediático) que a opinião publicada começa a adquirir na década de oitenta, consolidando-se na década seguinte – para a qual concorreram as alterações no campo mediático, que atrás aludimos – e atingindo o seu apogeu nos nossos dias, não é um aspecto inteiramente novo, no fundo, recupera-se e intensifica-se uma dinâmica que vinha muito de trás.

Os primeiros antecedentes da opinião publicada em Portugal podem talvez datar-se do início do século XIX, quando se observou um grande desenvolvimento da imprensa de opinião, impulsionado, em muito, pelos liberais portugueses regressados do exílio, que transpuseram para cá as técnicas e os processos jornalísticos mais recentes.¹⁰⁴

A imprensa, questionando a governação pública e abrindo polémicas políticas, difundia as ideias liberais e tornava-se numa das principais instituições do Espaço Público burguês, cujos contornos se começavam a desenhar. Aparecia o jornalismo literário de intervenção, que punha a literatura ao serviço da mudança política e social.

Na sequência da vitória do *vintismo*, em 1821, é aprovada a primeira Lei da Liberdade de Imprensa e suprimida a censura prévia, cuja vigência foi efémera, por vicissitudes do processo político. Em 1834, com a vitória das forças liberais, e a grande reforma político-administrativa de Mouzinho da Silveira, é recuperada a referida lei, num período em que se assiste a uma significativa expansão da actividade editorial.¹⁰⁵

Em 1840 nascia o jornal liberal *A Revolução de Setembro*, espaço para as grandes polémicas e polemistas, como o seu fundador e director, José Estevão e o jornalista António Rodrigues Sampaio. Segue-se novo um período, que duraria até 1851, de censura mais apertada à imprensa de opinião e de informação, mas em que se incentivava a publicação de revistas literárias e científicas. Estas publicações, como foi

¹⁰⁴ Refira-se, a título suplementar, que o primeiro jornal português surgiu em 1641. Tinha um nome extenso: *Gazeta, em que se relatam as novas todas, que ouve nesta corte, e que vieram de várias partes no mês de novembro de 1641*. Já anteriormente se tinham divulgado notícias nas chamadas "relações", embora estas não oferecessem o carácter de periodicidade que define o jornal. As gazetas, ao invés, eram publicadas com regularidade.

¹⁰⁵ É ainda no fervor da revolução liberal que, em 1835, se publica o diário Açoriano Oriental. Trata-se do jornal mais antigo do país, sendo também considerado o segundo mais antigo da Europa.

o caso de *O Panorama*, de Alexandre Herculano, eram socialmente influentes, abordando, subrepticamente questões sociais e políticas.

Nos primeiros anos da Regeneração, a imprensa de opinião cresceu e surgiram os jornais especializados. As discussões públicas publicitavam-se nos jornais, discutiam-se nos salões e cafés de Lisboa, Porto e Coimbra – era o nascimento da esfera pública portuguesa. Adquiriram notoriedade conhecidos "opinion makers" oitocentistas, entre muitos outros, Almeida Garrett, Alexandre Herculano, ou Ramalho Ortigão e Eça de Queirós, que se expressaram publicamente através das suas *Farpas*.

As crónicas satíricas e ferozes publicadas por Eça de Queirós e Ramalho Ortigão entre 1871 e 1872 suscitaram a ira das elites de Lisboa e do Porto, em particular as que estavam associadas ao poder político – os políticos eram o principal alvo da chacota – uma vez que, de forma inédita, ambos desafiava o país, caricaturando-o, muitas vezes sob tons ridículos.¹⁰⁶

Eça de Queirós, o escritor-jornalista, também se notabilizou pela publicação de textos na "Gazeta das Notícias", do Rio de Janeiro, em "O Distrito de Évora", na revista "Actualidades" ou na "Revista de Portugal", entre outras publicações.¹⁰⁷

Estes oitocentistas pretendiam orientar e formar a opinião pública portuguesa, no sentido das reformas que consideravam indispensáveis para o país. Acreditavam que

¹⁰⁶ "Quereis saber a razão por que os nossos pensamentos mais escrupulosamente dignos não podem aparecer onde aliás aparece tanta ideia abjecta, tanta mediocridade maligna, tanta petulância perniciosa? É porque no estado de depressão moral em que se acha a imprensa e a tribuna ninguém ousa publicar senão metade da sua opinião. (...) O homem de mais recto juízo e de mais completa honra não se atreveria a declarar-se publicamente tal qual é. Recearia comprometer-se. Comprometer-se é a vaga, mas permanente ameaça constantemente levantada pelo espírito da época sobre todas as determinações radicais. Comprometer-se quer simplesmente dizer: que os ministros nos demitam dos nossos empregos, que os centros políticos nos expulsem, que os partidos nos reneguem, que os frequentadores do Grémio ou do Martinho deixem de cumprimentar-nos e que alguns dos nossos conterrâneos discutam nos periódicos a nossa vida pública e a nossa vida privada, ou que meramente nos espanquem à esquina das nossas ruas".(Excerto do livro editado em Outubro de 2004, que reúne integralmente "As Farpas" originais, sem cortes, mas com actualizações ortográficas, referentes ao período entre Maio de 1871 e Setembro/Outubro de 1872, sob a coordenação de Maria Filomena Mónica, editado pela Bertrand)

¹⁰⁷ Antes da queda da Monarquia, nascem grandes clássicos do jornalismo escrito português, como o Diário de Notícias (1864) — que inaugurou no país o sistema dos pequenos anúncios, podendo dessa forma ser vendido a baixo preço —, O Comércio do Porto (1854), O Primeiro de Janeiro (1869), Diário de Notícias da Madeira (1876), Jornal de Notícias (1888), Jornal do Comércio (1853) e O Século (1881). Em 1880, Portugal, detinha cerca de 200 grandes jornais, número que subiria para 400 em 1900, 550 em 1910 e 660 em 1926. Supõe-se que as tiragens dos jornais chegassem atingir 150 mil exemplares em 1900 e 250 mil em 1910.

através da instrução era possível libertar o povo da ignorância e levá-lo a questionar a vida pública: era o ideal romântico sob a influência do pensamento iluminista. Desejavam a expansão do espaço público e reivindicavam a ajuda dos jornais para concretizar esse imperativo

Um grupo pertencente à designada "geração 70", e que já nos anos sessenta tinha participado na *Questão Coimbrã*, constituído por Antero de Quental e os seus amigos (entre eles, Adolfo Coelho, Augusto Soromenho, Augusto Fuschini, Eça de Queirós, Germano Vieira de Meireles, Guilherme de Azevedo, Jaime Batalha Reis, Oliveira Martins, Manuel de Arriaga, Salomão Saragga, Teófilo Braga) proferem, em 1871, as "Conferências do Casino", com as quais pretendiam: "Abrir uma tribuna onde tenham voz as ideias e os trabalhos que caracterizam este movimento do século, preocupando-se sobretudo com a transformação social, moral e política dos povos"; "ligar Portugal com o movimento moderno, fazendo-o assim nutrir-se dos elementos vitais de que vive a humanidade civilizada"¹⁰⁸

Este modo de expressar a opinião, esta "propaganda nova" (propaganda política, no entender de Pinheiro Chagas), teve uma existência efémera, porém polémica, uma vez que as "Conferências Democráticas" foram interditas, pelo Marquês de Ávila, a 26 de Junho de 1871, um mês após o seu início, e decorridas apenas cinco das dez conferências que estavam agendadas.¹⁰⁹

Outros retrocessos viriam a ocorrer, como a iniciativa legislativa de Lopo Vaz, no último fôlego do Fontismo, que levaria à promulgação da lei da Imprensa de 1883, conhecida como a nova "lei das rolhas"; ou a publicação, em 1907, de (nova) lei de imprensa que, pelo seu carácter repressivo, ficou conhecida como "lei contra a imprensa" e que motivou a suspensão de vários jornais e a fuga para o estrangeiro de vários jornalistas; no mesmo ano, esta lei viria a ser agravada com a entrada em vigor de

¹⁰⁸ Programa das conferências, citado por Maria Filomena Mónica, "O senhor Ávila e os conferencistas do Casino" in *Análise Social* 157, 2001

¹⁰⁹ Realizaram-se as seguintes conferências, cujos títulos nos podem remeter para o seu conteúdo temático e ajudam a perceber as razões da sua proibição: "O Espírito das Conferências" de Antero de Quental; "Causas da Decadência dos Povos Peninsulares" também da autoria de Antero de Quental; "A Literatura Portuguesa" de Augusto Soromenho; "A Literatura Nova" ou "O Realismo como nova expressão de Arte" (como mais tarde foi chamada) de Eça de Queirós; "O Ensino" de Adolfo Coelho. As conferências que não se chegaram a realizar foram: "Os Historiadores Críticos de Jesus" de Salomão Saragga; "O Socialismo" de Batalha Reis; "A República" de Antero de Quental; "A Instrução Primária" de Adolfo Coelho; "Dedução Passiva da Ideia Democrática" de Augusto Fuschini

uma outra (nova) lei de imprensa que proibiu os escritos, desenhos ou material impresso, atentatórios da ordem pública e reforçava os poderes dos governadores civis, para poderem decidir sobre novas publicações.¹¹⁰

Foi com o advento da República, que Portugal obteve "o direito de expressão de pensamento pela imprensa, cujo exercício é livre, independente de caução, censura ou autorização prévia", conforme garantia a Lei de Imprensa da 1ª República, que entrou em vigor a 28 de Outubro de 1910.¹¹¹

Foi uma conquista temporária, pois 2 anos depois são enumerados, por leis distintas, os motivos pelos quais as publicações podem ser apreendidas – ultraje às instituições republicanas, pornografia, atentados contra a segurança do estado, a ordem e tranquilidade pública –, é reprimida a "propaganda tendenciosa ou subversiva, verbal ou escrita, pública ou clandestina" que apele ao não cumprimento de deveres militares ou ao "cometimento de actos atentatórios da integridade e independência da Pátria." Em 1918, Sidónio Pais restabeleceria a censura, através de um decreto. E em 1926, na sequência do golpe militar de 28 de Maio, é instituído um regime de censura prévia. A censura prévia viria a ser legalmente instituída através quer da Constituição, quer de um decreto-lei específico em 1933.

No primeiro quarto do século XX, que antecedeu a ditadura, o comentário político conheceu um considerável fulgor, destacando-se nomes como Brito Camacho, Raul Proença e João de Chagas (autor das "Cartas Políticas", panfletos saídos entre 1908 e 1910).

Em síntese, é assim história da censura à liberdade de expressão em Portugal: titubeante, com períodos de interregno, durante o século XIX e início do século XX, praticamente ininterrupta e implacável durante o Estado Novo.

O Regime de Oliveira Salazar, que institui em 1933 a Direcção Geral de Serviços de censura, controlava ferozmente todos os meios de comunicação social. E a opinião, enquanto exercício livre e crítico, é fácil de perceber, viu-se banida dos jornais de grande circulação. Se os textos de apoio ao regime eram sistemáticos, os de crítica eram episódicos. A maioria dos jornais – à excepção do *República*, do *Diário de Lisboa* e do

¹¹⁰ Fonte: <http://www.malhatlantica.pt/mediateca/censura2.htm#what>

¹¹¹ No ano seguinte, António José de Almeida fundaria o jornal "República".

Primeiro de Janeiro, que praticavam a luta possível contra a ditadura – converteram-se em instrumento oficial ou oficioso do governo, existindo apenas lugar para a publicação de textos de reflexão em revistas de alcance restrito. Era o caso da *Vértice*, publicada em 1942, ligada aos intelectuais comunistas (tal como a *Seara Nova*, publicada durante a primeira República, em 1921) e de *O Tempo e Modo*, publicada em 1963, dirigida por católicos progressistas.

Durante a "Primavera Marcelista" – em 1968, com a entrada de Marcelo Caetano no Governo, a malha censória apenas se atenua (a Lei nº150/72, constitui a nova Lei de Imprensa, com "visto" e "autorizado", "autorizado com cortes", "suspensão", "demorado", ou "proibido") – a criação do *Expresso*, em 1973, conotado com *a Ala Liberal*, veio abrir um importante espaço para a publicação da opinião, tendo como um dos seus colunistas mais destacados, Francisco Sá Carneiro, deputado na Assembleia Nacional, e como proprietário e director Francisco Pinto Balsemão.

A Revolução de Abril de 1974, como é sabido, pôs termo à censura e proporcionou a produção de diplomas legislativos fundadores da nova moldura mediática, nomeadamente, a Lei de Imprensa (*Decreto-Lei n.º 85-C/75, de 26 de Fevereiro, revogado pela Lei n.º 2/99, de 13 de Janeiro*) e a Constituição (1976). A revolução proporcionou que o comentário político conhecesse um novo fulgor.

Não obstante a pujança de algumas crónicas e cronistas bem como a intensa proliferação de títulos jornalísticos no período pós-revolucionário, com forte conotação político-partidária¹¹², é entre a década de 80 e 90, fruto das profundas alterações no sistema dos media que surgem projectos jornalísticos que em muito impulsionaram a opinião publicada. Na imprensa escrita, destacamos o semanário *Independente*, em

¹¹² Durante este período surgiram diversas publicações de forte cariz político, ligadas a tendências políticas, por exemplo: Portugal Socialista (PS), Poder Popular (MES), Luta Popular (MRPP); *O Avante*, até então publicado na clandestinidade, revigora-se. Muitas publicações de expansão nacional emergiram e desapareceram no pós-25 de Abril, entre eles: *O Diário*, *Jornal Novo*, *Luta*, *Notícias da Tarde*, *Portugal Hoje*, *A Tarde* (diários); *Página Um*, *O País*, *O Ponto e Tempo* (semanários); as revistas *Opção* e *Flama* (que surgiu antes do 25 de Abril). É em 1975 que surgiu também o *Dia*, o *Sol* e o *Diabo*. O poder político pós o 25 de Abril procedeu à nacionalização dos principais títulos de imprensa diária. Passaram para o controlo estatal: *O Século* (extingue-se em 1977, retoma a publicação em 1986 e volta a extinguir-se em 1993), o *Jornal do Comércio*, *O Comércio do Porto* e os vespertinos *Diário Popular* e *A Capital*. Sendo que já dependiam do Estado, antes da Revolução, o *Diário de Notícias* e o *Jornal de Notícias*. O vespertino *Diário de Lisboa* também ficou ligado ao Estado, através da quota que pertencia ao Banco Nacional Ultramarino. Permanecem no sector privado o vespertino *República* (que conheceria momentos de forte agitação interna) e *O Primeiro de Janeiro*.

Maio de 1988 e o diário Público, em Março de 1990¹¹³, ainda que outros jornais e outros media ajudassem fortemente a consolidar essa tendência.

Assim, indissociáveis desta tendência de valorizar a opinião estiveram o aparecimento da TSF – rádio jornal, em 1988 (que assentava muito da sua estratégia na presença de comentadores) e das televisões privadas – SIC, em 1992 e a TVI, no ano seguinte.

Posteriormente, em 2001, o canal temático, por cabo, SIC Notícias teve um contributo decisivo, na medida em que não só exhibe frequentemente modelos de comentário político – a sós, em duo, ou com grupos restritos de figuras – como sugestionou os outros canais a fazê-lo. A estratégia de ter comentadores permanentes nos jornais televisivos (durante o seu decorrer, a comentar as notícias ou no final dos jornais), tendo sido impulsionada com o surgimento da SIC Notícias, popularizar-se-ia com a TVI, através da presença de Marcelo Rebelo de Sousa, durante 4 anos (que antes já tivera colaborações regulares na TSF e Diário de Notícias e que posteriormente passou a fazer os seus comentários na RTP). O facto das televisões promoverem os espaços de opinião teve repercussão nas estratégias dos jornais, que também aumentaram a visibilidade e a valorização do comentário escrito.

Em síntese, nos últimos anos, e num contexto de feroz concorrência e de concentração da propriedade dos media, os diferentes media, incluindo as rádios e televisões, incrementaram, de modo sistemático, a presença do comentário, do debate e da análise da actividade política.

6.1. Tendências actuais: indícios de afunilamento do espaço público

¹¹³ A partir da década de 80, na altura em que os órgãos de imprensa estatizados são privatizados, como aconteceu com A Capital (1988), o Jornal de Notícias (1990) O Diário de Notícias (1991), surgem no panorama da imprensa escrita novos títulos, de orientação popular como o Correio da Manhã (1979), Tal & Qual (1980), 24 Horas (1998); semanários como Semanário (1983) o Euronotícias (1999); *newsmagazines*, como a Visão (1993), a Focus (1999), a Sábado (2004, entre 1988 e 1993 foi publicada outra revista de igual título); a revista mensal Grande Reportagem (1989); títulos especializados em jornalismo económico: o Semanário Económico (1987) e Diário Económico (1989) *a Exame (1989)*, *Valor (1991)*, *Fortuna (1992)*, *Fortunas & Negócios (1992)* e *Executive Digest (1994)*; aumenta a chamada "imprensa cor-de-rosa", surgem inúmeras publicações dirigidas ao público feminino, aos espectadores de televisão, a públicos e interesses específicos. Inversamente, assiste-se ao declínio dos vespertinos. Em 1990 desaparecem o Diário de Lisboa e o Diário Popular.

Actualmente, assiste-se em Portugal (à semelhança de outros países) a uma simbiose de energias entre a imprensa, a televisão e a rádio, que resulta numa forte transitoriedade e omnipresença dos mesmos actores (maioritariamente do sexo masculino): os comentários televisivos são publicados na imprensa dita de referência¹¹⁴ e é nos espaços de opinião desta que são recrutados os comentadores da televisão e da rádio, com um predomínio de jornalistas e políticos com posições hierárquicas de topo (seja na direcção dos media, seja na cúpula dos partidos políticos).

Ou seja, à transitoriedade dos colunistas tem-se juntado outra tendência: a da acumulação de vários registos de opinião em diversos media numa só pessoa. Nesta tendência, não exclusivamente portuguesa, é frequente os jornalistas com posições hierárquicas de topo (como o caso dos directores dos jornais e das rádios) serem também presença habitual na televisão, conjuntamente com os políticos, aos quais se atribuem qualidades comunicativas (uma dessas “qualidades” ou mais valia será certamente a facilidade de ser reconhecido pelo público -notoriedade que os próprios media ajudaram a construir). De igual modo, muitos dos colunistas que escrevem na imprensa asseguram também a sua presença no espaço televisivo e na rádio: " Os cidadãos que os escutam de manhã nas rádios voltam a encontrá-los depois nos jornais e nas televisões. O resultado dessa concentração de actores é o empobrecimento do debate". (E. Serrano, DN, 4/12/2003). Também aqui, podemos ver “os media repetindo os media, imitando os media”, como diz Ramonet (1999:39). Recentemente (a partir de 2002), e de modo crescente, os (mesmos?) cidadãos lêem-nos também nos blogues. Funcionam, por isso, "em circuito fechado, isto é, constituem grupos reduzidos, de lenta renovação" (Rebelo, 2000: 26), nos quais as mulheres têm uma expressão reduzida.

Como resultado destas tendências, temos o afunilamento do espaço público. Espaço público, que “falta cruelmente em Portugal”, na expressão de José Gil (2004): “Quando há diálogo, nunca ou raramente ultrapassa as “opiniões” dos dois *sujeitos* bem personalizados (cara, nome, estatuto social) que se criticam mutuamente através das crónicas nos jornais respectivos (ou no mesmo jornal)”.

¹¹⁴ Veja-se o caso dos comentários de Marcelo Rebelo de Sousa ou a selecção e edição das declarações dos comentadores do programa da “Quadratura do círculo”(Sic Notícias) no Diário de Notícias.

6.2. Pluralidade no sistema mediático e no colunismo

O requisito da pluralidade de opiniões aparece valorizado no discurso dos directores dos jornais, até mesmo para legitimar a presença das colunistas que exercem actividade política. Como diz Estrela Serrano, (...) os directores procuram ter um leque variado de colaboradores, quase sempre com a preocupação principal de abranger o espectro político-partidário, habituados que estão a esgotar o pluralismo nos membros dos partidos ou em personalidades que situam ‘à esquerda’ e ‘à direita’” (DN, 11/5/2003).

Mas as questões que interessará averiguar é não só a de saber se o "naípe" de colunistas "escolhidos" traduz essa diversidade, mas sobretudo qual é a percepção que existe acerca dessa pluralidade e quais os critérios de aferição que a definem.

A propósito, interessa começarmos por referir o que nos parecem ser alguns equívocos acerca da pluralidade e diversidade de opiniões, os quais, por vezes, são susceptíveis de escamotear a ausência da própria pluralidade.

Assim, pluralidade não é necessariamente sinónimo de independência ideológica ou isenção política da linha editorial dos jornais. Como sabemos, o facto de encontrarmos jornais na Europa – por um lado, como o Le Figaro, o El Mundo, ou o Corriere Della Sera, e por outro, como o Le Monde, o El país ou o La Repubblica, com uma linha editorial definida – uns com uma linha editorial e uma visão do mundo mais conotada com os valores da direita e outros com os da esquerda; ou, na América, jornais como o Washington Post ou o New York Times, que assume o candidato presidencial que apoiam, não é incompatível com seriedade e rigor na informação, independência partidária, transparência e pluralidade na opinião. Pluralidade também não é a reivindicada existência de contraditório. Como tornar possível, sem ser absurdo, o equilíbrio de opiniões caso a caso, para cada questão pontual? Pluralidade, tendo como critério a qualidade de pensamento e expressão das opiniões também não é a mera existência de quotas. E, por fim, pluralidade não deve ser discutida só na acepção

ideológico – política, como frequentemente acontece. Como se classifica, por exemplo, a visível ausência das mulheres nos espaços de opinião?¹¹⁵

As mulheres, notoriamente quase ausentes até 1974, tem vindo a representar crescentemente uma parte considerável do total dos profissionais dos media¹¹⁶. Mas à evolução do seu ingresso na profissão não tem correspondido igual acesso aos lugares de relevo ou à chamada elite jornalística. Assim, na propriedade dos media, na sua administração ou Direcção a ausência do género feminino continuou a manter-se (excepção para Vera Lagoa e Inês Serra Lopes e para as revistas femininas). Quanto muito, têm conseguido aceder aos cargos de chefia intermédia (editorias, secções). Se algumas acederam aos lugares de maior visibilidade, como o dos ecrãs televisivos (nem tantas são as que lá se mantêm, a voracidade da passagem do tempo tende a penalizá-las), poucas acedem aos lugares de maior “status” e “credibilidade”, onde são requeridos capitais (socialmente mais valorizado) como são os de “comentadoras” ou “colunistas”, pelo que a evolução/aumento tem sido paulatina (uma observação empírica minimamente atenta evidencia-o e algumas investigações documentam-no bem)¹¹⁷

Sem pormenorizarmos a questão – relevante e de abrangência social mais lata – nem referirmos os factores explicativos tradicionais que afastam as mulheres de todos os espaços de poder – indispensáveis, mas cujo oportunidade aqui é diminuta – não podemos, contudo, deixar de notar, seguindo Lúcia Amâncio (1994), que a assimetria entre os géneros está “inscrita nas nossas relações sociais”, pelo que as formas objectivas de discriminação, assim como a sua expressão subjectiva, têm origem “ (...) numa forma de pensamento social que diferencia valorativamente os modelos de pessoa masculina e feminina e as funções sociais dos dois sexos na sociedade” (1994:16); mais, o posicionamento (ambivalente) das mulheres nas relações sociais coloca-as em conflito: se “ (...) o desvio das normas comportamentais definidas pelo estereótipo

¹¹⁵ Esta questão tem sido, repetidas vezes, objecto de análise por parte dos provedores dos DN e do Público. Numa destas análises, o provedor deste último jornal, Joaquim Fidalgo, na sua coluna de 26 de Novembro de 2000, que intitulou "A vez e a Voz das Mulheres" notava que na semana de 12 a 18 de Novembro, entre colunistas regulares e outros participantes, o jornal Público deu à estampa, no seu "Espaço Público", vinte e um textos de opinião; todos, sem excepção, eram assinados por homens

¹¹⁶ Diversos estudos documentam esta evolução: por exemplo, Oliveira, 1992; Mesquita, 1993; Garcia, 1994; Correia, 2000; Subtil, 2001)

feminino é particularmente negativo para a mulher, traduzindo-se simultaneamente numa perda de estatuto e na assimilação dos traços negativos da dominância masculina”, pois, só a assimilação dos traços masculinos detentores de forte legitimação social, permitirá o desempenho de um comportamento de autonomia profissional (1994:16) – tal, não deixa de as remeter para outra penalização.

Conforme é reconhecido na doutrina e jurisprudência constitucional, o pluralismo constitui-se como um valor fundamental e um requisito funcional do Estado democrático, conseqüentemente, são múltiplas as opções que competem ao “mercado ideológico”. Gomes Canotilho e Vital Moreira (Citados por Mário Mesquita, Público, 25/1/2004) explicam que o "princípio pluralista" implica – além da "proibição do silenciamento de qualquer corrente de opinião relevante na colectividade" e da "obrigação de atribuir a cada uma um mínimo adequado de expressão" – "a proibição de dar expressão a cada uma (das referidas correntes) de forma desproporcionadamente grande ou pequena".

Concordando com Mário Mesquita, se os primeiros dois requisitos se afiguram razoavelmente assegurados no sistema mediático português, interessará averiguar se aquele que se refere a evitar o empolamento de uma só corrente de opinião estará garantido. No caso do conjunto dos canais de televisão generalista tem sido recorrentemente apontado a ausência desse requisito, "na medida em que restringem o pluralismo do comentário político ao campo político – partidário" (E. Serrano, DN., 4/12/2003) e que " os espaços de comentário e opinião tendem a rarear" (M. Mesquita, Público, 25/1/2004).

Na imprensa, e na opinião de Mário Mesquita, "a pluralidade dos jornais e revistas constitui, apesar de tudo, uma protecção da diversidade" (Público, 25/1/2004). No entanto o mesmo autor alerta que " (...) se a proliferação de suportes e dos lugares de comentário político faz com que se abram muitas "janelas de oportunidades (...), a concentração dos "media" redefine os limites e as fronteiras do círculo de colunistas da imprensa. (...) basta alguma incompatibilidade com um padrão para ser projectado para fora das luzes da ribalta" (Ibidem).

¹¹⁷ Cf Rita Figueiras (2000)

Concentração pode, pois, significar limitação quanto ao pluralismo de opiniões.¹¹⁸ Mas não é, em nosso entender, e em si mesma, a única variável da qual dependem o pluralismo e a qualidade. Como bem nota Jean-Marie Colombani (Director do *Le monde*), saber se a concentração põe em risco tais qualidades depende da cultura, dos países e das pessoas (por exemplo, se o grupo criado por Murdoch é uma “catástrofe” o enorme grupo de imprensa criado pelo “New York Times” manteve inalterável o pluralismo e a qualidade) (in *Expresso*, 22 de Abril de 2006).

6.3. A emergência da Blogosfera Pública

O aparecimento dos blogues¹¹⁹ e a sua crescente democratização (novos *bloggers* e novos leitores¹²⁰) é causa e efeito de mudanças societais, directamente observáveis no espaço público e nos media tradicionais. Como sublinha Pacheco Pereira, *blogger* que não dispensa o “meta-bloguismo”, “o movimento que gera o surto de blogues é muito mais profundo do que os próprios blogues, tornando-os ao mesmo tempo causa e efeito, agente de mudanças e revelador de mudanças.” (Abrupto, 16/6/2006).

Entre outras, uma delas será a (problemática e complexa) diluição de fronteiras entre o público e o privado: nos blogues coabitam as características de escritos e diários pessoais, íntimos, e como tal espontâneos, irreflectidos – a “l’écriture de soi” (Foucault, 2001) – e as das colunas de opinião, até então só publicadas em meios “públicos”, pensadas (e pensáveis) enquanto discurso público. No entanto, parece-nos ser de admitir

¹¹⁸ Neste sentido, Joaquim Vieira, observa que “num cenário de grande concentração, um jornalista (ou um colunista) que se incompatibilize com um órgão de informação pode ver fecharem-se-lhe as portas de parte significativa das empresas do sector. Já acontece, aliás, em Portugal, como sabe quem pertence ao meio. Provas? Não há. Estas coisas não se escrevem: as directivas são transmitidas oralmente. Às vezes, nem é preciso, quando já se sabe que o jornalista ou colunista indis põem o patrão” (in *Público*, 5/10/2003)

¹¹⁹ Se fosse necessário ilucidar o termo: “‘Blog’ is short for ‘Web log’ - an online site with time-dated postings, maintained by one or more posters, that features links and commentary.” (Hewitt, 2004); “A weblog is, literally, a “log” of the web - a diary-style site, in which the author (a “blogger”) links to other web pages he or she finds interesting using entries posted in reverse chronological order.” (Perrone, 2004)

¹²⁰ De acordo com os dados do Netpanel da Marktest, divulgados em Março de 2005, 917 mil foi o número de portugueses que acederam a blogues a partir de casa (no ano anterior o valor era de 726 mil); durante o ano, 65,1% dos internautas portugueses com 15 e mais anos acederam a blogues; visitaram mais de 120 milhões de páginas de blogs (uma média de 131 por utilizador).

que prevalecem umas ou outras dessas características, diferentemente: se muitos *bloggers* (os menos mediaticamente conhecidos) parecem tender a elaborar um discurso sobre o “eu”, que é também um modo de constituição do “eu”, uma forma moderna de “écriture éthopoiétique”, na expressão de Foucault, em que coabitam duas formas de escrita, materializadas na cultura greco-romana através da escrita para o “outro”, na “correspondência” e da escrita para si, nos “*hupomnêmata*” (pensamentos, reflexões...); outros, cientes do seu “auditório” (em parte o mesmo que os lêem também nas colunas de opinião), das suas expectativas e das “impressões” acerca da sua imagem (pública), tenderão (no seu processo de “gestão de impressões”, comum a todos, a que Goffman (1959) aludiu) a usar, no essencial, a mesma *gramática* dos media tradicionais¹²¹.

Mas a blogosfera é reveladora, também, de potencialidades. Uma das mais meritorias será de alargar o espaço público, garantir a pluralidade, possibilitando a perda do monopólio da palavra pelos media tradicionais, a promessa de “ (...) curto-circuitar a auto-referencialidade das formas culturais e mediáticas dominantes: revelando novos autores e criadores e permitindo o acesso de mais pessoas à publicitação”. (Manuel Pinto in *Blog Jornalismo e comunicação*, 19/4/2006). Mesmo entre nós, em alguns episódios – através dos quais os blogues demonstraram constituir-se verdadeiramente como instâncias de escrutínio público dos do jornalismo e dos media – estas potencialidades já se concretizaram, transformando-se em mudanças nas formas e nos espaços comunicacionais, não deixando de perturbar o poder (também) dos media tradicionais. É paradigmático o caso da pressão sobre o jornal Público (Setembro/Outubro de 2005), promovida pelo blog Bloguítica e apoiada de modo concertado por dezenas de outros blogues¹²² para que este esclarecesse a forma como noticiara as “negociações” para o regresso da autarca de Felgueiras a Portugal: *"Pode o Público s.f.f. esclarecer com quem é que FF manteve contactos no Secretariado Nacional do PS? Quando é que esses contactos tiveram lugar? Quem é que informou*

¹²¹ Para Pacheco Pereira, a blogosfera é um “fenómeno que marcará a nossa época”, e suscita o que diz ser uma “verdadeira revolução mundial de novas formas de “fala” dos indivíduos e dos grupos”: “Nos blogues há uma apoteose do presente, uma menorização do passado e uma inexistência do futuro que condicionam o tipo de escrita e o seu sucesso comunicacional. Este desequilíbrio dos tempos é coerente com alguns dos efeitos da passagem do mundo comunicacional tradicional, da leitura, do silêncio, da lentidão, da memória, para a velocidade do que é “moderno”, para um mundo constituído por imagens rápidas, prazer instantâneo e ilusão de simultaneidade. É o mundo dos directos televisivos, do em linha permanente, do mundo que testemunha tudo em tempo real, da aldeia na “aldeia global”, da superfície, da pele das coisas do marketing e da publicidade. Os blogues trazem para a “fala” essa mesma velocidade e ilusão de instantaneidade de um mundo sem “edição”, ou seja, sem mediação”. (Abrupto, 16/6/2006)

¹²² Cf (<http://bloguitica.blogspot.com/2005/10/micro-causa-1232-pode-o-jornal-pblico.html>),

Jaime Gama previamente da libertação (sic) de FF?", perguntava-se diariamente¹²³. Entre nós, alguns blogues editados por académicos da área das ciências da comunicação em muito têm contribuindo para o exercício de vigilância sobre media e o jornalismo, reflectindo, igualmente, sobre a blogosfera.

A blogosfera é reveladora, ainda, de perversões (de que os boatos e os atentados contra a honra de pessoas e instituições são exemplo), inexactidões, às vezes sob a capa de um “pseudo jornalismo” (o debate sobre se “os blogues fazem jornalismo?” já não é uma novidade¹²⁴). E também estas perversões são mudança.

Para o bem e para o mal, os blogues são hoje também reconhecidos instrumentos (e armas) da (e pela) actividade política, particularmente em momentos de campanha eleitoral, como recentemente ficou demonstrado, também entre nós: se nas últimas eleições autárquicas e legislativas os partidos e os seus apoiantes já haviam revelado uma utilização instrumental dos blogues, foi na campanha das presidenciais (sobretudo o candidato que não tinha o apoio dos aparelhos partidários) que fizeram dessa prática uma realidade iniludível (e decerto irreversível)¹²⁵. Mais recentemente, na campanha do referendo ao aborto de 2007, o recurso aos blogues pelos vários movimentos foi largamente utilizado.

¹²³ Veja-se ainda como nos Estados Unidos (Fevereiro de 2005) a vasta campanha de informação e pressão dos blogues norte-americanos alegadamente originou a demissão do apresentador da CBS Dan Rather e do director de informação da CNN Eason Jordan, por razões distintas (alguns blogues revelaram que o primeiro se apoiara em documentos falsos numa reportagem sobre o serviço militar do presidente George Bush ; Jordan viu as suas declarações no Forum Económico Mundial de Davos, em que terá afirmado que militares americanos tinham deliberadamente tomado como alvo e morto jornalistas no Iraque, amplamente divulgadas na blogosfera)

¹²⁴ Sobre isto apraz concordar com Jose Luis Orihuela, também animador do blog eCuaderno (<http://www.ecuaderno.com/>), que diz (II Congresso Iberoamericano de Ciberperiodismo) que os blogs não são jornalismo, o que não significa que não possa haver jornalismo nos blogues; estes não substituem os media tradicionais, antes são um complemento e um desafio que os obrigarão a mudar. Já agora, anote-se a lista de 10 paralelos entre os blogues e o jornalista elencada por Jay Rosen(em http://journalism.nyu.edu/pubzone/weblogs/pressthink/2003/10/16/radical_ten.html) e o conjunto de aspectos dos bloggess que se poderão constituir em “aprendizagens” para os jornalistas elencado por Steve Ounting (em <http://www.poynter.org/>)

¹²⁵ Como se sabe, os blogues políticos, que têm grande visibilidade na América, estiveram no centro das últimas eleições presidenciais, até pela polémica pós-eleitoral que os envolveu. Os dados revelados pelo Pew Research Center for the People and the Press (<http://people-press.org/reports/display.php3?ReportID=233>) merecem atenção: quase duplicou o número de norte-americanos que fizeram da internet a sua principal fonte de informações para decidir em quem votar – nas últimas eleições, 21% dos eleitores admitiram ter usado maioritariamente a internet para decidir a escolha do candidato (contra 11% nas eleições presidenciais de 2000 e 3% em 1996). Esta relevância igualou-se à do canal Fox News, superando todas os outros canais televisivos, perdendo apenas para os jornais (obtiveram 43% das preferências).

Crescentemente, os blogues são, igualmente, um instrumento de escrutínio da vida política e um veículo da opinião que sobre ela se tem. De modo sintético, dir-se-ia que, em nosso entender, as mudanças mais pertinentes introduzidas pela blogosfera são as que se podem descortinar nas suas linhas de intersecção com os media e com a política.

Por todo o mundo, os blogues surgem (e desaparecem) a uma velocidade estonteante¹²⁶. Tal como a quantidade, também a variedade de perfis dos autores, dos estilos utilizados dos seus interesses e motivações, é enorme: vão do puro narcisismo à defesa de micro (e macro) causas políticas, sociais, cívicas...; editados pelo cidadão anónimo ou por figuras mediáticas (jornalista, colunista ou político...); pertencentes às “margens” ou à rede do *mainstream*. Entre os *bloggers* (e também os seus leitores), criam-se comunidades virtuais (que cada vez mais se consubstanciam em comunidades reais, promovidas através dos encontros no espaço físico) nas quais interagem uns com os outros, lendo-se, “*linkando-se*”, “comentando-se”, mobilizando-se para algumas causas comuns – formas contemporâneas de cumprir o espaço público burguês e, eventualmente, de sublinhar algumas das contradições/perversões que no século XVIII se evidenciavam.

Em Portugal, ganharam expressão sobretudo a partir da segunda metade de 2002, constituindo-se também como um novo espaço de debate político e de participação cívica que, indubitavelmente, alargou o espectro ideológico representado na (e pela)

¹²⁶ Em Junho de 2006 o Technorati referenciava cerca de 45 milhões, número que cresce exponencialmente, duplicando a cada seis meses; estimando-se que nos últimos três anos, o tamanho da blogosfera tivesse crescido 60 vezes e que por dia sejam criados 75 mil blogues. A maioria dos autores apontam os anos de 1996 e 1997 como a data de surgimento dos weblogues (conceito criado por Jorn Barger a partir das palavras “web” (Internet) e “log” (registo), que seria, em 1999, abreviado para blog). Foi nessa altura que surgiram os primeiros blogues pessoais, de que são exemplo o Scripting News de Dave Winer, o Robot Wisdom de Jorn Barger, o Tomalak's Realm ou o CamWorld. Contudo, para Dave Winer (2002) o primeiro blog a ser criado foi o primeiro web site, <http://info.cern.ch/>, criado por Tim Berners-Lee no CERN - European Organization for Nuclear Research., na medida em que esta página funcionava como um apontador, no qual o seu autor referenciava os novos web sites que surgiam na World Wide Web. Em 1993 apareceram as páginas “What’s New” do NCSA - National Center for Supercomputing Applications e da Netscape. Nelas, já era possível encontrar duas das características principais dos weblogues: a datação das entradas e a sua colocação por ordem inversa. É a partir de 1999 que o número de blogues começa a aumentar, resultado do aparecimento de novas ferramentas de publicações de conteúdos baseados na Web, como o Blogger e o Groomsoup lançados pela Pyra.

opinião publicada¹²⁷.

Mas se alguns desses blogues, em particular os “blogues políticos”, se constituem como uma oportunidade alternativa ao *mainstream*, permitindo a expressão (e o acesso) a opiniões (e em alguns casos informações: os blogues já tem fornecido notícias em primeira mão, depois retomadas nos media e é reconhecido que uma notícia de primeira página de um jornal de referência teve origem num blogue) diferentes e a um ritmo mais acelerado daquelas que os grandes media veiculam, não é menos verdade que outros o alimentam, o perpetuam.

Assim, também na blogosfera, à semelhança do que acontece noutros meios, se observa a mesma circularidade: os blogues mais lidos e cuja opinião adquire respeitabilidade nos agentes decisivos (como os meios políticos que lhes são atentos ou os media que lhes ampliam a visibilidade, fazendo-os chegar muito além do grupo restritos de cidadãos que os acedem, retomando as suas temáticas, dedicando-lhes rubricas¹²⁸ ou incorporando excertos dos blogues nas suas colunas de citações) são aqueles cujos autores já circulavam e tinha notoriedade no espaço político-mediático, particularmente nas colunas de opinião. Estes blogues, não o sendo exclusivamente, assemelham-se a “pequenos jornais” de opinião política, funcionando mais como complemento das colunas de opinião do que como uma alternativa aos media tradicionais. De resto, nalguns casos o mesmo texto origina uma coluna de opinião publicada na imprensa e um “post” no blogue, sendo o jornal o prolongamento do blogue, ou vice versa.

Neste sentido, o discurso destes blogues, se metaforicamente entendido enquanto *subsistema* dos media, parece conduzir à

¹²⁷ Se de início se dizia da blogosfera política portuguesa ser dominada pela direita, em muito graças à influência da *Coluna Infame* (Pedro Mexia, Pedro Lomba e João Pereira Coutinho), surgida em Setembro de 2002, logo nos meses seguintes tal tendência seria temperada com o aparecimento de blogues conotados com a esquerda (o primeiro foi o Blog de Esquerda Blog (em Dezembro). Entre estes, destacou-se o *Barnabé* (criado por um dirigente (e ex-assessor de imprensa do Bloco de Esquerda, Daniel Oliveira, que veria ser colunista do Expresso e participante no Eixo do Mal (SIC Notícias). Este blogue, entretanto desaparecido (Julho de 2005), chegou a ser editado em livro e conseguiu o inusitado de em poucos meses ser visitado 1 milhão de vezes, popularidade só comparável ao “resistente” *Abrupto* de José Pacheco Pereira (surgido a 6 de Maio de 2003), que tem disputado a liderança do top de audiências (weblog.com.pt/portal/blogometro). Pelo meio, muitos outros blogues surgiram, cobrindo o espectro político-partidário português.

¹²⁸ Na cobertura eleitoral das últimas presidenciais, o Diário de Notícias foi pioneiro no destaque que deu aos blogues, fazendo uma espécie de “revista de blogues”, atribuindo-lhe a mesma relevância do espaço da cobertura da televisão.

à “*auto-poesis*” no sentido que Luhmann (1995) lhe dá (aplicado à evolução dos sistemas sociais, no âmbito de uma teoria da sociedade baseada na diferenciação funcional entre sistemas sociais autónomos), na medida em que contribuem para a reprodução, circularidade e auto-referencialidade do *sistema dos media*.

Assim, estes blogues, que têm vindo a adquirir um considerável poder de influência e uma verdadeira capacidade de impor temáticas e marcar agendas (alguns exemplos comprovam-no¹²⁹), só ilusoriamente alargam substancialmente o espaço público. Dando lugar a outras vozes – é certo – o que eles basicamente reforçam é o peso da elite omnipresente nos media tradicionais¹³⁰. Não se trata, no entanto, de um círculo unidireccional e irremovível, note-se, pois, que alguns *bloggers* passaram assinar colunas de opinião na imprensa justamente por se terem notabilizado na blogosfera.

Na verdade, são múltiplas as interações da blogosfera quer com os media tradicionais¹³¹ quer com a comunicação política¹³². Mas as suas potencialidades e os seus riscos não o são menos. De qualquer modo, é iniludível que a blogosfera está a transformar o espaço público (mediatizado) e, necessariamente, a forma como o pensamos.

¹²⁹ Em Agosto de 2005 outra “micro-causa” mobilizou dezenas de Blogues que, insistentemente questionavam: “Pode o governo sff colocar em linha os estudos sobre o aeroporto da ota para que na sociedade portuguesa se valorize mais a “busca de soluções” em detrimento da “especulação”?”

¹³⁰ Daí que nos pareça discutível, digamos uma “meia-verdade”, observações como esta que Pacheco Pereira faz : “Um dos aspectos mais saudáveis da democratização da blogosfera é que hoje é mais difícil “competir” (tomem a palavra com a latitude que quiserem), ter influência, já há muitas vezes qualificadas, muito saber em muitas áreas, uma diversificação temática, de opiniões e de escritas, que a capacidade para se afirmar já não depende do elogio mútuo, mas de se ter ou não uma voz própria e persistência. Este último factor é o que mais falta na blogosfera, onde um mês é um século e se chega a conclusões taxativas lendo cinco ou seis blogues de um dia para o outro” (Abrupto, 15/7/2003).

¹³¹ Note-se, por exemplo, que alguns jornais alojam mesmo blogues dos seus jornalistas (entre nós, veja-se o caso do Público) e até de leitores, como acontece com o Le Monde ou The Guardian. Neste último, existe um *newsblog* que pela manhã dá a conhecer aos seus leitores as possíveis coberturas e as discussões editoriais que ocorrem na redacção durante o dia, dando-lhes também a possibilidade de participarem na construção das notícias, enviando informações, sugestões. Note-se, também, que em Março de 2005, a Casa Branca, também em resultado da pressão dos media tradicionais, acreditou pela primeira vez um blogger (Garrett Graff), que passou a ter acesso à sala de imprensa da residência do Presidente tal como os jornalistas (a quem, de resto, disponibiliza trabalho em rede e serviços)

¹³² Sobre o papel dos blogues na comunicação política, consultar (em http://www.pewinternet.org/ppt/BUZZ_BLOGS_BEYOND_Final05-16-05.pdf) o estudo que analisa o impacto dos blogues ditos políticos na agenda de temas e discussão nacional nos EUA durante a campanha presidencial de 2004. De modo mais alargado, Wilson Gomes discute o fenómeno da opinião pública política na internet: “Opinião Política na Internet. Uma abordagem ética das questões relativas a censura e liberdade de expressão na comunicação em rede”(http://www.unb.br/fac/comunicacaoepolitica/Wilson2001.pdf).

7. A formação de um *sub-campo dos media* situado na intersecção entre o campo político e o jornalístico.

7.1. Opinião: um bem sobrestimado por interesse dos media?

Como vimos, a chegada de Aníbal Cavaco Silva ao Governo em Outubro de 1985, no qual permaneceria durante uma década, pode marcar o período em que os colunistas começaram a ganhar, crescentemente (como detalharemos), mais espaço e relevância nas páginas dos jornais, adquirindo um estatuto de indiscutível importância e capacidade de influência¹³³. A importância das colunas de opinião no jornalismo actual é claramente perceptível pela sua forte presença na maioria dos jornais.

O incremento do papel dos colunistas em Portugal deve-se a razões várias, entre elas as que estão ligadas à inovação tecnológica e às estratégias empresariais. A inovação tecnológica contribuiu para que a informação passasse a ser contínua, em directo, em "tempo real", reduzindo o tempo entre o momento em que as coisas ocorrem e o momento em que passam a ser divulgadas; tal faz com que também o tempo e o espaço que o jornalista detinha para a interpretação e para o comentário tivessem diminuído, o que abriu caminho a que outros ocupassem esse papel (Rebelo, 2000; 25).

Por outro lado, pode admitir-se que "o registo do comentário ou da análise corresponde, em regra, a uma forma de contornar o predomínio do discurso dos actores políticos, considerado uma "cassete" monocórdica e doutrinária." (Mesquita, Público, 24/8/2003). Podemos também, à semelhança de Cantavela, entender o sucesso das colunas e crónicas de opinião face à sua capacidade de não se limitarem, de forma distante, ao relato daquilo que vai sucedendo na actualidade: nunca tanto como hoje o indivíduo se

¹³³ Relembre-se o caso de Vasco Pulido Valente, em "O Independente", que se destacou pelos violentos artigos que escreveu contra o "cavaquismo" (mais tarde, celebrizaria a expressão "picareta falante" que atribuiu a António Guterres); de Miguel Sousa Tavares, no "Público" temido pela virulência dos seus textos, sobre política e questões ambientais, em particular; ou de Vicente Jorge Silva, então Director do mesmo jornal, que, entre muitas outras coisas, deixou a sua marca ao ter apelidado os estudantes de "geração rasca".

sentiu rodeado por tantas notícias e nunca antes como agora, dada a dispersão, houve a necessidade de reunir coerentemente e dar sentido a esses factos (2004:404). Neste sentido, diríamos que a função das colunas seria reduzir a *complexidade* dos próprios media, por analogia à tese de Luhmann, a qual, apoiando-se e encontrando justificação no conceito de sociedade da complexidade (as transformações sociais e tecnológicas aumentaram as divergências entre instituições e indivíduos, e entre os diversos grupos sociais, agudizando a incerteza e angústia), defende que cabe aos media propor um conjunto de "temas orientadores" para a formação da opinião, reduzindo assim a complexidade social¹³⁴.

Ao recorrer aos colunistas os jornais visam atingir vários outros objectivos. José Rebelo enumera algumas: a criação da ilusão de pluralidade; a transferência de responsabilidades para o exterior da própria empresa; o desencadear de jogos de espelhos entre os media e os seus públicos (os media ao constituírem painéis de comentadores de acordo com a representação que têm dos seus públicos; e estes, ao encontrarem coincidência entre esses painéis e a representação que têm dos seus media preferidos); a obtenção de contrapartidas a apoios obtidos junto de organizações políticas, culturais, religiosas, etc. (Rebelo, 2000; 26).

É admissível que todo o texto assinado suponha um ponto de vista que compromete, a vários níveis, também o jornal. As razões do jornal para a sua inclusão podem ser várias. Pode fazê-lo precisamente porque o considera pertinente tendo em conta a sua linha ideológico-editorial (Moreno Espinosa 2003); mas pode fazê-lo, justamente, na *contra-mão* dessa linha, optando por dar voz a opiniões dispares da sua e dispares entre si, recolhendo dividendos dessa tal alusão à (ou "ilusão" de) pluralidade.

É também através da "selecção" que fazem dos colunistas, do destaque que lhes dão ou não, que os jornais consolidam a sua "política de opinião" definem a sua identidade e cada um se afirma como *sujeito semiótico*, no entendimento que Landovski (1989: 157) lhe dá, enquanto entidade susceptível de ser reconhecida pelos seus leitores, não só enquanto personalidade jurídica mas também em resultado do seu estilo, do seu perfil.

¹³⁴ A eventualidade das colunas cumprirem esta função de redução de complexidade da informação é uma hipótese que nos é muito cara, pelo que tentámos que os dados do inquérito que aplicámos indiciassem, se os leitores valorizam, ou não, entre outros aspectos, esta capacidade.

Como sublinha Joaquim Fidalgo (Público, 5/11/2000) "as escolhas dos comentadores, entre outros factores, ajuda a configurar a informação global que chega aos receptores"¹³⁵. Mas tal não deixará de ser também uma estratégia comercial com vista à obtenção de ganhos de audiências.

No contexto actual, marcado pela feroz lógica de mercado em que se luta pelas melhores audiências e, nos jornais, contra o declínio do número de leitores, tem aumentado a concorrência entre os diversos media, disputando a contratação de determinado colunista de referência (cuja opinião se tornou emblemática, e por isso, viu o seu capital simbólico reforçado). São disso exemplo, a ida de Marcelo Rebelo de Sousa para a RTP, em Fevereiro de 2005 ou a mudança de Vasco Pulido Valente do D.N. para o Público, no final de 2004 ou ainda a transferência de Miguel Sousa Tavares do Público (no qual permaneceu de 1991 a 2005, com uma interrupção de ano e meio, entre 2002 e 2003) para o Expresso, em Janeiro de 2006. Evidentemente, neste fenómeno existe um efeito de promoção e credibilização mútua (para o jornal e para o colunista).

Em consequência das dificuldades (crise) que a imprensa vem enfrentando – donde destacamos apenas as causas mais visíveis, como domínio do audiovisual, a informação on-line¹³⁶, a crescente implantação dos jornais gratuitos¹³⁷ – assiste-se à tendência do

¹³⁵ A opinião, enquanto instância emissora, nos termos em que (a par dos porta-vozes) é conceptualizada por Landovski (1989) no modelo de mediação governantes/governados, cumpre uma função de mediação. Nesta perspectiva, quanto a nós muito discutível, e num entendimento do público como instância meramente receptiva, a opinião teria a dupla função de representar os governados junto dos governantes (através de meios persuasivos com o objectivo de suscitar a acção) e de manter a relação entre ambos, ora interpelando os governantes ora dirigindo-se ao público

¹³⁶ A Internet – "um meio instantâneo indispensável" de acesso a notícias, que "permite às pessoas ouvirem, verem e lerem o que querem, quando e onde desejarem" - "está a afectar a vendas dos jornais em papel, devendo agravar-se nos próximos anos: "Pela primeira vez digo que há estudos que dão conta de que o jornalismo na Net está afectando a circulação dos jornais nos EUA (...) O jornalismo potenciado pelo aparecimento da Internet irá provocar mudanças no panorama da comunicação social mais profundas do que o surgimento da rádio e mesmo da televisão, comparáveis até à criação da imprensa por Gutenberg". (Rosental Calmon Alves em afirmações proferidas nas jornadas "Dez Anos de Jornalismo Digital em Portugal: Estado da Arte e Cenários Futuros" realizadas na Universidade do Minho em Junho de 2005. Para muitos, como Ramón Salaverría, manobrar as ferramentas multimédia será uma das capacidades básicas do jornalista do futuro. E se os meios de comunicação social são ainda o contrapoder que vigia o poder instituído, os receptores da informação serão, através da Internet, o "cão de guarda" dos jornalistas. É também neste sentido, que vão as declarações de Ramonet e Colombani, proferidas em Lisboa, em Março e Abril de 2006, respectivamente.

¹³⁷ Tendo por base os dados da GfK, o jornal *Metro* é já o terceiro diário mais lido em Portugal (com 33% de audiência), seguindo-se o *Destak* (com 30%), atrás do *Correio da Manhã* e do *DN*, em primeiro e segundo lugar, respectivamente. De acordo com a APCT, que não auditou o *Metro* (lançado em 2005), o *Destak* conseguiu distribuir 77 977 exemplares em 2004, mais 33,4% do que no ano anterior. Em termos

decréscimo na circulação¹³⁸ e nas audiências¹³⁹ dos jornais de *papel*, acompanhando a tendência verificada em muitos países¹⁴⁰, o que leva a que procurem apostar noutros “produtos” que os valorizem. A crise da imprensa escrita portuguesa revela, pois, uma tendência que é similar à observada a nível mundial. No entanto, alguns países parecem conseguir estar a invertê-la, é o que acontece nos EUA, onde os jornais atraem cada vez mais leitores para as suas edições on-line (sobretudo jovens), como se conclui de um relatório divulgado pela Associação de Jornais da América (Abril de 2006), baseado nos em dados recolhidos junto de mais de cem jornais das principais áreas metropolitanas

de audiência, foi lido e folheado por 166 220 leitores, o equivalente a uma audiência de 2%, no primeiro trimestre deste ano. Noutros dados, como o Bareme Imprensa, observa-se que a *Dica da Semana* tem a maior audiência dos jornais gratuitos entre Janeiro e Março de 2005 (765 mil dizem tê-lo lido ou folheado), resultado da grande distribuição: uma média de 2,2 milhões de exemplares por semana, segundo dados da Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação (APCT) de 2004. (ver DN, 18/4/2005)

¹³⁸ De acordo com dados divulgados pela Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação (APCT) relativos às vendas de Janeiro a Setembro de 2005, apenas O *24 Horas* e o *Diário Económico* não registaram quebras, face a igual período do ano anterior (o primeiro cresceu 0,7%, fixando a sua média diária nos 50 753 exemplares e o segundo vendeu uma média diária de 11 750 exemplares, correspondendo a um crescimento de 7%). Já o *Jornal de Negócios*, caiu 13,3%, situando-se nos 7330 exemplares vendidos/dia. O *Correio da Manhã*, que manteve a média diária de 115 762 no acumulado de Janeiro a Setembro, caiu 0,2% entre trimestres homólogos. O *JN* caiu 14,9% no acumulado, o *Público* 4,3% e o *DN* 8,4%, situando-se, respectivamente, nos 95 706, 49 506 e 37 142 exemplares vendidos por dia. Nos semanários, registou-se a queda da *Visão*, 5,1% e do *Expresso*, 2,2%, situando-se nas 128 523 unidades vendidas/semana.

¹³⁹ Segundo dados da Markttest - Bareme Imprensa relativos ao último trimestre de 2005 (divulgados no jornal *Público* de 27/1/2006), os jornais do segmento da imprensa diária generalista registaram, no seu conjunto, uma diminuição do índice de audiência de 0,4%, para uma média global de 27,9% (o *Público* detém 5,1% e o *Diário de Notícias* 3,8%). Nos semanários de informação geral, que correspondem a 8,7% de audiência, a quebra foi ainda maior (10,3%) devido, sobretudo à queda do *Expresso* (da ordem dos 6%). *Expresso* tem agora 7,9% e *O Independente* 1,1%. O *Correio da Manhã*, o *Jornal de Notícias* e a revista *Sábado* foram os únicos títulos da imprensa generalista a aumentar os seus índices de audiência nesse período, por comparação com o período homólogo de 2004. Já nas revistas, contrariamente, a tendência geral foi de subida: de 9,1 para 9,9 %.

¹⁴⁰ De acordo com os dados de um estudo que abrange 208 países, divulgado em 2004 no âmbito do 57.º Congresso Mundial dos Jornais, Portugal (que tem índices de leitura extraordinariamente baixos) registou uma quebra de circulação de jornais de 4% entre 2002 e 2003 (e uma redução de 16,7% quando o período em análise remonta a 1998) tendo-se observado um ligeiro decréscimo de 0,2% na circulação da imprensa mundial. Nos restantes países da ex-União Europeia a 15, a Espanha e a Bélgica foram os únicos a registarem um aumento de circulação de jornais em 2003, 0,1% e 0,2% respectivamente. Os restantes 12 Estados da União Europeia registaram igualmente quebras na circulação, embora só o Reino Unido tenha superado a verificada em Portugal, com -4,7%. Entre 2002 e 2003, as vendas subiram nos países em desenvolvimento (35% dos 208 países), enquanto os mercados mais maduros revelaram uma tendência inversa. A exceção foram os Estados Unidos, onde a circulação se manteve estável no ano passado, contra uma queda, de acordo com dados ainda provisórios, de 1,4% em cinco anos. No Japão (líder no consumo de jornais, ficando apenas atrás dos noruegueses, suecos e finlandeses). Sobre a situação em França ver o dossier “Médias en crise” *Le monde diplomatique* de Janeiro de 2005, e do mesmo jornal, a revista *Manière de Voir*, nº80, Abril/Maio de 2005, subordinada à temática “Combats pour Les Médias”.

dos EUA.¹⁴¹

Em Portugal esses esforços e resultados não são (ainda?) visíveis. Contudo, a opinião parece ser um desses produtos/estratégias de valorização do jornal. Parafraseando Mário Bettencourt Resendes, “um jornal de referência assenta, cada vez mais, uma parcela importante do seu valor acrescentado na qualificação, interesse e pluralidade dos seus colunistas (...) E a forma de transformar o custo de um jornal num investimento para quem compra está menos na divulgação de factos que dificilmente serão novidade do que na capacidade de os contextualizar e aprofundar no terreno da opinião, de preferência com a chancela do nome de um comentador credível” (DN, 12/1/2006).

O valor que é dado à opinião, à opinião de certos colunistas, transparece também nas estratégias promocionais de fazer *chamadas de primeira página* à "carteira" de novos colunistas ou nas campanhas publicitárias que os jornais exibem, em que a opinião promove o jornal, aparecendo como um valor que lhe acrescenta qualidade (Veja-se, a título de exemplo, como o Expresso, em Janeiro de 2006, é publicitado: “Mais e melhor opinião no expresso”; “opiniões que contam”; ou o anúncio publicitário, de Novembro de 2004, em que o Público utiliza a metáfora "O 'Público' tem coluna". Esse anúncio, que elencava a equipa de colunistas (ver "Pública" de 14/11/2004, p. 73), serviu também para promover a entrada de Vasco Pulido Valente no jornal; estranhamente, omitia o provedor do jornal de então, Joaquim Furtado). Esta estratégia de valorização e, simultaneamente, de autonomização desse produto, pode observar-se também na criação de *títulos referenciais*, como “*Espaço Público*” ou “*Opinião*”.

No entendimento da opinião como um “conteúdo valioso”, e afim de aumentar e diversificar as receitas económicas dos jornais, Mário Bettencourt Resendes propõe a rentabilização da opinião através do patrocínio das colunas, argumentando que “ (...) os programas de debate político e os espaços de opinião na rádio e na televisão deram já esse passo, sem que se sinta qualquer condicionalismo por parte dos intervenientes”,

¹⁴¹ O número de visitantes únicos dos sites de jornais aumentou 21 por cento entre Janeiro e Dezembro do ano passado. Os grupos demográficos mais jovens ajudaram os jornais a aumentar as suas audiências para lá do mercado das edições impressas em 14 por cento entre os leitores de 24 a 35 anos e nove por cento entre os que têm entre 18 e 24 anos (dados recolhidos em 6 de Abril de 2006, no Público, um jornal português cujo acesso on-line é condicionado mediante pagamento) decresceram 0,6% em 2003. (Ver DN, 1/6/2004)

acautelando apenas a necessidade de se “ (...) seleccionar, com a sensatez suficiente, as empresas, produtos ou serviços patrocinadores e proceder à inserção da mensagem publicitária sem chocar o receptor” (DN, 12/1/2006). Tudo parece indicar que estas situações ocorram num futuro não muito longínquo...

7.2. As (in) características de um *sub-campo* em expansão

O conjunto de actores que expõe a sua opinião nos media (e também os colunistas que assinam o *corpus* de textos que constituímos) inclui pessoas que não sendo referenciadas ao campo político (mesmo que com ele mantenham relações) também não o poderão ser ao campo jornalístico (ainda que muitos sejam jornalistas de profissão, e que as colunas possam conter elementos informativos e estar ao serviço de estratégias mais globais dos media). Genericamente, poder-se-ão incluir no “campo dos media”, enquanto lugar onde se cruzam protagonistas oriundos de varias actividades profissionais (jornalistas, políticos, advogados, cientistas, escritores...), enquanto campo marcado pela enorme proximidade com outros campos.

Como sabemos, a tese central da teoria dos campos funda-se no pressuposto da organização das sociedades desenvolvidas terem por base uma progressiva individualização e autonomia dos campos sociais, sendo que a formação dos campos sociais (com uma estrutura própria: valores, normas, papeis) realiza-se num quadro genérico de organização e diferenciação da actividade humana. O campo dos media – com funções de mediação essencialmente de ordem simbólica – pode ser considerado como a resposta, ao nível da organização da sociedade, ao vasto conjunto de necessidades de ordem cultural que nasceram da generalização da linguagem (Esteves, 1998:131). Mas nos campos sociais, estabilidade e mudança estão sempre presentes e em permanente tensão – em ambos convergem tanto a sociedade no seu conjunto como cada um dos seus membros (Esteves, 1998:141). No campo dos media, e na sua relação com outros campos (o político é central), essas tensões são notórias, seja pelos condicionalismos e estratégias a que estão sujeitas as funções de mediação social, seja

por incorporar no seu funcionamento estratégias que nada tem a ver com os processos de mediação simbólica, seja por esta passar à margem dos media, seja, ainda, pela proliferação de novas técnicas e dispositivos informacionais (Idem, 144-145). Pelo que, na senda também do que diz Adriano Duarte Rodrigues (1990), há que concordar que “o campo dos media, ao mesmo tempo que vê reforçado o seu papel nas sociedades desenvolvidas, assume uma forma mais multifacetada e polimorfa, que não autoriza, por conseguinte, a sua conotação estrita com os mass media” (Pissarra Esteves, 1998:145).

Mas a acção discursiva dos colunistas – ainda que usando explicita (mas não exclusivamente) os media como veículos, gerando também algumas tensões, reforçando, simultaneamente, certas estratégias mediáticas e sendo certamente reveladora de alterações no seu interior do campo dos media – não configura especificidades suficientes para que possamos entendê-la enquanto gerada num sub-campo, em reforçada relação com outros campos?

Assim, dada a especificidade que atribuímos a esta actividade de *produção de opinião* e face à crescente aparente autonomia e legitimidade, conferida pelo próprio campo dos media, quase individualizando e diferenciando esse “bem próprio” que é a “opinião” tornada pública – uma espécie de *monopólio de competências* por parte de alguns – parece-nos não ser abusivo entendê-la como produto de um *sub-campo* do campo dos media – lugar de intersecção entre o campo político e o jornalístico, submetido à coacção deste último (tal como o campo político) e servindo, sobretudo, os seus fins.

Para Bourdieu, a existência de um campo, considerado como um “espaço social estruturado, um campo de forças, num campo de força” implica a existência de um *enjeu* ou prémio que é disputado por agentes sociais diversos e implica a existência de um grupo especializado que afirma possuir um monopólio de conhecimentos ou saberes especializados. No campo jornalístico, o “prémio” são as notícias e o “grupo especializado” os jornalistas, os quais detêm o monopólio de “saber produzir notícias”. Ora, a “opinião”, ainda que assinada por jornalistas, não remete para este prémio, nem releva destas competências, mas remete para outro tipo de prémios e competências que o campo dos media e a sua acção, crescentemente tem quase autonomizado e legitimado. Diríamos mesmo que os textos de opinião até quando escritos por jornalistas (ainda que por vezes indissociáveis da matéria noticiosa que ajudam a interpretar)

aproximam-se mais dos produtos emanados do campo político do que do jornalístico (não obstante o movimento inverso: crescentemente a opinião contaminar os textos informativos). Tal aproximação pode explicar-se na medida em que se entende o campo político como “ (...) o lugar em que se gera, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de “consumidores”, devem escolher, com probabilidade de mal-entendidos tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção” (Bourdieu, 1989:164)

Mas há outras aproximações. O colunista, tal como o político (e talvez mais que o jornalista, actor “anónimo”) funda o seu poder na confiança e na crença, retira a sua força da confiança que um grupo nele deposita, da fé na representação que ele dá ao grupo e da sua relação com os outros grupos (cf. Bourdieu, 1989). E nessa medida, o seu poder, porque supõe um reconhecimento, o desconhecimento da violência que se exerce através dele, é imensamente simbólico. O seu trabalho consiste em melhorar a sua “credibilidade”, a sua “notoriedade”. Tal como os políticos, são portadores de um capital específico, simbólico, que Bourdieu identifica como um “puro valor fiduciário”, dependente da fides, da representação, da opinião, da crença. Trata-se da ambiguidade da fides que Benveniste analisou – força objectiva que pode ser objectivada nas coisas, produto de actos subjectivos que, baseando-se no crédito e na credibilidade, só existe na representação e pela representação, na confiança e pela confiança, na crença e pela crença. E a crença tem como recurso o desconhecimento.

Seguindo Bourdieu, dir-se-á que os discursos políticos que os profissionais produzem são sempre duplamente determinados, afectados de uma duplicidade resultante da dualidade dos campos de referência e da necessidade de servir os fins esotéricos (das lutas internas) e, simultaneamente, os fins esotéricos (das lutas externas). A produção de tomada de posições depende do sistema das tomadas de posição propostas em concorrência pelos partidos antagonistas. Pelo que, os partidos, como as tendências que se desenvolvem no seio deles, só têm existência relacional, sendo vã tentar definir que elas são independentes do que são os seus concorrentes. Ora, esta parece-nos ser outra similitude com o discurso dos colunistas.

Pelo que fácil e empiricamente é observável, e como já se disse, o conjunto dos colonistas provem, ou é recrutado, maioritariamente de dois campos tradicionais: o campo do jornalismo e o da política – situa-se na convergência de uma vertente mediática e de uma vertente político-partidária, valendo politicamente enquanto sujeitos mediáticos e mediaticamente enquanto sujeitos políticos (Rebelo, 2000: 26) – ainda que existam actores provenientes de outros campos (como o académico), mantêm com os outros dois campos uma forte relação.¹⁴² Esta relação acontece seja por se enquadrarem nas regras e lógicas mediáticas, seja por terem exercido funções políticas, seja por encontrarem na temática “política” um campo de reflexão e interesse¹⁴³.

A linha que os separa é por vezes muito ténue e levanta questões e posições várias. Parece-nos pertinente recuperar o que pensam acerca deste aspecto Augusto Santos Silva (Público, 5/2/2005) e Pacheco Pereira (Abrupto, 15/6/2005), eles próprios com tribuna frequente nos media, com estatuto de “comentadores”, mas também com ligações ao campo político e ao académico – eles próprios exemplos da dificuldade de precisarmos o lugar de onde alguém fala.

Augusto Santos Silva, a propósito de debate televisivo entre Santana Lopes e José Sócrates e dos veredictos que sobre eles foram emitidos (“quem ganhou o debate?”), refere que a “encenação” das opiniões se faz: “(a) como se fossem juízos distanciados, independentes e objectivos, e (b) como se fosse possível determinar pela conjugação deles “o resultado legítimo do debate (de preferível traduzível numa manchete). Ora, nem uma nem outra coisa se verifica”. Os veredictos “são facilmente compreendidos se

¹⁴² Num estudo de caso abrangendo cinco anos e quatro jornais de referência (Figueiras, R. e Policarpo, V., 1995), conclui-se serem maioritariamente políticos profissionais, ou académicos com actividades políticas, o que também é corroborado na tese de mestrado de Rita Figueiras. Num trabalho de Isabel Ferin, observa-se que “das 57 autorias levantadas (incluindo dois Editoriais, não assinados), chegou-se (Quadro V) a quatro grupos de actividades dominantes, sendo que alguns acumulam mais de uma actividade (por exemplo, jornalista e professor universitário, cargos em Associações ou Organizações e actividade política, etc.). Assim, identificaram-se dezoito jornalistas, treze políticos, onze professores universitários e sete membros de Associações e Organizações Não Governamentais. (...) Das restantes autorias convém referir que o Partido Socialista é, sem dúvida, o partido mais representado entre os políticos, talvez numa tentativa da imprensa de se ver como contra-poder ou de incentivar a oposição. No que respeita à formação dos professores universitários predominam os sociólogos, talvez numa perspectiva de informar para formar, onde também poderíamos incluir os membros das Associações e Organizações.”

¹⁴³ Importa sublinhar que a distinção que operámos e as opções que tomámos – desde logo ao excluirmos do nosso corpus de análise os colonistas que pertencem manifesta e indubitavelmente ao campo político (dirigentes partidários, governantes, etc) – bem como o modo como categorizamos os colonistas (as 3 categorias atrás enunciadas) não pressupõe, por si só, uma atribuição de isenção e intangibilidade a uns e de engajamento político a outros, e por isso uma inultrapassável incapacidade de análise

tivermos em conta os percursos pessoais e profissionais e as afinidades de grupo e geração dos respectivos emissores”. O que não significa que eles prossigam fins partidários, não podem é pretender ser juizes exteriores e imparciais: “Nem vejo (e esse é o ponto principal) como é que a condição profissional de jornalista pode, no plano da produção de opinião política, ser garantia suficiente ou adicional de competência e isenção. As opiniões sobre os conteúdos de debate político são opiniões políticas. Não são apreciações técnicas, nem são factos objectivos (...) a presunção, tão característica do nosso meio jornalístico, de que a opinião dos jornalistas-comentadores é intrinsecamente mais legítima do que as dos restantes intervenientes no espaço público e que, por isso, pode haver uma espécie de juízo final mediático sobre as controvérsias e os desempenhos políticos, essa presunção não é uma prova de maturidade, mas pelo contrário de infantilidade do nosso sistema de comunicação”.

Pacheco Pereira, comentado a crescente tendência dos media obterem opiniões de pessoas que são académicos de profissão (como é o caso dos politólogos) sobre matérias estritamente políticas enquanto académicos, diz que estes emitem opiniões políticas como quaisquer outras, insurgindo-se contra o pressuposto que é possível haver uma voz técnica que possa, em nome desse conhecimento, definir uma solução política: “ (...) A voz do conhecimento, da técnica, da ciência, tem o seu lugar na decisão ou opinião política, mas não é da mesma natureza dessa decisão, nem pode ser colocada no lugar dela. É importante conhecer as qualificações profissionais de quem omite opinião (...) mas isso não as torna outra coisa diferente de opiniões políticas, de cidadãos, no espaço público, nem lhes dá uma legitimidade acrescida enquanto opiniões de natureza política. (...) O resultado ou são truísmos (a transposição de um resultado académico *ipsis verbis* para uma afirmação de carácter político raras vezes resulta noutra coisa) ou são puras opiniões políticas, a que o estatuto académico dá uma aura de isenção e intangibilidade que confunde o debate público.

Pedro Magalhães, criticando esta posição, oferece-nos o contraponto, para através das suas palavras questionarmos: “Não poderá o debate político eventualmente beneficiar da contribuição de pessoas cujas "opiniões políticas" são informadas, claro, pela sua ideologia e convicções políticas, mas também, claro, por uma formação académica específica que os faz prestar atenção a determinadas fenómenos e produzir sobre elas um determinado tipo de

discurso? Ficamos a perder assim tanto com isso? (...) Ou será que devemos concluir que o protagonismo no debate político em Portugal deve ser dado exclusivamente a pessoas cuja actividade fundamental é a de fazer política, mas que, apesar de nunca esconderem que estão a dar a sua "opinião", fazem-no manipulando o abundante capital simbólico que recolhem da sua suposta condição de "académicos", nunca se rebelando contra esse enquadramento que deles é dado nos media?" (Blog Margens de erro, 20 de Junho de 2005)¹⁴⁴

7.3. A construção da legitimidade do colunista

Na mesma linha, uma das questões que interessa colocar é a de saber quais são os mecanismos através dos quais os colunistas adquirem a legitimidade para expor as suas opiniões nas páginas dos jornais. Vários autores, directa ou indirectamente, a têm colocado.

Assim, Mário Mesquita (Público, 25/1/2004) a este propósito interroga-se: "como se justifica, por exemplo, que alguém seja chamado a exercer a função ou a deter o privilégio de "colunista" nas páginas de um jornal? Similarmente, Isabel Ferin Cunha (2004), levanta a mesma questão: "Porta-vozes de opiniões publicamente expressas, representantes de grupos com opiniões sobre as questões públicas, indivíduos e cidadãos informados e formadores, de onde procede a sua legitimação? Do valor simbólico inerente ao seu produtor, da autoridade e predominância das fontes, do círculo de referência e/ou de pertença social a que se encontram vinculados?"

Subscrevemos Pedro Solera (2000), que não crê que seja possível, conhecer as múltiplas causas pelas quais pode ser contratado um colunista (políticas, tribais, estéticas,

¹⁴⁴ Também a propósito do post de Pacheco Pereira, escreve-se no Blog Bloguitica (17.6.05): "José Pacheco Pereira alerta para a proliferação da citação de opiniões de académicos como se os seus comentários fossem isentos ou incontestáveis. Em parte Pacheco Pereira tem razão e o tema mereceria por si só uma abordagem mais detalhada. Sem ser por acaso, claro, José Pacheco Pereira cita um exemplo daquilo que contesta, envolvendo Lisboa e Manuel Maria Carrilho. Porém, teria sido útil a menção de que faz parte da comissão de honra da candidatura de Carmona Rodrigues e que, neste caso, o seu ataque à opinião dos peritos é politicamente motivado."

económicas, sociais, etc.) ou alcançar uma classificação de acordo com possíveis critérios formais, e isso porque se observa que os critérios diferem, até ao ponto de não existirem.

Mas, e seguindo Mário Mesquita, é de admitir que a legitimidade do colunista se construa " (...) algures na intersecção dos direitos de liberdade de expressão e de liberdade de criação de empresas jornalísticas", que suponha " (...) consensos mínimos entre diversas fontes de decisão interna (directão, redacção, às vezes o juízo dominante entre os jornalistas...)" . Que se trate uma legitimidade frágil, baseada em factores subjectivos e mutáveis. São opções que, como refere Michel Mathien, se processam na "caixa preta" das empresas jornalísticas.

Não temos total concordância com Pacheco Pereira (Abrupto, 28/2/2005), que, encarando a opinião numa perspectiva economicista (como se de um qualquer bem se tratasse), diz que o que legitima a opinião é o seu "valor". Diz ser essa "indústria", onde ele próprio se inclui, ferozmente competitiva (na qual há fluxos entre os diferentes sectores de produção, de que são exemplo o da política tradicional para o comentário ou o da escrita bloguística para a escrita dos jornais, e vice-versa). Trata-se, para ele, de uma economia assente num mercado aberto onde os bens são escassos, e onde tudo se mede pela qualidade da opinião – reforçada pelas competências a montante e a jusante, mas não é por elas legitimada – opinião mede-se contra opinião. No mercado aberto da "indústria do comentário, a qualidade da opinião mede-se por dois parâmetros: a audiência e a influência (não necessariamente coincidentes).

É verdade que não satisfazendo um ou outro destes parâmetros a continuidade do colunista em expor as suas opiniões pode estar comprometida. Mas a questão que verdadeiramente interessa é a do "direito" a entrar nesse "mercado", para posteriormente poder ter a sua opinião "cotada". Pode-se alegar que o aparecimento dos blogs democratizaram esse acesso, uma vez que deter um blog pode ser um modo de aceder às colunas dos Jornais (temos actualmente vários exemplos), porém, a questão mantém-se, mas agora transposta para o "mercado dos blogs": quais os critérios utilizados para atribuir qualidade e/ou visibilidade à opinião de alguém? Não influi o facto de o nome já estar firmado, mesmo antes da detenção do blog, e de já possuir um capital social reconhecido?

Convém recordar José Gil, para quem no “debate fulanizado” no espaço público, o que influi e pesa na discussão como uma “mais-valia” de sentido e de verdade no seu discurso é a personalidade social dos interlocutores – essa “espécie de argumento de autoridade invisível”, para cuja força contribui o seu prestígio: “a condição de legitimação de um discurso é a sua passagem pelo plano do prestígio mediático – que, longe de dissolver o sujeito, o reforça e o enquista numa imagem «em carne e osso», subjectivando-o como o melhor, o mais competente, o que realmente merece estar no palco do mundo” (2004:33) ¹⁴⁵.

É também nossa a convicção que o que autoriza e legitima os colunistas para expor as suas impressões ou argumentos advém, em grande parte, do poder simbólico – chamemos-lhe assim na esteira de Bourdieu – que à partida, já detém. É um capital (científico, político, mediático) que se reconverte ou reforça. Mais do que “competências comunicacionais”, será este capital simbólico que é mobilizado: “ (...) o poder que constitui o dado ao enunciá-lo, o poder de agir sobre o mundo pelo facto de agir sobre a representação do mundo, não reside em “sistemas simbólicos”, na forma de uma força “ilocucionária”. Cumpre-se, sim, na e pela relação definida que cria a crença na legitimidade das palavras e das pessoas que as pronunciam, e só opera na medida em que aquelas que o suportam reconhecem aqueles que o exercem” ([1982], 1998:107). A este “poder simbólico”, voltaremos, recorrentemente, ao longo do texto desta dissertação.

Dos argumentos de Bourdieu e dos elementos empíricos, observáveis entre nós, pode deduzir-se que esse capital simbólico reconhecido e institucionalizado que possuem, e em consequência do aumento de visibilidade mediática, da *consagração*, se reforce não

¹⁴⁵Note-se que já Gustave Le Bon (“*As Opiniões e as Crenças*”) “teorizava” sobre o papel do prestígio na formação da opinião: “(...) facilmente nos habituamos a admitir, com prontidão, um conceito defendido por um personagem aureolado de prestígio.(...)Sobre os assuntos técnicos da nossa profissão, somos capazes de formular conceitos muito seguros; mas, no tocante ao resto, não procuramos sequer raciocinar, preferindo admitir, com os olhos fechados, as opiniões que nos são impostas por um personagem ou um grupo dotado de prestígio. (...) De facto, quer se seja estadista, artista, escritor ou sábio, o destino depende, sobretudo, da quantidade de prestígio que se possui e, por conseguinte, do grau de sugestão inconsciente que se pode criar. (...) Mesmo entre sábios eminentes, o prestígio é, muitas vezes, um dos factores mais certos de uma convicção. Para os espíritos ordinários, ele o é sempre. Criador de opiniões e dominador das vontades, o prestígio é uma potência moral superior às potências materiais. As sociedades nele se fundam muito mais do que na força. (...) A necessidade de adoração das multidões torna-as logo escravas dos indivíduos que nelas exercem prestígio”.

apenas junto de algumas camadas da população leitora de jornais mas *dentro do próprio campo*,¹⁴⁶ afectando a distribuição do capital simbólico e, em consequência, a hierarquia dos lugares políticos ou (no campo académico) a publicação de artigos, livros ou financiamentos públicos. Porém, nalguns casos, e em particular nos académicos que acedem à televisão, é de admitir que esse capital simbólico se "fragilize" junto dos seus grupos de pertença. Os seus "pares" tendem a menosprezar a sobrexposição mediática que obedece a lógicas que não a científica: a rapidez que se exige é incompatível com o pensamento, pelo que pensam por "ideias feitas", e é como fast-thinkers que Bourdieu (1997:25), de modo depreciativo, os referencia.

Existem, contudo outros factores e outras perspectivas a considerar no processo de atribuição de legitimidade e credibilidade. Como diremos à frente, a propósito das características das colunas de opinião, alguns autores preconizam a existência de uma relação de intimidade e confiança que se estabelece entre o colunista e os seus leitores (López Pan, 1995:125) e que origina o reconhecimento social.

De acordo López Pan¹⁴⁷, os colunistas ao escolherem os temas, as ideias, os estilos, ao hierarquizarem valores, vão revelando uma personalidade, um modo de ser e estar face aos acontecimentos, certas preferências morais – e por vezes políticas –, determinadas intenções e gostos. São todos estes elementos que criam o que na retórica clássica se chamava o ethos do orador. A coincidência com esse ethos, esse quadro de referência individual, dá lugar a uma confiança originária que dota o colunista de credibilidade e autoridade, no sentido de reconhecimento social, e que se converte em audiência. Não se trata tanto da adequação do colunista aos leitores, mas antes do inverso: são os leitores que encontram no jornal alguém com quem estão em sintonia e em quem

¹⁴⁶ Tal vai ao arripio da definição fundadora de "campo", na medida que este conceito básico da obra de Bourdieu, designa uma configuração de relações objectivas entre posições de agentes ou instituições. Configuração que constitui o campo e é, simultaneamente, constituída por ele. Sendo um conceito de carácter descritivo ou heurístico, o "campo" tem também um valor normativo: faz com que as modalidades de consagração dependam das relações estabelecidas no próprio campo e não da imposição exterior. Foi o próprio autor que sublinhou (1997) o "desanjarro" que os media, em particular a TV, vieram introduzir, *colonizando* os outros campos intelectuais.

¹⁴⁷ Declarações proferidas numa conferência efectuada em Pamplona a 25 de Abril de 2002

confiam, aos quais se tornam fieis, numa atmosfera de intimidade.¹⁴⁸ Na perspectiva deste autores, é essa coincidência habitual entre o colunista e o leitor que faz com que este procure "orientação", queira uma explicação que nasça do confronto do que acontece no mundo com os princípios valorativos de alguém com quem coincide totalmente ou em parte (López Pan, 1995)

Diríamos que subjacente a esta perspectiva, quase parece estar a atribuição de uma função maiêutica às colunas (no sentido em que contribuem para fazer nascer a verdade do outro, através do estímulo que representa a perspectiva que realçam, os novos pontos de vista que o leitor, por si só, não havia consciencializado), ignorando-se as características, as marcas sociais (o prestígio, o reconhecimento social, académico, profissional...) de quem emite a opinião e o lugar donde o faz. Por outro lado, também não deixa de nos remeter para a teoria da comparação social de Festinger, na medida em que se reporta a um processo de validação social das nossas opiniões, o que em si mesmo (e não exclusivamente no âmbito inter-grupal) pode abrir portas para *territórios* teóricos pertinentes.

Em termos genéricos, a relação entre os colunistas e os seus leitores não deixará de ser também estipulada pelos dois “contratos enunciativos” de que nos fala (Charaudeau 1983: 101): um “contrato de autenticidade”, segundo o qual os eventos relatados devem ser “fiéis” à realidade” (no caso das opiniões, “objectivas”) e um “contrato de seriedade”, uma espécie de “contrato moral” que liga o “sujeito informador” a uma obrigação de transmissão das informações.

Mas este é um entendimento que nos parece incompleto, de resto, ainda vinculado ao “contrato mediático” expresso por Greimas (1983 [1979]), enquanto um tipo de contrato fiduciário estabelecido pelos media informativos com os seus leitores, afim de fazer

¹⁴⁸ A coluna de António Barreto, do Público de 7 de maio de 2006, ilustra-nos a “intimidade” que pode acontecer entre o colunista e os seus leitores. Se estes últimos não estivessem há anos habituados a que o colunista anunciasse o florir do primeiro jacarandá em Lisboa resultaria descontextualizada a nota, a negrito, que finaliza a coluna desse dia: “*O azul é quase imperceptível. Mas já está lá. Só olhos avisados, ou apaixonados, o conseguem descortinar. Mais uma vez, no cruzamento das ruas do Salitre e Rodrigo da Fonseca, floriu o fiel jacarandá solitário, o primeiro em Lisboa. A anunciar o sublime anual desta cidade desleixada. A mostrar a alegria possível deste país triste. Foi podado, fica diante de um prédio velho e devoluto, de janelas tapadas com tijolo, à espera de demolição, correndo os riscos conhecidos para as árvores da nossa paz. Enquanto o deixarem viver, fica ali um sinal de esperança de que talvez a decência chegue um dia ao espaço público português. Ele insiste em querer viver. Pelo que anuncia, merece. Uma beleza!*”

aceitar, a *priori*, a verdade dos seus relatos, deixando, porém, a *posteriori*, a possibilidade de verificação, através do qual os media estabelecem com os seus leitores.

Parece-nos, então, que a relação entre os colunistas e os seus leitores, será melhor entendida no quadro de um outro contrato, o “contrato de leitura” conceptualizado por Veron (1983) – que vai além de “contrato enunciativo” – relativo, também, à relação entre o suporte mediático e a sua leitura, mas alargado ao tipo de relação que determinado media estabelece com o público e destinado a compreender os vínculo que estabelecem entre si estas duas “entidades do imaginário da comunicação”.

Assim, o êxito de determinado media medir-se-á pela sua capacidade de propor um contrato que se articule correctamente (eficazmente) às expectativas, motivações, interesses e conteúdos do imaginário de quem a ele decide aceder; de fazer com que esse contrato evolua de modo a acompanhar a evolução socio-cultural dos leitores, preservando o nexos entre eles; e também pela sua capacidade de modificar o contrato de leitura se a situação o exigir, fazendo-o de um modo coerente (1985:5)¹⁴⁹. A par das mudanças socio-culturais e da situação de concorrência, é a dinâmica dos leitores que dinamiza o contrato de leitura (e é desta constante negociação com os leitores, da aceitação das estratégias de apropriação que dependem as propriedades do discurso do jornal).

Ora, os mecanismos e os níveis de funcionamento do discurso do media (particularmente a imprensa) que concorrem para a construção do contrato, preconizados por Veron, pressupõem uma panóplia de modalidades e factores, de múltiplas estruturas enunciativas (para além dos tradicionalmente usados na então bem sucedida teoria da enunciação): todos los aspectos de la construcción de un soporte de prensa, en la medida en que ellos construyen el nexos con el lector: coberturas, relaciones texto/imagen, modo de clasificación del material redactado, dispositivos de "apelación" (títulos, subtítulo, copetes, etc.), modalidades de construcción de las imágenes, tipos de recorridos propuestos al lector (por ejemplo: cobertura-índice de temas-artículo, etc.) y las variaciones que se produzcan, modalidades de compaginación

¹⁴⁹ Esta indicação bibliográfica reporta-se ao documento Eliseo Veron, El análisis del “*Contrato de Lectura, un nuevo método para los estudios de posicionamiento de los soportes de los media*”, (acedido em http://www.geocities.com/horror_misfits/Veron_Eliseo_Analisis_del_contrato_de_lectura.rtf) Versão de Veron, Eliseo., “*L’analyse du ‘contrat de lecture’: pour une nouvelle méthode pour les études de positionnement des supports presse*”, in Les médias, expériences, recherches actuelles, applications, Paris, IREP, 1983

y todas las otras dimensiones que puedan contribuir a definir de modo específico los modos en que el soporte constituye el nexo con su lector (1985:9). Da sua combinação, resultam contratos mais ou menos complexos e coerentes. Como o autor refere, estes aspectos não esgotam a panoplia de operações que contribuem , nos jornais, para a formulação do “contrato de leitura”.

Para explicar as preferências dos leitores, não são suficientes as variáveis socio-demográficas ou os “estilos de vida” (ainda que existindo fortes correlações entre as configurações destas variáveis e a conduta de aquisição de um título), nem o estudo separado do suporte e dos seus leitores, mas sim a sua relação (1985:2). No entanto, interessa sublinhar, que Veron, ainda que preconizando várias “gramáticas de reconhecimento”, não deixa de realçar a importância das variáveis sociais nas “condições de reconhecimento”, como sejam as diferenças no capital cultural, as “avaliações” do sujeito sobre certos géneros e títulos da imprensa (1988:23) – o que, aliás, é uma importante incursão de cariz sociológico e de aproximação à “sociologia do gosto” de Bourdieu: a leitura de certos géneros e títulos comportam um valor-signo que inscreve o acto de compra dentro de uma estratégia mais ampla de distinção social por parte do sujeito (enquanto outros, socialmente desqualificados são lidos “às escondidas”) (1988:23)

Destes pressupostos, que partilhamos, resultam-nos algumas ideias simples: o prestígio, a confiança que é atribuída aos colunistas (e à relação que se mantém com estes, deriva e é tributária da confiança que se tem no jornal (em função de critérios vários: o crédito na veracidade da informação, mas também as suas “visões do mundo”, o seu “gosto”, o seu status...); isto é, a “relação” com os colunistas advém também do contrato já estabelecido com o jornal (o “melhor contrato” até então, porque resulta de um favoritismo pelo jornal, no mercado concorrencial). Por outro lado, e porque este contrato é constantemente negociado, quer a apreciação que os leitores, passo a passo, fazem dos colunistas quer as opções destes (temas, modos de abordagens..) intrincadas com as opções dos jornal (escolha dos colunistas, paginação, destaques..) podem contribuir para a manutenção ou quebra do contrato (o que, evidentemente, também em termos de estratégia comercial, não convém aos jornais...)

Complementarmente – insistimos em sublinhar – cremos que para entender a especificidade dessa relação de confiança entre o leitor e o colunista e o processo de atribuição de credibilidade e autoridade, será preciso não deixar de entender o colunista, também, como portador de um capital simbólico e o “valor” da sua opinião enquanto proferida no interior de um campo. Porque entendemos as opiniões que emitem também como um exercício de poder, parece-nos incontornável fazer uma breve revisitação, como todas resultado de uma selecção, pelo modo como a relação entre o discurso e o poder foi sendo teoricamente perspectivada.

8. O poder do discurso

De acordo com as concepções Berger e Luckmann (1966,1985) mas também de Geertz (1978) ou de Hall (1997) sabe-se que a realidade de cada indivíduo, social e culturalmente construída, está vinculada à significação atribuída a esta realidade pelo grupo ou sociedade em cujo contexto o indivíduo se insere. Os significados culturais organizam e regulam as práticas sociais, influenciam a conduta dos sujeitos no grupo social tendo, assim, efeitos práticos e reais. Nas sociedades primitivas, na análise de Pierre Clastres, a linguagem é usada como o oposto da violência, como “o meio que tem o grupo de conservar o poder fora da violência coercitiva”. O chefe, mais que o “privilégio”, tem o “dever” da palavra. Estas culturas “celebram” a linguagem mais do que se servem dela, porque a linguagem é encarada não tanto como um instrumento de comunicação mas sobretudo como uma “aliança com o sagrado” (Clastres, 1982, cit por Fernandes, 1988:257).

Contudo, a produção de sentido/significado, sendo também produção de cultura, que permeia todas as instâncias de produção, consumo e controle social em qualquer sociedade, exprime também (ou sobretudo) a produção/reprodução de uma relação de poder, na medida em que atribuir significados implica “definir” a “realidade”.

Os clássicos das ciências sociais, Marx, Durkheim e Weber partiam do princípio de que era a acção, e não a linguagem, que determinava as relações de poder, pelo que, o objecto de análise seria a acção. Os contributos linguísticos do século XX, nomeadamente com a emergência e a afirmação das teorias da linguagem vieram colocar em causa este princípio.¹⁵⁰ Hoje, recorrendo à analogia que M.L.Marcos (1995:35) faz com a célebre expressão de Heidegger – “A essência da técnica não tem nada de técnico” – poderemos também dizer que “o essencial da linguagem não é linguístico”.

¹⁵⁰ Refira-se que, não obstante a importância da *pragmática do discurso* surgida com Austin, eram ignorados aspectos como a relação interlocutiva, a estrutura encadeada dos enunciados e a interacção entre os locutores. O próprio processo de questionamento, típico da constituição dialógica da linguagem, perdiam-se na unidade mínima na frase que Austin, Searle, Chomsky e Benveniste pareciam procurar.

O poder ocupa um lugar de destaque na reflexão sobre o discurso. No entanto, as perspectivas que articulam o poder com a linguagem são muito distintas – não só são várias as disciplinas que o fazem como, no interior de cada uma, existem diferentes, e por vezes antagónicas, correntes teóricas. Não é nosso objectivo dar conta da *polifonia* que caracteriza o discurso científico nesta questão, onde cada teoria ou perspectiva mantém um diálogo apertado com as abordagens (algumas rivais), pretendemos apenas ir ao encontro dos contributos que consideramos estruturantes e/ou ilustrativos da perspectiva que conduz e ecoa em Pierre Bourdieu.

Com razão, Poster (2000) vê em Foucault uma exposição clara da íntima relação entre linguagem e poder, centralizando a atenção na sua noção de discurso. Para Foucault, o discurso é aquilo pelo qual lutamos, “o poder de que procuramos apoderar-nos” (1971:12); é “batalha e arma, estratégia e choque, luta e troféu ou ferida, conjunturas e vestígios, encontro irregular e cena repetível” (1972:8). O discurso é, assim, retirado do reino da pura subjectividade – não pode ser analisado como simples forma da consciência ou expressão do sujeito – para ser submetido a um conjunto de categorias objectivas: é a positividade do discurso que faz a síntese das variações subjectivas da consciência e do indivíduo.

Em Foucault, defende Poster, a unidade do discurso contrapõe-se à unidade do sujeito, o discurso deixa de ser a manifestação de um sujeito que pensa, conhece e fala, para, ao invés, se tornar uma totalidade em que se subsume a totalidade no seio da qual se determina a dispersão do sujeito e respectivas discontinuidades. Linguagem e poder relacionam-se – o discurso é configurado como uma forma de poder e a concepção de poder pressupõe a actuação através da linguagem: “O desafio de Foucault é construir uma teoria do discurso que analise a razão à luz da história, revele o modo como o discurso funciona como poder e incida sobre a constituição do sujeito” (Poster, 2000:98). O discurso, enquanto entidade objectiva dominadora, mas também imperceptível cumpre hoje as funções do panopticon: “O discurso actua sobre o sujeito posicionando-o na relação com as estruturas de dominação de modo a que essas estruturas possam então agir sobre ele ou ela. A influência do discurso caracteriza-se principalmente por disfarçar a sua função constitutiva relativamente ao sujeito, aparecendo apenas após a formação do sujeito enquanto destinatário do poder” (Poster, 2000: 99).

Certo é, que de forma mais ou menos sistemática, Foucault procurou demarcar o seu conceito de poder – “essa coisa tão enigmática, ao mesmo tempo visível e invisível, presente e oculta, investida por toda parte,” como a ele se refere (1979: 75) – de outros que lhe eram associados: é necessário deixar de descrever os efeitos do poder sempre em termos negativos: ‘exclui’, ‘reprime’, ‘recalca’, ‘censura’, ‘abstrai’, ‘mascara’, ‘esconde’. De facto, o poder produz: produz realidade; produz domínios de objectos e rituais de verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele podemos retirar relevam desta produção (Foucault, 1975: 227).

O pensamento de Foucault teve repercussões em várias e proficuas abordagens de diversos autores. Roland Barthes, cujo contributo para os estudos da linguagem, particularmente no que diz respeito às suas relações com o poder é inegável, foi um dos autores fortemente influenciados por Foucault.

Barthes, demarcando-se das perspectivas que defendera nos seus primeiros trabalhos (influenciadas pela linguística saussuriana, antropologia estrutural e marxismo), na década de 70, inspirando-se em Foucault (e também em Bakhtin) passa a admitir que a relação de significação nunca é imediata ou espontânea; a linguagem sempre é ideológica; todo o discurso é discurso de poder. Desse modo, a noção de significado tendeu a ser substituída pelo de sentido e a de texto pela de interdiscurso. Rompendo com a concepção instrumentalista de poder (do marxismo clássico) passa a considerá-lo plural e ubíquo no espaço social, presente (...) nos mais finos mecanismos do intercâmbio social (...) perpétuo no tempo histórico: expulso, extenuado aqui, ele reaparece ali; nunca perece. (1978: 11-12). Desde sempre, o objecto em que se inscreve o poder é a linguagem. E esta, a linguagem “fascista”, na concepção barthesiana, pode ser revolucionada, combatida no seu interior, por deslocamentos que elaborem uma linguagem limite (o grau zero), libertando o discurso (polifónico, palco de lutas) – é o seu projecto de resistência ao poder.

Um dos grandes contributos de Foucault (1971) terá sido o de chamar à atenção para o facto que nem tudo pode ser dito e que a enunciação está marcada por uma ampla rede de significações, proibições, interesses e desejos por parte do sujeito. Tal, legitima a

necessidade da procura do sentido oculto dos enunciados de um dado discurso – polissémico, polifónico, constituído de subentendidos e pressuposições – e da interpretação do “não dito”: é aí, no que se deixa de dizer, no implícito, que se pode encontrar as reais intenções discursivas do sujeito. Mas também estas relevam da “prática discursiva”, noção introduzida por Foucault para se referir ao conjunto de regras anónimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definem uma dada época e um ambiente social, económico, geográfico ou linguístico específico, as condições de exercício da função enunciativa.

Neste pressuposto, Ducrot (1977) utiliza os princípios do implícito e dos pressupostos para procurar o não dito no discurso. Na sua concepção (1977-1987), a língua perde o carácter de um simples código, ultrapassando a visão saussuriana, uma vez que não é constituída por significados restritos e homogêneos, é também atravessada pelos “tabus linguísticos”: é “considerada como um jogo, ou melhor, como o estabelecimento das regras de um jogo que se confunde com a existência quotidiana (...) temos necessidade de, ao mesmo tempo, dizer certas coisas, e de poder fazer como se não tivéssemos ditos: de dizê-las, mas de tal forma que possamos recusar a responsabilidade de tê-las dito”. (1977:12-13). É a partir destes legados que se começa a solidificar o entendimento do discurso em estreita articulação com sociedade e a encarar a linguagem enquanto dimensão constitutiva das próprias relações sociais. (cf., por exemplo, Maingueneau, 1976). Note-se, contudo, o pioneirismo de Gardiner (The Theory of Speech and Language, 1932) que já remetia para o entendimento da situação de comunicação enquanto situação social, desenvolvendo uma perspectiva mais próxima da sociologia do que da linguística.

É nestes pressupostos que surge análise do discurso, entendida como a disciplina¹⁵¹ (ou se quisermos o domínio de investigação ou a metodologia) que, ao invés de proceder a uma análise linguística do texto em si mesmo ou a uma análise sociológica ou psicológica do seu “contexto”, pretende articular a sua enunciação com um determinado

¹⁵¹ Maingueneau (2005 : 89), para defender a validade da noção de disciplina, cita Jean-Marie Berthelot (1996. 99-100), para quem a disciplina é “à la fois un lieu d’échange et de reconnaissance, et matrice de discours et de débats légitimes (...) un lieu de ressources sociocognitives, de références autorisées, de normes partagées et d’exemples communs, permettant le tissage d’une tradition, problématique, conflictuelle, mais réelle, de connaissance (...) Espace social de légitimation de savoirs, une discipline est, indissociablement, un espace logique de construction d’argumentations)

lugar social (Maingueneau e Charadeau, 1997:13). Dito de outro modo, “o interesse que preside à análise do discurso é apreender o discurso como intricação de um texto e de um lugar social: o seu objecto não é nem a organização textual nem a situação de comunicação, mas o que as liga através de um modo de enunciação específico (Maingueneau, 2005: 85). Ao visar relacionar textos com lugares, “a análise do discurso tem de se ajustar aos géneros de discurso na obra, nos sectores do espaço social, ou nos campos discursivos” (Maingueneau, 1997:14).

É certo que a designação *análise do discurso* tem definições muito variadas e vagas, abrange um elevado número de linhas diferentes, filiadas em disciplinas de origens diversas,¹⁵² (tal como acontece com o termo discurso, usado em áreas distintas da comunicação). Saber como o discurso – político, por exemplo – pode ser desconstruído e analisado tem recebido respostas muito díspares, e nem sempre claras, da parte de diferentes autores que trabalham a análise de discurso. Razões que levam a que este campo de investigação seja ocasionalmente criticado por falta de precisão e excessiva flexibilidade (Carvalho, 1999:237)¹⁵³

¹⁵² Maingueneau, discordando daqueles que vêem na análise do discurso uma disciplina destinada a ocupar-se dos fenómenos que, nos anos 60 e 70 se consideravam associados à “gramática de texto”, critica o entendimento de ver na análise do discurso uma simples extensão da linguística para além da frase: “È-se assim naturalmente levado a chamar “análise do discurso” a qualquer estudo que ultrapasse o quadro da frase e tome em conta o contexto da enunciação. Mas, ao fazê-lo a análise do discurso aparece como a disciplina que incluiria tudo o que não é a linguística *stricto sensu*. Ora, se o plural “ciências da comunicação” tem um sentido, ele não pode resumir-se a dois domínios: por um lado, “a” linguística, limitada à frase, e por outro a “análise do discurso”, que geraria todo o resto. O risco que se corre é o de ver na análise do discurso uma espécie de “superlinguística”, em que se reconciliassem forma e função, sistema e uso” (Maingueneau, 2005: 83-84). Alertando para a necessidade de não se confundir a nebulosa da linguística do discurso com a análise do discurso (a segunda apenas uma das componentes da primeira), defende a ideia de que o discurso deve ser objecto de várias disciplinas, de interesses específicos: sociolinguística, análise conversacional, retórica (no sentido de um estudo da argumentação), análise do discurso, etc. (Maingueneau, 2005: 83-84). Também Teun van Dijk apela claramente à necessidade do recurso à multidisciplinaridade na análise do discurso, envolvendo a linguística, poética, semiótica, psicologia, sociologia, antropologia, história, ciências da comunicação (1995: 11). Não se pretende aqui retractar a história e evolução da “análise do discurso” nem recuperar os contributos dos vários autores. Tal pode ser encontrado, de modo completo e sintético, por exemplo em Bonnafous e Jost, “Analyse de discours, semiologie et tournant communicationnel”, in Réseaux, n°100, CNET/Hermès Sciences Publications, 2000, pp.524-541

¹⁵³ Não obstante o mérito da análise discursiva remeter para as condições de produção social dos enunciados e concordarmos com o “valor acrescido” para a compreensão de qualquer acto comunicativo que representam os elementos “ocultos” presentes no discurso ou no texto – o que está nas “entrelinhas”, o “não dito”, os elementos implícitos (lingüística e extra-lingüisticamente), os pressupostos, o subentendido, as intenções... - os procedimentos metodológicos que conduzem à sua identificação levantam-nos, também a nós, as maiores das dúvidas. Mesmo os instrumentos conceptuais (analíticos) usados recentemente, como por exemplo ‘frame’ (Van Dijk, 1988; Litfin, 1994; Gimson, 1995; Fisher, 1997), ‘narrativa’ (Roe, 1994) e ‘story-line’ (Hajer, 1995), continuam a denotar ambiguidade e fragilidades.

Ciente que a análise do discurso está longe de ser homogénea, Mangueneau (2005:87-88) retoma a enumeração (Cf.1995:8) de um certo número de factores largamente interdependentes que levam a diversificar as investigações em análise do discurso: a heterogeneidade das tradições científicas e intelectuais; a diversidade de disciplinas de apoio, a diversidade dos posicionamentos, os tipos de corpus privilegiados pelos investigadores; o aspecto da actividade discursiva que é tomado em consideração, o carácter aplicado, ou não, da investigação; a disciplina que agrega os analistas do discurso. De entre essas linhas de investigação, encontramos a perspectiva (interdisciplinar, e em si mesmo diversa) ou *atitude* (crítica) de abordar o discurso – a *análise crítica do discurso*

Na perspectiva ou *atitude* (crítica) de abordar o discurso, a *análise crítica do discurso*¹⁵⁴, “legítima” herdeira de Foucault, existe um notório enfoque sobre o modo como o discurso (texto e fala) é usado para estabelecer, legitimar, exercer o poder (e o seu abuso) e a dominação (e a sua resistência). Assim, a análise crítica do discurso focaliza-se nos grupos e instituições dominantes e no modo como estes criam e mantêm a desigualdade social através da comunicação e do uso da língua; centrando-se também no modo como os grupos dominados resistem e se opõem à dominação.

Disso são exemplo os trabalhos mais recentes de Teun van Dijk¹⁵⁵. Este autor holandês, tendo iniciado os seus trabalhos na “gramática do texto” (1972) (sob a influência de Greimas), introduziu-lhes uma orientação diferente na década de 80, começando a interessar-se pelos modos como o racismo se expressa, reproduz e legitima através do texto e da fala (1984, 1987), nomeadamente através dos manuais escolares, do discurso institucional e político (como os debates parlamentares), do discurso das elites, do

¹⁵⁴ Trata-se de um amplo campo de estudos do discurso, de enfoque crítico (patente nos trabalhos vários, por exemplo, de Fowler, Fairclough, Wodak, Kress, Chilton, Leeuwen e Teun van Dijk) à semelhança da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt (de autores como Adorno, Morin, Marcuse, Althusser e Chomsky (ainda na actualidade) que vêem os media como um instrumento de dominação social e fazem incidir sobre eles uma análise institucional), mas inspirando-se em trabalhos tão distintos quanto os de Pêcheux, Foulcaut, Bourdieu, Habermas ou Stuart Hall

¹⁵⁵ No estudo da política, Anabela Carvalho (1999) identifica dois tipos principais de análise de discurso: aquela que é efectuada pelo conjunto de autores que está particularmente mais preocupado com os textos em si (o nível micro), não obstante considerar também os aspectos inter-textuais e extra-textuais (onde se inclui Van Dijk); e a análise de discurso (a nível macro) trans-textual, cujo alvo da atenção é a relação entre textos, práticas e actores sociais, desenvolve análises diacrónicas, examina a evolução de uma questão ao longo do tempo, ocupando-se dos problemas de permanência e mudança na política, e sobre como se relacionam com o discurso (aqui incluem-se, por exemplo, Litfin (1994), Roe (1994) e Hajer (1995)

discurso observável na imprensa inglesa e holandesa (1991), ao mesmo tempo que desenvolvia um estudo sistemático dentro das estruturas, produção e recepção das notícias na imprensa (1988^a, 1988b). A partir da década de 90, inequívoca e assumidamente inserida nas preocupações sociais e políticas da *análise crítica do discurso*, a sua investigação alarga-se ao estudo mais geral do discurso, poder e ideologia¹⁵⁶.

A linha de investigação seguida por Van Dijk, considerando a análise do discurso ideológico como um tipo específico de análise do discurso sociopolítico, pretende relacionar as estruturas do discurso com as estruturas sociais, entendendo a linguagem como uma prática social, em relação com outras práticas sociais, e por isso, socialmente determinada e os seus utilizadores membros de comunidades, grupos ou organizações específicas, que falam, escrevem e compreendem a partir uma posição social específica (1996:15). Van Dijk, esforçando-se por demonstrar que “el discurso juega un papel fundamental en la expresión y reproducción diarias de las ideologías” (2003:11) e que a notícia promove implicitamente as crenças e opiniões dominantes de grupos da elite (1990:124), enfatiza o modo como as ideologias determinam os diferentes níveis de estruturas do discurso – a entoação, a sintaxe, as imagens e os aspectos relacionados com o significado, como os temas, a coerência, as suposições, as metáforas e a argumentação, entre outros (2003:11), identificando no discurso jornalístico as estratégias *standar* para promover o processo persuasivo das afirmações (1990:126).

É no âmbito de um projecto de investigação mais amplo sobre discurso e ideologia que, debruçando-se sobre as propriedades teóricas das complexas relações existentes entre a ideologia, as opiniões e o discurso nos media, e no quadro da uma teoria sociocognitiva integrada em que desenvolve uma nova teoria da ideologia e da opinião, analisa detalhadamente como estas se expressam, particularmente, nos artigos de opinião da

¹⁵⁶Pierre Ansart, *Ideologias, conflitos e poder* (1978), foi um dos autores que trabalhou a noção de ideologia, alargando-lhe o significado: presente em todos os sectores da vida social, orientando os indivíduos nas suas acções, engloba o conjunto de linguagens políticas de uma sociedade, através das quais os conflitos sociais se formulam no campo das posições simbólicas. Na formulação do conceito, destacou os aspectos pragmáticos: não inclui, apenas argumentações teóricas mas, também, outras mensagens, curtas, episódicas, além de admitir amálgamas que incluiriam imagens e símbolos, além de palavras.

imprensa (Van Dijk, 1996)¹⁵⁷. No caso particular deste objecto de estudo, vários autores aceitam os seus pressupostos e inspiram-se na sua metodologia (por razões várias, no nosso caso, essa inspiração é muito mitigada).

Numa perspectiva teórica igualmente marcada pelo “*determinismo da estrutura*” (que se pode rotular de “estruturalismo construtivista”) mas de incontestável profundidade analítica (reconhecida), Bourdieu articula poder e linguagem, no quadro de uma pragmática sociológica que a territorialize, que indague sobre o que funda a legitimidade ou a validade das acções comunicativas e intercompreensiva, que se centre na legitimidade de quem fala, a que anteriormente já aludimos.

Bourdieu (1983, 1998), denunciando o “erro de Austin” (ainda que outros depois dele também tivessem persistido nesse engano), insurge-se contra a procura do “poder das palavras nas palavras, ou seja, num lugar onde ele não está” (1998:93). Ao referir-se à constituição social da “competência linguística” como uma instância de poder - o poder de “impor a recepção”, o direito à palavra, a linguagem legítima como linguagem autorizada, como linguagem de autoridade - evidencia esta dimensão de circulação de poder presente no acto de comunicação. “Todo o acto de fala e, de um modo mais geral, toda a acção, é uma conjuntura, um encontro de séries causais independentes: (...) as disposições, do *habitus* linguístico e (...) as estruturas do mercado linguístico, que se impõem como um sistema de sanções e de censuras específicas” (1998:14), pelo que todo o acto de enunciação possui uma dimensão social e sociológica. “ (...) O uso da linguagem (...) depende da posição social do locutor, a qual comanda o acesso que este pode ter à língua da instituição, à palavra oficial, ortodoxa, legítima” (1998:97). Quando alguém *fala*, fá-lo de algum lugar, com uma certa autoridade. O discurso é, pois, um instrumento de poder; poder de ‘classificar’, ‘ver’ e ‘fazer ver’ o mundo; poder que se manifesta nas relações de força estabelecidas entre grupos que coexistem na sociedade,

¹⁵⁷ Para tal, a análise de discurso aplicada a essa questão requis o estudo característico dos níveis e dimensões do discurso, aqui apenas enumerados: elementos léxicos, proposições, implicações, pressupostos, descrições, coerência local, coerência global e temas, colocações semânticas. Não obstante não subscrevermos a ideia maniqueísta (subjacente) de um mundo ideologicamente polarizado e em conflito, de reconhecermos a existência de limites metodológicos na análise crítica de discursos e sabermos não existir, evidentemente, uma única forma normalizada de fazer análises ideológicas (como o próprio Van Dijk também alerta), interessa considerar algumas sugestões do autor para a realização dessas análises: investigar o contexto do discurso; analisar quais os grupos, que relações de poder e que conflitos estão envolvidos; procurar as opiniões/valorações polarizadas (apresentação positiva do *nós* e negativa do *outro*); prestar atenção às opiniões implícitas, ocultas; estudar todas as estruturas formais que ressaltem ou mitiguem as opiniões dos grupos polarizados. (Van Dijk, 1996:48).

cada qual operando com uma competência linguística que lhe é *correspondente* (1989: 108-123).

Importa, então, sublinhar, seguindo Bourdieu, que a força ilocutória de certas expressões não tem a sua origem na própria substância da linguagem, mas fora dela, que o poder (de agir sobre o mundo pelo facto de agir sobre a representação do mundo) cumpre-se, sim, na e pela relação definida que cria a crença na legitimidade das palavras e das pessoas que as pronunciam, e só opera na medida em que aquelas que o suportam reconhecem aqueles que o exercem, pelo que a eficácia da palavra deverá, pois, relacionar-se com a posição social do locutor (1998:107). E este é o âmago da questão de todo o discurso (do seu poder, da sua aceitabilidade, da sua legitimidade) e também dos discursos dos colonistas.

Só desta forma será possível deixar de raciocinar em termos de dualismo – da oposição entre o agente e a estrutura (também ilustrada pela não distinção entre língua e palavra) – para o passarmos a fazer em termos de dependência recíproca de um e de outro – de “dualidade da estrutura” – em que a estrutura deve ser simultaneamente concebida como produto das práticas sociais e como o próprio meio, tal como teoriza Giddens (1979, 1984). E este é, também, o âmago de uma questão, maior, central, que perpassa a análise sociológica: a da ligação (ões) entre a acção humana e a estrutura social.

9. Comunicação Política: a indelimitação dos palcos

Se no caso da opinião assinada por actores provenientes do jornalismo ou de outras áreas profissionais, como a academia ou a advocacia falamos apenas de *aproximação* aos produtos emanados do campo político, no caso das colunas de opinião assinadas por políticos (militantes e dirigentes partidários, governantes ou ex- governantes...), que não pretendendo (nem podendo) escamotear essa qualidade assumem a sua estratégia discursiva em função dela, elas são mais um produto gerado no campo político, que encontra a sua especificidade na estratégia de submeter, ou adaptar, o discurso político¹⁵⁸ à lógica mediática. Assim, ainda que este grupo não tenha sido objecto da nossa pesquisa empírica mas dada a sua forte e regular presença nas páginas de opinião, parece-nos oportuno considerar alguns aspectos.

Desde logo, e porque as intervenções dos colunistas políticos podem ser entendidos como formas de comunicação política, e até estratégias de marketing político, valerá a pena começarmos por nos deter, de forma abreviada, na clarificação destes conceitos.

A denominação “comunicação política”¹⁵⁹ continua a prestar-se a controvérsias e algumas confusões face à sua ambiguidade e imprecisão tanto terminológica como

¹⁵⁸ Não pretendendo enumerar tantas quantas são as concepções de discurso político que podemos encontrar, resulta, contudo, pertinente fazer uma breve incursão pelos autores clássicos da sociologia. Assim, encontramos em Durkheim uma concepção “nobre” do discurso político: o Estado visto como um órgão de reflexão e sede de conhecimento social, desempenhando essencialmente uma função clarificadora, pelo que o discurso político serviria para suprimir a confusão da consciência colectiva. Já em Max Weber, por seu lado, vemos a situação contemporânea qualificada como a da “ditadura” baseada na utilização da emotividade das massas”, entendendo que na selecção dos chefes, “à parte as qualidades da vontade, decisivas para tudo neste mundo, o que aqui conta, sobretudo, é o poder do discurso demagógico”. De modo similar, V. Pareto afirmou que “para agir sobre os homens, os raciocínios têm necessidade de se transformar em sentimentos”(cit por Teixeira Fernandes, 1988:259). Em seu entender, os partidos tendem a encarar os factos no plano moral e a combaterem-se a esse nível, convictos de que o ponto de vista ético é o que mais pode impressionar o povo. As derivações éticas retiram visibilidade às uniformidades de factos” e distraem a atenção em relação às situações consideradas perigosas. Pareto sublinha a tendência de se juntar desenvolvimentos lógicos a acções não lógicas. Com estas racionalizações pretende-se “dissimular” os actos, contando com a “força persuasiva” das derivações – meios de convencimento ao dispor dos políticos. Inserido na tradição maquiavélica, Pareto sublinha os mecanismos praticados na actividade governamental, e, tal como Georges Sorel, refere-se aos processos de dissimulação que as autoridades usam para ocultarem os seus verdadeiros motivos de procedimento.

¹⁵⁹ De modo simples, poder-se-ia dizer que existem duas maneiras de entender a comunicação política: como profissão e como campo de investigação académica. Entendida como campo de investigação académica, a comunicação política tem como objecto de estudo central a relação entre os média, a democracia e a cidadania. Entendida como profissão, a comunicação política assemelha-se ao marketing político, eleitoral, tendo como missão a “venda” dos candidatos/partidos, concebendo o eleitor como um mero consumidor, a quem cabe escolher o líder ou o partido como se de um produto se tratasse.

conceptual. Se algum consenso existe que seja pouco questionável é a admissão que há uma certa actividade política na comunicação e uma certa actividade comunicativa na política. Assim, é consensual que qualquer que seja o modelo assumido respeitante a instituições e processos sociais tal como se apresentam e se articulam nas actuais sociedades, diferenciadas e complexas, não pode prescindir da revalorização do papel das correntes informativas e das estratégias comunicativas como elementos constituintes do mesmo funcionamento dos processos políticos. (Grossi, 1985). Parece, então, acertado, substituir a velha fórmula da “centralidade política das comunicações de massa” (lançada por alguns sociólogos e políticos na primeira metade dos anos 70) pela de “centralidade comunicativa da actividade política”.

Na esteira de Luhmann e Meadow, a análise da comunicação política exige, para Grossi, uma verdadeira redefinição do próprio conceito e das funções correspondentes através de uma concepção diferente de partido político enquanto sistema paracomunicativo. Parece-nos particularmente elucidativo reter da análise de Grossi a observação de que os media “(...) ya no son, si es que alguna vez lo fueron, un mero canal, sino que son más bien co- productores relativamente autónomos: no se limitan a “transmitir” la política ni a hacerla “agradable”, sino que contribuyen a definirla y a menudo condicionan sus mismas modalidades de funcionamiento y de explicitación” (Grossi, 1985: 153).

Se para alguns autores a comunicação política engloba todas as formas de comunicação ligadas à actividade política (discursos eleitorais, sondagens, marketing político, publicidade política...); outros (é o caso de Cotteret e Emeri) acham conveniente distinguir a comunicação política da comunicação institucional ou social (sendo que a primeira designa apenas o marketing eleitoral e a propaganda partidária - a comunicação que visa convencer e seduzir- a segunda, informa o público das actividades de uma instituição ou colectividade ou promove as grandes causas); outros, ainda, como François Rangeon (1991), consideram redutores estas classificações, sublinhando que a distinção torna-se cada vez mais incerta à medida que o recurso às técnicas publicitárias se generaliza. É preciso ver na comunicação política a maneira moderna de fazer política e considerá-la uma actividade “legítima”, pois não existe política sem legitimidade, e não há legitimidade sem comunicação, sendo que uma e outra se situam no campo das representações simbólicas e relevam da crença.

De acordo com Patrick Champagne (1991:34), a conquista pelos comunicadores do direito de produzir os bens comunicacionais para o consumo dos políticos tem por condição o “déplacement du centre de gravité de la vie política vers les médias”, sem o qual a sua utilidade não se poderia impor. Logicamente, este “deslocamento” teve consequências sobre o modo de fazer política. Assim, a mediatização da vida política modificou as condições de exercício e de conteúdo da actividade política, submetendo-a aos constrangimentos económicos e ideológicos inerentes às empresas dos media e às suas “ditaduras de audiências”.

Relativamente ao entendimento do que é o marketing político, também não encontramos perspectivas, e muito menos avaliações, consensuais. Alguns, como Grossi, não o distinguem da publicidade (as técnicas para “vender” personagens políticas são as mesmas que se utilizam para vender bens de consumo); outros, como J.M. Cotteret e C. Emeri, ao identificarem como os alvos visados os públicos e não os consumidores, vêem no marketing político uma modalidade particular, situada no tempo e no espaço da comunicação política. Estes autores, e contrariamente ao entendimento que têm da comunicação política, encontram outras especificidades no marketing político: é mais um processo quase unilateral de transmissão de informação, dos governantes para os governados, do que uma troca; outros, ainda, como A. Benito consideram o marketing político como uma actividade comunicativa de carácter informativo (proporciona o conhecimento de factos, obras e ideias); de carácter contingente (os seus conteúdos referem-se ao que acontece no tempo); e de carácter actual. Para uns, o marketing político persuade apelando ao “convencimento racional” (Benito); para outros, de que são exemplo, Javier Morató, Lauter e Paradeise ele é a forma burocrática da sofística, uma vez que o discurso do marketing busca seduzir e não demonstrar, ou de outro modo, demonstrar a partir da sedução – não apela à razão mas a “estratos menos qualificados”, não discriminatórios, que nos reduzem a todos a um

denominador comum: a emoção e a irracionalidade (34).¹⁶⁰

Perspectiva mais conciliadora e de uma visão social mais ampla é a de Lipovetsky (1987), para quem o marketing político corresponde à instalação de sociedades democráticas na era do consumo: são os valores inerentes à sua ordem – o hedonismo, o prazer, o jogo, a personalidade, o psicologismo, a cordialidade, a simplicidade, o humor – que impulsionam a reestruturação das prestações políticas. A “politique-pub” não é um efeito estritamente mediático, ela afirmou-se paralelamente aos novos códigos de sociabilidade democrática – individualista.

Acrescentaríamos, porém, a hipótese da existência desta “politique-pub” e a sua necessidade imporem-se, justamente, para fazer face a algumas características da “pós-modernização” – as mesmas que são apontadas por Inglehart, no entanto, como responsáveis pelo declínio na confiança depositada nas instituições políticas (em resultado da mudança cultural “pós-moderna” nos países mais desenvolvidos, em consequência do crescimento económico, do bem estar e da expansão dos níveis de instrução): a existência de “um campo muito mais amplo de autonomia individual na procura do bem – estar subjectivo individual” (1999:238). Contradições da “pós-modernidade”, porventura.

¹⁶⁰ A política sedução suscitou um role de críticas. Lipovetsky (1987: 136) sintetiza-as: hipnotizados pelos leaders-stars, os cidadãos transformam-se em espectadores passivos e irresponsáveis; a política espectáculo mascara os problemas de fundo, substitui aos programas o charme da personalidade, substitui-se a capacidade de raciocínio e de julgamento pelas reacções emocionais e sentimentos irracionais de atracção e de antipatia. Entre os mais ferozes e críticos encontra-se Schwartzberg (1977), que denuncia a vedetização dos políticos, a transformação da esfera política em cena lúdica, em teatro de ilusão, a infatilização, alienação e manipulação dos cidadãos e a consequente perversão da democracia. À semelhança de todos os outros conteúdos da “cultura” mediática, também à esfera da política massmediática se solicita uma espécie de competência “técnico-artística” Se uma vez são os media que comandam o processo de “espectacularização/teatralização” da política, outras é a própria política, que reconhecendo a lógica mediática, dominada pelo entretenimento, pela diversão e pelo drama, constrói habilmente os acontecimentos, personagens e relações políticas de forma a torná-los irresistíveis aos olhos dos media. Recorde-se que já Max Weber advertira para as potenciais distorções da comunicação política racional pela via da personalização, referindo-se à força e características do “carisma” na política e à liderança carismática como uma realidade certamente contrária a uma organização institucional duradoura e racional. Em parte, muitos autores, como é o caso de Schwartzberg, repetem os argumentos Weberianos acerca da “ditadura” baseada na utilização da emotividade das massas.

9.1. O discurso do poder: a utilização da tribuna dos media – a investidura de políticos em colunistas

Ao colunista de opinião, em particular se for político, não são exigidas as mesmas obrigações profissionais que a um jornalista, não se exigem os requisitos da isenção e da imparcialidade. No entanto, a presença dos actores políticos no espaço mediático pode colocar outras questões e impor outros requisitos que aqui interessa aflorar, partindo também de (meta) discursos que circulam nos próprios jornais.

Como facilmente se depreenderá a investidura de políticos em colunistas não é pacífica nem consensual. Se para alguns, como António Barreto (Público, 10/10/2004), é visto como positivo que actores vinculados a partidos políticos se exprimam nos jornais, desde que mantenham as qualidades de “independência de espírito” e “qualidade argumentativa”, para muitos outros, um comentador conotado com um partido político perde credibilidade.

Desta opinião, partilha Manuel Villaverde Cabral (Público, 10/10/2004), para quem a exposição de opiniões políticas por políticos é mera propaganda – “Só em Portugal é que há tantos dirigentes partidários a receber dinheiro dos jornais para fazerem propaganda aos respectivos partidos”, denuncia.

Mário Mesquita, por sua vez, ainda que referindo-se ao "comentador televisivo" (em particular a Santana Lopes, Pacheco Pereira e Marcelo Rebelo de Sousa, a quem chamou o Triângulo das Bermudas), diz que este " (...) não possui (não deve possuir) nenhum vínculo às formações partidárias e, muito menos, ser um político no activo, autarca, parlamentar ou dirigente partidário" (Público, 29/9/2002).

Noutro artigo (Público 24/8/2003) o mesmo autor, denuncia que " (...) a entrega do "momento interpretativo" (Brian McNair) aos políticos com discreta mediação jornalística, transforma-os numa espécie de superjornalistas, na medida em que lhes oferece tribunas privilegiadas, em horas de grande audiência, a que raramente os próprios profissionais do 'media' acedem".

Atribuir este papel aos dirigentes políticos produz, na sua opinião, três efeitos: leva-os a enunciar as questões na perspectiva mediática, uma vez que colocam o acento tónico na estratégia e na tática, encarando a política como jogo, ao invés de privilegiarem as problemáticas e os temas substantivos; propicia-lhes um singular exercício hermenêutico, permitindo que se coloquem no papel de intérpretes de si próprios e das informações partidárias a que se encontram vinculados; por fim, a selecção desses políticos constitui um acto de poder da "elite mediática" que, por essa via, se permite "desintermediar" (Elihu Katz) os estados-maiores partidários.

Sintetizando, Mesquita (Público, 24/8/2003) enuncia quatro "singularidades" que caracterizam a presença, na televisão portuguesa, dos comentadores: "a confusão entre actores políticos e comentadores da política nacional; a subalternização dos jornalistas propriamente ditos em benefício da nova figura do "superjornalista"; o afunilamento do acesso à televisão na área do "bloco central" (PSD e PS); a tendência para criar lugares fixos para "actores políticos", em vez de promover a participação rotativa de diversas personalidades políticas (em espaços de debate ou entrevista, e não de comentário político)".

Similarmente, Eduardo Cintra Torres num caustico artigo publicado no Público ("A Cadeira dos Comentadores", 19/7/2004), alude à confusão entre comentadores políticos e actores políticos – “ (...) No panorama televisivo actual, as cadeiras do poder político e do poder mediático confundem-se” – e ao afunilamento do acesso televisivo à área do “centrão” – ilustrando-a com os nomes de Santana, Sócrates, Marcelo, Soares e Pacheco: “ (...) todos são dirigentes políticos no activo, no limbo ou numa reforma activa, todos são ou foram comentadores televisivos em "prime time" ou em grande destaque. Com tais pesos- pesados, sejam eles verdadeiros ou falsos comentadores, é difícil que a televisão permita o aparecimento de novos analistas, jornalistas ou politólogos, independentes de todas as formas do poder político”.

Eduardo Cintra Torres (Público 19/7/2004) vai mais longe, defendendo que Santana e Sócrates (enquanto líderes) são, em parte, uma criação de Rangel. Chegaram ao poder através da televisão: a SIC e a RTP promoveram “deliberadamente estes dois

ambiciosos políticos, apresentando-os como ‘comentadores’. Venderam-nos gato político por lebre comentadora".

A presença de colunistas, recrutados na vida política, nas páginas dos jornais é bem vista pelos directores dos jornais. Veja-se, a título ilustrativo, a opinião do director do Público, J.M. Fernandes: " Muitos colunistas têm envolvimento partidários mas isso não os impede de escreverem sobre os seus partidos, os partidos dos outros ou, genericamente, sobre política. O seu envolvimento partidário deve, isso sim, ser transparente para os leitores". Tornada transparente essa pertença, "não lhes está vedado utilizarem a sua coluna para assuntos em que são parte activa; por vezes até é isso que dá sal aos textos e os torna mais importantes" (Joaquim Fidalgo, Público, 19/12/99)

O director do DN, à época, Mário Resendes (cit. por E. Serrano, DN, 4/12/2003), por sua vez, considera, “indiscutível o interesse de publicação de artigos de opinião da autoria de governantes ou personalidades que desempenham funções públicas, nacionais ou internacionais, de primeiro plano”. Em sua opinião, “todos os jornais o fazem” e, “bem”, visto que “valorizam os conteúdos de Imprensa, embora, obviamente, seja importante preservar o pluralismo de ideias".

Os provedores dos jornais em questão são com alguma frequência chamados a pronunciarem-se sobre a presença, nas páginas de opinião, de colunistas que exercem actividade política. Estrela. Serrano (4/12/2003), então provedora do D.N, referindo-se aos casos em que a publicação de artigos de opinião assinados por governantes visa a promoção de actos concretos da governação, afirma que “ (...) pode prever-se que os jornais não tenham interesse especial em ceder o (sempre escasso) espaço do jornal a detentores de cargos públicos para aí elogiarem as suas políticas, apesar de poder compreender-se que quando um ministro ou outra alta entidade solicita a publicação de um artigo, os jornais não queiram recusá-lo, cultivando assim, boas relações com entidades que são sempre fontes importantes." Acrescentando, contudo, que (...) a ‘eficácia comunicativa’ de um artigo de opinião assinado por alguém na sua qualidade de titular de um cargo público, cujo conteúdo verse matérias no âmbito do desempenho das suas funções, é sempre escassa, uma vez que esse artigo será visto como destinando-se a obter efeitos políticos em benefício próprio".

Nem todos os jornais indicam o cargo político que o colunista ocupa ou *as* funções que no momento desempenha, o que levanta dúvidas acrescidas sobre os fins perseguidos, como aconteceu com o DN aquando da campanha eleitoral para a última eleição presidencial – do elenco de colunistas fazia parte um dos mandatários (Joana Amaral Dias) da candidatura presidencial (de Mário Soares).

António José Teixeira, ex-director do DN, admite *haver* vantagem em fornecer uma identificação profissional dos colunistas. Mas, pertinentemente, questiona: “ será que a identificação de um colunista que, pública e notoriamente, assume o estatuto de apoiante de um candidato é mais importante do que a de outro que, não a assumindo, vai dando conta das suas opiniões sobre a matéria? Teremos que exigir a identificação das preferências eleitorais de todos os colunistas?”

Também o provedor, José Carlos Abrantes (DN, 12/12/2005), considera que a menção à qualidade de mandatária acresce o valor informativo. Defendendo que tal (a inclusão de uma nota permanente em cada artigo) deveria ser alargada também a outros colunistas que, no DN, integram as comissões políticas das candidaturas¹⁶¹, donde resultariam três vantagens: a opinião sobre as eleições ganha a legitimidade própria que deriva do cargo ou posição; os leitores dispõem de elementos para situarem essa opinião; contribui para questionar “se a opinião publicada não estará, por vezes, demasiado centrada na vida política tradicional e pouco centrada nos problemas de sociedade”.

¹⁶¹ Nomeadamente, Vasco Graça Moura, Diogo Pires Aurélio, Pedro Lomba, Daniel Proença de Carvalho, membros da comissão política da candidatura de Cavaco Silva e José Medeiros Ferreira, João Cravinho, Jorge Coelho, da comissão política de Mário Soares. Também através deste exemplo está patente o afunilamento no “centrão” atrás referido.

9.2. Posturas dos entrevistados durante os períodos de campanha ou pré-campanha eleitoral

O grupo de colunistas quando questionado “ Como se posiciona durante os períodos de campanha ou pré-campanha eleitoral: tem algumas motivações especiais, exerce alguma auto censura, sente uma maior responsabilidade?”, expressou respostas várias.

Assim, aqueles que exercem actividade política reconhecida admitem “tomar partido”: “Sinto que tenho uma responsabilidade de tipo militante quanto às ideias que defendo. E procuro não fazer concessões em relação a elas.”; “Tenho, sempre tive e continuarei a ter, posições claras e definidas em campanhas eleitorais. De resto, como em todas as questões políticas. Considero mesmo tal clareza uma exigência deontológica. Sabendo isto, espero que quem me leia faça o seu juízo sobre o que escrevo. Jamais exercerei qualquer auto-censura, mas sempre serei cuidadoso procurando que o que escrevo seja compreendido, gere diálogos, contenha propostas que correspondam ao claramente assumido posicionamento político e ideológico que preside a essa escrita”; “Sou dirigente político, a única reserva de escrita que tenho é durante o período específico de campanha”.

Quanto às respostas dos académicos, obtiveram-se as seguintes declarações: “Nesses períodos procuro evitar que a minha coluna trate de temas ou opiniões que tenham efeitos directos sobre as eleições. Que me lembre, apenas escrevi textos com propósitos eleitorais em dois casos: 1) durante as campanhas para referendos, onde tomei posições públicas por um dos lados, 2) e uma vez numa eleição presidencial, onde também dei o meu apoio público a um dos candidatos e escrevi um ou dois textos a apoiá-lo.”; “Durante as campanhas eleitorais há mais matéria mas, em geral, é efémera, superficial, embora ofereça também oportunidade para reiterar algumas ideias de fundo. Auto-censura exerço sempre, mesmo quando parece que não. Não sou, não consigo ser, daqueles que dizem o que lhes passa pela cabeça, sobretudo ao nível da linguagem. Por duas razões: boa educação e, sobretudo, pelo desejo de não afastar o leitor (nem o seduzir pela facilidade do trocadilho ou do insulto virtual). Tenho, seguramente por atavismo profissional (a não ser que seja o contrário), uma vocação pedagógica. Interessa-me analisar e explicar os fenómenos e só em segundo plano convencer os leitores/ouvintes das minhas ideias. Quanto ao plano partidário, cada vez lhe atribuo

menos importância e, por isso, não exerce nenhuma censura sobre mim: escrevo o que penso, o que não é exactamente o mesmo que dizer o que se pensa. Não sinto mais responsabilidade mas talvez maior empenhamento durante os períodos eleitorais, pois há sempre a possibilidade de contribuir para influenciar o voto ou não-voto de uma ou outra pessoa.”; “Só muito raramente tomo posições de apoio a partidos ou candidatos políticos.”

Quanto à parcialidade/imparcialidade dos que exercem jornalismo, expressaram respostas díspares: “Creio que haverá motivações especiais”; “Mantenho o tipo de análise que costumo fazer”; “Posiciono-me sempre como independente. Algumas vezes assumindo-me a favor de um dos lados – quando me parece que essa é a única posição que se adequa à linha editorial do jornal que dirijo”.

"Não há opinião pública; há opinião publicada"

(Walter Lippmann, também atribuído a Winston Churchill)

"O que é a opinião? É o espírito da sociedade em que vivemos"

(Antero de Quental)

Parte 2. A opinião publicada na imprensa

1. Opinião, argumentação e persuasão no quadro de uma racionalidade sociológica

Como se define a opinião? De vários modos, utilizando vários critérios, tal é a imprecisão dessa noção. Podemos fazê-lo, por exemplo, como o faz Philippe Breton, para quem ela é o “conjunto das crenças, dos valores, das representações do mundo e da confiança noutros que um indivíduo forma para ser ele próprio” (1996: 24). Neste sentido, é entendida como fazendo parte de um processo de construção da identidade social: o homem não é feito de opiniões, mas são as suas opiniões que fazem o homem. Entendida enquanto realidade mutável, nunca definitiva, resultante da avaliação e do confronto com outras opiniões. Estruturada com maior ou menor coerência, argumentando o discutível, discutindo o incerto, ela pertence ao campo do verosímil e ao domínio da subjectividade. É desta ordem que é a discussão e opinião sobre a política¹⁶². Mas opinar é sempre mobilizar um argumento, entendidos na acepção de Breton, enquanto “molde ou forma de argumentação e não como o conjunto da mensagem” é propor razões para o outro ser convencido a partilhar de uma opinião (Breton, 1996: 45)?¹⁶³

¹⁶² Para Breton, há três domínios ou campos que, por relevarem da certeza, não são argumentáveis e por isso escapam à opinião: o conhecimento científico, a religião e os sentimentos (1996:24-27). Van Dijk, tendo por base os critérios de juízo, define as opiniões como “crenças valorativas” - crenças que apresentam um conceito de valor e impliquem um juízo acerca de alguém ou algo – por oposição às crenças objectivas, assentes no critério de verdade e falsidade (1996:17-18). Ambos os entendimentos remetem para a distinção entre conhecimento e opinião, objectividade e subjectividade. Parece-nos que não se tratará tanto de uma fronteira rígida mas mais de uma questão de grau, na medida em que é possível encontrar na opinião elementos sustentados em (nenhuma ou muita) objectividade, verdade, reveladores de um variável conhecimento científico. Naturalmente que esta é uma forma simplificada de aludirmos à opinião, escamoteando problemas fundamentais, mas que aqui não são objecto de reflexão, como as bases do conhecimento e das crenças, das valorações e dos juízos (Cf. Lehrer, 1990; Kornblith, 1994), das ideologias. No entanto, remetemos para alguns conceitos teoricamente trabalhados nas ciências sociais - referidos na Parte O, capítulo I, deste trabalho - nos quais vemos um contributo para a reflexão sobre a noção de opinião.

¹⁶³ Breton (1996) apresenta dois tipos de argumentos: os de enquadramento e os de ligação. Os primeiros visam a construção de um real comum ao orador e ao auditório pela intervenção no contexto de recepção com vista à sua modificação; os segundos, que lhe sucedem, associam a opinião proposta ao contexto de recepção assim modificado. De entre os primeiros, encontram-se os argumentos de afirmação de autoridade (que têm por base o reconhecimento de competência, experiência ou testemunho, ou a sua falta), os argumentos que apelam aos pressupostos partilhados (opiniões e valores que sustentam as comunidades argumentativas ou os seus “lugares”, que contribuem para construir universos de referência que os parceiros de uma comunicação partilham; dos argumentos de ligação, fazem parte os argumentos dedutivos (silogismos, argumentos analógicos), que estabelecem a correspondência entre duas zonas do real até então separadas: uma é o objecto de acordo prévio e a outra a opinião que se propõe (através da comparação, comparação, do exemplo, da metáfora).

A formulação clássica que mais aproxima a opinião à imprensa é a formulada por Gabriel Tarde: "A opinião, diremos, é um grupo momentâneo e mais ou menos lógico de juízo, os quais, respondendo a problemas actualmente colocados, acham-se reproduzidos em numerosos exemplares em pessoas do mesmo país, da mesma época, da mesma sociedade". (Tarde, 1986:82). Este entendimento, visto à distância do momento em que foi concebido, revela-se ainda profícuo, na medida em que nos remete para uma concepção da opinião que sublinha o seu carácter e a sua génese social (ao invés de a conceber como um produto eminentemente pessoal), distinta da tradição, da conversação, da razão. Simultaneamente, evidenciando o papel da imprensa, apresenta-se como uma pioneira conceptualização da opinião pública, que desenvolveremos mais à frente, mas a que desde já aludimos por nos introduzir no "registo" em que queremos inscrever este trabalho.

Antes, porém, cremos não ser possível uma abordagem à opinião que não considere a persuasão, entendendo-a também como *móbil* e fim da maioria dos discursos (os fenómenos da persuasão assumem um carácter eminente comunicacional). Temos necessidade de persuadir e ser persuadidos; mas o discurso persuasivo, em si mesmo, deve dizer-se, não é um mal, como alerta Umberto Eco ([1962]; 2005:281). Contudo, a linguagem e a razoabilidade dos argumentos de quem a utiliza, *per si*, não são as únicas ferramentas de *persuasão*. O discurso dos colunistas, não escapando também à utilização das estratégias de persuasão e constituindo os seus textos operações de natureza retórica - as quais, em si mesmas, não são objecto da nossa análise ¹⁶⁴ - é inseparável de outros *argumentos* e razões que escapam ao conteúdo do discurso e em muito determinam o sentido do que é dito e a eficácia persuasiva que a sua palavra possa ter. Ora, em nossa opinião, as perspectivas analíticas e os domínios teóricos mais relevantes que se debruçam sobre a questão da persuasão (particularmente a *nova retórica*) não valorizaram suficientemente a importância das variáveis e contextos de natureza e ordem mais social que linguística, mais sociológica do que argumentativa, mais mediática que racional, como resultará claro na exposição que se segue. Por outras

¹⁶⁴Como ficará claro, a análise de conteúdo efectuada às colunas de opinião não assente numa "análise retórica", porque não são as operações e funções retóricas dos discursos dos colunistas que estão em análise. Dos trabalhos que analisam o conteúdo e as estratégias discursivas das colunas de opinião (incorporando também os pressupostos teóricos e metodológicos da "análise de discurso de Van Dijk), desenvolvidos no modelo de análise que subordina a análise de conteúdo à análise retórica e que perspectiva opinião a partir das perspectivas teóricas da "retórica tradicional" e da "nova retórica", destaque-se os de Santamaría Suárez e Casals Carro (2000), Casals Carro (2003), Casals Carro (2004).

palavras, há “argumentos”, como o de “autoridade”, cuja “falácia de pertinência” nos parece merecer um outro tipo de consideração¹⁶⁵.

É, então, nesta dupla intenção – não negar a existência das estratégias e mecanismos de persuasão e a sua importância, por um lado, e dar relevo ao que nos parecem os “limites” das principais perspectivas que a abordam (sem nunca escamotear as suas virtualidades), por outro – que entendemos ser conveniente revisitar as perspectivas teóricas que ao longo do tempo se centraram na persuasão, particularmente os ângulos que a cruzam com o entendimento/valoração da opinião.

Encontrando as suas raízes na tradição grega, persuadir “significa reconhecer no outro um interlocutor a quem a palavra se pode dirigir numa estratégia que, excluindo a violência, procura obter o assentimento e formar convicções” (Cardoso Cunha:1991: 5). Mas persuadir implica sempre o recurso à argumentação? Importa referir Herman Parret, para quem persuadir nem sempre significa argumentar. Reflectindo sobre um tema que diz ser “apenas frívolo em aparência” – sedução e argumentação – este autor pretende demonstrar “ (...) que o sedutor não tem argumentos e que um argumento não é sedutor” (Parret, 1991:9). Seduzir não é enganar, manipular. Mesmo que a sedução seja “enganadora”, pois ela desvia, encanta, calcula, não é uma decepção como a mentira (mente-se quando se crê numa coisa e, conscientemente, se exprime outra - é a definição de Santo Agostinho e de São Tomás). De modo, igualmente frívolo só em aparência, ocorre dizer que está por estudar o poder de sedução do poder.

As teorias dos mass media têm mostrado um grande interesse pelo tema da persuasão, incluindo-o na problemática dos efeitos da comunicação. Porém, outras abordagens focaram nos níveis mais elementares dos contactos sociais: o caso, na Europa, da Filosofia Analítica, nomeadamente os trabalhos pioneiros de Austin e Searle sobre os actos da fala, e na América, do Interaccionismo Simbólico, Etnometodologia,

¹⁶⁵ Trata-se, obviamente, de um *jogo de palavras*. Clarifique-se, então, que no âmbito dos estudos da retórica, “los argumentos tienen nombre y son modos concretos de razonar y de exponer ideas con el fin de persuadir sobre su verdad o conveniencia. La falacia es el propio argumento irracionalmente utilizado, por exceso de emoción y vehemencia, por desconocimiento de lo que se habla, por tramposo también” (Suárez e Carro, 2000:10). O argumento de autoridade (*argumentum ad verecundiam*) é uma das vinte e quatro falácias sistematizadas pelas autoras, referindo-se, basicamente, ao facto de, ao argumentarmos, frequentemente nos apoiarmos nas opiniões e “sentenças” ditas por pessoas que gozam de um crédito geral e de um reconhecido prestígio (Suárez e Carro, 2000:240).

Sociologia Fenomenológica, onde a persuasão é analisada ao nível da interacção. Situados nesta perspectiva, os trabalhos de Goffman merecem uma especial atenção, para este autor “ (...) a persuasão é um dado imediato da experiência quotidiana, um facto normal dos encontros sociais, um recurso da acção dos indivíduos” (cit. por Pissarra Esteves: 1991:56). Note-se, contudo, e desde já, que na pragmática do discurso surgida com Austin, eram ignorados aspectos como a relação interlocutiva, a estrutura encadeada dos enunciados e a interacção entre os locutores. O próprio processo de questionamento, típico da constituição dialógica da linguagem, perdiam-se na unidade mínima na frase que Austin, Searle, Chomsky e Benveniste pareciam procurar.

Mas para nos debruçarmos sobre a persuasão de modo mais preciso, focando os aspectos que queremos privilegiar, implicará, então, que façamos uma incursão pelos diferentes domínios teóricos que a sustentam, entre os quais as fronteiras são de difícil delimitação, dada a sua proximidade conceptual, a saber: a retórica, a argumentação e a sedução. É esta breve incursão que tentaremos fazer nos pontos que se seguem.

1.1. Da opinião platónica à retórica aristotélica

Sendo comum, entre os conceitos filosóficos de opinião, a oposição entre opinião e as ideias de ciência e conhecimento, dada a sua subjectividade e falibilidade, foram as ideias de Platão acerca da opinião e da “diabolização” da retórica grega – com o conseqüente branqueamento do seu carácter pragmático – convencer o interlocutor, através da arte da persuasão pela palavra, da justeza da sua causa – as que provavelmente mais influíram na nossa cultura ocidental¹⁶⁶.

¹⁶⁶ Há quem questione esta diabolização da retórica efectuada por Platão, levantando a hipótese deste filósofo nunca ter tido uma visão tão negativa como a que tradicionalmente lhe é atribuída. É o caso de Américo de Sousa. Cf. “A retórica da verdade em Platão”, in Revista Comunicação e Linguagens, n° 36, Dezembro de 2005

Para muitos autores, remonta, pois, a Platão a utilização pejorativa que hoje se faz da retórica, enquanto discurso feito de aparência e falsidade¹⁶⁷. Este foi o crítico mais implacável da retórica sofística, pretendendo mostrar que a retórica não produz conhecimento mas sim “opinião”.¹⁶⁸ Como nota Perelman, Platão, conjuntamente com Descartes¹⁶⁹ e Kant¹⁷⁰ ilustram “a grande tradição metafísica ocidental” que “ (...) opôs sempre a busca da verdade, objecto proclamado da filosofia, às técnicas dos retóricos e dos sofistas, que se contentam em fazer admitir opiniões tão variadas quanto enganadoras” (1993:25).

Assim, Platão, discípulo de Sócrates (para quem a opinião verdadeira e o conhecimento são coisas bem distintas), distingue no plano do conhecimento a via da opinião (*doxa*) da via da ciência (*episteme*) como formas de aceder à verdade (*aletheia*) e à perfeição (*areté*) humana. Enquanto a *doxa* é um conhecimento parcial e inseguro da realidade, um semi-saber, próprio do vulgo, que se funda em impressões e ambiguidades, a *episteme* é reservada às minorias (os filósofos), preocupadas no cultivo da ciência ou na dedicação à sabedoria (Fedón, República e Teeteto). Nos diálogos (República)¹⁷¹ Platão reconhece que a opinião é um saber intermédio entre a ignorância e a ciência, uma faculdade própria, ainda que distinta da ciência, que nos permite “*julgar sobre a aparência*”. O campo da opinião é definido como um mundo intermédio, que participa do ser e do não ser, onde o escuro e o luminoso se misturam e confundem, onde o verdadeiro e o falso se encontram estreitamente entrelaçados; a opinião platónica é, assim, um mundo entre duas luzes, intermédio, difícil de classificar, escorregadio no seu

¹⁶⁷ É disso exemplo a forma como os políticos de hoje temem que o seu discurso seja adjectivado de retórico: “Não há adjectivo mais avassalador para qualificar o discurso de um adversário do que esse. Ele reduz o discurso do outro a um florilégio inessencial e vazio. Anula o adversário naquilo que é o instrumento mais decisivo da comunicação política: a esterilidade linguística” (Cardoso e Cunha, 1995:25)

¹⁶⁸ Cfr. Platão, *Górgias*, Lisboa, Ed.70, 1994; Platão, *Ménon*, Lisboa, Colibri, 1992

¹⁶⁹ Note-se que o racionalismo de Descartes ao erigir a evidência (matemática) em critério de verdade, propondo a extensão do método das matemáticas a todo o saber, exclui a argumentação do campo do saber: o que é evidente pode “demonstrar-se” mas não discutir-se (Perelman, 1987:264)

¹⁷⁰ Kant – para quem “Toda a argumentação (...) deve não só persuadir, mas convencer, ou, pelo menos contribuir para a convicção (...) porque senão o intelecto fica seduzido, mas não convencido” (in *Crítica do Juízo*, cit por Plebe e Emanuele, 1992) – em muito enformou a distinção clássica entre convencimento e persuasão, segundo a qual os meios de convencer, dirigidos ao entendimento, são concebidos como irracionais e os de persuasão, actuando sobre a vontade, são tidos como irracionais.

¹⁷¹ “Pensas então que a opinião é mais obscura que o conhecimento mas mais clara que a ignorância” Perguntei-lhe.

- Muito mais, respondeu”

terreno, superficial e arredado do conhecimento, em que se pode opinar sobre tudo sem saber nada sobre o que se opina (Suárez e Carro, 2000:38-39)¹⁷²

Da leitura de Platão, entende-se que a opinião, ainda que não seja exactamente considerada conhecimento, a *luz do saber*, também não é tida como a *escuridão*; apesar de ser de um conhecimento das aparências (do mundo sensível das coisas, não do mundo inteligível das ideias, da racionalidade), não deixa de ser um modo – particular – de acesso ao mundo, ainda que o seja através das sombras que os “encadeados” observam da caverna.

Ela é, e não obstante, em Platão (*Górgias*, *Ménon*), em muito um produto da retórica sofisticada (incapaz de produzir conhecimento), da qual foi um severo crítico. Opôs-se aos sofistas, no sentido em que estes entendiam a arte de conversação persuasiva como tendo o objectivo de vencer dialecticamente o interlocutor, ainda que através de opiniões que se afastassem da lógica e da verdade.

Em contrapartida, Platão aproximou-se de um entendimento da arte da persuasão como uma categoria do conhecimento racional, chegando a admitir que não se pode descartar que a opinião como arte de persuasão não tenha a sua utilidade. Propondo-se diferenciar a falsa persuasão da persuasão legítima, desenvolveu (em *As Leis*) a ideia da persuasão legítima, significando-a como espécie de técnica educativa (Suárez e Carro, 2000:39)

De resto, a sedução está muito presente em Platão, sob várias formas, de entre elas, a *psicagogia* e o *paramuthion*. A primeira é a arte de falar, uma certa forma de “conduzir as almas” pela intervenção dos discursos; a segunda é fruição que acompanha uma firme submissão. Donde se sugere as duas faces da relação de sedução: seduzir e ser seduzido (Parret, 1991:9).

Aristóteles, seu discípulo, ainda que também assinala importantes diferenças entre *doxa* e *episteme*, e que também se tenha oposto aos usos abusivos dos sofistas, aceita a via da opinião como uma forma de aproximação à verdade, uma vez que a entende como um

¹⁷² Eis o jogo de palavras e o enigma a que Platão recorre para definir opinião: “Um homem que não é um homem, vê um pássaro que não é um pássaro, posado sobre um ramo que não é um ramo, e lança e não lança uma pedra que não é uma pedra”.

conhecimento aproximado ou provável. Para ele, o homem dispõe de um critério quase infalível, o *endoxon*, resultante do sentido comum, das experiências individuais e das constatações empíricas, que lhe permite acertar nas questões fundamentais da vida. Pelo que pode dizer-se que “a doxa aristotélica está dotada de poder harmonizador, de capacidade de discernimento e de valor vinculativo” (Beneyto, cit por Monzón, 1996:22).

Note-se que Aristóteles define o homem não apenas como “animal racional” ou “animal político”, mas também como “ser vivo capaz de falar”, de tomar partido na vida pública. Foi neste entendimento que ele separou a *opinião da polis* (proferida por homens da cidade que trocavam ideias sobre o Estado e a vida pública) da *opinião dos escravos e bárbaros* (que tinham uma relação com o discurso apenas através da conversação, e esta não tinha compromisso com a verdade) e acentuou o carácter técnico da retórica como arte da refutação e da confirmação, com recurso ao raciocínio lógico.

Efectivamente, pode dizer-se que Aristóteles (na Retórica) foi o primeiro grande teórico do discurso persuasivo, cujo pensamento, em muitos aspectos, permanece de uma *insofismável* actualidade. Com Aristóteles, a retórica quase se metamorfoseia de “técnica de persuasão” em “ciência”, procurando constituir-se num corpo de conhecimentos, categorias e regras a aplicar ao discurso, com vista a torná-lo mais convincente. A técnica do discurso persuasivo emergiu numa sociedade democrática, a grega, evidentemente só há necessidade de discursos persuasivos quando se pretende convencer pessoas a quem se pede o livre consentimento.

Em Aristóteles, o que nos nossos dias é o ponto de partida de toda a comunicação, o discurso argumentativo (compondo-se de três elementos: quem fala, aquilo acerca de que se fala, e aquele a quem se dirige), para ser persuasivo deverá conhecer o auditório, as suas características psicológicas e sociais. Na perspectiva aristotélica, também os argumentos utilizados se classificam em função do carácter do orador, dos ouvintes, ou do próprio discurso, o que remete para uma curiosa semelhança com as seis funções da linguagem enunciadas por Jakobson (Suárez e Carro, 2000:42).

Para ele, como para nós, o exercício retórico pode apoiar-se no conhecimento da verdade, ainda que não seja uma pura transmissão da mesma. A retórica é correlativa da

dialéctica, mas é a sua contraposição: ambas tratam de assuntos que são do conhecimento de todos (opináveis), mas enquanto a dialéctica expõe, demonstra, a retórica persuade, procura em cada situação o “que é apto para persuadir ou o que parece sê-lo” – o verdadeiro ou o verosímil. A esta faculdade, também considerada arte, observável nos argumentos retóricos, deu o nome de “*entimema*”: um silogismo aparente, fundado em aspectos verosímeis, uma razoabilidade aparentemente lógica, que serve a dedução (enquanto a indução se consegue através do *exemplum*), que pretende mais persuadir do que demonstrar. A retórica aristotélica dá lugar no discurso (que pode ser *deliberativo*, *judicial* ou *epidíctico*) a algumas operações ou divisões fundamentais: *Inventio* (que supõe o estabelecimento das razões e provas e significa a acção de encontrar o que dizer), *dispositio* (o ordenação desses argumentos no discurso), *elocutio* (a escolha das palavras e a composição verbal- criativa- dos argumentos), *pronuntiatio* (a enunciação do discurso) e *memoria* (a memorização).

Progressivamente, a retórica vai-se modificando, reduzindo o seu campo e perdendo influência. Num processo que culminará no século XIX com o seu desaparecimento¹⁷³, descentra-se do seu objectivo pragmático – ensinar a persuadir – e passa a centrar-se no género literário, preocupada com a “arte do estilo”, acabando por se reduzir à *elocutio*. O declínio da retórica (finais do século XVI) fica a dever-se, no entender de Perelman (1993:26) à ascensão do pensamento burguês, fundado no critério da evidência (a evidência pessoal do protestantismo, a evidência racional do cartesianismo, a evidência sensível do empirismo)

¹⁷³ As problemáticas que constituíam o seu objecto de estudo, viriam a ser herdadas pela estilística, a análise do discurso e a linguística

1.2. Da nova retórica à pragmática sociológica

Actualmente, a retórica situa-se no quadro da persuasão, podendo ser considerada como o principal instrumento ou técnica da comunicação persuasiva. Surgida na antiguidade como técnica de persuasão, é ainda hoje que assim é tida, quer por Perelman (fundador da nova retórica) quer pela generalidade dos autores contemporâneos. Assim, a retórica parece estar para o acto (de comunicar) como a persuasão está para o efeito (da comunicação) (Sousa, 2001:2)

A Retórica antiga, inserida num quadro mais geral de uma teoria da argumentação, foi revalorizada no final da década de 50, particularmente através dos trabalhos de Perelman (*Traité de l'Argumentation. La Nouvelle Rhétorique*) e Toulmin (*The Uses of Argument*), publicados ambos em 1958, dando lugar ao que se passou a chamar a “nova retórica”. Os dois trabalhos, não obstante serem originários de horizontes teóricos distintos, privilegiam os meios discursivos (ocupando-se da técnica que apenas privilegia a linguagem) e procuram no pensamento argumentativo um meio de fundar uma racionalidade específica, exercida nas práticas humanas. Ainda que inserida nesta tradição, a retórica enunciada nos trabalhos de Meyer (1982, 1991), configuraria, por sua vez, uma revisão da "nova retórica " de Perelman¹⁷⁴.

De Perelman, particularmente, realce-se o seu contributo para a revalorização teórica da retórica e para a sua equiparação a uma teoria geral do discurso persuasivo, encarado como visando a adesão, quer intelectual quer emotiva do auditório (qualquer que seja o tipo) (1993:172). No fundador da nova retórica é, pois, muito claro o objectivo de reatar a problemática grega sobre a retórica, particularmente a herança aristotélica, o que representa, simultaneamente, uma ruptura com as concepções modernas da razão ditadas por Descartes.

¹⁷⁴ A partir dos pressupostos teóricos do papel social da retórica, desenvolveram-se um significativo número de investigações aplicadas ao discurso, de tradição norte-americana, agrupadas no que se chama *rethorical criticism*. Partindo do reconhecimento da intenção do “orador” de influenciar o “auditório” - a ideia de instrumentalidade das mensagens, concebidas como intencionadas - esses estudos tem como objecto de estudo a análise das circunstâncias de actuação da linguagem persuasiva na sociedade, em domínios como o discurso religioso, a propaganda política, a publicidade. Representada principalmente pela corrente desenvolvida a partir da retórica aristotélica, a partir da década de 60, procuraram-se novos quadros de referência, originando diversas perspectivas que, pretendendo renovar os quadros analíticos, a inseriram nas linhas de pesquisa crítica da comunicação.

Na nova retórica, na sua vertente argumentativa, no lugar do consenso surge o diferendo; em vez da violência da imposição de um argumento, do induzir (passivo) ao engano defende-se a discutibilidade, a reciprocidade (entre orador e auditório) o livre exercício de um juízo crítico; ao invés da verdade, imposta pela evidência, emerge o verosímil, o plausível, o provável. Faz toda a diferença a substituição da verdade pela verosimilhança: “a verosimilhança tem de distintivo em relação à *verdade* que essa semelhança ao vero se decide apenas na instância interlocutória que é um auditório” (Cunha, 2004:40)¹⁷⁵.

O auditório surge, pois, nesta concepção como uma noção central, definido enquanto o conjunto daqueles que o orador quer influenciar (ou persuadir) pela sua argumentação, no que podemos entender um “fazer uso público da razão”, aproximando-o do conceito habermasiano de espaço público (Cunha, 2004:43). É porque há necessidade de se obter uma “adesão” que as “provas” – mais não tendo que o estatuto aproximativo da probabilidade e do plausível – são necessárias. Para Perelman, ao invés da concepção cartesiana, a verdade não resulta de uma deliberação argumentada nem é objecto de um consenso: “não se delibera quando a solução é necessária e não se argumenta contra a evidencia”.

Qualquer argumentação – entendida de modo distinto da demonstração lógica (simbólica ou matemática) – implica várias condições: que se situe e insira num determinado contexto; que se dirija a um auditório específico; que o orador, através do seu discurso, vise persuadir ou convencer o auditório; que os auditores estejam dispostos a sofrer essa acção do orador; que este, no acto de persuadir, ao invés de dar ordens, procure a adesão intelectual do auditório; que a adesão não derive da verdade/falsidade das teses defendidas, mas sim do seu poder argumentativo; e que argumentar pressuponha a possibilidade de defender tanto uma tese como a sua contrária (Perelman, 1987:234).

¹⁷⁵Numa perspectiva diferente, também J. Hintikka (1994) desenvolve uma nova abordagem da actividade argumentativa. Concebe-a como um jogo estratégico, em que os “ganhos” não dependem apenas do modo como o jogo termina nem da soma cumulativa das perdas e ganhos produzidos lance a lance (seria a metáfora do futebol, que não utiliza), mas sim de toda a história que se desenrola quando o jogo é jogado, daí que proponha como metáfora da compreensão estratégica da argumentação a patinagem artística .

Note-se, ainda, que na perspectiva de Perelman, o auditório não está isento de responsabilidade na manipulação que possa ser alvo, podendo admitir-se que a qualidade da própria retórica dependa mais da capacidade crítica dos auditórios do que das qualidades de eloquência dos oradores. Neste sentido, Perelman faz assentar a garantia dos raciocínios no discernimento daqueles a quem se dirige a argumentação, faz derivar a “validade da argumentação e a força dos argumentos da qualidade dos auditórios para os quais tais argumentos são eficazes” (1997: 313, cit. por Sousa, 2005). Assim, faz-se acrescer, à adesão, enquanto critério de eficácia, a compreensão e a liberdade, enquanto pressupostos de legitimação da retórica.

Mas é em Meyer que o deslocar do problema da manipulação do orador para o auditório aparece mais clarificado, nomeadamente quando se questiona sobre a “manipulação consentida”: “ (...) o espectador sabe igualmente que este ou aquele produto não tem forçosamente as qualidades celebradas na publicidade e que é apenas a vontade de vender que se exprime (...) Tudo leva a crer que a manipulação consentida assenta numa dupla linguagem que não engana, e mesmo de que se tem necessidade para diferir a decisão própria sem ter de enfrentar directamente o outro. Um grau mais de liberdade, se se quiser, na qual só os ingénuos verão uma traição à verdade una e indivisível, de que os receptores da mensagem seriam vítimas involuntárias” (Meyer: 1994:69).

Por outro lado, se Perelman (1990:817) alude à distinção entre os “raciocínios aceitáveis” (os que persuadem e convencem) dos “raciocínios sofistas” (os que enganam e induzem em erro) é em Meyer (1998:47) que encontramos uma distinção clara (oposição) entre os dois usos da retórica – o crítico e lúcido e o que visa ofuscar –, entre a “retórica branca” (lugar de discutibilidade, de incerteza, que não dispensa a interrogatividade) e a “retórica negra”. Mas se em Perelman, aquilo que persuade são apenas os argumentos – ficando apenas implícito que outras características, como o prestígio que o orador detenha e que coloca na sua intervenção, interfiram na sua capacidade ou força persuasiva e na opinião que o auditório dele formará – em Meyer há uma “reabilitação” de um aspecto importante: a sedução, na medida em que se admite que a relação retórica pode manifestar-se por argumentos ou por sedução (Meyer, 1998:26).

Na concepção de Meyer é mais evidente a centralidade da noção de contexto. Rompendo com a concepção clássica da significação (que centrava a análise nas frases

atomizadas, ignorando que as frases não se encontram, normalmente, isoladas, mas sim inscritas em contextos variáveis, mas incontornáveis), sublinha a intervenção activa do contexto na produção da significação, nomeadamente porque é ele que dá forma à complexa articulação entre a linguagem e os seus utilizadores, por um lado, entre os utilizadores e os seus pressupostos, por outro (Carrilho, 1995: 59-60)

Obviamente que a interrogatividade preconizada por Meyer – expressando-se no confronto de teses opostas submetidas a um regime dialógico de explicitação cujo fim é obtenção do consenso (provisório) sobre uma escolha (preferível) – a ocorrer nalguns palcos ou formatos dos media, encontra um auditório que dela só quase pode ser espectador.

Também a concepção de auditório de Perelman, se confronta com a inevitabilidade da existência da diversidade dos auditórios (nomeadamente os mediáticos, que ele não contempla) e das suas características (sublinhe-se, de novo, os *constrangimentos* potencialmente limitadores da compreensão, da liberdade, do poder de escolha dos públicos dos media...) e com o conseqüente questionamento acerca da validade da técnica discursiva retórica-argumentativa face a essa diversidade.

A resposta encontrada por Perelman baseia-se na distinção que opera entre “persuasão” e “convencimento”: enquanto a primeira se dirige a um auditório particular, a segunda dirige-se a um auditório universal caracterizado pela sua simples racionalidade, devendo “convencer o leitor do carácter constringente das razões fornecidas, da sua evidência, da sua validade intemporal e absoluta” (TA.41). Donde resulta pertinente questionar, tal como o faz Cardoso e Cunha (2004:45), onde está a diferença face ao que o autor condenava na “evidência” cartesiana? Esta contradição aparece resolvida por Toulmin, através da distinção entre campos de argumentação e a visão mais processual e menos taxinómica da argumentação (Cunha, 2004:45).

Não obstante, a nova retórica, ao mostrar-se especialmente apta para lidar com valores, ao justificar preferências e fundar as nossas decisões, ao fazer obedecer a argumentação – que lhe confere racionalidade – à lógica do preferível, do razoável e ao ficar vinculada a um critério de eficácia pluralista (a adesão do auditório), suscita e dá lugar à afirmação da subjectividade”, apresentando-se como “lugar e encontro de subjectividade”, como uma “revalorização da subjectividade”, como uma recuperação da “validade consensual

da opinião”, enquanto portadora de uma racionalidade prática (sistematicamente ausente dos quadros de produção do conhecimento racional) (Sousa, 2001:90).

Para Perelman, o desprezo pela opinião tão notório na tradição filosófica do Ocidente é uma consequência lógica da excessiva confiança do racionalismo no supremo critério da verdade: se se deixou de admitir “a validade absoluta do critério de evidência, já não há, entre a verdade e a opinião uma diferença de natureza e sim de grau” (1997:365). É que sem as opiniões, as aparências, as impressões subjectivas estar-nos-ia negado o acesso à verdade, à realidade, à objectividade. (Ibidem: 359). De resto, o espaço em que a expressão da subjectividade, da opinião, do saber comum, intervêm coincide com o campo de actuação da própria retórica: entre o necessário e o arbitrário, entre a verdade objectiva e impessoal e a intuição ou vontade individual – o campo identificado por Perelman, ao afirmar que apenas uma teoria da argumentação permitirá “ reconhecer, entre o evidente e o irracional, a existência de uma via intermediária, que é o caminho difícil e mal traçado do razoável (1997: 217).

Mas é inevitável constatar-mos o “valor” desigual, na economia dos bens simbólicos, das diferentes opiniões, nomeadamente da opinião que se torna mediatizada. Neste capítulo, a concepção interrogativa de Meyer, numa interpretação metafórica, poderia permitir alguma inteligibilidade: o autor, ao elencar a legitimação como um dos três grandes níveis de articulações interrogativas (os outros são a factualização- o “que”- e a qualificação – o “o que”), contempla a “legitimidade daquele que fala, do seu direito a interrogar-nos das razões que pode ou não invocar, das normas argumentativas que também reconheceremos como válidas entre nós, de facto ou de comum acordo” (Meyer, 1998:45), e faz-lhe corresponder uma concepção específica de argumentação – aquela em que o objecto do debate não é averiguar da veracidade da proposição ou do acontecimento (que corresponde à factualização) nem a interpretação do sentido (a qualificação) mas antes a identidade e a diferença entre os comunicantes, que no acto de comunicarem o que os identificam, explicitam o que os separa. (Meyer, 1994:63).

Porém, esta interpretação abusiva de Meyer serve apenas para nos voltarmos a situar na pragmática sociológica que territorializa a linguagem, que indaga sobre o que funda a legitimidade ou a validade das acções comunicativas e intercompreensiva, sobre a legitimidade de quem fala. É esta pragmática sociológica, assente não numa

racionalidade argumentativa mas numa racionalidade sociológica (que tenha no seu âmago as práticas sociais), conforme Bourdieu (1982,1998) a enuncia, explicando *o que falar quer dizer*, que aqui é subscrita: a força e autoridade do discursivo vem-lhe de fora, vem-lhe da instituição, o discurso apenas a manifesta e a simboliza; quem fala, fá-lo para se distinguir, para se fazer respeitar e ser obedecido), num interior de um campo de relações de força, relativo a posições assimétricas, que autoriza e censura o seu discurso (1998: 93-108). O mesmo é dizer, a *força persuasiva* da palavra é de ordem social: “o poder das palavras é apenas o *poder delegado* do porta-voz e das suas palavras – quer dizer, indissociavelmente, a matéria do seu discurso e a sua maneira de falar são, quando muito, um testemunho e um testemunho entre outros, da *garantia de delegação de* que está investido” (1998:95); a autoridade é, por isso, exterior à linguagem, é na totalidade do espaço social que são engendradas e exercidas as disposições e as crenças que tornam possível a eficácia da magia da linguagem (1998:107). Nunca será demais sublinhar-se o não reconhecimento na linguagem de qualquer força intrínseca: são as propriedades sociais (locutores e receptores legítimos, língua e contexto legítimos...) no interior de um dado campo social, que a legitimam, que determinam a legitimidade e a aceitabilidade de um discurso.

Como sabemos, não é esse o entendimento da generalidade dos estudos da argumentação associados à pragmática “tradicional” – muito dedicados à exploração da teoria dos "actos de fala" de J. L. Austin (1962, *How to do things with words*), principalmente na versão de J. R. Searle (1969, *Speech acts*). Como vimos, ela começa a esboçar-se dos estudos vindos de outras “direcções” ligadas a essa disciplina, como a pragmática argumentativa de Anscombe e Ducrot e a consolidar-se na *análise do discurso* e na *análise crítica do discurso* – a que anteriormente já aludimos.

Concluindo o percurso ensaiado neste ponto, parece, pois, ter razão Geninasca (1991 cit. por Martins, 1993:81), ao afirmar que no decurso dos anos 80 a atenção deslocou-se do discurso, entendido enquanto enunciado discursivo, para a instância enunciativa, para a competência discursiva ou para o sujeito que esta necessariamente supõe, passando a linguística a desenvolver-se no sentido da pragmática. Como observa Moisés de Lemos Martins (1993:81), similarmente ao implícito nesta mesma ideia, concorre o “esgotamento do estruturalismo”, “o regresso do indivíduo” e, regressado este, o regresso do “sentido e da hermenêutica” apontado por Boaventura de Sousa Santos

(1989, 1992) – o que, neste aspecto, vai de encontro ao defendido por Meyer (1992): foi a reacção contra a “obsessão sintáctica” que relançou a pragmática.

2. Uma revisitação (breve) das conceptualizações clássicas de opinião pública

É, mais uma vez, na revisitação aos precursores e clássicos do pensamento social (e do estudo do jornalismo) que ainda encontramos “pistas” suficientemente pertinentes para interrogar o processo de formação da opinião pública, em geral, e o papel nesse processo da opinião publicada, em particular.

Elas fundam-se e emanam, basicamente, de dois grandes pólos, distintos: dos precursores e fundadores da sociologia (Comte, Marx e Durkheim), críticos da perspectiva antropológico-racionalista tradicional e defensores da autonomia do social, na qual se funda a desconsideração do sujeito e a atitude de desconfiança a priori em relação à reflexividade/racionalidade; e de Weber que, concebendo a noção de acção social em termos de racionalidade e como um processo de sentido, faz relevar as práticas sociais do domínio da razão.

É nesse primeiro pólo que se inscreve a conceptualização de opinião pública de Tarde (1904), para muitos considerado o primeiro sociólogo que, de modo explícito, aborda (em *L'opinion et la multitude*), ainda que, curiosamente, o seu “psicologismo” e “idealismo” tenham sido criticados por Durkheim. É certo que anteriormente o tema já havia ocupado o pensamento de outros pensadores, porém de forma indirecta – foi o caso dos filósofos liberais dos séculos XVII e XVIII (Locke, Hume, Rousseau) e dos próprios precursores da sociologia (particularmente Comte e Tocqueville). É certo, também, que são incontornáveis as teorizações sobre a natureza da opinião pública de Bryce (*The American Commonwealth*, 1888), um dos mais influente politólogos do final do século (conjuntamente com Ostrogorski e Bluntschli, e cuja influência, por exemplo, em Fishkin (1999, 2001) é bem notória) e de Lowell (*Public Opinion and Popular Government*, 1913)

Mas é sobre os contributos de Tarde (1904), de inegável interesse sociológico, que nos parece importante determo-nos um pouco. Na sua “teoria da formação da opinião” a

imprensa (e a conversação) constituem indubitavelmente elementos fundamentais, que interessa considerar.

Para Tarde, a opinião pública é moldada através de um processo dialético: os jornais alimentavam as conversas diárias de café, e estas, por sua vez, alimentariam os jornais seguintes. Na concepção de Tarde, é a regularidade do jornal que possibilita a transformação de um “grupo de pessoas” num “público”, dando-lhes a ideia da simultaneidade da sua “opinião” com a de outros (ambos acedem, ao mesmo tempo, às mesmas histórias e presumivelmente terão as mesmas reacções), que desse modo se torna “pública”. Assim, a opinião pública aparece definida enquanto vontade social (colectiva) e o público enquanto categoria social que a gera: “a opinião é para o público moderno o que a alma é para o corpo” (Tarde, 1986:79).

Central, é pois, esta nova figura de sociabilidade – a noção de “público” – uma “colectividade puramente espiritual, uma dispersão de indivíduos fisicamente separados e entre os quais existe uma coesão apenas mental” (Tarde, 1986:43). Trata-se de uma forma de associação destinada a suceder a multidão – um “grupo social do passado”, destinado a desaparecer (Tarde, 1986:43).

Para o seu surgimento e coesão, na formulação de Tarde, a imprensa é imprescindível: “la prensa no es nada más que una de las causas generadoras de la opinión, y, sin duda, una de las más recientes” (1986:92). Ela despoleta uma nova forma de relação social e de comunicação mais espiritual, impessoal (sem a necessidade de os homens se conhecerem entre si) que dispensa o contacto físico, em que a “comunhão” se estabelece através de “correntes de opinião”. Nestas, os homens dispersos geograficamente estão unidos pelo sentimento de que uma certa ideia é possível ser partilhada através da leitura do mesmo jornal.

Não obstante Tarde considerar o público num nível evolutivamente superior (à multidão) e de o fazer corresponder às sociedades democráticas, importa referir que ele não deixou de o criticar: “el lector no tiene, en general, conciencia de sufrir esta influencia persuasiva, casi irresistible, del periódico que lee habitualmente (1986:44); inaugurando aspectos da “teoria do consumo” – “después de todo, el público no es nada más que una especie de clientela comercial”, e referindo o carácter “massificado” dos

consumos pessoais (comprar os mesmos produtos nos mesmos locais, frequentar os mesmos lugares..), enquanto “afinidades” que estreitam os laços sociais e de classe (1986: 53).

O pensamento de Tarde sobre a opinião pública inspiraria, entre outros, Tönnies, ainda que este não subscrevesse os seus pressupostos. Tönnies sugere-nos uma interessante e pertinente perspectiva: a luta de opiniões na arena pública da imprensa (mais do que uma luta dentro da formação da opinião pública onde só alguns podem intervir) é sobretudo uma luta por uma opinião (“gasosa”) do público, isto é, por indivíduos que se reverão na opinião expressa ou publicada, que a terão como sua e que, como tal, a apresentarão como se da sua opinião se tratasse.

Mas o debate interessante, sem nunca esvaziar a opinião pública da sua força de dispositivo de mediação, que se começava a travar no século XIX, que irromperia pelo século XX e que mantém alguma acuidade nos nossos dias, era a visão que opunha ao entendimento da opinião pública apenas como veículo de liberdade e democracia – a crença iluminista na publicidade como vigilância crítica – também a possibilidade, intrínseca, do exercício de uma nova forma de despotismo – a tirania sobre a razão. Nesta perspectiva, situavam-se pensadores liberais como Tocqueville e Lippman.

Tocqueville exprimiu muito bem esta ambivalência da opinião pública, ao reconhecer-lhe grande importância na construção da democracia e, simultaneamente, ao entendê-la como fonte de “tirania da maioria” – o emergente domínio da opinião que ameaçava substituir-se à crítica dos mais esclarecidos.

É nesta esteira que surgem as propostas de Lippmann (1922, 1925), apelando ao primado da razão na opinião pública e apresentando-as como “salvadoras” da democracia. Tal torna-se necessário, em seu entender, porque a soberania popular mais não é que uma “ficção”; o povo/público (fantasma) não pode dizer da sua soberania (a capacidade de intervir no governo da sociedade) senão aquilo que Bismarck dizia de Napoleão III: “*De loin, il est quelque chose mais, de près, il n’est rien du tout*”. Pelo que, a ideia de uma influência pessoal sobre os assuntos públicos parece-lhe pretensiosa, de segunda ordem, sem consequências, uma vez que resulta claro que jamais o “povo inteiro” participará na tomada de decisão sobre aqueles assuntos (Lippmann, [1925])

2001:68). Já que “Aucun journal ne rend compte de l’environnement du citoyen de telle façon qu’il puisse se l’approprier ; aucune école ne lui a appris comment le concevoir ; ses idéaux, souvent, sont en porte-à-faux avec cet environnement, et écouter des discours, exprimer des opiniões et votar ne lui semblent pas permitir de le gouverner » (Lippmann, [1925], 2001:67).

Assim, na sua perspectiva, duas medidas se impõem: a restrição da política às “elites iluminadas”, uma classe (minoritária) especializada, responsável por fixar a política e pela “formação de uma opinião pública sã”¹⁷⁶; e a reforma dos procedimentos jornalísticos (no que diz respeito quer às fontes quer à obtenção de factos) – as opiniões do público, para serem “sãs” devem ser organizadas para a imprensa e não pela imprensa (Lippmann, 1960:32). Seria, então, a produção/disseminação da informação (para o Governo, a imprensa e o público) por esta “central de inteligência”, esta tecnocracia de peritos o garante da informação objectividade e isenta de opinião e a chave da construção da opinião pública legítima¹⁷⁷.

A esta despolitização do espaço público e a este “elitismo democrático”, que desconsidera as capacidades do público e o “eclipsa”, Dewey reagiu fortemente. Convicto da necessidade de uma corrente ininterrupta de trocas de ideias e de opiniões e crente na discussão democrática, vê no modo de Lippmann entender o processo de formação da opinião pública, uma “traição à democracia, procurando antes compreender “The Public and Its Problems” (1927): “Si l’opinion est formée sans soin ou sous l’influence de personnes pour qui faire croire à un mensonge est un enjeu important, elle ne peut être une opinion *publique* que de nom” (Dewey, [1927], 2001: 87).

Em consequência, Dewey identificou as condições através das quais a “grande sociedade” pode tornar-se uma “grande comunidade”, isto é, uma sociedade na qual as consequências das actividades sociais, cada vez maiores e com mais complexas ramificações, serão *conhecidas* (na verdadeira acepção da palavra), de forma que um público organizado e articulado acabe por emergir. Assim, a democracia poderá realizar

¹⁷⁶ Para não carregar os cidadãos com opiniões de especialistas em todas as questões, mas empurrar esse fardo para o administrador responsável, argumenta Lippmann (1960:399)

¹⁷⁷ O sistema de formação da opinião pública proposto por Lippman baseia-se pois em quatro elementos centrais: uma teoria dos símbolos, uma teoria da objectividade jornalística, uma teoria das ligações entre política e economia dos media, e uma teoria da democracia, enquanto despolitização do espaço público (Silveirinha, 2004:113)

a sua vocação, já que ela traça uma via de comunicação livre e de enriquecimento de todos os indivíduos (Dewey, [1927] 2001: 90).

A ambivalência que resulta das teses destes autores, apesar das mudanças tecnológicas e sociais que possibilitaram a massificação do acesso à informação, manter-se-á válida no que concerne ao papel e aos efeitos da opinião publicada junto do *público*?

3. Do espaço público ao espaço público mediatizado – da “opinião tornada pública” à “opinião publicada”

No actual cenário, já traçado, marcado pelos “constrangimentos” e “contradições” – na terminologia de Wolton, (1995) – do espaço público mediatizado (entendido enquanto realidade sociológica na qual os media se assume como elemento estruturante e constitutivo), as colunas de opinião, enquanto produto jornalístico e veículo específico de expressão de ideias, comportam o risco de corroborarem esse diagnóstico, através da sua contribuição, reproduzindo as actuais linguagens e motivações jornalísticas dos media que as integram.

Mas comportam também a potencialidade de se constituírem como um reduto, um espaço de resistência a essa lógica subordinada à “ditadura das audiências” e à implacabilidade do mercado, que estereotipa, simplifica e espectaculariza a informação; comportam a potencialidade de alargarem democraticamente o espaço público (quer pelo acesso da pluralidade de protagonistas quer pelos temas trazidos a debate), de lhe acrescentarem racionalidade, contribuindo para a sua revitalização. Dito de outro modo, e usando a analogia de Habermas (1981:230) utilizada para analisar as contradições e ambiguidades dos media, elas podem apresentar a dupla face de Janus: iluminista e guia; informação e propaganda; pedagogia e manipulação¹⁷⁸.

Elas são, assim, um contributo para cumprir as promessas nascidas com a formação da esfera pública no século XVIII – entendida, na concepção habermasiana, enquanto ideal normativo da discussão racional, como um espaço privilegiado do exercício da crítica

¹⁷⁸ Ou numa outra formulação, a intervenção possibilitada pelas colunas de opinião, contribui, à sua medida, para concretizar a *acção* crítica no espaço público, no sentido em que Hannah Arendt a perspectiva e ambiciona, ou, pelo contrário, contribui para o conformismo social, do qual foi tão fortemente crítica? Na perspectiva de Hanna Arendt, entusiasta da experiência histórica da *polis*, a *acção*, enquanto faculdade fundamental da *vita activa*, é enquadrada por três condições fundamentais da existência humana: o ambiente em que o homem vive e que, enquanto animal *laborans*, assegura a sua existência através do *labour*, o conjunto de artefactos que ele fabrica, através do trabalho, enquanto *homo faber*, e a *acção* mediada pelo discurso. É na essência da *acção* conjunta dos homens – dotados de palavra, vida mental e poder cognitivo- que o poder nasce, que os cidadãos se podem unir na *polis*, retomando a dimensão grega do espaço público. Arendt enfatizou a dimensão política da *acção* humana, valorizando a *acção* que emerge desvinculada de interesses privados e mercantis e privilegiando princípios e valores associados à denúncia da decadência do homem público na modernidade.

(atitude que esteve subjacente à imprensa de opinião), da racionalidade? Ou, e ainda que em simultâneo, definem-se pelas (e nas) contradições já intrínsecas à formação/evolução (e formulação habermasiana) da esfera pública burguesa?

Referimo-nos a uma esfera pública especificamente burguesa, de onde outras classes (os não proprietários) e as mulheres eram excluídas (apenas os homens eram admitidos na sociedade dos cafés, as mulheres apenas participavam da esfera pública literária), donde resultava a inexistência de igualdade de oportunidades no acesso e, por essa via, a negação da acessibilidade universal; caracterizada pela ideia de que é possível os interlocutores sobrelevarem as suas diferenças e deliberarem como se fossem iguais; pela ideia de que a multiplicidade de públicos concorrentes é um afastamento da democracia; pelo confronto entre dois tipos de publicidade – a própria das cortes feudais, a representativa, e a publicidade crítica e democrática (que emerge do iluminismo); e reportando-se a um processo que culmina na “refeudalização” da esfera pública (colonização do mundo de vida pelo mundo dos sistemas): “ (...) à medida que as pessoas privadas se tornavam públicas, a própria esfera pública assumia formas de fechamento privado. (...) O debate crítico e racional do público também se tornou uma vítima desta “refeudalização”. A discussão como forma de sociabilidade deu lugar ao fetichismo do envolvimento na comunidade por si só” (Habermas (1962: 158).

Mas faz sentido procurar na esfera pública burguesa (há muito em declínio) argumentos, contra – argumentos e tendências para interpretar o espaço público da actualidade, num tempo em que, como o próprio Habermas (1992, 1996) reconhece, o espaço público é plural e heterogéneo? Na actualidade, como nota Keane (1995), as estruturas espaciais de comunicação estão em convulsão, assiste-se à erosão da antiga hegemonia da vida pública (limitada territorialmente, estruturada pelo Estado, mediada apenas pelos media convencionais), pelo que se tornam obsoletos os ideais convencionais de uma esfera pública unificada em que os cidadãos lutam por “um bem público”, passando a sobrepor-se e a interconectarem-se várias esferas públicas (“esferículas públicas” separadas, como diz Gitlin (1998).

Faz algum sentido procurar indícios na “opinião tornada pública” do século XVIII para “ler” a “opinião publicada” da actualidade, num tempo em que não só o espaço público contemporâneo (agora designado de mediatizado) como o próprio campo dos media,

que lhe é indissociável, com características tão diversas de outrora, não param de se reconfigurar, acentuando a “refeudalização” do final do século XIX – a razão crítica entre os cidadãos volta a dar lugar ao espectáculo perante as massas?

Como o próprio Habermas (1981:203-233) assinalou, há muito que se desfez a “caixa de ressonância” de uma camada culta e educada no uso público da razão; o público dividiu-se, por um lado, em minorias de especialistas cujo uso da razão não é público e, por outro, na grande massa de consumidores receptores. De resto, o pensamento de Habermas representando uma mundividência de tipo neo-iluminista, que postula uma reconstrução da racionalidade moderna sob a forma de racionalidade comunicativa (em que o discurso supõe uma componente reflexiva e crítica), onde os agentes argumentativos aspiram à validade universal dos seus argumentos, é contestado por muitos autores, entre eles Luhmann, representante da “mundividência” pós-moderna, e que com ele polemizou (Luhmann/Habermas, 1971, 1983)¹⁷⁹.

Com efeito, e recuando, na concepção de Habermas (1962), o conceito de esfera pública reporta-se à formação na modernidade de uma instância crítica de exercício crítico da razão e de legitimação de decisões de poder, marcada pelo universalismo da participação dos cidadãos e pela abertura aos temas que eram objecto de discussão (ainda que o aparecimento do conceito, enquanto meio de interacção entre os cidadãos no processo de circulação e tomada de decisão política, possa reportar-se à Grécia clássica¹⁸⁰). Como Habermas repetiu incansavelmente, esfera pública é um espaço onde “tudo se torna visível a todos”.

¹⁷⁹ Efectivamente, são inúmeras as críticas à teoria de Habermas sobre a esfera pública e diversos os autores que as têm elaborado, ao ponto de hoje se verificar uma certa saturação (François et Neveu, 1999). Fraser (1992), representante dos “gender studies” figura marcante do feminismo e da crítica social americana, é uma dessas autoras que, mais do que colocar em causa o princípio do modelo normativo do espaço público, são os pressupostos sobre os quais repousa o modelo de Habermas que contesta.) Cf, também Thompson (1995), Schudson (1995), Keane (1995), McGuigan (1996), Gitlin (1998)....

¹⁸⁰ Com efeito, o conceito de opinião pública pode associar-se ao desenvolvimento da democracia na Grécia, onde os representantes do povo e os cidadãos livres, em lugares como a *ágora*, se informavam e discutiam assuntos de natureza pública. Prática semelhante, ocorreria mais tarde em Roma, no *foro*. Aliás, é na cultura romana que encontramos muitos termos e referências relacionados com a opinião pública. Assim, Cicerón, por exemplo, falou-nos da força que sobre cada um exerce a *publicam opinionem* (ainda que entendida como fama, imagem, reputação, a que muito depois Maquiavel e Locke aludiriam). Também a expressão de origem latina *vox populi* foi largamente utilizada na Idade Média. Mas as raízes do conceito encontram-se muito atrás. Como se sabe, já os filósofos gregos distinguiam a opinião acrítica - doxa - e o saber fundado na razão - a episteme. Se para Platão a doxa era tida como fonte da própria degradação da democracia e dos abusos de poder, Aristóteles, à semelhança de Heródoto e de Tucídides, vi-a como o fundamento da legitimidade do político e da autoridade legítima instituída. No entanto, para muitos autores, foi John Locke o primeiro a insistir na importância da opinião como elemento essencial da sociedade, sendo que para ele, a par da lei divina e da lei civil havia a lei da opinião e da reputação.

Os cidadãos associavam-se e reuniam-se nas cidades, em espaços públicos específicos criados para o efeito – os então criados palcos de discursividade dialógica. Assim, através de um discurso racional e crítico (é a noção kantiana do uso público da razão), da crítica e da problematização, gera-se a opinião pública, moldando ou orientando a política geral do Estado.

Primeiro, nos salões, cafés, sociedades culturais, para fazer “crítica literária” – a esfera pública literária esteve na origem da esfera pública burguesa, ela representava “um campo de treino para uma reflexão pública crítica ainda preocupada consigo própria” e não era especificamente burguesa, uma vez que “preservava uma certa continuidade com a publicidade envolvida na representação da corte do príncipe” (Habermas, 1962: 29). Depois – do encontro dos herdeiros da sociedade aristocrata e humanista com os intelectuais da burguesia (em ascensão) –, e em resultado de um processo de conversão funcional da esfera pública literária, a esfera política passa a ocupar-se também da discussão de assuntos de interesse político, através de fóruns de discussão institucionalizados. Habermas constrói assim uma concepção de publicidade evolutiva, compreendendo três fases – uma de cariz feudal ou representativo, caracterizada pela sua neutralidade em relação aos critérios de público e privado; outra, nascida com a modernidade e assente na distinção entre público e privado; e uma terceira, que emerge a partir de meados do século XIX com a interpenetração entre estado e sociedade, entre público e privado.

Para Habermas (1962:259), na génese da imprensa de opinião do século XVIII – a passagem do relato das notícias para o jornalismo mais literário, um “jornalismo de convicção” – e da crítica ao poder político esteve a crítica literária, o direito de julgar, assente numa concepção racional de troca de argumentos: a imprensa de opinião emerge a partir de uma “discussão crítica convivial”. Trata-se de uma imprensa especializada que nasce num ambiente “diletante, crítico e apaixonado” e que no século XIX se cindirá em imprensa de opinião e em magazine literário e artístico. Note-se que esta prática jornalística não só se coaduna com o ideal de racionalidade apresentado por Habermas, como, na sua perspectiva, era instrumento ao serviço da esfera pública: os artigos eram objecto de discussão nas instituições (como os cafés) da esfera pública,

essas discussões originam, por sua vez, textos de imprensa; por outro lado, os jornais recebiam as cartas dos leitores – uma outra forma de diálogo.

A imprensa, “de veículo da opinião publicamente produzida nos espaços de convivência (...) torna-se, pouco e pouco, fazedora de opinião, substituindo-se ao trabalho de elaboração colectiva, reservando esse trabalho a uma nova classe profissional anónima, os funcionários da pena” (Rodrigues, 1985:10)

Deste modo, estão criados os instrumentos emergentes de formação de opinião (a Imprensa, os clubes, as associações), as primeiras manifestações da esfera pública burguesa, através dos quais se procedia ao exercício de uma nova forma de participação nas questões de natureza política, se constituiu “o direito inalienável de formação de correntes alargadas de uma razão separada e muitas vezes contraditória da razão do Estado, e uma vontade independente da vontade do soberano” (Rodrigues, 1985: 10).

Na argumentação habermasiana, é, pois, nessa mudança estrutural da esfera pública – em que ao longo do século XVIII a esfera pública liberal se foi definindo como espaço de mediação entre o Estado e a sociedade civil – que se origina um novo princípio de legitimidade política, assente numa nova definição de publicidade e de opinião pública. Assim, na segunda metade desse século, a exposição da opinião livre do cidadão dá origem ao aparecimento da categoria da opinião pública e à sua institucionalização enquanto campo autónomo de legitimidade, instância do saber (em oposição ao querer do soberano), da honestidade (em luta contra a corrupção), da razão (ao invés do obscurantismo). Ela é, na terminologia de Luhman (1992), o “soberano secreto” e a autoridade invisível da sociedade política, o poder invisível do visível. Opinião pública, significa então, opinião iluminada, conhecida – “tornada pública” – à qual todos podem aceder e para a qual todos os cidadãos podem contribuir. O público torna-se, pois, uma instância de decisão e de legitimidade, um autêntico sujeito de discurso, passando a arrogar-se do direito e do dever de informar e ser informado (Rodrigues, 1985:10-11)

Ora, como é hoje evidente, a forma actual da opinião pública, ainda que mantendo um estatuto de referência fundamental da vida política, difere significativamente deste modelo e evidencia sinais de crise. Como constata Esteves, a opinião pública dos nossos dias resulta da crise do modelo liberal e das condições sociais particulares que marcam

o processo de desenvolvimento das nossas sociedades, em particular, a democracia de massa e a intensificação e aceleração dos fluxos de comunicação e de informação. Podendo dizer-se que a opinião pública de hoje não é apenas uma opinião de massa, mas também uma opinião mediática (Esteves, 1997:1).

4. Breve balanço das conceptualizações actuais de opinião pública: entre um *jogo de espelhos* e um *jogo de sombras*

Enquanto conceito científico ou instrumento de análise da realidade social marcado pela ambiguidade e imprecisão, a opinião pública (...) no es le nombre de algo, sino una clasificación de una serie de algos” (Lopez, 1992:11). Como refere Louis Queré, a sociologia não chega a saber verdadeiramente do que fala quando se trata deste tema clássico (1990:36).

Em torno dele, Adriano Duarte Rodrigues sistematiza três categorias enunciadoras de que ela se pode revestir: como sujeito de enunciação (“a opinião pública afirma, diz, quer, pode, sabe”), possuindo uma espécie de competência programática própria; como objecto de enunciação, pertencente à categoria do destinatário, a quem se dirige a palavra de uma instância discursiva que se apresenta como investida num saber, num poder, num querer ou num dever; como enunciado de que se fala, objecto de transação entre interlocutores, valor, positivo ou negativo, que circula num determinado campo do discurso social (1989:51).

Neste âmbito, será preferível entendê-la, então, mais como uma “ (...) entidade inserida numa estratégia de legitimação e contralegitimação, uma arma de mobilização política”, como uma forma de discurso, em que a sua existência é o resultado de figuras, social e historicamente situadas, que resultam de efeitos de linguagem (Rodrigues, 1989:39).

Na senda de outros autores, Bourdieu (1971) defende que “l’opinion publique n’existe pas”, pelo menos na forma que lhe atribuem os que têm interesse em afirmar sua existência (como é o caso dos que fazem sondagens). Para Bourdieu, as sondagens criam a ilusão de que existe uma opinião pública, quando na verdade se trata de um somatório de opiniões individuais. Sondar a opinião política pressupõe que as pessoas tenham uma opinião, que possam *produzir* uma opinião, que todas as opiniões são equivalentes; e que existe um consenso sobre os problemas e portanto sobre as perguntas feitas. Existem sim “opiniões mobilizadas”, “grupos de pressão” mobilizados

em torno de interesses, e “disposições” (a opinião no estado implícito, que não pretende a coerência).

Também Champagne se situa neste trilho, ao defender que na realidade o que existe não é a “opinião pública” nem a “opinião medida pelas sondagens”, mas sim um novo espaço social dominado por um conjunto de agentes (as empresas de sondagens, os politólogos, os conselheiros em comunicação e em marketing político, os jornalistas, etc.) que utilizam as modernas tecnologias e dão uma existência política autónoma a uma “opinião pública” que eles próprios fabricam (1990:17-55). Num contexto em que o campos político e jornalístico mantém relações de interdependência mais complexas que nunca (se é verdade que este último impõe ao primeiro uma hierarquia de acontecimentos que este aceita, os jornalistas são os primeiros a saber que são “manipuladores manipulados”). “(...)Les journalistes politiques n’ont pas renoncé à être, face aux hommes politiques, un véritable « tribunal de l’opinion publique ». Mais le circuit de légitimation s’est en quelque sorte allongé. Les journalistes politiques ne se sont exprimés pendant longtemps qu’au nom de leurs lecteurs. Ils se savaient être des « leaders d’opinion », c’est-à-dire les agents qui contribuaient fortement à faire l’opinion publique. (1990 :249-250)

A proposta teórica de Zaller (1992), em torno da (recorrente) controvérsia da racionalidade da opinião, ao pretender demonstrar a formação da opinião pública e as suas diferentes expressões (o voto ou as sondagens) a partir da explicitação do mecanismo de produção das opiniões individuais, fornece contributos interessantes para uma releitura destas posições, constituindo-se como uma alternativa teórica que “matiza” a total descrença na opinião pública e na validade dos instrumentos que dela pretendem dar conta. Simultaneamente, no âmbito deste trabalho, ela revela-se adequada para introduzirmos as questões, sempre complexas, da “caixa negra” dos efeitos”, que retomaremos na parte III desta dissertação.

Com efeito, o modelo (dinâmico) proposto pelo autor, no qual se concede um lugar privilegiado à acção dos media sobre a opinião, visa discutir o modo segundo o qual as pessoas formam as suas preferências políticas; mostrar como a informação e os argumentos políticos se difundem no conjunto da população; como os indivíduos avaliam esta informação à luz dos seus próprios ideais políticos e das demais

predisposições; e como convertem as suas reacções em tomadas de posição nas sondagens de opinião e nas escolhas eleitorais (1992:1).

Este modelo é sustentado, na base, por quatro ideias chave, “axiomas”, na terminologia do seu autor: os cidadãos variam na atenção que dão habitualmente à política, assim como também é variável a exposição à informação política; os indivíduos têm uma atitude instável acerca dos assuntos susceptíveis de serem objecto de sondagem (acerca de cada assunto desenvolvem múltiplas considerações, susceptíveis de serem, entre si, contraditórias); na maioria das vezes, as suas opiniões são construídas no momento em que são confrontados com a necessidade de as revelarem, mobilizando para o efeito as razões, que por diversos motivos, estão mais “acessíveis”; a capacidade de reacção crítica aos argumentos desenvolvidos pelas elites políticas e retomados pelos media varia em função da capacidade de discernir sobre o fenómeno político.

Do modelo de Zaller, interessa-nos particularmente realçar o facto dele sublinhar a natureza instável das opiniões individuais e o carácter improvisado, inacabado, em continua construção do seu produto. Daí não se tratar de “opiniões”, mas sim de “considerações”. Estas são reais e mensuráveis, mas apenas no efémero momento em que delas se dá conta (por exemplo através das sondagens, que quanto muito revelam “aspectos” da opinião).

Interessa ainda notar que, em sentido quase contrário, há autores que reabilitam a opinião pública. Disso é exemplo a “corrente” (anos 90) da ciência política americana, que não só reabilita as sondagens enquanto instrumento de medida de atitudes do público como refuta o paradigma “minimalista” dominante nos anos 50 e 70 que apresentava a opinião pública como um actor “carecido” de razão. Um dos trabalhos que melhor representa este novo optimismo na opinião pública é o de Page e Shapiro (1993), ao analisar as preferências da opinião americana recorrendo a 50 anos de sondagens no pressuposto da capacidade de “discernimento” do público. Assim, na sua “teorias da racionalidade colectiva”, defende-se a tese geral que “a opinião pública colectiva é real, mensurável e racional” (Page e Shapiro, 1993, 2001:99); no primeiro dos (seis) “axiomas” que a fundam, pode ler-se, ao invés de Bourdieu, que “L’opinion publique collective existe” (idem).

Tratando-se de um jogo de “espelhos” ou de “sombras”, ou de um misto de ambos, pode concordar-se que hoje, efectivamente, o poder político tem nessa categoria a que se chama (inapropriadamente ou não) opinião pública um dos vectores fundamentais da sua “legitimação”.

Muito mais que outro sistema de funções, o sistema político depende da opinião pública, ela significa, para o domínio político “ um dos mais importantes sensores cuja observação substitui a observação directa do ambiente”, como sublinhou Niklas Luhmann (1992:85); ela “serve a clausura auto-referencial do sistema político” (Luhmann, 1992:87) – que a utiliza para se observar a si próprio.

Neste pressuposto, é possível encontrar nas propostas teóricas de Luhmann, que conceptualizou a opinião pública, contributos para a interpretação da opinião publicada da actualidade, aos quais juntaremos as propostas (igualmente já clássicas) de Noelle-Neumann.

Estas propostas, distintas entre si mas complementares, apresentam uma reformulação do conceito oitocentista de opinião pública e uma clara contestação às teorias racionalistas-iluministas, particularmente às que foram defendidas por Habermas. Elas, ao conceptualizarem a opinião pública no sentido da definição de pressupostos temáticos que permitam limitar a discricionariedade do que é politicamente possível, eclipsam as noções de esfera pública e de sociedade civil e a possibilidade de abertura do sistema político e anulam os propósitos (ambições) iluministas-idealistas de obtenção de uma verdade sujeita ao controlo do consenso obtido por qualquer possibilidade de argumentação.

Assim, para Luhmann, a opinião pública deverá ser concebida como uma estrutura temática da comunicação pública, fundada no facto de que, perante o número ilimitado de temas que podem ser veiculados pela comunicação pública, a atenção do público só se poder manifestar de forma limitada. A opinião pública passa, pois, a ser considerada como uma estrutura comum de sentido que permite uma acção intersubjectiva num sistema social, assente no acordo básico sobre o reconhecimento de alguns temas como

importantes, de interesse geral, ainda que existam opiniões díspares. Deste modo, a opinião pública manifestar-se-á como resultado desta limitação temática que lhe confere a sua estrutura.

O conceito de tematização, proposto por Niklas Luhmann (1978), entendido como o processo de definição, estabelecimento e reconhecimento público dos grandes temas que constituem a opinião pública mediante a acção dos meios de comunicação social, abriu novas linhas para estudar a formação da opinião pública, em estreita relação entre o sistema político e o sistema comunicativo nas sociedades actuais. Reformulando o conceito liberal de opinião pública, reconhece que os meios de comunicação de massas, enquanto instituições públicas, são peças fundamentais para o equilíbrio e desenvolvimento do sistema social; defendendo que a sua importância está na capacidade de formação da opinião pública, ao determinar a orientação da atenção dos cidadãos sobre uma agenda de temas que reclama a atenção e discussão pública (Saperas, 1987: 50).

A tese de Luhmann apoia-se, e encontra justificação, no conceito de sociedade da complexidade, em que as transformações sociais e tecnológicas aumentaram as divergências entre instituições e indivíduos, e entre os diversos grupos sociais, agudizando a incerteza e angústia, cabendo, então, aos meios de comunicação propor um conjunto de "temas orientadores" para a formação da opinião, reduzindo assim a complexidade social.

A teoria de Luhmann (advinda do funcionalismo sistémico), como é salutar, também tem sido objecto de críticas: “não há lugar para outros olhares na Teoria de Luhmann que não seja o olhar dos sistemas” (Correia, 2006:8). Subscrevendo a opinião dos que não colocam em causa o interesse do contributo de Luhmann e a “aguda percepção que tem de alguns fenómenos da modernidade tardia que se manifestaram nomeadamente no campo programático ou subsistema do jornalismo”, como é o caso de João Carlos Correia, (2006:6), parece-nos pertinente questionar, à semelhança deste, por exemplo “ (...) Se os *media* funcionam como auxiliares de um mecanismo – a opinião pública – que apenas visa reduzir os temas que o sistema político pode enfrentar, como encarar os fenómenos catalizados pelos *media* em que, justamente, fazem apelos a outras formas de racionalidade que não apenas a racionalidade sistémica? Também (no caso do

subsistema dos media), “ (...) Falta saber em que medida se pode falar de diferenciação sistémica quando, por exemplo, existe censura prévia ou quando o sistema político ou o sistema económico – como recentemente aconteceu – toma decisões relativas à escolha – eliminação ou nomeação – dos agentes do sistema mediático” (Idem).

A teoria da espiral do silêncio preconizada por Noelle-Neumann, em 1973, incidindo também sobre a relação entre os media e a opinião pública, apresenta-se, de igual modo, como uma proposta radicalmente diferente do modelo normativo de Habermas e como um modelo explicativo sobre os efeitos dos media. Este “modelo psicossocial” é complementar ao de Luhmann, e não oponente ou mutuamente exclusivo, podendo com ele coexistir para uma mesma leitura da opinião publicada.

Na sua obra pioneira ¹⁸¹, em que também traça a história da opinião pública, esta é-nos apresentada como uma forma de controlo social. A teoria da espiral do silêncio assenta em quatro pressupostos: a sociedade ameaça os indivíduos “desviantes” com o isolamento; os indivíduos experimentam um medo contínuo do isolamento; este medo faz com que os indivíduos procurem avaliar continuamente o clima de opinião; os resultados desta avaliação influem no comportamento em público, especialmente aquando da expressão pública ou ocultamento das opiniões; um quinto pressuposto afirma que os anteriores estão relacionados entre si, o que proporciona uma explicação da formação, manutenção e modificação da opinião pública (Noelle-Neumann, 1973, 1995: 260). Dito de outro modo, os indivíduos em busca da integração temendo o isolamento e a exclusão a que a sociedade os dota se pensarem de modo diferente, percepcionando a opinião dos que os rodeiam, adaptam o seu comportamento às atitudes maioritariamente predominantes, as quais ditam os parâmetros do que é aceitável. José Rodrigues dos Santos complementa-nos: "Noelle – Neumann defendeu que a formação das opiniões maioritárias é o resultado das relações entre os meios de comunicação de massas, a comunicação interpessoal e a percepção que cada indivíduo tem da sua própria opinião quando confrontada com a dos outros. Ou seja, a opinião é

¹⁸¹ (The Spiral of Silence. Public opinion –Our Social Skin, publicada em inglês pela primeira vez por The University of Chicago Press, Chicago e Londres, em 1984; A obra que consultámos foi uma tradução em castelhano: La espiral del silencio. Opinión pública: nuestra piel social, Paidós comunicación, 1995 (1ª edição),

fruto de valores sociais, da informação veiculada pela comunicação social e também do que os outros pensam" (1992:107)¹⁸²

Não obstante os contributos teóricos destas propostas, elas também não deixam de ilustrar a “forte tensão que atravessa a opinião pública nos nossos dias: de um lado, a velha tradição política liberal de uma opinião pública fortemente idealizada, do outro, as mais recentes tendências sistémico-funcionais que tendem a reduzir a opinião pública a um mero operador de eficácia política” (Esteves, 1998:111).

A generalidade das propostas teóricas sobre a opinião pública, orientadas para a avaliação dos efeitos cognitivos resultantes da acção dos media no âmbito do sistema político, parecem continuar a revelar dificuldades em ultrapassar, de modo teórico-metodológico consistente, a velha e clássica *irreduzível dicotomia* indivíduo/sociedade, o dilema científico que tende a situar o indivíduo em pólos antagónicos: o que enaltece ou apaga a sua autonomia e a sua racionalidade. Como Saperas refere, “ (...) a compreensão da opinião pública na sociedade pós-industrial implica uma análise global da comunicação política e dos efeitos cognitivos no seu conjunto (...) o conhecimento e descrição da opinião pública (...) só se poderá entender se formos capazes de determinar, de forma correcta, em que medida os meios de comunicação têm uma influência real e efectiva no sistema social” (1987:38-39). Ora, por dedução de lógica fácil, tais efeitos socio-cognitivos não são (ou dificilmente serão) rigorosamente mensuráveis, e essa não deixa de ser, desde logo, uma prerrogativa do indivíduo sobre o sistema social, em que a ciência se integra. Um reduto de autonomia onde se poderá encerrar a sua (ir) racionalidade.

¹⁸²Encontramos na obra póstuma de Schopenhauer (1788-1860), “*A Arte de Ter Razão*” curiosas bases para esta teoria: “(...) O que então se chama de *opinião geral* é, a bem da verdade, a opinião de duas ou três pessoas (...) foram duas ou três pessoas a supor ou apresentar e a afirmar num primeiro momento, e que alguém teve a bondade de julgar que elas teriam verificado realmente a fundo tais colocações: o preconceito de que estes seriam suficientemente capazes induziu, em princípio, alguns a aceitar a mesma opinião: nestes, por sua vez, acreditaram muitos outros (...) dias após dia cresceu o número de tais adeptos indolentes e crédulos: pois, uma vez que a opinião já contava com uma boa quantidade de vozes do seu lado, os que se seguiram o atribuíram ao facto de que ela só podia ter conquistado tais votos graças à consistência dos seus fundamentos. Os que ainda restaram foram constrangidos a concordar com o que já era considerado válido por todos, a fim de não serem considerados cabeças inquietas que se rebelam contra opiniões universalmente aceites, nem garotos intrometidos que querem ser mais inteligentes do que o mundo inteiro. A essa altura, o consenso tornou-se uma obrigação (...) Uma vez que assim sucede, quanto poderá valer a voz de cem milhões de pessoas?”

5. A opinião como género jornalístico

5.1. O equívoco da informação versus opinião

Começar por admitir a existência da categoria "géneros jornalísticos opinativos" talvez seja contribuir para perpetuar um equívoco, alimentando o velho e falso paradigma que tende a dividir o jornalismo em opinião e informação. Trata-se de um equívoco recorrentemente abordado, lateral ao nosso trabalho, mas que nos parece pertinente recuperar.

Diz-se velho paradigma, porque tem mais de três séculos: nasceu da decisão inovadora de Samuel Buckle – director do jornal inglês *The Daily Courant*, o primeiro diário de natureza política na Europa – que no início do século XVIII já introduzira um certo conceito de objectividade jornalística, ao pretender separar as notícias (relatos) dos artigos (comentários), afim de aumentar a credibilidade do jornal. (Melo, 1994:37). Não obstante, e não havendo unanimidade, a maioria dos autores, acredita que foi cerca de 1850 que esta ideia de divisão da produção jornalística em informação e opinião começou a ser aceite (Vieira, 2002)¹⁸³. Foi então a partir do sec.XIX, na chamada "fase industrial da Imprensa", que a objectividade jornalística ganhou especial acuidade. O aparecimento de fenómenos consequentes da industrialização, como a descida de alguns custos de produção (em particular a do custo do papel), a urbanização, o progresso nos transportes e comunicações, a crescente alfabetização, e o consequente aumento de públicos, o alargamento do espaço público, na concepção habermasiana, contribuíram para suscitar novas concepções ao nível dos conteúdos dos jornais: "Na necessidade de encontrar um público mais largo, o jornal procura manter uma atitude imparcialmente objectiva, dirigindo-se assim a todos, e não a um grupo de leitores ideologicamente afins, necessariamente muito mais restrito", como refere José Tengarrinha (1989:219). Daí que Mário Mesquita observe que "A objectividade jornalística apresenta-se, não

¹⁸³ Em 1856, o correspondente em Washington da agência noticiosa Associated Press, enunciava, emblematicamente, a ideia chave (a separação entre "factos" e "opiniões") do "Novo Jornalismo" (o jornalismo informativo): "O meu trabalho é comunicar factos: as minhas instruções não permitem qualquer tipo de comentários sobre os factos, sejam eles quais forem" (cit por Traquina, 1999:167). Em 1864, o *Diário de Notícias*, no número zero, defende claramente esta nova postura: "Eliminando o artigo de fundo, não discute política, nem sustenta polémica. Regista com a possível verdade todos os acontecimentos, deixando ao leitor, quaisquer que sejam os seus princípios e opiniões, o comentá-los a seu sabor".

como o resultado de uma reflexão epistemológica acerca do jornalismo, mas enquanto construção resultante da nova estratégia comercial da Imprensa" (2000:23). Parecida e cíclica justificação encontramos actualmente para a “contaminação” dos textos informativos com aspectos opinativos.

Porém, o conceito de objectividade jornalística enquanto "valor jornalístico" só se impôs no início do sec XX, nos EUA, como reacção ao sensacionalismo que imperava na imprensa¹⁸⁴. Note-se que esta transformação da "objectividade" em valor jornalístico ocorreu, curiosamente, quando os jornais concluíam da indispensabilidade do jornalismo interpretativo (entre as notícias e os artigos de opinião emergia o género interpretativo) e quando aumentavam o quantidade de textos assinados. (Cf., por exemplo, Schudson, 1978 e. Mesquita, 2000).

Seja como for, a corrente objectivista, que propunha uma informação puramente factual, uma distribuição de secções com uma separação radical entre informação e opinião e uma ética do profissional caracterizada pelo distanciamento e desprendimento dominaria a investigação académica e a prática jornalística de grande parte do século XX¹⁸⁵.

É indubitável que o aparecimento da noção de objectividade no jornalismo coincidiu, no tempo e em alguns princípios, com o positivismo – movimento que dominou o século XIX e no qual se destacou, como figura de maior vulto, Auguste Comte, precursor do pensamento sociológico. Comte, mas também Spencer, Le Play ou Tocqueville, adoptando metodologias que tinham a mesma base das utilizadas nas ciências da natureza, acreditavam na capacidade de analisar a realidade friamente, tal como ela lhes era dada, defendendo que não deveria haver liberdade de consciência nem emissão de juízos de valor. O positivismo inspiraria fortemente a perspectiva metodológica de

¹⁸⁴ Também o aparecimento, no mesmo país, da profissão de "relações públicas", durante os anos 20-30, viria a contribuir para a imposição da objectividade no jornalismo, na medida em que se tornara necessário distinguir a actividade jornalística de recolha e difusão das informações das acções de relações públicas. É neste contexto, que os códigos deontológicos e as escolas de jornalismo "consagraram" a "doutrina da objectividade".

¹⁸⁵ Cf. Charnley, Michael (1936): "Preliminary Notes on a Study of Newspaper Accuracy", *Journalism Quarterly*, 13: 311-313. , Scanlon, Joseph (1972): "A New Approach to the Study of Newspaper Accuracy", *Journalism Quarterly*, 49: 587-590, Smith, Anthony (1978): "The Long Road to Objectivity and Back Again" en Boyce, G.E. (ed), *Newspaper History*. Londres: Constable

Durkheim, baseada no princípio que os factos sociais são perspectivados a partir do exterior, independentes dos indivíduos que os interpretam. Como é sabido, a fim de fundamentar a "nova ciência", Durkheim defende a "regra" teórico-metodológica que consiste em tratar os factos sociais como coisas. Assim, fundadores da "Nova Ciência" e intérpretes do "Novo Jornalismo" partilhavam a mesma crença na "objectividade" e a mesma ambição de reproduzir fielmente o mundo real.

Se no caso da sociologia, Weber, pouco tempo depois, romperia com o positivismo, afirmando não ser possível uma análise científico-social isenta da interferência activa do sujeito que a empreende; e, de modo mais amplo, Nietzsche ao afirmar que todos os factos são interpretações, “forneceu a chave para a compreensão mediática do mundo, prolongando a linha de instabilização dos critérios a-históricos e universais de avaliação dos valores e dos acontecimentos que constitui a grande contribuição de Maquiavel para a modernidade (Carrilho, 1995:140); no caso quer da prática jornalística quer da investigação académica sobre jornalismo só na década de 70 do século passado, se intensificou a contundente contestação à corrente objectivista¹⁸⁶, com a consequente dessacralização da noção de objectividade e oposição ao célebre enunciado, de precedência anglo-saxónica e de raiz positivista, "as opiniões são livres, os factos são sagrados"¹⁸⁷. A objectividade passa a ser encarada, por exemplo, como "um ritual estratégico" – conjunto de procedimentos rotineiros que funcionam como "escudo protector" das críticas, nada mais que um ritual para obter uma imagem de imparcialidade junto do público (Glasser, 1984: 120-135); como uma técnica de camuflagem com a qual se consegue transmitir informações parciais (Entman, 1989) ou como uma técnica de persuasão, uma estratégia de retórica (Rosen, 2000:143). A década de 70 constituiria, pois, um momento de viragem no que concerne ao modo de

¹⁸⁶ Nas décadas anteriores, esporadicamente, algumas investigações contribuíram, ainda que indirectamente, constituindo-se como importantes marcos teóricos. Realçamos os casos, em 1950, do artigo de White, publicado na *Journalism Quarterly*, ao aplicar o conceito de "gatekeeper" ao jornalismo; em 1955, do trabalho de Warren Breed, ao introduzir a teoria organizacional (sublinhando o peso dos constrangimentos organizacionais no trabalho jornalístico); ou em 1965, da reflexão de Galtung e Ruge acerca da questão dos valores-notícia que os jornalistas utilizam na sua selecção dos acontecimentos

¹⁸⁷ Trata-se, como nota Ladevêze (2004), de um curioso paradoxo, na medida em que esta "norma" arraigadamente positivista que exige ao jornalista que por imperativo deontológico prescindia da sua subjectividade, recorra, ainda que só retoricamente, à consideração dos factos como "sagrados"

perspectivar o jornalismo, em geral, e as notícias, em particular. Abrem-se novos filões de investigação nesta área científica em franca expansão¹⁸⁸

Um desses filões começou a encarar as notícias como narrativas e o jornalista como um "contador de histórias" (que ao contar a notícia transmite o seu ponto de vista). Mas verdadeiramente decisivo foi a emergência de investigações que perspectivavam as notícias como "construção"¹⁸⁹ que claramente rejeitaram a metáfora – chave da ideologia jornalística: as notícias como "espelho" (contrariamente ao outro filão de investigação, concomitante, que ficou conhecido como os estudos da parcialidade). E tal explica-se, essencialmente, por três ordens de argumentos: é impossível estabelecer uma distinção radical entre a realidade e os media que são suposto "reflecti-la", uma vez que as notícias ajudam a constituir a própria realidade; a linguagem não pode funcionar como transmissora directa do significado dos acontecimentos, pois a linguagem neutral é impossível; os media noticiosos estruturam inevitavelmente a sua representação dos acontecimentos, devido a factores como: os aspectos organizativos do trabalho jornalístico, as limitações orçamentais, a forma como a “rede noticiosa” são colocados para responder à imprevisibilidade dos acontecimentos.

Tuchman (1978), no final dos anos 70, ilustraria esta "nova perspectiva" com uma outra metáfora: a notícia é como uma janela aberta para o mundo através da qual nos inteiramos do que está fora do nosso alcance cognitivo; porém, a janela pode ser grande ou pequena, com um ou vários cristais, de vidro opaco ou transparente, com vista para a rua, ou para um pátio interior; e quem espreita pode simplesmente observar a janela fechada ou olhar em muitas direcções – a percepção da realidade depende de inúmeros factores.

De um modo geral, um importante conjunto de perspectivas teóricas que pretendem dar resposta à questão "por que é que as notícias são como são?"¹⁹⁰, inseridas no corpo de pesquisa denominado de newsmaking (em particular a teoria organizacional e a teoria construcionista) vieram derrubar dogmas e mitos que orientavam a actividade

¹⁸⁸ Como assinala Nelson Traquina (2000:21), este avanço do estudo do jornalismo está relacionado directamente com as inovações metodológicas que contribuíram decisivamente para a riqueza da investigação

¹⁸⁹ Traquina (2000:21-22) remete-nos para Halloran et al, 1970; Berger e Luckman, 1971; Molotch e Lester, 1974; Roscho, 1975; Schlesinger, 1978; Tuchman, 1978

¹⁹⁰ Título do artigo de M. Shudson, ver Comunicação e Linguagens, nº8

jornalística e a investigação académica sobre o jornalismo¹⁹¹. Ao ocuparem-se do complexo processo de fabrico das notícias e dos factores que nele intervêm contribuíram também para tornar evidente a impossibilidade da clássica separação entre informação e opinião.

Sabe-se hoje que o paradigma que tendia a dividir o jornalismo em opinião e informação é falso. Vai sendo consensualmente aceite que as fronteiras entre opinião e informação são destruídas pela inevitabilidade da valoração jornalística e que informação e opinião não se excluem, antes se interpenetram, ou se "contaminam". É pertinente admitir-se que todo o jornalismo propriamente dito é intrinsecamente interpretativo, é um "método de interpretação" em que informação e opinião são "graus de interpretação" (Gomis, 1974:13)¹⁹²

Diríamos que é hoje muito claro que a opinião, até no sentido ideológico, está presente muito para além do próprio texto jornalístico, perpassando todo o processo jornalístico – a jusante e a montante do fabrico da notícia -, assumindo inúmeras formas. Escolher é opinar, a opinião subjaz a cada escolha: a dos acontecimentos que são ou não notícia (como diz Saavedra, (1996:2), "no existe una opinión más radical y subjectiva que la

¹⁹¹ Não sendo matéria de que aqui nos devamos excessivamente ocupar, parece-nos um bom exemplo, na literatura portuguesa, a proposta teórica sobre os factores de influência das notícias apresentado por Jorge Pedro Sousa (2000), a partir do modelo de Schudson e do modelo de Shoemaker e Reese. O autor, que assume uma perspectiva construcionista das notícias, apresenta os seguintes níveis de influência sobre as notícias (tidos como interdependentes, integrados, interactuantes e sem fronteiras rígidas):" 1) Acção pessoal – as notícias resultam parcialmente das pessoas e das suas intenções, da capacidade pessoal dos seus autores e actores; 2) Acção social – as notícias são fruto das dinâmicas e dos constrangimentos do sistema social, particularmente do meio organizacional, em que foram construídas e fabricadas;3) Acção ideológica – as notícias são originadas por forças de interesse que dão coesão aos grupos, seja esse interesse consciente e assumido ou não;4) Acção cultural – as notícias são um produto do sistema cultural em que são produzidas, que condiciona quer as perspectivas que se têm do mundo quer a significação que se atribui a esse mesmo mundo (mundividência);5) Acção do meio físico e tecnológico – as notícias dependem dos dispositivos tecnológicos que são usados no seu processo de fabrico e do meio físico em que são produzidos;6) Acção histórica – as notícias são um produto da história, durante a qual interagiram as restantes cinco forças que enformam as notícias que temos (acções pessoal, social, ideológica, cultural e físico-tecnológica)" (2000:18-19)

¹⁹² Tal como Chaparro (1998) faz, pode-se questionar se é possível noticiar ou deixar de noticiar algum facto sem a componente opinativa. Por sua vez, será pertinente o comentário - explicativo ou crítico - se não partir de factos e dados confiáveis rigorosamente apurados? Alguns estudos empíricos tem comprovado que a divisão entre informação e opinião rara e dificilmente aparece de forma pura nos textos jornalísticos (de resto, como se definiria a fronteira que separa o enunciado dos factos das observações que relevam do comentário e da crítica?) Por exemplo, G. Imbert e Vidal Beneyto (1986), constatarem, através análise formal dos textos de opinião publicados no El País, a inexistência da dicotomia Informação versus opinião, demonstrando a diluição dos géneros jornalísticos no espaço opinião. É neste sentido que Estrela Serrano, generalizando, refere que na imprensa europeia a separação entre factos e opinião é menos rígida que na imprensa americana, "sendo frequente encontrar nas notícias apreciações que relevam da mera opinião".("Os factos e os comentários", *Diário de Notícias*, 23/4/01)

que mueve a seleccionar unas noticias y desechar otras"); a das fontes utilizadas; as inerentes aos procedimento e prática que o processo de *agendamento* implica – o modo de apresentar a notícia, a posição e destaque que esta ocupa na página e no jornal, o corpo usado no título, o tamanho ou conteúdo de uma fotografia...

Mas se vai sendo consensualmente aceite que informação e opinião não se excluem, não deixa também de pacífico que existem diferenças – que devem ser cultivadas – entre "informar" e "opinar". Parafraseando Estrela Serrano, "Pode discutir-se a aceção precisa dos conceitos de opinião, interpretação e comentário, mas a dificuldade da tarefa não justifica que eles sejam ignorados ou que se negue a sua importância nos comportamentos profissionais dos jornalistas" (D.N, 23/4/2001). É preciso, como advoga Mário Mesquita (2000, 2004), reabilitar a "conduta de objectividade". Fazê-lo enquanto pragmática, enquanto conjunto de “normas” adoptadas pelos profissionais com vista a pautar o exercício do jornalismo.

5.2. Géneros jornalísticos: definições e classificações

Não obstante todos os contributos teóricos atrás referidos, o paradigma opinião versus informação, tem condicionado e balizado a discussão sobre géneros jornalísticos, impondo-se como critério classificatório e modelo de análise para a grande maioria dos autores¹⁹³. A questão dos géneros jornalísticos, tal como as que foram referidas no ponto anterior, assume nesta investigação uma importância secundária, mas de alguma forma subsidiária. Ela é, em muito, de ordem pedagógica – para nós próprios – ignorantes das disciplinas que estudam a teoria e prática do jornalismo, em si mesma, e

¹⁹³ Importará explicitar o que se entende por género, tomando de empréstimo a noção de Swales: "Um género compreende uma classe de eventos comunicativos, cujos exemplares compartilham os mesmos propósitos comunicativos. Estes propósitos são reconhecidos pelos membros especialistas da comunidade discursiva de origem e, portanto, constituem o conjunto de razões (rationale) para o género. Estas razões moldam a estrutura esquemática do discurso e influenciam e limitam (constrains) a escolha do conteúdo e do estilo". Complementarmente, podemos entender, tal como Bhatia, género como "(...) uma instância de realização bem sucedida de um propósito comunicativo específico, pela utilização de conhecimento convencionalizado sobre recursos discursivos e linguísticos" (1990, cit por Bonini:2001: 13)

curiosos de conhecer o significado, aí produzido, das noções em torno das quais se situa o nosso objecto de estudo.

Sendo inúmeras as definições que podemos encontrar de géneros jornalísticos (ver, por exemplo as que são recolhidas por Melo (1985), elegemos a de Mauro Wolf, que os entende " (...) como sistemas de regras aos quais se faz referência (implícita ou explicitamente) para realizar processos comunicativos, seja do ponto de vista da produção ou da recepção. (...) O género dá pautas precisas para a criação dos textos e permite que um determinado texto realize facilmente o processo comunicativo. (...) O género não é só um referente no processo de comunicação, é também um gerador de sentido e um mecanismo de produção dos textos" (cit por Vélez:1985). É, então, através deles que se "materializa" o poder de construir a ilusão da realidade do discurso do jornal (Rebelo, 2000:117).

Um dos primeiros autores a utilizar o conceito de género jornalístico foi Jacques Kayser, no final da década de 50, utilizando-o como um dos critérios para a classificação dos textos de imprensa. Assim, a "teoria classificadora" dos géneros jornalísticos foi formulada, num primeiro momento, como uma técnica de trabalho para a análise sociológica de forte inspiração quantitativa e só posteriormente se perfilou como uma doutrina filológica própria da sociolinguística, servindo como um instrumento eficaz não só para a análise no campo das ciências sociais, mas também para valorações críticas de carácter literário e linguístico Santamaría Suárez (2002:5).

De então para cá, têm proliferado as classificações, ou tipologias, de géneros jornalísticos, bem como as tentativas de sistematizá-las. Marques de Melo (1998), por exemplo, faz o levantamento de dez classificações na literatura de vários países. Ele próprio, partindo da classificação feita por Luiz Beltrão, que incluía três categorias – jornalismo informativo, jornalismo interpretativo e jornalismo opinativo – apresenta a sua classificação, reduzida a duas categorias: jornalismo informativo (nota, notícia, reportagem, entrevista) e jornalismo opinativo (editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crónica, caricatura, carta). (Não pretende, contudo, propor uma classificação universal, pois observa que os géneros são determinados por factores de ordem social, cultural e histórica).

Esta perspectiva dualista, que se aproxima da divisão clássica anglo-saxónica de *story* e *comments*, é visível em muitos outros autores. Teun A. Van Dijk, por exemplo, também classifica o conjunto dos esquemas do discurso jornalístico em dois grandes grupos: os de esquema narrativo e os de esquema argumentativo.

Outros autores partiram desta classificação dual e introduziram um macrogénero intermédio, situado entre o relato impessoal dos factos e a interpretação subjectiva. É o caso de Martínez Albertos, que nos começos dos anos sessenta falava de factos para se referir aos géneros informativos, reportagem e crónica, e de opiniões para se referir aos artigos, e que introduziu, mais tarde, a "teoria normativa dos géneros jornalísticos" que distingue três macrogéneros: géneros informativos, géneros interpretativos e géneros de opinião. Igual formulação, similar à restante doutrina espanhola, é feita por Héctor Borrat, que propôs uma classificação formada por textos narrativos, descritivos e argumentativos, e que mais tarde viria a subdividir em quatro ramificações que nasceram dos dois primeiros: narrativos simples, narrativos explicativos, descritivos simples e descritivos explicativos.

Têm surgido outras propostas críticas – que em nosso entender não chegam a ser ruptura com as classificações tradicionais – onde o paradigma opinião versus informação aparece apenas mais atenuado, que dão conta da própria evolução da prática jornalística e do surgimento de novos géneros. Assim, encontramos posturas como as de Josep Casasús e Luis Nuñez Ladevéze (1991:87), que concedem importância ao carácter interpretativo do jornalismo, admitindo que este afecta os textos estritamente informativos, mais caracterizados pela sua natureza persuasiva que pela garantia de objectividade ou imparcialidade, mas que continuam a classificar os géneros de modo muito próximo às categorias clássicas: géneros informativos ou narrativos; géneros interpretativos; géneros argumentativos e géneros instrumentais. Também Sánchez e López Pan (1998), na intenção de alcançar uma nova proposta, abandonam, mas só em parte, os critérios de objectividade/subjectividade, intencionalidade/não intencionalidade, e os critérios estilísticos, centrando-se na função que cumprem os textos: por um lado, os que obedecem às condições válidas e fiáveis estabelecidas pela comunidade profissional e pelas audiências, por outro, os que transmitem um ponto de vista pessoal ou institucional. Dos critérios função e autoria, surge uma outra classificação dual: géneros noticiosos – de responsabilidade corporativa – e géneros de

autor – de responsabilidade institucional e de responsabilidade individual, à qual acrescentam um terceiro macrogénero, os géneros de jornalismo especializado¹⁹⁴.

Outros autores, igualmente críticos do sistema tradicional por o considerarem insuficiente para classificar todos os géneros jornalísticos, incluem novas categorias, como a de "jornalismo informativo de criação" – caracterizado por textos que não seguem as estruturas clássicas – que acrescentam às outras duas velhas categorias: jornalismo informativo convencional e jornalismo interpretativo (Bernal e Chilón, 1998:15-36)

Esta insatisfação, o conseqüente aparecimento de novos géneros, a ruptura das fronteiras entre géneros diferentes, é indissociável das profundas e rápidas transformações que tem sofrido os meios de comunicação em geral, e a imprensa em particular, e que têm afectado a sua forma e conteúdo. Alguns autores têm chamado a atenção para o aparecimento de um novo género de jornalismo – o *género transgênico* – uma espécie de produto jornalístico-publicitário, que cruza os cromossomas da informação com os da publicidade, em que se hibridiza a natureza persuasiva da publicidade, dissolvendo-a no espaço jornalístico, como se fora parte da própria natureza jornalística. Muitos trabalhos publicados na década de noventa têm referido que a progressiva influência e crescente conquista da publicidade sobre o jornalismo podem estar a operar a transformação radical da linguagem jornalística¹⁹⁵.

¹⁹⁴ A autoria é também um critério considerado por outros autores. Veja-se a proposta de Agnès e Croissandeau (1979)

¹⁹⁵ cf, por exemplo, ALBERTOS, José L. Martínez. El Ocaso do Periodismo. Barcelona: Editorial CIMS, 1997;BOURDIEU, Pierre. Sobre a Televisão,Celta. Oeiras, 1997; CHAPARRO, Manuel Carlos. Sotaques D'Aquém e D'Além Mar: Percursos e Géneros do jornalismo português e brasileiro. Santarém: Jortejo, 1998;CHOMSKY, Noam. Media control: the spectacular achievements of propaganda. New York: Greg Ruggiero and Stuart Sahulka, 1991.; CORREIA, Fernando. Os Jornalistas e as Notícias. Lisboa: Editorial Caminho, 1997.HALIMI, Serge. Os novos cães de guarda,1998; MATTELART, Armand. La Publicidad. Barcelona: Paidós Comunicación, 1991;KURTZ, Howard. Media Circus: the trouble with america's newspaper. United States of America: Times Books, 1993;RAMONET, Ignacio. A Tirania da Comunicação. Campo das Letras,1999;SCHILLER, Herbert. Information inequality: the deepening social crisis in America. New York: Routledge, 1996;SCHUDSON, Michael. The Power of News. Cambridge: University Press Harvard, 1995

Em síntese, como assinala José Rebelo¹⁹⁶, nenhum dos géneros existe em estado puro (pelo que a sua distinção é, por vezes, muito difícil) sendo que a maior parte dos textos jornalísticos integra características próprias de diferentes géneros (2000:118)

5.3. Os Géneros de opinião

Aceitar que não existe uma separação concludente (não existe informação "pura" como não existe opinião, pelo menos credível, que não parta de "factos"), não significa, naturalmente, que não haja uma clara distinção conceptual, para além de todas as outras razões até agora referidas, que possa servir, também, para analisar e separar o conteúdo "objectivo" da informação do conteúdo "subjectivo" da opinião. Para além de todos os outros aspectos de natureza teórica e analítica, para nós mais importantes, o "espaço" da opinião adquire para os seus leitores uma existência relativamente "autónoma", observável e identificável no espaço físico do jornal, através de títulos referenciais específicos – "*Espaço Público*", "*Opinião*"¹⁹⁷ – como sendo o "lugar" onde ocorrem as manifestações – caracterizadas, para muitos autores, como operações retóricas, eminentemente argumentativas e em permanente busca da adesão do leitor – que são os "géneros opinativos".

Acerca destes, existem definições várias, que Suárez e Carro resumem em três tipos: literárias, académicas e descritivas (2000:127). Relativamente às académicas, as quais tentam abordar o conceito do ponto de vista do conhecimento teórico, foi importante o

¹⁹⁶ Este autor, na senda de Agnès e Croissandeau (1979) agrupa os géneros do menor para o maior grau de elaboração jornalística: Informação bruta; Narrativas; Estudos; Palavra de fora; Comentários (2000:117-118)

¹⁹⁷ Como observa também José Rebelo, os títulos referenciais "informam sobre o jornal e exprimem a dupla organização desse mesmo jornal: a organização temporal da sua publicação e a organização espacial de cada número. Dupla organização implicando que os números do jornal se sigam diariamente, mas que cada número não seja meramente a sequência do anterior". Isto é, que exista de um número para o outro algo de comum: a identidade, a memória do jornal que fideliza as clientelas" (2000:46)

contributo pioneiro do teórico alemão do jornalismo Emil Dovifat (1964) que definiu o estilo, por si denominado “solicitação de opinião”, atendendo sobretudo a alguns requisitos e condições que ele deve contemplar: não o referindo, apelou à velha tríade da retórica clássica – *delectare, docere, movere* (Suárez e Carro, 2000:128). De resto, é a velha retórica que parece continuar a enformar grande parte dos autores que se debruçam sobre os géneros opinativos, observável, inclusivamente, nas designações classificatórias que utilizam. É disto exemplo, León Gross que divide os artigos de opinião em “artigos de persuasão argumentativa” e “artigos de persuasão engenhosa” (1996:198).

Mas das tentativas de definição de artigo de opinião, em geral, veja-se a de Martín Vivaldi (1973) de algum modo também fundadora, segundo a qual o conceito é definido como um artigo de conteúdo diverso e amplo, de forma diversa e variável, no qual se interpreta, valora ou explica um facto ou uma ideia actuais, de especial relevância, segundo a convicção do articulista. O bom artigo é um comentário interpretativo da actualidade, em registo filosófico, poético ou humorístico. Este artigo jornalístico é tão variado, tão múltiplice, tão pessoal que a definição/delimitação resultará sempre incompleta e não mais do que uma aproximação. A sua ambivalência leva alguns a considerarem-no como jornalismo superior e outros como literatura menor. Contudo, não é nem um nem outro. É, antes, jornalismo literário ou literatura jornalística. (1973:173-208).

É do grande tronco do artigo de opinião que radica, particularmente, a coluna de opinião. É nomeadamente sobre esta e sobre o editorial, atendendo às semelhanças e diferenças entre eles, que nos iremos debruçar de seguida, mas agora de modo mais focalizado, dando conta daquilo que no âmbito da teoria do jornalismo se tem conceptualizado sobre estes “géneros”. Tendo encontrado na literatura ligada a esta área, nomeadamente ao estudo dos “géneros jornalísticos”, um conjunto considerável de considerações acerca das colunas de opinião e do editoriais, sistematizá-las-emos em tornos dos seguintes aspectos: origem histórica, definições da noção, características, tipologias e classificações, e importância no e para o jornal e grau de influência que se lhe atribui. A estes dois últimos aspectos, porque estruturantes desta dissertação, já amplamente aludimos, recuperaremos então algumas perspectivas para melhor as explicitarmos.

5.4. As origens do colunismo

Como bem nota López Pan (1998), os géneros, quer os literários quer os jornalísticos, não tem propriamente data de nascimento. Surgem como resultado de uma evolução, e, se é fácil identifica-los quando ganharam forma, é muito difícil datar rigorosamente a sua origem. Paul Johnson, jornalista e historiador inglês, identifica Montaigne como o colunista fundador, no século XVI, e Bacon como o seu sucessor. Se é certo que os escritos destes pensadores eram ensaios, não obedecendo a uma periodicidade e a um espaço fixo num meio impresso (nem sequer tinham publicação imediata), também é verdade que se caracterizavam por uma forma de "pensar escrevendo" ou de "escrever o pensamento" de imprescindível actualidade e referência. (Casals Carro, 2000)¹⁹⁸

No entanto, se considerarmos a coluna jornalística, em sentido estrito, obedecendo às exigências de periodicidade, espaço e características literárias, podemos situar o seu nascimento durante o século XVIII, na Europa, coincidindo com a difusão dos primeiros jornais. Durante o século seguinte, os colunistas multiplicaram-se e foram verdadeiros protagonistas do jornalismo opinativo que convivia com o novo jornalismo informativo (Casals Carro, 2000:291)

Para Fraser Bond, as origens da coluna de opinião encontram-se no jornalismo norte-americano do último quartel do século XIX. Este autor aponta Heywood Broun como sendo o precursor, ao inaugurar o princípio de que um colunista tem direito a expressar a sua própria opinião, coincida esta ou não com a política editorial (1974:273 e ss).

Gutiérrez Palacio (1984), por sua vez, situa os rudimentos deste género no Republican, de Springfield, em 1872; aperfeiçoando-se com "*Sharps & Flats*" de Eugene Field no *Daily News* de Chicago a partir de 1890; consumando-se com Franklin P. Adams em "*The conning tower*", uma coluna do *Diario de Pepys*. Até 1870 o jornal norte-americano era um órgão de expressão do seu director, o jornalismo era personalizado.

¹⁹⁸ Ainda que seja possível observar a tendência opinativa logo nas primeiras divulgações públicas, como as *Actas Diurnas* dos Romanos ou os *Corantos*, que circulavam na Europa, principalmente em Inglaterra, por volta de 1600

Os leitores procuravam no jornal as opiniões de Benjamin Franklin, W. C. Bryant, Horace Greeley ou Henry Raymond e não o que opinava determinado jornal. Até então, um pouco por todo o lado, os jornais eram sobretudo instrumentos de debate político e religioso ou suportes de ideias aprofundadas no âmbito de pequenos grupos¹⁹⁹. As figuras de proprietário, de editor e de redactor convergiam, por vezes, numa só pessoa – o "intelectual orgânico" de Gramsci, "auto-vestido na missão de interpretar, condensar, explicitar e defender os anseios da classe com a qual se identificava" (Rebelo, 2000: 14). Foi assim até o jornal transformar-se num negócio de grandes proporções (entrando-se na "fase industrial da Imprensa", a que já anteriormente aludimos), a sua organização se ter tornado mais complexa e o espaço do comentário editorial se ter alargado, deixando de ser a expressão de uma opinião individualizada – o leitor deixou de poder identificar a fonte individual das opiniões. O jornal tornara-se uma "folha anónima", e as colunas de opinião vieram preencher a necessidade que o leitor tinha de se identificar com alguém (Fraser Bond 1974:273). Ward e Schwarzlose, explicam a origem da coluna como uma reacção face à impessoalidade do jornalismo informativo: foi uma forma de oferecer um contraponto personalizado à reportagem objectiva dos jornais; a coluna não assinada e o uso de pseudónimos deram à assinatura, à fotografia do colunista e, eventualmente, a um sugestivo nome para a coluna. (Lopez Pan, 1998:117)

No entanto, de acordo com Emery as colunas políticas "serias", centradas na actualidade política, nascem no começo dos anos 20 do século XX, com David Lawrence, Mark Sullivan y Frank R. Kent. Já Waldrop, afirma que efectivamente quem escreveu a primeira coluna política foi Lippmann, a 8 de Setembro de 1931 no *Herald Tribune*. (Lopez Pan, 1998). A partir dos anos 50, o colunismo norte-americano cresceu em influencia, prestígio e número de colunistas, de tal forma que Ward em 1969, afirmava

¹⁹⁹ José Rebelo (2000:14), observa que em Paris existiam, em 1848, cerca de 450 clubes de reflexão e mais de 200 jornais

que "en este siglo XX, el columnista es el fenómeno del periodismo"²⁰⁰.

5.5. Sobre as colunas de opinião

O termo coluna é um neologismo, de origem anglosaxónica, resultante de uma metonímia: a repartição em colunas dos textos jornalísticos. Existem inúmeras definições (ou tentativas de) para este neologismo. A definição pode fazer-se a partir de diferentes ângulos, dependendo do critério que prevaleça: a sua relação espacial com o jornal, o seu contexto histórico, o seu sentido normativo (Suárez e Carro, 2000:288). Veja-se, a título de exemplo, a revisão do conceito de coluna apresentada por Leon Gross (1996: 150-155), que contempla José Luis Martínez Albertos²⁰¹, Luisa

²⁰⁰ No entanto, já em 1943, González del Campo, escrevia que o colunista era um dos personagens que mais popularidade e atenção do público tinha alcançado dentro do jornal moderno: "(...) Se supone que el trabajo del columnista es más cuidadoso, más complejo, más interesante, que el confeccionado de manera anónima en el tráfico diario de la redacción. Se piensa que el columnista tiene mayor responsabilidad, mayor elegancia en su producción, precisamente porque en ella va jugando su propio nombre" (cit por Hidalgo, 1996: 33)

²⁰¹ Para este autor, o termo artigo é utilizado como referencia das diferentes modalidades de géneros para o comentário e a opinião, estabelecendo que o comentário, ou coluna, é um artigo opinativo, orientador, analítico, avaliativo, valorativo – segundo os casos- com uma finalidade idêntica à do editorial. Diferencia-se, basicamente, pelo facto do comentário ser um artigo assinado e a sua responsabilidade ser exclusivamente do seu autor. As colunas de opinião são guetos privilegiados do jornalismo escrito, submetidas às seguintes peculiaridades : temáticas completamente livres; autores conhecidos; e textos assinados.

Santamaría Suárez²⁰², Susana González Reyna²⁰³ e Esteban Morán Torres²⁰⁴. Mas uma das definições que mais recorrentemente vemos utilizada é a de López Pan: "Texto retórico-político de autoria unitaria que puede presentar diversas formas expresivas-narrativa, representativa o argumentativa – y temas, cuyo elemento configurador básico es el ethos del autor expresado a través de unos elementos formales permanentes que le permiten manifestar-se com continuidad: lugar fijo y assiduidad"(1995:130).

Concordamos com León Gross, para quem todas estas definições implicam limites bastante imprecisos e de natureza impressiva: temática livre, ainda que se refira à actualidade de interesse público; assinado por personalidades, ainda que possam ser jornalistas; com um objectivo valorativo e orientador, ainda que também possa ser de entretenimento; com um estilo ágil e sugestivo situado entre a literatura e o jornalismo e que constitui a parte de um todo enquanto elemento "articulado" ou "fragmento" (1996:150).

Uma das características diferenciadoras das colunas de opinião face a outros géneros jornalísticos, comumente aceite pelos vários autores, é a margem de liberdade que dão

²⁰² Já para Santamaría Suárez a coluna de opinião, insere-se mais no género literário do que no puramente jornalístico, no qual a assinatura credibiliza quer genialidades quer mediocridades. Para esta autora, a coluna é um artigo de opinião que, em substância, tem as mesmas finalidades que o editorial, já que a análise dos factos é orientada de forma a ajudar os seus destinatários a formar uma opinião. As duas características que a diferenciam do editorial são a assinatura e a periodicidade. Outra diferença entre ambos é a variedade temática da coluna (que pode ir desde a mais banal à mais profunda), assim como uma maior liberdade de linguagem em função da idiosincrasia do colunista.

²⁰³ Na mesma linha, para Susana González Reyna, a coluna, enquanto artigo de opinião, é o género jornalístico que, com uma determinada periodicidade, interpreta, analisa, valora e orienta os leitores face aos factos noticiosos.

²⁰⁴ Segundo Esteban Morán Torres, para que um artigo seja considerado coluna, deve ajustar-se a certas normas como sejam: tamanho uniforme; variedade temática; a periodicidade regular; o suporte de um título genérico que a diferencie.

a quem as escreve²⁰⁵. Liberdade temática, de ideias, na estrutura e no estilo do texto (pode ser narrativo, descritivo, explicativo, ou uma combinação de dois ou mais, nas formas expressivas nas técnicas utilizadas²⁰⁶

Além desta característica – a margem de liberdade – podem apontar-se outros elementos, mais externos e contextuais, que as distinguem (López Pan, 1995). Assim, assinala – se a assinatura, (e o destaque que lhe é dado quanto ao tipo de letra), a presença de um cabeçalho que as torne relevantes tipograficamente, a periodicidade e secção fixa (a regularidade e a ocupação do mesmo espaço e lugar na distribuição das páginas, ocupando uma extensão uniforme), o destaque que lhe é dado no espaço do jornal.

Como já anteriormente referimos, alguns autores aponta como característica ou "marca" distintiva das colunas a relação de intimidade e confiança que se estabelece entre o colunista e os seus leitores. A ela se referem Santamaría Suárez ao afirmar "Que el lector busca un columnista determinado y se identifica con él es algo que está fuera de toda duda" e Gomis ao dizer que "(...)uno de los secretos de la columna es la atmósfera de intimidad que promueve con el lector". (cit por López Pan, 1995: 125). López Pan sublinha que é a liberdade, enquanto característica fundamental das colunas, que explica que " (...)se ponga en juego un ethos que convoca a unos determinados lectores"(1995:125). De acordo com este autor, os colunistas ao escolherem os temas, as ideias, os estilos, ao hierarquizarem valores, vão revelando uma personalidade, um modo de ser e estar face aos acontecimentos, certas preferências morais – e por vezes

²⁰⁵ Liberdade esta que só faz sentido se o exercício do colunismo puder ser exercido sem constrangimentos ou limitações de ordem política ou organizacional.No jornal Público, por exemplo, declara-se que "não há quaisquer restrições ao teor das opiniões expressas desde que elas se enquadrem nos preceitos de isenção ética e rigor de escrita que identificam o estilo do PÚBLICO "Livro de estilo do Público), ainda que não seja "admissível a utilização de uma linguagem panfletária ou insultuosa" nem que os colunistas e colaboradores permanentes possam "manter polémica entre si, salvo nos casos antecipadamente acordados com a Direcção" (livro de estilo). O Director do mesmo jornal (in coluna do Provedor, Joaquim Fidalgo, 19/12/99), assegura que a publicação dos textos dos colunistas nunca esteve nem estará "submetida a visto prévio" e que "a partir do momento em que são convidados, dispõem de toda a liberdade para escrever o que entenderem; é essa relação de confiança que existe, assente no princípio de que não abusarão dela". Se tal acontecesse, "o que haveria a fazer era dispensar o colunista", mas nunca censurar-lhe o texto. Entendimentos igual terão certamente os outros jornais e os outros directores. Mas a escolha de colunistas que defendam pontos de vista opostos à linha editorial, pode ser entendida, não só como um exercício de liberdade, mas também como uma procura de obtenção de dividendos por parte dos jornais, na medida em que podem pressupor que os leitores, ao constatarem essa pluralidade, os julgarão imparciais.

²⁰⁶ Como diz Vivaldi (1973: 197), "Hablar de técnica en el artículo periodístico es casi un sacarsmo, un insulto al género y al articulista. No hay técnica alguna -no puede haberla- en un trabajo com éste eminentemente personal.

políticas –, determinadas intenções e gostos. São todos estes elementos que criam o que na retórica clássica se chamava o *ethos* do orado. A coincidência com esse *ethos*, esse quadro de referência individual, dá lugar a uma confiança originária que dota o colunista de credibilidade e autoridade, no sentido de reconhecimento social, e que se converte em audiência. Não se trata tanto da adequação do colunista aos leitores, mas antes do inverso: são os leitores que encontram no jornal alguém com quem estão em sintonia e em quem confiam, aos quais se tornam fieis, numa atmosfera de intimidade: "tendemos a fiarnos de aquellos con los que habitualmente coincidimos, aqueles con los que compartimos valores y planteamientos, aquellos que reaccionam ante las cosas, las personas y los acontecimientos de un modo similar a como lo hacemos nosotros"²⁰⁷ .

É essa coincidência habitual entre o colunista e o leitor que faz com que este procure "orientação", queira uma explicação que nasça do confronto do que acontece no mundo com os princípios valorativos de alguém com quem coincide totalmente ou em parte. Daí que, para este autor, a persuasão que visada pela colunas de opinião não pretende a modificação de atitudes e concepções, mas sim intensificar a adesão às atitudes e concepções já partilhadas entre o leitor e pelo colunista. Neste sentido, Stuart Mill (1986) já afirmara que as colunas dos jornais não mudam as mentalidades dos leitores, antes confirmam as que eles já têm.

Relativamente à tipologia das colunas, encontramos uma multiplicidade de classificações, mas, no essencial, pouco divergentes entre si, e de uma utilidade e interesse discutíveis. A classificação que nos parece aproximar-se mais da realidade portuguesa é a de Juan Catavella (2000), que refere quatro classes de colunas: as que revelam a opinião do seu autor de modo tranquilo, na linha do artigo doutrinal; as que derivam da luta política e social, com tomadas de posição polémicas; as que informam, não especificamente notícias, mas mais impressões e rumores, juntamente com interpretações comentários; e as que se aproximam das crónicas de sociedade, informando sobre factos mundanos.

²⁰⁷ Declarações proferidas numa conferência efectuada em Pamplona a 25 de Abril de 2002. López Pan, noutro trabalho (1995) acrescenta que, sendo certo que se produz uma sintonia entre o colunista e os seus leitores, também o é que o primeiro dispõe de alguma informação sobre a sua audiência e sobre o perfil dos leitores que lhe são fornecida pelo jornal. Esse conhecimento permite-lhe adoptar uma estratégia retórica mais adequada aos leitores e aos fins que persegue.

Segundo a classificação de Gutiérrez Palacio (1984), temos os seguintes tipos de colunas: Coluna editorial assinada²⁰⁸; Coluna standart²⁰⁹; Coluna de temática diversa²¹⁰; Coluna dos colaboradores²¹¹; Coluna de ensaios²¹²; Coluna de “Crónica Social”²¹³; Coluna de versos (poesia); Coluna de orientação²¹⁴

Gross (1996) sistematiza outras classificações. Assim, Martínez Albertos refere três modalidades tradicionais de artigos de comentário: comentário de política internacional; comentário de política nacional; comentário de política municipal (ao que se assemelha a Santamaría) e assinala outras modalidades: artigos de crítica na secção cultural, ensaio (divulgação científica e doutrinal); artigo de costumes; de humor; retrospectivo; pessoais. Mas Albertos faz uma distinção que não deixa de ser discutível: divide as colunas em dois grandes grupos. Morán Torres defende uma classificação semelhante enumerando, as colunas de: política internacional; política nacional; política local; humor; literatura;

²⁰⁸ Aqui encontramos o que parece ser, na sua forma, um editorial, contudo está marcada pelo elemento pessoal, pois expressa as opiniões e ideias que são de momento, as do próprio autor. Em muitos casos estão bem escritos e mostram argumentação válida. Os leitores lêem a coluna editorial à busca de orientação e estímulo. A coluna deste tipo mais conhecida é a coluna assinada por Walter Lippmann

²⁰⁹ Este tipo de coluna ocupa-se de temas editoriais de menor importância e trata-os de modo breve. É caracterizada pelo seu estilo ameno. A coluna normal não vai frequentemente assinada, as colunas deste tipo mais destacadas são “*Topics of the Times*”, no *Times de Nova Iorque* e “*The talk of the town*” no *The New Yorker*

²¹⁰ Aqui o colunista apresenta aos seus leitores um pouco de tudo. Guia-se pelo princípio da variedade e trata o conteúdo de forma a confirmar esse facto. O responsável da coluna busca também essa variedade na tipografia que emprega, e recorre a tipos e formatos apelativos para apresentar os seus textos.

²¹¹ Nestas, o responsável da coluna remete-se a um segundo plano e cobra a sua avença. Obviamente o responsável também escolhe o material que regularmente publica e, com regularidade, também contribui com material próprio. Alguns autores bem conhecidos tiveram o seu ponto de partida nas colunas de colaboração. A mais famosa foi Edna St. Vincent Millay, que fez a sua aparição como poetisa na coluna “*La timonera Blindada*” de F. P. A.

²¹² Quando Christopher Morley escreveu “*The bowling green*” para o velho *Evening Post de Nova Iorque*, provou o interesse diário da coluna de ensaio. O ensaio ligeiro e familiar, tem expoente máximo em escritores como Addison, Lamb, Goldsmith, e mais recentemente, Milne e Chesterton. Tem uma variedade ilimitada de temas, mas também uma regra: não deve ser nem didáctica nem aborrecida.

²¹³ Nestas, o leitor toma conhecimento das fraquezas e desentendimentos daqueles que formam a nata da sociedade e daqueles que aí pretendem ingressar – as chamadas “celebridades” que se conhecem de nome só porque frequentemente se lê o que delas se diz e porque se viu a sua fotografia nos media. Walter Winchell, trouxe tanto de renome como de popularidade à coluna de “crónica social”, ao especializar-se em revelações íntimas.

²¹⁴ É escrita por políticos, e se escrita por quem tem acesso a fontes fidedignas, impressiona pela exactidão e novidade dos assuntos (entre eles os da actividade governativa)

desportos; sociedade; gastronomia, espectáculo, touros, religião, economia.

Susana González Reyna, parte das diferentes opções para a redacção das colunas e introduz distinções que nos parecem de maior interesse: a que se escrevem misturando informação e comentário; as que são essencialmente de comentário e que apenas usam a informação para contextualizar; as que são essencialmente informativa e que incluem apenas (poucos) comentários para obter o efeito. (1996:150-196).

5.6. Sobre o Editorial

O editorial é outro dos instrumentos do jornal para veicular opinião²¹⁵, igualmente palco de estratégias retóricas e argumentativas, no entanto, tem singularidades que o diferenciam das outras formas e estratégias de expressão da opinião, que tornam a sua posição enunciativa singular face a outros géneros (como as colunas).

Desde logo, distinguimos o seu estatuto e a sua importância, atendendo ao poder que pode exercer. Evidentemente, que esta atribuição de poder é também tributária da perspectiva teórica acerca dos efeitos dos media que se assuma. O editorial pode ter uma contribuição muito significativa para que o jornal se afirme como um espaço de poder, entendido como "actor político", tal como o definiu Héctor Borrat (1989:10.).

Ainda que seja pouco lido e por isso não chegue a um público maioritário, a sua influência, paradoxalmente, é muito poderosa (Morán Torres 1988:140); sabemos que "el que influye no manda, pero puede persuadir al que manda", tal como sublinha

²¹⁵ É, claramente, nos géneros opinativo que os próprios jornais o incluem. Por exemplo, o jornal Público no seu livro de estilo afirma que a opinião se divide em três géneros: "o editorial, assinado por um elemento da Direcção editorial; o comentário, assinado por um director, editor ou jornalista; e a opinião, assinada por um convidado" Sendo que estes três géneros partilham das mesmas características: "a brevidade dos textos, a interpretação clara e incisiva dos factos e, naturalmente, a opinião do autor sobre a matéria em causa."

Katherine Graham (cit por Armañanzas, Noci 1996:65), proprietária e editora do *Washington Post*, sintetizando o poder que o editorial pode conter²¹⁶.

O alcance do editorial é, pois, mais selectivo do que quantitativo, na medida em que se dirige sobretudo aos leitores com poder de decisão. Assim, a influência sobre o público é indirecta, na medida em que influi primeiramente os líderes de opinião, os quais influem sobre a população (Santamaría, 1990: 72-75). É neste sentido que Van Dijk (1997:178) realça a dupla dimensão de audiências: os "leitores comuns", para quem os editorialistas tentam argumentar e procuram persuadir, ecoando neles as suas atitudes e ideologias; e os actores das notícias, as elites a quem se dirigem, directa ou indirectamente, avaliando os seus actos ou recomendando-lhes alternativas. Pelo que, para o autor, os editoriais não formulam meras opiniões e as apresentam ao público, antes atacam, defendem e aconselham autoridades.

Podemos, neste entendimento, olhar o editorial como um "instrumento de mediação qualificado", na medida em que os géneros de opinião umas vezes intercedem junto do sistema político para fazê-lo compreender e assumir as "razões" do sistema social, outras vezes, inversamente, medeiam e intercedem junto do "ambiente social" para que compreenda e aceite uma ou outra decisão política (Lorenzo Gomis 1991:133).

Importa, então, distinguir duas formas de editoriais: os que expressam o ponto de vista do jornal no seu *idioma público* (o código próprio, o "modo de discurso" habitualmente utilizado pelo jornal); e os que proclamam estar a expressar os pontos de vista do público – um processo mais activo a que os autores chamam *falar pelo público* (Hall, Chritcher, Jefferson, Clarke e Roberts, 1999: 234). Esta última forma – que inscreve a legitimidade pública nas perspectivas que são expressas pelo próprio jornal – "representa os media no seu papel mais activo de fazer campanha – o ponto onde os media mais activa e abertamente modelam e estruturam a opinião pública" (Hall, Chritcher, Jefferson, Clarke e Roberts (1999: 234).

Em ambas as formas de editorial os media "estabelecem uma ponte de mediação crucial entre o aparelho de controlo social e o político"; "em qualquer dos casos, o editorial parece fornecer um ponto de referência objectivo e externo para mobilizar a opinião

²¹⁶ Como bem notam Suárez e Casals (2000:282), a influência dos editoriais manifesta-se quando sabemos que todos os dirigentes políticos dos países ocidentais iniciam o dia com a leitura de uma síntese dos editoriais dos principais jornais de referencia, nacionais e estrangeiros.

pública" (Hall, Chritcher, Jefferson, Clarke e Roberts (1999: 234). Marques de Melo (1985: 123), nesta linha, postula que os editoriais mantêm uma relação de diálogo com o Estado, ainda que formalmente se dirijam à opinião pública. Assim, considera que as instituições jornalísticas procuram dizer aos dirigentes políticos, ao aparelho do Estado, como gostariam que fossem orientados os assuntos públicos.

Não sendo prática entre nós, os textos editoriais do jornal são nalguns casos, nomeadamente em importantes jornais anglo-saxónicos, abertamente utilizados para tomadas de posições políticas muito claras. A última campanha presidencial norte-americana (2004) exemplifica-o muito bem – os principais media manifestaram através do editorial o apoio institucional aos principais candidatos²¹⁷ – como já o havia exemplificado a oposição frontal (caso do "New York Times) à intervenção dos EUA no Iraque (2003).

A importância do editorial infere-se também do lugar que ocupa no jornal: preside às páginas de opinião, num lugar fixo e destacado (colocado, nalguns casos, estrategicamente junto da manchete), utilizando recursos icónicos que o diferenciem dos outros textos de opinião. Dos inúmeros os autores que definem o que entendem por Editorial enquanto género jornalístico, a maior parte deles é unânime em concordar que as características que melhor o definem são a ausência de assinatura expressa e a assunção da sua autoria por parte do jornal como empresa, que desse modo manifesta o seu ponto de vista sobre um determinado tema de especial relevância para a actualidade, ou para o próprio jornal, através da interpretação e valoração argumentativa.

Nesse ponto de vista, o editorial ocupa um lugar de autoridade, é a “voz do jornal”, é, por isso, uma importante peça no jornal. Para Martínez Albertos, a mais importante do ponto de vista ideológico, uma vez que é a opinião do jornal a respeito das notícias que publica (Albertos, [1974] 1983: 384); É a "carta de apresentação" e o elemento de identificação ideológica de qualquer meio de comunicação, em particular dos escritos (Espinosa, 2003:2); O meio do jornal para expressar o seu ponto de vista como instituição social (Prada 1977: 217); O género que traça o perfil ideológico e jornalístico, o texto em que o diário toma posição enquanto jornal (Canel, 2001:5); Em

suma, “a voz do jornal”, o artigo que dispensa, normalmente, a notícia, ou se apoia no seu aspecto mais relevante para, a partir dele, expor o ponto de vista do jornal (Palacio, 1984:130). Poder-se-á dizer, enfatizando a sua importância, que no discurso do jornal, os editoriais são como as comunicações oficiais do chefe de Estado, do Primeiro – Ministro ou de um líder partidário em representação do seu partido. (Gutiérrez Palacio, 1984: 138)

Ressalta também destas definições um traço distintivo: a impessoalidade – o comentário é feita em função de uma comunidade, uma instituição, uma empresa, uma linha editorial. Mas nem sempre assim é. Nos jornais portugueses quase nunca o é. O editorial assinado (como é o caso dos jornais diários estudados) sugere que o que nele se exprime é a opinião do seu autor e não, necessariamente, a do jornal. (Estrela Serrano- DN 3/12/2001). Por esta razão talvez devam ser lidos como opiniões pessoais, mais próximos das características das colunas de opinião. Assim, " (...) parece legítimo concluir que um Editorial (...) – um texto de opinião que apenas compromete o seu autor – talvez não deva ser lido taxativamente como "a posição do jornal" face a determinado tema”, como acautela Joaquim Fidalgo (A coluna do Provedor do Leitor17/6/2001). O editorial assinado não tem, pois, o mesmo significado do que aquele que não é assinado. Este, (...) pressupõe a discussão e aceitação do seu conteúdo por parte de toda a direcção que assume, colectivamente, a responsabilidade do que é dito, o que lhe confere um "peso" muito superior” Estrela Serrano (DN, 8/12/2003). No entanto, se quem escreve e assina os editoriais nestes jornais, é sempre um elemento da Direcção, isso acaba por dar a esse espaço de opinião “uma força diferente, um impacte público, uma responsabilidade, que não têm o comentário de um jornalista ou a prosa de um colunista convidado”, como argumenta Joaquim Fidalgo (Público, 7/6/2001)

Parece-nos adequado inferir, a semelhança de Estrela Serrano, as características do editorial a partir dos critérios que o committee do Prémio Pulitzer enuncia como condições para premiar um editorial: "Clareza de estilo", prossecução de "fins morais", "razoabilidade" e "poder de influenciar a opinião pública no sentido que o seu autor considerar ser o mais correcto", (3/12/2001 Estrela Serrano- DN). O que, de resto,

²¹⁷ Veja-se, por exemplo, em 17/10/2004, o editorial do The New York Times -"John Kerry for President"- e do Chicago Tribune-"George W. Bush for president”

também se infere das conceptualizações de vários autores²¹⁸. Vários outros autores têm assinalado algumas funções que o Editorial pode cumprir, o que é outra forma de o definir. Assim, Vargas (1999:145-146) e Santamaria (1990:65), por exemplo, assinalam as quatro funções clássicas de acordo com a formulação de William Pinkerton em Nieman Reports : a) Explicar os factos: o editorialista destaca, da forma que julga mais adequada, a importância dos factos ocorridos, explicando como ocorreram; b) Apresentar antecedentes: situando os factos no seu contexto histórico e relacionando-os com outros ocorridos anteriormente; ao analisar a tendência a curto prazo dos acontecimentos, procura realçar a sua continuidade, oferecendo, por vezes, paralelismos instrutivos e orientadores para o leitor; c) Predizer o futuro: ao analisar os acontecimentos presentes, o editorialista prevê os factos futuros face a situações similares; d) Formular juízos: emitindo juízos de valor, defendendo a sua postura, dando conta do que considera estar bem ou mal²¹⁹.

Existem múltiplos modelos de editoriais e variadas formas de os classificar. As classificações seguem essencialmente dois critérios: um estabelece os modelos de editoriais segundo explicitem ou não uma tese (Ladevéze, 1995:100-104 e Santamaría, 1990:66); outro baseia-se na atitude adoptada pelo autor do texto, no objectivo que persegue, nos modelos argumentativos e formas expressivas utilizadas.

De acordo com este segundo critério, são inúmeras as propostas de classificação, veja-se, a título de exemplo, Albertos (1989) que distingue, dentro do estilo de "solicitação

²¹⁸ Exemplifiquemo-lo apenas com duas "definições": Enquanto a notícia oferece o relato diário do acontecimento, o editorial destaca a relevância da notícia, interpreta o seu sentido ou antevê as dinâmicas que se afiguram na sociedade e que a todo o momento podem irromper; enquanto o jornalismo fala por meio de acontecimentos, o editorial tem que traduzir essa linguagem dos factos, pouco inteligível aos não entendidos nessas matérias específicas, numa linguagem compreensível para a generalidade dos leitores: ao traduzir o "idioma da realidade", o editorial dá-nos o "significado" do noticiado. (Mostaza, 1966:171). O editorial é uma expressão de factos e opiniões, de forma concisa, lógica e agradável, cujo fim é, influir na opinião ou interpretar notícias relevantes de forma a destacar a sua importância para o comum dos leitores (Rivers, 1980: 180).

²¹⁹ Gutiérrez Palacio, resumindo as formulações de Maynard W. Brown e George Fox Mott, adverte que nem todas as funções se encontram em todos os editoriais, pois este pode cumprir diversas funções de cada vez ou deter-se nalguma em concreto; as possibilidades são variadas: informar, explicar, interpretar, argumentar ou incitar à acção (1984:132-136).

de opinião", três variantes do editorial: a) Polémico²²⁰; Interpretativo²²¹; Objectivo e analítico²²². Atendendo também a este segundo critério, e segundo constata Santamaría (1990:146-147,) já em 1930 Graña estabeleceu um conjunto de conselhos acerca dos ingredientes necessários à elaboração de um editorial em função do objectivo que move o editorialista: identificou editoriais cujo objectivo principal é informar, editoriais que pretendem interpretar a notícia, editoriais que procuram sobretudo persuadir, defendendo uma opinião ou posicionamento e, finalmente, editoriais cujo objectivo é incitar à acção. De então para cá, as classificações sucederam-se, reduzindo ou ampliando as possibilidades de modelos editoriais e introduzindo mudanças na terminologia. Porém, a maior parte mantém o essencial da classificação apresentada por Graña. Veja-se, por exemplo, Dovifat (1959:135) que aumentou as possibilidades de modelos editoriais, identificando os seguintes: editoriais de luta, editoriais que assumem posições e as fundamentam, editoriais esclarecedores e instrutivos, editoriais retrospectivos, necrologias, editoriais prospectivos, voltados para o futuro, e artigos especulativos; ou Prada (1977: 217-219) que na tipologia que estabeleceu inclui sete modelos de editoriais: expositivo, explicativo, combativo, crítico, apologético, admonitório e persuasivo; ou ainda Santamaría e Casals que, similarmente, destacam a existência de editoriais analíticos ou expositivos, explicativos, combativos, críticos, admonitórios, persuasivos, apologéticos e injuriosos, de acordo com as modalidades argumentativas utilizadas (como advertem as autoras, tratam-se de “tipos ideais”, podendo ou não encontrar-se em estado puro, nunca sendo, compartimentos estanques (2000: 273-277)²²³.

²²⁰ Consiste num comentário mediante o qual se rebatem as posições contrárias de um autor, uma corrente de opinião ou um estado geral de coisas, desmontando as suas teses, convencendo o leitor pela via da argumentação

²²¹ O editorialista estuda minuciosamente os factos e as declarações que constituem o tema central do editorial, esforçando-se por oferecer ao leitor todos os elementos de juízo que lhe permitam entender o núcleo do problema para expor de seguida a sua tomada de posição subjectiva. Na linguagem deste tipo de texto, mais técnico que dogmático, os dados científicos são a arma mais poderosa para a argumentação do comentário

²²² É uma modalidade muito parecida à anterior. Mas a linguagem é mais "fria". É um tipo de editorial pouco frequente. Ocupa-se de questões incontestáveis ou de temas tão incipientes que acerca deles ainda não há opiniões consolidadas.

²²³ Na imprensa actual, e subscrivendo Barrero (2002), os tipos de editoriais crescentemente predominantes são os abertos ou implícitos, objectivos e analíticos, expositivos, interpretativos e explicativos, através dos quais se convida o leitor a formar a sua própria opinião, partindo das reflexões editoriais. Isto não significa que este tipo de editoriais não expresse opinião, mas que o faz de forma implícita. Trata-se de um recurso através do qual o jornal tenta imprimir uma imagem de imparcialidade

Relativamente aos temas abordadas pelos editoriais, predominam as questões políticas e as consideradas de "interesse público". No entanto, cada vez aparecem mais temas de âmbito social e cultural (Armañanzas y Díaz Noci ,1996:94.). Conteúdo e forma parecem manter uma relação indissociável: tal como se atribui no espaço do jornal um lugar privilegiado ao editorial, é suposto que este aborde as questões de elevado interesse público.

Quanto ao estilo, de acordo com Espinosa (2003) o editorial é o género de opinião que tem menos liberdade, quer na formalização da linguagem quer na técnica e estrutura. É o género de opinião que apresenta maior uniformidade e critérios fixos entre os diversos profissionais que o redigem (as diferenças encontram-se basicamente no conteúdo e na orientação ideológica). O editorial recorre a características próprias da linguagem jornalística, como sejam a clareza na exposição de ideias, a brevidade e a concisão. Mas estilisticamente, aconselha Albertos, o editorial “há de ser digno e incluso mayestático” usando “dignidad y seriedad lingüística” (1974, 1983: 384); a este propósito o mesmo autor frisa que o importante é que o leitor “se entere sin excesivo esfuerzo de cuál es la postura que patrocina el periódico” (Albertos, 1974, 1983: 386), porque, como já vimos, ele é a “voz” da instituição. Naturalmente, o estilo está condicionado por um conjunto de factores, como o momento histórico, a orientação ideológica e tipo de jornal (mais ou menos sensacionalista), o público a que se destina a distância temporal e geográfica dos factos que se comentam, etc.,

Quanto à estrutura, em termos gerais, pode dizer-se que a estrutura do editorial é composta por um título que indica o tema e pelo corpo da exposição que se divide em três partes:

uma breve introdução ao tema sobre o qual trata o editorial;

um comentário: desenvolvimento do tema que constitui propriamente a opinião do jornalista, uma vez que supõe a sua interpretação acerca dos factos expostos no início;

e a conclusão que advém do comentário: explicam-se as razões pelas quais um tema é valorado de uma ou outra maneira e conclui-se transmitindo um último pensamento.

José Rebelo, realçando a distinção entre a estrutura da crónica e do editorial, refere que a primeira, segue de perto o “triângulo invertido”; no editorial, a estrutura é mais complexa e divide-se em duas fases: na primeira, observam-se características

semelhantes à crónica, mas o vértice do “triângulo invertido” não funciona como conclusão (como naquela), mas antes como uma “conclusão parcial” da ocorrência motivadora do texto – ponto de partida e pretexto para uma segunda fase, (que esquematicamente se pode representar num “losango”) onde se aborda um tema de incidência mais alargada. (2000:120-121)²²⁴. Na organização estrutural do editorial, Albertos (1974, 1983) e Vivaldi (1990), como também é assinalado por Cristina Ponte (1999), destacam o início e o final da peça editorial como dois lugares marcados e de forte significado: o início é um lugar decisivo de toda a peça jornalística, dado que é aí que se procura captar o interesse do leitor, mas é a construção do final que é decisiva, pois é esse o momento em que se convoca a adesão e a capacidade evocativa do leitor.

5.5 Sobre outros géneros opinativos

Os media em geral, e a imprensa em particular, nos últimos anos têm recorrido, crescentemente, ao que podemos considerar um "novo" género jornalístico – a "análise" – de natureza nem sempre definida, situado entre os géneros interpretativos e os opinativos.

A "análise" tem como função efectuar interpretações, oferecer leituras contextualizadas dos factos a que fazem referência. Estes textos analíticos tem muito em comum com os textos de opinião. As semelhanças ocorrem "cuando el análisis se basa en razones probatorias de carácter persuasivo para sustentar una tesis. En este caso, el análisis es prácticamente un artículo de opinión". (Santamaría, 1991: 636)²²⁵. Assim, se o texto é desenvolvido a través de uma linha de argumentação, de carácter persuasivo e pontos de vista pessoais, estamos perante uma coluna de opinião, o verdadeiro comentário

²²⁴ Acrescente-se que alguns autores fazem também alusão ao "solto", como uma variante do editorial, na medida em «cada día adquiere más relieve y se convierte en el fino émbolo que irrumpe en los medios para aclarar definitivamente la ideología colectiva del medio periodístico, sobre todo, en relación con algunos temas especialmente polémicos» (Santamaría, 1990: 101)

²²⁵ Para clarificar as diferenças entre "analista" e "comentarista", Santamaría relembra as definições contidas no manual da agência Efe na edição de 1989: analista é a pessoa que escreve explicações objectivas de factos noticiosos e que recolhe dados precisos para interpreta-los correctamente; comentarista é quem valora subjectivamente os acontecimentos e que manifesta de modo explícito a sua opinião

jornalístico equiparável a um editorial ainda que leve a assinatura do autor (Albertos, 1997: 206).

No panorama dos géneros jornalísticos, a crónica é outro género que se pode considerar "opinativo". Trata-se de um "produto predominantemente latino" (Albertos, 1983:359-361). No entanto, ainda que não existam no jornalismo inglês, alemão ou norteamericano géneros jornalísticos exactamente correspondentes à crónica, existem formas de expressão similares (é o caso dos "action stories" ingleses, dos "features" norteamericanos ou da "glosa" alemã). (Melo, 1985:112-113).

Figurando nas páginas de opinião dos jornais – situa-se na fronteira entre a informação de actualidades e a narração literária, configurando-se como um relato poético do real – é o género jornalístico que mais aproximações tem com a literatura. Trata-se de um pequeno texto narrativo que se ocupa de um episódio – por vezes banal ou insólito – do quotidiano. Os factos, na maioria das vezes, são meros pretextos para o autor das crónicas. (Melo, 1985:112-113).

Nas crónicas da imprensa portuguesa, também encontramos ora crónicas que se definem por estas características singulares, ora crónicas que se aproximam das características das colunas de opinião, nomeadamente aquelas que abordam temas políticos, ora outras que se aproximam da *crítica* (como questiona Augusto M. Seabra, no seu espaço de opinião já referenciado, “ ‘a crítica’ ainda existe?”). É, então, observável uma enorme amplitude de estilos e conteúdos, variando de cronista para cronista e, relativamente a este, oscilando de dia para dia, de semana para semana .

Eduardo Prado Coelho é, na actualidade, um exemplo desta inconstância ao nível dos temas e do estilo e de proximidade com as colunas de opinião (razão também pela qual alguns dos seus textos incluem o *corpus empiricus* deste trabalho). Nas suas palavras, o cronista é “ fundamentalmente, alguém que tem um ritmo demarcado pelo quotidiano. É um ritmo em que há diversos registos: de emoção, de compreensão, de humor (...) muito feito de experiências episódicas, de relances de coisas que acontecem à nossa volta, de tentativas de apreender o significado de um determinado tipo de acontecimento. Mas é o próprio ritmo do quotidiano que imprime a cadência do cronista. (...) As crónicas políticas, de uma maneira geral, são feitas num sentido mais pesado (...) de intervenção ou de análise ou de diagnóstico. Embora possam,

obviamente, ter – no plano da ironia, no plano de uma certa ambiguidade, de uma certa indeterminação – dimensões de ordem literária e ficcional.”²²⁶ .

²²⁶ In entrevista a Carlos Vaz Marques, publicada em “Pessoal e Transmissível XX-XXI, ed. Asa, TSF, Diário de Notícias, 2004, pp 136-137.

Existem muitos exemplos da presença da dimensão poética também nas crónicas de não poetas. Mas ela está extraordinariamente presente nas crónicas dos poetas, como é previsível. De entre estas, não resistimos a reproduzir um excerto do primeiro texto (da coluna "Por outras palavras" do Jornal de Notícias) de Manuel António Pina, intitulado “Apresentação sob a forma de crónica” (1/9/2005), que cumpre aqui a função de nos falar da crónica: “Provavelmente, está tudo dito. Mesmo o sentimento da ociosidade e da inutilidade das palavras é uma sensação infinitamente cansada. E, no entanto, temos que dizer tudo de novo todos os dias, de juntar os pedaços dispersos do mundo e, com eles, descobrir para nós um lugar do nosso tamanho ou, ao menos, uma forma de sentido para aquilo a que chamamos a nossa vida. E, para isso, tudo o que temos são palavras. O que sabemos palavras; o que sonhamos: palavras; o que sentimos: palavras; e a nossa própria boca que fala é, também ela, só uma frágil e insegura palavra. O cronista é filho de Cronos, o tempo que passa, e a crónica vive o mesmo redundante destino do jornal que, como os velhos tipógrafos diziam, no dia seguinte serve apenas para embrulhar peixe (e que outro destino tem tudo senão o esquecimento?). Está então o cronista diante do mundo e de si próprio. E só pode repetir (na melhor das hipóteses por outras palavras, donde o título genérico destas crónicas) aquilo que cada homem imemorialmente repete: o amor e a morte, o medo e a esperança, a alegria e a decepção”

6. A evolução do espaço da opinião nos jornais estudados

Como já foi referido, a intensificação da opinião ocorreu na segunda metade da década de 80. O panorama actual na imprensa dita de referência portuguesa caracteriza-se por uma forte presença de colunistas, o espaço dedicado à opinião nos jornais bem como o número de colunistas tem indubitavelmente aumentado. Manuel Carlos Chaparro, comparando alguns aspectos do jornalismo português e brasileiro, define a imprensa portuguesa como “histórica e culturalmente vinculada à escola francesa”, onde, “mais do que os factos, as ideias dão tom aos jornais mais conceituados” – pendor que é também conferido pelo lugar nobre que esses textos de opinião ocupam e pelo espaço que lhes é concedido. Ilustra esta situação com um exemplo: o Público de 11 de Abril de 2004, ocupou com artigos (de opinião), oito das onze páginas iniciais da edição, tendo sido o desporto, com dez páginas (do total de sessenta e quatro que teve a edição), a única editoria a superar o espaço da opinião. (“Observatório da Imprensa”, Junho de 2004)

Não obstante a nossa investigação não ter intuítos quantitativos, terá interesse vermos agora, subsidiariamente, como se foi configurando a presença das colunas de opinião nos jornais que são objecto do nosso estudo, pelo que faremos uma breve incursão pelas décadas anteriores. Esse levantamento já foi efectuado, por Rita Figueiras (2000) – que traçou a evolução do “espaço opinião” (entendido como o conjunto de páginas cujo título referencial indica que se está perante uma secção dedicada à manifestação de opiniões) dos jornais de referência portugueses ao longo da década de 80 e 90 – pelo que, e no que respeita a esse período, recorreremos a parte dos dados que integram a sua pesquisa, complementando-os com a informação posterior.

6.1. No Diário de Notícias

No início de 1980 o "Espaço Opinião" no Diário de Notícias ocupa apenas uma página, situada a meio do jornal, identificada pelo título referencial "Opinião", que contém, além colunas de opinião, também textos de natureza informativa. A participação dos colaboradores, quer quanto à periodicidade quer quanto ao dia da semana da publicação dos textos, não é regular.

Porém, no mesmo ano, e na sequência da reestruturação sofrida com a nova Direcção de Mário Mesquita, o "espaço opinião" adquire uma identidade própria e ganha mais visibilidade: surge como verdadeira secção temática, contendo apenas textos de opinião²²⁷, não obstante continuar a ocupar só uma página, passa a situar-se na página 2, de abertura; e observa-se a tendência para a estabilização e rotinização da participação dos colaboradores permanentes.

É em 1984 que se dá a passagem de uma para duas páginas e que se regulariza e aumenta a participação dos colaboradores (passam a ser publicados num dia fixo). Nesta altura, o artigo do Subdirector, Dinis de Abreu, começa a ter chamada de 1ª página. A partir de 1985, este destaque alarga-se a outros artigos de opinião.

Entre 1980 e 1989, Rita Figueiras, regista a presença de 130 Opinion Makers (57% são Não Jornalistas e 43% Jornalistas) tendo a carteira passado de 29 colaboradores, em 1980, para 47 em 1989; desses, as mulheres são um número diminuto -apenas uma em 1981, e 10 em 1989 –, número que viria diminuir nos anos seguintes.

Em 1993, após a reestruturação do ano anterior, o "espaço opinião" aumenta para três páginas, divididas por dois segmentos. É no primeiro segmento, situado na página 2, a página de abertura, que se encontra o Editorial; no segundo, correspondendo às páginas cujo título referencial remetem para a "opinião", encontram-se os artigos dos columnistas, cuja colaboração passou a ser fixa e periódica. Foi também nesta altura que, pela primeira vez, a Opinião foi introduzida na última página, através do artigo diário de Vítor Cunha Rego.

Em 1997, em consequência de novas alterações, surge uma nova aposta na "Opinião": as páginas de "opinião", que contêm em media 2 artigos de opinião por edição, passam

²²⁷Coluna de Opinião, Editorial, Cartas de Leitor e Revista de Imprensa – selecção de afirmações proferidas por figuras públicas e outros órgãos de comunicação

para as páginas centrais. Em 1999, inicia-se a prática de chamar á 1ª página as colunas dos comentadores mais mediáticos.

Em 2005, depois de alguma instabilidade na direcção do jornal, com a entrada de novos colunistas, entre eles o mediático Vasco Pulido Valente, esse recurso foi visivelmente ampliado.

6.2. No Público

Tratando-se de um jornal recente, o Público não teve necessidade de significativas reestruturações, pelo que as alterações registadas ao longo do tempo no "Espaço Opinião" foram pontuais.

Na sua primeira edição, em Março de 1990, o "Espaço Opinião", figura nas duas páginas centrais, apresentando-se com o título referencial "Espaço Público", sendo uma delas ocupadas com as colunas de opinião. O Editorial não se insere nesta secção, mas sim no destaque do dia – o tema de abertura da edição. A participação dos colunistas tem um dia fixo, havendo dias com apenas uma colaboração e outros com duas.

Em 1997 o "espaço Opinião" passa das páginas centrais para se situar entre as secções "Política Nacional" e "Internacional".

No ano seguinte, passa a existir uma coluna de opinião na última página, da autoria de Eduardo Prado Coelho. Começam a ser frequentes as chamadas de 1ª página para as colunas de opinião, particularmente para as de Miguel Sousa Tavares e Fernando Rosas.

No intervalo temporal de 1990 a 1999, o jornal contou com a presença 82 colunistas (2/3 Não Jornalistas) e um número de colaboradores permanentes muito estável (cerca de 25, à excepção de 1992, em que esse número sofreu uma quebra considerável).

As mulheres, também neste jornal, têm tido uma participação muito reduzida: em 2005, em 27 colunistas, apenas quatro são mulheres (todas jornalistas, três delas integram os quadros redactoriais do jornal).

No dia em que o jornal celebrava o seu 16º ano (5/3/2006) anunciava, entre outras reformulações e auto-elogios (prática recorrente também de outros jornais), “a

renovação profunda do seu painel de comentadores e colunistas”, a qual deu o mote ao artigo. Nele, divulgou-se um breve *curriculum* dos (nove) novos colunistas (apenas um é jornalista de profissão: uma das duas mulheres que integra o conjunto), “avançados para já” (formulação que sou estranha, tendo em conta que fonte e emissor coincidem) pelo seu Director, a quem se deu “voz” para expor os critérios e os objectivos da escolha então divulgada²²⁸.

Um ano depois, na última remodelação gráfica, as páginas de opinião e o editorial passaram a figurar nas últimas páginas do jornal, o que não significou qualquer despromoção, facto confirmado pelas constantes chamadas de atenção ao longo do jornal e reenvio para as páginas de opinião (tornando a leitura mais próxima de alguma interactividade - característica de outros meios como a internet)

6.3. No Expresso

No início da década de 80, o Espaço Opinião neste semanário, enquanto secção temática, é identificado pelo título referencial Opinião, ocupando duas páginas. É lá que se encontram o Editorial e as colunas de opinião. O número de colaboradores permanentes é reduzido, a autoria dos textos é sobretudo de convidados (especialistas), cuja colaboração é conforme aos temas da actualidade.

Durante toda esta década, o número de colunistas (quase exclusivamente do sexo feminino) é muito oscilante, mas é a partir de 1987 é que começam a ganhar peso os colaboradores permanentes, na sua maioria *não-jornalistas*.

Em 1990, pela primeira vez, surge uma coluna de opinião na última página, ainda que de visibilidade e notoriedade diminuta.

Em 1994, após a reestruturação que o jornal sofreu, é introduzida mais uma página dedicada à Opinião, aumenta o número de colunistas e regulariza-se a sua participação: em 1995 já encontramos 15 colaboradores permanentes, que subiria para 23 em 1999. O

²²⁸ A reprodução do que José Manuel Fernandes disse: "Teremos mais gente nova, mais gente de fora de Lisboa e mais mulheres, conscientes de que a pluralidade de pontos de vista não deve ser apenas ideológica, mas reflectir as diferentes formas de olhar para os problemas do país e do mundo que diferentes experiências de vida e formações académicas proporcionam". Os objectivos revelados: "proporcionar aos seus leitores pontos de vista mais elaborados, plurais, muitas vezes contraditórios, mas capazes de ajudar cada leitor a fazer o mais importante: pesar os argumentos, pensar pela própria cabeça, formar a sua própria opinião"

espaço da Opinião adquire contornos de um "lugar de confronto", no qual se dispõem "frente a frente" as colunas (tituladas "Vice e Verso") de duplas de colunistas de perfis político-ideológicos afectos aos "partidos de governo" – Partido Socialista versus Partido Social-democrata

Em 1995, é incluída a "Página dois", assinada pelo jornalista do jornal Fernando Madrinha, que sobrevive até aos dias de hoje. Nesta altura, começa também a ganhar peso a presença de textos de opinião de personalidades internacionais.

A partir de 1998, começam a ser visíveis as chamadas de 1ª página para as colunas de opinião.

No ano seguinte, surge outro "espaço de confronto" – a "Roda Livre" – cuja pertença política dos colaboradores reflecte a representação no Parlamento. O número de colunistas que não são jornalistas começa a aumentar em relação aos que exercem a profissão.

É, ainda hoje, um dos jornais onde a presença de colunas e textos de opinião assinadas por políticos é mais forte. Notório e polémico, segundo alguns até decisivo para a dissolução do Parlamento, foi o artigo aí publicado do ex-Primeiro-Ministro, actualmente Presidente da República²²⁹.

No início de 2005, com a renovação de colunistas, que é habitual todos os anos, o expresso foi percursor na prática de recrutar bloggers para assinar alguns espaços de opinião.

Com novo aspecto e o novo formato ("berliner") nas bancas a 9 de Setembro de 2006 (uma semana antes do surgimento do semanário Sol), continuou a ser observável o destaque e a promoção dados às páginas de opinião. No texto em que o próprio jornal dava conta das alterações gráficas, informava-se e destacava-se o lugar da "zona do Editorial e Opinião" (nas páginas finais do primeiro caderno), referindo-se, a negrito, as colunas de Daniel Oliveira, João Pereira Coutinho e João Carlos Espada e a crónica de Henrique Monteiro; sublinhando-se ainda que a página de Miguel Sousa Tavares passava a ser a 7 e a de Fernando Madrinha a 9. Informava-se ainda, no mesmo texto o contributo de um novo cronista (na Economia), Miguel Cadilhe e sinalizava-se a página

²²⁹ "Os políticos e a lei de Gresham" (27/11/2004).

de Nicolau Santos (a 5) e de João Vieira Pereira (a7), entre outros nomes, em rotação (António de Almeida, Manuela Ferreira Leite, Daniel Amaral e Daniel Bessa).

6.4. No Independente

Editado pela primeira vez em Maio de 1988, este semanário, politicamente muito influente até à saída de Aníbal Cavaco Silva do governo e de Paulo Portas da sua Direcção, inclui na secção temática "Opinião" uma coluna de opinião (frequentemente assinada por convidados) e o Editorial. Conta já nesta altura com 9 colaboradores permanentes (apenas uma mulher, a média nos anos seguintes foi de 2 a 3), maioritariamente recrutados fora do campo dos media

O Editorial do Director surge estrategicamente em lugar de destaque, numa página inteira, assinado por Miguel Esteves Cardoso (até então colunista do Expresso; Paulo Portas, Director-Adjunto, também abandonou a sua coluna no Semanário)

Em 1991, a opinião aumenta, passa para duas páginas, em média existem quatro colunas de opinião por edição.

Um novo aumento do número de colunas de opinião registar-se-ia em 1997, quando o jornal mudou do formato *tablóide* para *broadsheet* e concentrou a opinião nas páginas centrais. No mesmo ano, foi criada uma coluna de opinião na primeira página, assinada por Vasco Pulido Valente (nota: esta coluna viria a desaparecer no ano seguinte, com a "transferência" de Vasco Pulido Valente para o Diário de Notícias, que por sua vez, abandonaria em 2004, passando logo depois a manifestar a sua opinião no Público)

Porém, se até à saída de Paulo Portas, em 1995, o jornal tinha um extenso e sólido grupo de colaboradores permanentes, alinhados politicamente (como de resto, era todo o projecto jornalístico), a estratégia de sobrevivência passou por tentar apostar e renovar as colaborações permanentes de colunistas: de 9 em 1994, passa para 27 em 1999.

O jornal saiu nas bancas pela última vez em 1 de Setembro de 2006.

7. A opinião publicada em Portugal: um estudo de caso

7.1 Apresentação e análise dos resultados I

Depois da derrota eleitoral do Partido Socialista nas eleições autárquicas de 16 de Dezembro de 2001, que conduziu à demissão do Primeiro-Ministro António Guterres e à convocação de eleições legislativas antecipadas, realizadas a 17 de Março de 2002, Portugal sofreu “uma viragem” política. Encerrou-se o ciclo do “Guterrismo” (6 anos) e iniciou-se a governação do partido vencedor (O PSD), sob a liderança de Durão Barroso.

Não são mensuráveis nem lineares os “efeitos” da opinião publicada nos resultados eleitorais, nunca é demais frisá-lo. Contudo, é possível constatar a natureza e teor dos “comentários” e o “clima de opinião” predominante entre o corpus de colunistas (seleccionados de acordo com os critérios já apresentados) face à sua “leitura” da situação política do país. Eram favoráveis ao PS e ao Governo? Ou, pelo contrário, eram-lhes muito críticos? Como perspectivavam a actividade política e que imagem davam dos seus protagonistas? Defendiam os partidos da oposição e as alternativas políticas? ...

Começaremos por demarcar dois períodos na análise: um primeiro que vai de 1 de Outubro até 16 de Dezembro de 2001, correspondendo ao período prévio às eleições autárquicas; e um segundo, cronologicamente contínuo, que se situa entre o pós-eleições autárquicas e as eleições legislativas de 17 de Março de 2002.

No primeiro período, procurámos as “considerações” de natureza genérica sobre a “Governação Socialista”; isolámos uma temática que se revelou muito discutida nesse momento, “a política económica do Governo”; identificámos as “apreciações” “fulanizadas” nos líderes políticos António Guterres e Durão Barroso; elegemos um “episódio” (sobre o qual muito se escreveu e acerca do qual se lançaram ferozes farpas à classe política) – a aprovação e promulgação da Lei de Programação Militar;

procurámos, igualmente, “avaliações” sobre o sistema político; e, finalmente, quisemos perceber até que ponto os colunistas atribuíam, ou não, uma “dimensão nacional” às eleições autárquicas, entendendo-as, ou não, como um “teste” à governação, que importância atribuíram à eleição para a Câmara de Lisboa e como classificaram a campanha (neste último aspecto, não nos interessou como cada colunista “avaliou” o desempenho de cada candidato mas, antes, como percepcionaram genericamente a campanha eleitoral, pois é esta apreciação que nos parece mais passível de conter informações sobre as “representações sobre a política”)

A “governação socialista” e o “desempenho do Primeiro-Ministro, António Guterres, é, na verdade, um “núcleo temático” recorrente entre os colunistas, como se pode observar no quadro seguinte²³⁰.

²³⁰ Neste quadro e em todos os subsequentes, as expressões e adjectivos sublinhados são nossos

A Governação socialista

Jornal	Tema Colunista	A Governação do PS	A caracterização de AntónioGuterres
Público	António Barreto	<p>O Governo “tropeça de sarilho em sarilho (...) Está convencido que o interesse público é a soma dos interesses privados e do grupo (...) Toma decisões mal preparadas ou não suficientemente estudadas (...) Toma medidas por causa das emoções e por oportunismo” (2/12); Algo se tem vindo a passar, ao longo dos últimos meses ou anos, na actuação do Governo que revela um excepcional talento para a asneira. Não há praticamente semana que passe sem que surjam um novo erro, mais uma covardia, um tema que tresanda a corrupção, um caso de favoritismo, uma colocação ilegítima, uma hesitação fatal, uma mudança de política incompreensível, um gesto de medo, uma cedência por fraqueza ou uma imperícia flagrante (...) o governo e o seu partido estão feridos de morte. Quem se lhes opõe (...) é gente de todos os bordos, de esquerda, de direita e do centro (...) As razões de quem se lhes opõe já não são a política nem as políticas: são a falta de crédito e de credibilidade; a falta de confiança e de carácter; e a falta de firmeza e de capacidade (...) nunca vi, em 26 anos de democracia, tanta incompetência junta. Nunca vi, no mesmo período, tão definitiva ausência de lucidez e tão radical incapacidade de olhar para si próprio e para os seus erros” (9/12)</p>	<p>O “método Guterres” enfraquece um povo e um país, amolece os costumes, abre as portas à safadeza e à impunidade. Ou decide depressa, para dar nas vistas, mas estuda mal e é obrigado a voltar para traz. Ou estuda muito, prepara a medida, mas depois de decidido, perante as reacções cede”(2/12); “António Guterres (...) estraga tudo quanto toca.</p>

	Eduardo Prado Coelho	“Não foram precisas mais de duas semanas para que um Governo que ia singrando ‘tem-te não caias’ começasse a resvalar para o estado comatoso de que parecia ter recuperado. Passámos assim à fase de agonia intermitente (...) o facto de uma parte considerável dos factores negativos ter tido origem no interior do próprio Governo (11/12)	
	José Manuel Fernandes	José Manuel Fernandes: “A auditoria do Tribunal de Contas ao novo contrato de concessão estabelecido entre o Estado e a Lusoponte é demolidora (...) mostra que o Estado negociou (...) e que a falta de coragem política deste Governo custa aos portugueses muitas dezenas de milhões de contos (...) Guterres, Cravinho e Jorge Coelho são culpados de cobardia política em último grau ” (7/12)	“António Guterres que quando era oposição também andou em eleições autárquicas a pedir cartões de todas as cores, agora que é primeiro-ministro percorre o país a dizer aos portugueses que se elegerem autarcas socialistas o Governo trabalhará com eles ‘ombro a ombro’. Se votarem em partidos da oposição, subentende-se, as autarquias em que vivem serão menos bem tratadas. É infame , mas não é tudo. Guterres também tem andado pelo país a proclamar que, graças a ele, as reformas estão garantidas para os próximos cem anos (o que, além de demagógico e inverificável, denota o despudor da total falta de honestidade intelectual)” (11/12)
Diário de Notícias	António José Teixeira	“O PS cede (...) Gradualmente, os socialistas vão consolidando a ideia de que, mais tarde ou mais cedo, qualquer veleidade reformista que belisque interesses poderosos será suspensa até que seja esquecida (...) Os socialistas falam a duas vozes com o objectivo de sorrir a dois eleitorados diferentes. Agradar a gregos e troianos, o mesmo é dizer, não agradar a ninguém (4/12)	
	Luís Delgado	“O problema central deste Governo e deste país é não inspirar confiança ” (16/11); “O Governo decide uma coisa e o grupo parlamentar do PS outra? Triste falta de autoridade . Quem manda, afinal, no PS? Ninguém, está à vista” (3/12) “O dilema é esse: o nosso país ainda não apanhou o pior da crise dos outros países e a questão é saber se este Governo, com a falta de credibilidade que tem, conseguirá anular o fosso entre a recuperação americana e europeia e a nossa. Uma coisa parece certa: pior não consegue fazer (...) O relatório do TC sobre o	

		financiamento do Governo à Lusoponte (...) é um escândalo e um insulto aos portugueses” (7/12)	
	Manuel Villaverde Cabral	“ A política do primeiro-ministro e do seu partido resume-se, actualmente, a uma frase: sobreviver a qualquer custo (...) O preço que Guterres e o PS estão dispostos a pagar pela sua sobrevivência não tem limites (...) o desplante , o oportunismo e o eleitoralismo ultrapassam tudo o que a política portuguesa conheceu, desde a implantação da democracia. O descrédito é total (7/12)	“ (...) Como nessa vergonhosa trapalhada da taxa de alcoolemia, cuja narrativa constitui o epítome do comportamento político do primeiro-ministro ao longo dos seis penosos anos que tem estado à frente de um Governo que funcionaria, manifestamente, bem melhor sem ele (...) faltam adjectivos para qualificar a forma como Guterres cedeu à pressão de mais um lobby (...) a atitude com que o primeiro ministro encara hoje a vida política e as decisões que o Governo é levado a tomar frisa o cinismo (...) O engenheiro Guterres, se pudesse, adia tudo para sempre” (7/12)
	Mário Bettencourt Resendes	“Alguns ministros que entraram para o Governo na última remodelação parecem empenhados em mostrar trabalho , mesmo que isso implique afrontar interesses instalados” (28/10)	
	Vasco Pulido Valente	A JS “imitando a falta de princípios do seu partido, propõe rastreio obrigatório de doenças infecto-contagiosas (...) do PS de Guterres já se espera o pior ” (1/12) “Do socialismo, só resta o nome. A título de ‘programa’ Guterres serviu uma colecção de vacuidades torpes , cujo fim principal era promover política e socialmente a nova classe média (...) E esta gente não chegou ao Estado para servir o próximo, mas para tratar dos seus interesses (coisa em que, de resto, se revelou exímia) (...) Tem uma regra de ouro: a sua sobrevivência, a qualquer custo! E tem um valor: a convicção do seu direito a mandar . A hipocrisia, o oportunismo e a pura vigarice , que nos soterram, são a verdadeira essência deste ‘socialismo’ (8/12)	“Guterres sobe nas sondagens porque não se fala dele (...) a estratégia de que ele precisa, esse “novo ciclo” é a ausência” (13/10) “Levou serenamente Portugal a um estado que roça o desespero. ” (7/12) “Guterres desmoralizou o país (...) não pára de falar e é diariamente insultado nos jornais, como se fosse um treinador de futebol” (15/12)
Expresso	Alfredo Barroso	“Temos um Governo que navega a vista desarmada, aos repelões e aos ziguezagues (8/12)	
	Henrique	“Como é hábito, sempre que um lóbi se movimenta com	

	Monteiro	alguma eficácia o PS treme (...) Terrível falta de coragem do PS: tornou-se incapaz de afrontar um único interesse que seja, de defender uma causa, de impor uma mudança ” (1/12)	
	José António Saraiva	A política do Governo é zigzagueante , desorientando toda a gente (...) de que serve um Governo estar seis anos no poder? Verdadeiramente revelador da natureza desta maioria é o facto de as raras decisões tomadas com rapidez e convicção terem sido não para fazer mas para não fazer (...) O PS tem medo de governar. O que verdadeiramente o preocupa é gerir o poder ” (8/12)	“O comportamento pouco frontal de António Guterres no caso da taxa de alcoolemia (...) O problema de Guterres é que, não querendo desperdiçar um único voto, prefere não decidir para não desagradar a ninguém. E mesmo, num assomo de coragem, resolve tomar uma decisão, acaba invariavelmente por recuar aos primeiros sinais de contestação (8/12)
	Maria João Avillez	“Quanto têm custado estes senhores? Quantos milhões custou até hoje ao país – ao todo – a governação do PS? (14/12)	“O que é extraordinário é a indiferença de Guterres: quantas políticas económicas diferentes já subscreveram? E de educação? E de saúde? E de cultura?” (20/10/2001); “Perante a reviravolta (nas taxas de alcoolemia) haverá algum português que ainda confie na pessoa de António Guterres? ” (1/12)
Independente	Constança Cunha e Sá	Perante o grave diagnóstico do país “seria natural que o Governo mostrasse um empenhamento diferente, um propósito que se visse, uma ideia que o orientasse, uma medida que fosse”; não existe estratégia do Governo; em 6 anos não avançaram uma reforma de fundo; O Governo é “ uma ilusão que já não convence ninguém ” (16/11/)	
	Inês Serra Lopes	“Com o PS no Governo há 6 anos, o panorama dos concursos públicos é deprimente ”. No caso de Catarina Vaz Pinto (mulher de Guterres)”não sei se houve corrupção ou mero favor. Verdadeiro concurso é que não houve” (9/11); “Este Governo está disposto a pagar o que for preciso para assegurar a sua manutenção no poder . Ora, é esse o ponto em que qualquer governo se torna mais perigoso. É exactamente esse o ponto em que qualquer governo tem de largar o poder” (7/12)	
	Vítor Cunha	“O Governo nada faz para aumentar a confiança das pessoas nas instituições (...) A crise existe (...) Guterres é responsável	“6 anos de Governo e continua sem se perceber aquilo que Guterres pretende. Este socialismo é um rosário de

		pelos danos que este estado de coisas provocou na economia e é responsável pelas consequências que pode ter na vida política (...) Todos os dias surgem notícias sobre a falta de dinheiro nos ministérios e de deputados socialistas descontentes com o seu Governo” (30/11)	inconsequências e contradições” (23/11)
--	--	---	--

Como se pode constatar, neste período pré-eleições autárquicas, o tom predominante entre os colunistas dos quatro jornais, era de feroz crítica à governação socialista e ao desempenho do primeiro-ministro António Guterres.

Resumidamente, segundo as páginas de opinião do Público, e utilizando as expressões aí empregues, o Governo *tropeça de sarilho em sarilho*, toma medidas por causa das emoções e por oportunismo, pelo que resvala para o “*estado comatoso*”, encontrando-se, assim na fase de “*agonia intermitente*”. A actuação do Governo revela *talento para a asneira*, ele e o seu partido *estão feridos de morte*, marcados pela incompetência, pela *falta de crédito e de credibilidade, pela a falta de confiança e de carácter e a falta de firmeza e de capacidade*. São alvo de grande contestação – *quem se lhes opõe (...) é gente de todos os bordos*. Afirmava-se ainda, que a *falta de coragem política* deste Governo custa aos portugueses muitas dezenas de milhões de contos e que é culpado de *cobardia política em último grau*.

Relativamente a António Guterres, lia-se que o seu “*método*” enfraquece o país, abre as portas à *safadeza* e à *impunidade* e que o governante estraga *tudo quanto toca*. *E dizia-se do primeiro-ministro ser demagógico e inverificável*, denotar o *despudor da total falta de honestidade intelectual*.

Nas páginas de opinião do Diário de Notícias lia-se que o *PS cede*, que os socialistas *falam a duas vozes*, que *não agradam a ninguém*, que o problema do Governo é *não inspirar confiança*, que *pior não consegue fazer*. Existe *falta de autoridade, falta de credibilidade, existe hipocrisia, oportunismo e a pura vigarice*. A política do primeiro-ministro resume-se a uma frase: *sobreviver a qualquer custo*. O *desplante*, o *oportunismo* e o *eleitoralismo* ultrapassam tudo o que a política portuguesa conheceu, desde a implantação da democracia. *O descrédito é total*.

No que a Guterres, especificamente diz respeito, pode ler-se que o Governo *funcionaria, manifestamente, bem melhor sem ele*, que *cede à pressão de mais um lobby*, que *tudo adia*, e que a atitude com que encara a política e a governação frisa o *cinismo*. Conduziu o país a *um estado que roça o desespero, desmoralizou – o*.

No Expresso, diz-se que o Governo *navega a vista desarmada, aos repelões e aos ziguezagues*, que tem uma *terrível falta de coragem, incapaz de afrontar um único interesse que seja, de defender uma causa, de impor uma mudança*, que aquilo que *verdadeiramente o preocupa é gerir o poder*

Acusa-se o *comportamento pouco frontal* de António Guterres, a sua preferência por *não decidir*, para não desagradar a ninguém, os seus recuos *aos primeiros sinais de contestação*.

No Independente, escrevia-se que *não existe estratégia* do Governo, que este é *uma ilusão que já não convence ninguém*, que o *panorama dos concursos públicos é deprimente*, que está *disposto a pagar o que for preciso para assegurar a sua manutenção no poder*.

O socialismo de Guterres é apresentado como um *rosário de incosequências e contradições*".

Críticas também extensíveis, e em concreto, à “política económica do Governo”, destacando-se, nesta, a aprovação do Orçamento de Estado, marcada pelo “caso Campelo”, como a seguir podemos observar. À excepção de dois colunistas do Expresso, todos os outros contestam a aprovação do Orçamento através do recurso ao voto do deputado do CDS/PP. Também o Orçamento, em si mesmo, e a subsequente necessidade de Orçamentos rectificativos são apontados como aspectos negativos à governação e ao partido que a sustenta.

Política económica do Governo

Jornal	Temas Colunistas	Discussão e aprovação do Orçamento de Estado para 2002	Desempenho do Ministro das Finanças	Gestão de empresas públicas
Público	Eduardo Prado Coelho	Com o caso Campelo, “ a imagem do Governo saiu enfraquecida e a do primeiro-ministro mais do que isso ” (4/12/)		A política para a RTP é uma “ dilacerada política em ziguezague ” e um “desconexo comportamento” (23/10)
	José Manuel Fernandes	“Em Portugal, onde um Governo laxista e despesista não preparou o país para dias mais difíceis, a crise arrisca-se a bater com mais força (...) Possa ela constituir uma oportunidade para realizar as reformas dolorosas que em momentos de doçura governamental e consensos moles , não foram sequer tentados” (21/10); O Orçamento é uma “ tragicomédia ”, “ uma farsa e um drama, tudo pífilo e provinciano, sem grandeza nem moral (.) nele ninguém, realmente, acredita. (...) Servirá para entreter até ao próximo rectificativo” (1/12)		

	<p>Miguel Sousa Tavares</p>	<p>“É um orçamento para não ser cumprido” (19/10); “é um O.E. deprimente – pelo expediente amoral para a sua aprovação, pela falta de credibilidade, pela absoluta ausência de expectativas que gera; “Guterres, ao dizer que o OE defende o interior e o mundo rural pôs a oposição a rir-se e colocou-se numa posição de ridículo quase insustentável (...) este é um momento em que o funcionamento do nosso sistema político nos envergonha (...) o grande mérito do Governo socialista foi tornar banal o desgoverno. E é isso, essa ausência de perspectiva, de exigência, de objectivos de governação, que torna tão deprimente esta discussão sobre o Orçamento. (9/11)</p>		<p>Nos 6 anos de tutela destas 3 empresas públicas o Governo acumulou centenas de milhares de contos de prémios ou de indemnizações a gestores que se revelaram incompetentes. Acerca do processo da ida de Emídio Rangel para a RTP: “houve coisas vergonhosas da parte do contratante”: a ideia de contratar aquele que foi apresentado pelo Governo como símbolo do que a RTP não podia ser; a súbita conversão de Arons de Carvalho que execrava a SIC e Rangel; a leviandade com que este desclassificou o parecer da Alta Autoridade para a Comunicação Social sobre a referida nomeação; o desplante com que na Assembleia da República o mesmo “jurou que o Governo nada tinha a ver com essa escolha. Isto é “eloquente de como o poder desgasta as boas intenções e faz perder o próprio sentido de simples vergonha. Nada é importante num país onde tudo fica impune. É eloquente da maneira como se está na política e na gestão das coisas públicas” (5/10)</p>
--	-----------------------------	---	--	--

Diário de Notícias	Luís Delgado	<p>O PIB não deve crescer tanto como o Governo promete, logo tudo o resto falhará. O Orçamento de Estado “è um documento académico, sem credibilidade de ser cumprido”. (16/10); “ausência de medidas essenciais para revitalizar a economia” (17/10); “ninguém acredita que o O.E. corresponda ao ano económico que aí vem” (...) “triste ver um partido maioritário (...) refém de um único deputado e das suas manias de grandeza” (29/10); “é ridículo o Governo fazer de conta que não fez nenhum negócio com o deputado ‘a meio-tempo’ de Viana do Castelo; trata-se de um OE. Em que ninguém acredita e que vai ter que ser revisto duas ou três vezes (12/11); “como é que o novo OE já tem de ser revisto no espaço de 2 semanas? (...) De que serve construir um OE absolutamente irreal, imaginário e baseado em expectativas incumpríveis?” (.) è a total falta de credibilidade deste Governo (23/11); “a hipótese de uma terceira revisão do OE dá do Executivo uma imagem de total falta de credibilidade.” Este OE é um carro em 3ª mão, retocado à pressa, para venda imediata, mas que ao fim de 1 mês não passa de uma carcaça ferrugenta e sem valor” (28/11)</p>	<p>“Começa a levantar dúvidas sérias sobre as suas capacidades nesta pasta”, confirmadas na “forma hesitante como tem encarado o programa de reduções aprovado na Assembleia da República e com o medo que todos têm do que poderá ser o novo Orçamento de estado (...) faz projecções irrealistas e baseadas em cenários impossíveis”. (2/10/2001)</p>	
	Manuel Villaverde Cabral	<p>O OE é um “exercício anual de contorcionismo político sem relação com a realidade das finanças públicas (já se anuncia um rectificativo) (9/11)</p>		

	Vasco Pulido Valente	“A actuação de Campelo é uma humilhação para o Governo ” (9/11); “A peça que se representou em S.Bento, e cujo único propósito era enganar o país , foi naturalmente uma vergonha (...) o Parlamento acabou por ser o lugar eleito da inimpugnabilidade ” (10/11/2001)		
Expresso	Henrique Monteiro	“ Felizmente , o deputado Daniel Campelo aprova orçamentos de estado. Felizmente, porque, ao fazê-lo, presta, como disse Guterres, um excelente serviço ao Governo , ao PS e a todos os partidos, uma vez que a não aprovação do OE não traria benefícios a ninguém”		
	José António Saraiva	“Tendo o PS que negociar para aprovar o OE é melhor que o faça com um deputado que com um partido , assim o OE “é menos desvirtuado” (17/11).		
Independente	Constança Cunha e Sá	As contas não são para levar a sério, o O.E. é “ amontoado sem nexos de sonhos e ilusões (...) de ano para ano afasta-se da realidade e exige remendos rectificativos” (2/11). “O OE transformou-se numa fantochada anual ” (16/11)		
	Inês Serra Lopes			“ O imenso desperdício de dinheiro público ” (...) “situações consentidas pelo poder político” de despesismo por parte dos gestores da maioria dos Institutos públicos. (26/10/2001)

Relativamente à aprovação do Orçamento de Estado para 2002, onde o voto do deputado Daniel Campelo do CDS/PP que a viabilizou assumiu grande relevo, lia-se no Público *que a imagem do Governo saiu enfraquecida e a do primeiro-ministro mais do que isso*. Caracterizava-se o Orçamento como *tragicomédia, uma farsa e um drama, tudo pífilo e provinciano, sem grandeza nem moral*; que estava destinado a *não ser cumprido*; que era *deprimente* – pelo *expediente amoral para a sua aprovação, pela falta de credibilidade, pela absoluta ausência de expectativas que gera*. A sua aprovação colocou Guterres numa posição de *ridículo quase insustentável e transformou-se num momento em que o funcionamento do nosso sistema político nos envergonha*.

Dizia-se, a propósito do orçamento, que o Governo era *laxista e despesista*, que praticava *doçura governamental e consensos moles* e que o seu grande mérito foi *tornar banal o desgoverno*

No Diário de Notícias, caracterizava-se o Orçamento de Estado como um *documento académico, sem credibilidade de ser cumprido, absolutamente irreal, imaginário e baseado em expectativas incumpríveis, como exercício anual de contorcionismo político sem relação com a realidade*, dando do Governo a imagem de *total falta de credibilidade*. O ministro das finanças era acusado de fazer *projeções irrealistas e baseadas em cenários impossíveis*. Sendo que a *actuação de Campelo é vista como uma humilhação para o Governo*

Em contrapartida, no Expresso saúda-se a iniciativa de Daniel Campelo que, assim, presta *um excelente serviço ao Governo, ao PS e a todos os partidos, uma vez que a não aprovação do OE não traria benefícios a ninguém*.

No Independente, o Orçamento de Estado é apresentado como um *amontoado sem nexos de sonhos, uma fantochada anual*

No Público, acerca da gestão das empresas públicas, denunciava-se a acumulação de *centenas de milhares de contos de prémios ou de indemnizações a gestores que se revelaram incompetentes* e no Independente *o imenso desperdício de dinheiro público*.

Relativamente à política para a RTP, no Público ela era qualificada de *dilacerada política em ziguezague*, sendo alvo de críticas negativas a contratação de Emídio Rangel.

A aprovação e promulgação da Lei de Programação Militar

O episódio da votação desta lei na Assembleia da República (em que o número de deputados votantes não era coincidente com o número de deputados efectivamente presentes) e a consequente promulgação pelo Presidente da República, Jorge Sampaio, originou vários comentários, na maioria, pouco abonatórios para a classe e sistema político português e, alguns, favoráveis a Marcelo Rebelo de Sousa (que pediu renúncia do cargo de Conselheiro de Estado).

Assim, Luís Delgado (DN, 2/11) classifica este episódio como um desprestígio para a Assembleia da República, o seu Presidente, o Governo e os partidos que não denunciaram a situação; todos eles não cumpriram as leis da República e dedicaram-se a alinhar numa fraude formal. Retoma o assunto (7/11) para voltar a acusar o Presidente de violar a Constituição, ao ter alinhado em “mentiras”: a lei não foi votada regularmente pela Assembleia da República; a lei não é constitucional; a existir “acordo de cavalheiros” entre os deputados, mais “vale fechar a Assembleia da República”.

A este “acordo”, na opinião de Manuel Villaverde Cabral, chamava-se na I República “uma manobra das alfurjas partidárias em benefício dos seus membros”. Realça “a crise em que mergulhou a representação política” e questiona-se se “a sina do Presidente é nunca poder fazer nada?”

Vítor Cunha (Independente, 2/11) acusa o Presidente da República de ter promulgado uma lei inconstitucional e denuncia o silêncio do Primeiro-Ministro e de Paulo Portas, elogiando Marcelo Rebelo de Sousa por ter rejeitado a “sinecura, em nome da independência e da decência” e Durão Barroso, por ter sido o “único líder que não entrou neste negócio de silêncios”. Retoma o tema na semana seguinte (9/11), reiterando que o comportamento da direcção do PSD no episódio desta lei “parece correcto e bem intencionado”, mas que a direcção da bancada não esteve à altura; tece fortes críticas ao funcionamento da Assembleia da República: “o sistema que

inventaram não passa de um subterfúgio pouco honesto que premeia quem assina o livro de presenças e a seguir se ausenta da sala (...) a auto-reforma do Parlamento não é possível porque quem a podia fazer só está interessado em perpetuar a indigência que alimenta os indigentes”

Para Inês Serra Lopes (Independente, 2/11), “o Presidente da República escolheu o mundo das aparências consabidamente falsas, dos compromissos, do não afrontamento (...) preferiu renunciar a ser o garante da legalidade e sujou-se com a mentira colectiva dos deputados”. Também a demissão de Marcelo Rebelo de Sousa do Conselho de Estado “para não ser conivente”, é vista como um aspecto positivo.

José Manuel Fernandes (Público, 3/11/) considera que o PS e o Governo têm a responsabilidade principal pela aprovação da lei; que o PSD poderia ter agido melhor (se entende que a lei é inconstitucional deveria ter suscitado a sua fiscalização); e que o Presidente da República agiu mal – o facto de não estarem presentes os 116 deputados deveria ser suficiente para que este enviasse o diploma para o Tribunal Constitucional, ao invés de ter promulgado a lei. Volta ao assunto em 7/11, reiterando a mesma posição face ao Presidente e realçando a “peixeirada” em que os partidos se envolveram, contribuindo para a debilidade (ainda maior) da Assembleia da República e para a descredibilização das instituições e dos partidos. Em 21/11, repete que “Jorge Sampaio fez mal em promulgar a lei. E comentando uma entrevista (a 3 estações de rádio em simultâneo) deste último, afirma que “ao retomar a polémica atirou mais achas para a fogueira onde arde o prestígio das instituições (...) no essencial, não soube manter-se ao nível do cargo que ocupa”

Similarmente, Vasco Pulido Valente (DN, 3/11) acusa o Presidente de ter promulgado uma lei inconstitucional, violando a Constituição.

Também José António Saraiva (Expresso, 3/11), o acusa de conivência com a “bagunça”, defendendo que o Presidente deveria ter mandado o diploma para traz. A aprovação da lei com 70 deputados (em vez de 116) significa “um soberano desprezo pela Constituição e “constitui reconhecimento da completa inutilidade dos deputados. Na semana seguinte (10/11), insiste na “má-fé do Parlamento”, na forma não séria como

os grupos parlamentares agiram e na cumplicidade do Presidente, que promulgou lei inconstitucional.

No editorial do Expresso (o jornal que tornou público o episódio da votação da Lei), o acordo entre as bancadas parlamentares com vista a facilitar as votações “depressa se transformou num convite ao absentismo e laxismo parlamentar”. O Parlamento, depois do caso tornado público, insistiu no erro e convidou o Presidente a ser cúmplice.

António Barreto (Público, 4/11), diz que percebe mas não se conforma com a aprovação da lei em causa, que os deputados se prestaram a um “triste espectáculo” e que esperava que o Presidente da República lhes desse um “monumental raspanete público”. Contudo, em 11/11 defende que o Presidente da República, tendo errado politicamente, não cometeu nenhuma inconstitucionalidade; o Parlamento, sim, com a participação activa de todos os partidos, errou e cometeu uma ilegalidade. Este último “habitou-se a costumes que protegem a ilegalidade e que requerem, não poucas vezes, o recurso à fraude. Ou à forja de documentos”.

Só Bettencourt Resendes (DN, 11/11) defende publicamente a “honra do Presidente”, acautelando que “utilizar sem pudor o Presidente da República como arma de arremesso político intra e interpartidário é uma imprudência que pode sair caro”

Durante este período foram escritas também considerações genéricas sobre sistema político, atentemos nas destes dois colunistas:

Vasco Pulido Valente: “Quem manda em Portugal são os “militantes” do PS e do PSD, uns 20 ou 30 mil boys e “laranjinhas” (...) a única obrigação do chefe é chegar ao poder ou ficar no poder para trazer as “bases” satisfeitas. Se perde, deitam-no fora e arranjam outro. Se ganha, não lhe mexem mesmo que arrase o país (...) A Assembleia da República não manda em coisíssima nenhuma e não devia suscitar mais do que indiferença (...) deputados não passam de um ornamento constitucional do regime (...) a verdadeira força continuará no partido” (DN, 23/11); “Os partidos acabam pouco a pouco por se transformar num bando de papagaios corruptos, cujo talento (se algum) se exprime principalmente na intriga (...) os nossos políticos não se recomendam” (24/11)

“Os partidos comprometem, associam um cidadão honesto a uma actividade pouco estimada e pouco respeitável e não dão nada em troca” (15/12)

Miguel Sousa Tavares: “Parece que ainda há quem não tenha percebido que, com o crescente desfasamento entre a linguagem e a liturgia da nossa política e os problemas concretos das pessoas, com a crescente degradação da qualidade da nossa vida pública, um dia serão os políticos a ir à procura dos eleitores que os oiçam e só encontrarão os fiéis das palmadinhas nas costas de todos os tempos e todas as ocasiões” (Público, 16/11) “È esta a desgraça da nossa política: a substituição das virtudes civis pelas virtudes partidárias (23/11)

Relativamente aos partidos da oposição e ao seu desempenho, entre os quais o PSD é notoriamente o mais referenciado, também lhe são apontadas “avaliações” nada abonatórias, augurando-se como longínqua a sua chegada ao poder e não se lhe atribuindo qualquer estatuto de alternativa desejável à governação socialista, como se pode constatar da análise do quadro seguinte.

Apreciação da oposição

Jornal	Temas	Apreciação de Durão Barroso e PSD	Outros partidos da oposição
Público	Colunistas		
	José Manuel Fernandes	“Durão Barroso nunca será Primeiro-Ministro (...) Alguém que ambiciona dirigir um país não pode oscilar entre a euforia e a depressão, não pode dar tantos sinais de incoerência, não pode deixar que sejam outros que lhe marquem a agenda, não pode deixar de aproveitar as boas oportunidades que tem (12/11)	
	Miguel Sousa Tavares	“Vejo Durão Barroso em Setúbal, num esforço inútil para ganhar o poder ali e no país. Jamais, jamais, sairá dali uma ideia nova, credível . Este homem seria incapaz de entusiasmar um moribundo a quem promettesse a vida eterna (7/12)	
Diário de Notícias	Manuel Villaverde Cabral		“E o mais confrangedor é verificar que não se vislumbram alternativas eleitorais (ao Governo) credíveis ” (7/12)
	Vasco Pulido Valente	“Dia glorioso da vitória está longe (...) PSD continua a descer nas sondagens (...) Barroso é arrasadoramente impopular ” (4/11); Barroso “sabe, de ciência certa, que vai perder qualquer legislativa em qualquer altura (10/11)	
Expresso	Alfredo Barroso	“Temos o maior partido da oposição, numa penosa e infundável travessia do deserto , vergado ao peso das incógnitas programáticas e dilacerado pelas lutas tribais (8/12)	

Independente	Constança Cunha e Sá	PSD “ finge que é oposição (...) Se a maioria dos portugueses não quer eleições, agora, não é porque esteja preocupada com a situação internacional, é porque sabe que o partido de Barroso se transformou numa espécie de buraco negro da democracia (...) não tem uma prioridade, não aguenta uma estratégia nem se lhe conhece o mais vago objectivo (...) Dr. Durão Barroso é um caso perdido ” (2/11); “a oposição não mostra alternativa (...) Trocar desgoverno de Guterres por balbúrdia de Barroso não é alternativa ” (16/11)	
	Vítor Cunha	“O PSD tem massa crítica, os melhores profissionais, enorme influência (.) mas também tem uma evidente falta de sentido estratégico, perdendo-se em soluções avulsas e em reivindicações nem sempre bem explicadas (...) Durão Barroso tem uma brutal incapacidade em escolher os melhores ” (23/11)	O PP “oscila entre um radicalismo justicialista de filiação social-cristã e um falso conservadorismo tradicionalista, cripto-salazarento” (23/11)

As colunas de opinião e editoriais do Público analisados também não se mostravam favoráveis a Durão Barroso. Sobre ele escreveu-se que *nunca seria Primeiro-Ministro, que seria incapaz de entusiasmar um moribundo a quem promettesse a vida eterna.*

Similarmente, no Diário de Notícias, também se augurava longínqua a vitória do PSD, e dizia-se do seu líder ser *arrasadoramente impopular, que perderia qualquer legislativa em qualquer altura.* À oposição, em geral, não se lhe atribuía credibilidade.

No Expresso, o PSD aparecia como atravessando uma *penosa e infundável travessia do deserto, vergado ao peso das incógnitas programáticas e dilacerado pelas lutas tribais*

A opinião no outro semanário era ainda mais feroz para Durão Barroso e para o partido que este liderava: *finje que é oposição, transformou-se numa espécie de buraco negro da democracia; não tem uma prioridade, não aguenta uma estratégia nem se lhe conhece o mais vago objectivo; Durão Barroso é um caso perdido, tem uma evidente falta de sentido estratégico, perdendo-se em soluções avulsas e em reivindicações nem sempre bem explicadas.*

Acerca do PP, escrevia-se que oscilava *entre um radicalismo justicialista de filiação social-cristã e um falso conservadorismo tradicionalista, cripto-salazarento*”.

É notória, neste período, a falta de referências aos outros partidos da oposição. Na verdade, a discussão é sempre muito centrada em torno dos dois maiores partidos – razão também pela qual a nossa análise se encaminhou nesse sentido.

No que diz respeito às eleições autárquicas de 2001, interessou-nos observar de que modo os colunistas lhe atribuíam, ou não, uma “dimensão nacional”, apresentando-as como um “teste” ao Governo (cujo primeiro-ministro, de resto, viria na sequência das mesmas, a demitir-se). Quais as suas expectativas face aos resultados eleitorais e quais os cenários traçados? Por outro lado, qual a importância atribuída às eleições (e consequentes resultados) da Câmara de Lisboa (uma vez que constatámos que sobre elas recaía uma significativa atenção)?

As eleições autárquicas

Jornal	Temas Colunistas	As autárquicas enquanto teste ao Governo	A importância atribuída à Câmara de Lisboa	O poder autárquico e o estilo da campanha
Público	Eduardo Prado Coelho	“A verdadeira questão põe-se nestes termos: se os resultados das autárquicas forem muito negativos para o PS, não há que fugir à evidência: o Governo acabou , mesmo que pretenda continuar” (11/12); Do lado da oposição, Durão Barroso, empolgado pelas sondagens promissoras, sentiu que era chegado o momento de desenhar no horizonte a hipótese de uma queda do Governo (12/12)	“Do lado socialista, verificamos que Lisboa se converteu na pedra – de – toque: perdida Lisboa, perdeu-se tudo; ganha Lisboa, salvou-se a honra do Governo ” (12/12)	“O debate para as autárquicas mudou de registo: passou do nível da comédia dramática para o tom da ópera trágica (12/12)
	José Manuel Fernandes	“O apagamento da política nacional, a sua relativa subalternização nos últimos 2 meses torna menos provável que os eleitores utilizem as eleições locais como instrumento para manifestarem o seu apoio ao Governo ou o seu protesto pelo estilo Guterres ” (5/11); “Destas eleições dificilmente sairá aquilo que muitos desejam: uma clarificação. Um safanão. Algo que permitisse sairmos (...) da apagada e vil tristeza da política portuguesa. Há quatro anos o país não estava deprimido (...) o país também ainda não se tinha desencantado do Governo e do suavíssimo Guterres (...) as muitas guerrilhas locais eram apenas isso: guerrilhas locais. Agora não. Como em poucas eleições autárquicas anteriores, discute-se mais o impacto nacional do que o seu relevo local (...) um país que deseja castigar o Governo sem premiar a oposição, um país		

		que desespera com a situação mas não confia nas alternativas. Um país que realmente necessita de um safanão” (14/12)		
Miguel Sousa Tavares				O poder autárquico é “uma espécie de catálogo das perversões democráticas e dos abusos de poder partidário”; “é um país habitado pelos falhados ou sobejantes da política nacional (...) vivem de mãos dadas com o futebol e a construção civil (...) perpetuam-se no poder enquanto ganharem eleições para o partido” (19/10); Jorge Coelho: “prefere mil vezes um socialista incompetente a um socialista derrotado” “È esta a desgraça da nossa política: a substituição das virtudes civis pelas virtudes partidárias (23/11); “depois da peixeiras, vêm os velhinhos (...) invadem-lhes o sossego dos lares

				(...) devassam a sua intimidade (...) o ‘circulo social’ da ‘campanha de rua’ completa-se com as visitas aos bairros de lata, aos bairros degradados, à miséria das ruas” (7/12)
Diário de Notícias	António José Teixeira	“O tempo é de autárquicas, mas há quem corra a pensar nas legislativas ou quem modere a marcha a pensar no dia seguinte (4/12)	“Vai por aí um tremor, uma agitação, na corrida à Câmara de Lisboa. Ganhar o país e perder na capital é meia-vitória. Ganhar Lisboa e perder o país disfarça a derrota. No PS diz-se que “perder Lisboa será um terramoto (...) Talvez seja o princípio do fim para s nomenclatura vigente” (11/12)	
	Luis Delgado	“Vai ser muito interessante apreciar o discurso de Guterres na noite das eleições autárquicas (...) porque se envolveu directa e empenhadamente nesta campanha (...) e porque pode, ou deve, sofrer a derrota mais pesada que alguma vez algum partido conheceu , em tempos recentes no nosso país”; “haverá dois vencedores claros: o PSD e o PP (...) o ciclo socialista está a acabar” (6/12)		

Manuel Villaverde Cabral	<p>“ (...) As eleições de domingo deviam ser um voto contra o Governo central – o actual e os anteriores” (...) a votação de domingo será uma ‘sondagem real’ àquilo que a população pensa dos partidos, em geral, e do Governo, em particular (...) só por si, o comportamento acossado do primeiro-ministro, sentido o chão a fugir-lhe debaixo dos pés, é a imagem óbvia do significado nacional destas eleições” (14/12)</p>		
Mário Bettencourt Resendes	<p>“É bom que o PS e os seus responsáveis máximos tenham a noção clara de que há um patamar de resultados a partir do qual se tornará inevitável uma extrapolação sobre os sentimentos dos portugueses relativamente à governação – de aprovação ou censura (...) se perderem (...) os socialistas ficarão em sérios embaraços (...) a atmosfera política da governação tornar-se-á insuportável (...) Tanto António Guterres como Durão Barroso deram já mostras de ter interiorizado o potencial dos resultados, em matéria de política nacional” (6/12)</p>		
Vasco Pulido Valente	<p>“Não acredito que os resultados da eleição possam seriamente mudar a política nacional (...) Se o PS perder, não acredito que isso provoque uma insurreição interna e que o Eng.º Guterres não consiga controlar o partido ou que apresente, como devia, uma moção de confiança (...) no dia 17 recomeça a</p>		

		comédia ‘guterrista’, sem alterações de programa. (14/12)		
Expresso	Alfredo Barroso	“A linha de separação de águas entre eleições autárquicas e eleições legislativas deve ser clara (...) O legítimo e compreensível propósito de ajustar contas com a governação do país, terá nas próximas eleições legislativas, o seu momento próprio e adequado.” (14/12)		
	Maria João Avillez		“Soares vai ser penalizado por esta medonha governação ou poupado a ela? (8/12)	
Independente	Constança Cunha e Sá	“ É evidente que as próximas autárquicas vão acabar por funcionar como uma primeira volta das legislativas . Para o bem e para o mal, o futuro do Governo e da oposição dependem dos resultados que vierem a obter nestas eleições (...) no caso do PS, só uma vitória em Lisboa poderá disfarçar o desgaste do partido a nível nacional (...) o PS só se aguenta se ganhar Lisboa (14/12)	“Mesmo em Lisboa, onde as próximas autárquicas adquiriram a tal dimensão nacional por que toda a gente suspira, o debate reduz-se a uma encarniçada disputa de grupos e clientelas . Os candidatos não se distinguem por uma ideia geral para a cidade (que, aliás, não têm). Muito menos pela ideologia” (7/12) (...) no caso do PS, só uma vitória em Lisboa poderá disfarçar o desgaste do partido a nível nacional (...) o PS só se aguenta se ganhar Lisboa (14/12)	“ As campanhas, nomeadamente as várias campanhas que se cruzam em Lisboa, desistiram dos portugueses (...) os portugueses não existem. Em contrapartida existem velhinhos, doentes, jovens, antigos combatentes ...todo um mercado eleitoral que deve ser sistematicamente explorado, numa acumulação sucessiva de interesses particulares e de promessas providenciais” (7/12)
	Inês Serra Lopes	“Queremos saber quem vai ser o próximo primeiro-ministro (...) É evidente que, estando os governos no poder, as autárquicas sejam um teste da sua (im) popularidade (... por	“ (...) Queremos saber quem ganhou Lisboa . A seguir qual é a medida da derrota ou da vitória	

		muito que se distingam as autárquicas das legislativas, depois de amanhã pode ser decidido o futuro do PS no poder (...) se a amplitude da vitória do PSD se confirmar, António Guterres pode ser o maior interessado em não fazer perdurar a agonia de um Governo já sem alento, nem ideias, nem programa, nem apoio” (14/12)	do partido do Governo (14/12)	
	Vítor Cunha	Guterres “corre o país a pedir votos em nome da estabilidade política, dando a tal dimensão nacional a estas eleições” (30/11)		

Da análise do quadro anterior, resulta evidente a atribuição de um “significado nacional” às eleições autárquicas, sendo encaradas como uma apreciação ao desempenho do Governo. No entanto, não se adivinham nos comentários os maus resultados que o partido do poder viria a obter e as consequências políticas que daí advieram. É também inequívoca a importância capital atribuída aos resultados de Lisboa. Por outro lado, resultam pouco abonatórios os comentários dirigidos ao poder autárquico e ao estilo da campanha eleitoral.

Assim, na opinião analisada no Público, duvidava-se que os eleitores utilizassem as eleições autárquicas *como instrumento para manifestarem o seu apoio ao Governo ou o seu protesto pelo estilo Guterres*, acreditando-se que dessas eleições dificilmente saísse aquilo uma *clarificação* ou um *safanão*. No entanto, admitia-se que se estava a discutir mais o seu *impacto nacional do que o seu relevo local*.

No Diário de Notícias aparecia mais clara a dimensão das autárquicas enquanto teste ao Governo: *uma sondagem real àquilo que a população pensa dos partidos, em geral, e do Governo, em particular, vendo-se no comportamento acossado do primeiro-ministro, sentido o chão a fugir-lhe debaixo dos pés, é a imagem óbvia do significado nacional destas eleições*. Admitindo-se *existir um patamar de resultados a partir do qual se tornará inevitável uma extrapolação sobre os sentimentos dos portugueses relativamente à governação – de aprovação ou censura*.

Houve quem vaticinasse a pesada derrota de Guterres: *pode, ou deve, sofrer a derrota mais pesada que alguma vez algum partido conheceu, em tempos recentes* e previsse a vitória de *dois vencedores claros: o PSD e o PP*. E houve também quem não acreditasse que os resultados pudessem *seriamente mudar a política nacional*, prevendo que no dia seguinte recomeçasse *a comédia “guterrista”*.

Um dos colunistas do Expresso alertava: *a linha de separação de águas entre eleições autárquicas e eleições legislativas deve ser clara*. Em nenhum colunista se observou a previsão dos acontecimentos que as autárquicas desencadeariam.

O Independente era contundente relativamente ao significado destas eleições: uma *primeira volta das legislativas*, com inequívoca *dimensão nacional*, através das quais pudesse vir a ficar *decidido o futuro do PS no poder – se a amplitude da vitória do PSD se confirmar, António Guterres pode ser o maior interessado em não fazer perdurar a agonia de um Governo já sem alento, nem ideias, nem programa, nem apoio.*

Em todos os jornais é observável a importância atribuída ao resultado das eleições em Lisboa e realçado o seu significado nacional. Resumindo-se numa única frase: *perdida Lisboa, perdeu-se tudo; ganha Lisboa, salvou-se a honra do Governo; perder Lisboa será um terramoto.*

É nos jornais Público e Independente que encontramos a qualificação do poder autárquico e da campanha eleitoral. No primeiro jornal, escrevia-se que o debate *passou do nível da comédia dramática para o tom da ópera trágica, denunciava-se as perversões do poder autárquico: uma espécie de catálogo das perversões democráticas e dos abusos de poder partidário.*

No Independente, também se criticava o “estilo” da campanha em Lisboa: *a desistência dos portugueses – existem, sim, velinhos, doentes, jovens, antigos combatentes...todo um mercado eleitoral que deve ser sistematicamente explorado, numa acumulação sucessiva de interesses particulares e de promessas providenciais*

Dos colunistas analisados, alguns tornaram público e explícito o seu sentido de voto. Foi o caso de Eduardo Prado Coelho (Público, 14/12): “Eu voto em Lisboa e voto Miguel Portas (...) Desejo a vitória de João Soares e a presença de Miguel Portas na câmara de Lisboa”; Vasco Pulido Valente (DN, 14/12): “Tirando Lisboa, onde obviamente voto Soares, a cerimónia autárquica do dia 16 não me excita muito”; Alfredo Barroso (Expresso, 14/12): “Opto por aqueles que já provaram ‘Amar Lisboa’ e querem continuar a fazê-lo”

No cômputo geral, durante este período pré-eleitoral, é notório um generalizado mal-estar e descontentamento face ao poder socialista. Contudo, também não são defendidas ou apontadas quer medidas quer alternativas políticas para o país. À actividade política e à classe política aponta-se-lhes um indisfarçável desprestígio e descrédito.

7.2. Apresentação e análise de resultados II

O resultado das eleições autárquicas, e a consequente demissão do primeiro-ministro António Guterres, revelou-se imprevisível quer para as sondagens da época quer para a maioria dos colunistas analisados: “o imprevisível aconteceu (...) considerei improvável um ‘cataclismo eleitoral’ (...) Enganei-me”, escreve José Manuel Fernandes no editorial do Público de 17/12, que intitulou “Afinal, o safanão; O editorial do DN, assinado por Mário Bettencourt Resendes intitulava-se “Terramoto político”; António José Teixeira, no mesmo jornal, escrevia: “Durão Barroso tinha pedido um cartão amarelo ao Governo, obteve um cartão vermelho. De um dia para o outro, o país acordou alaranjado (...) confirmou-se o temido ‘terramoto’ de Lisboa, mas os tremores ultrapassaram todas as previsões” (18/12).

Deu-se, assim, início ao que consideramos ser um novo “ciclo” na vida política nacional, e que aqui designámos de “segundo período”, que vai de 17 de Dezembro de 2001 ao dia das eleições legislativas antecipadas (17 de Março de 2002).

Interessou-nos continuar a observar como era “avaliado” o poder socialista – categoria que, para poder ser melhor operacionalizada, subdividimos nas subtemáticas: interpretações para “demissão do primeiro – ministro”; avaliação do processo de “sucessão de António Guterres”; continuação da “avaliação de António Guterres” e do desempenho da “governança socialista”.

Depois, quisemos encontrar nos comentários dos colunistas o “perfil dos dois principais candidatos” às eleições legislativas, Ferro Rodrigues e Durão Barroso.

Dedicámos substancial atenção à categoria de análise que denominámos “campanha eleitoral”, onde buscámos a “caracterização dos partidos e ‘climas de opinião’”; as apreciações/avaliações dos respectivos “Programas eleitorais”; os comentários à “campanha dos partidos”, propriamente ditam; e as leituras sobre os “debates televisivos”.

Finalmente, trabalhámos uma categoria muito ampla na qual incluímos as “considerações genéricas sobre a política” que os vários colunistas foram tecendo ao longo deste período, reunidas em tornos da “avaliação do funcionamento dos partidos e da classe política”; das considerações sobre o “sistema eleitoral/condições de governabilidade”; e sobre as “percepções dos cidadãos acerca da política”.

O poder Socialista

Jornal	Temas Colunistas	A demissão do primeiro- ministro	A sucessão de António Guterres	Avaliação de António Guterres	A governação socialista
Público	António Barreto	“Renúncia de António Guterres (...) revelou premeditação e cansaço culpado . Deixou o partido num estado de calamidade. Não tratou com elegância os seus camaradas (...) Desprezou o Governo (...) criou uma crise . Foi um gesto precipitado , mas foi sobretudo um acto irreflectido , aparentemente motivado por sentimentos vingativos ou pela impotência do derrotado sem força interior. (...) O seu exemplo, se chegar a seu fim, não é bom (...) queria ir-se embora a qualquer preço (...) fugiu . (23/12)	“O anúncio de candidatura de Ferro Rodrigues também foi um acto falhado ” (23/12)	“Não queria que o governo seguinte fosse socialista. São todos sentimentos menores , da parte de um homem rápido e com dom da palavra , mas vácuo, superficial e sem capacidade para liderar uma equipa de gente adulta e seniores competentes” (23/12)	“O eleitorado está farto dos socialistas de Guterres e o PS está a cair de podre (...) é preciso que os socialistas saibam que se perderem a si próprios o ficam a dever” (30/12)

<p>Eduardo Prado Coelho</p>	<p>“O abandono de Guterres de todas as suas responsabilidades presentes é provavelmente mais um gesto de cansaço, ressentimento e desilusão do que uma atitude política. Humanamente merece todo o respeito” (20/12)</p>	<p>“Estará António Vitorino em condições – e não se vê mais ninguém – para querer construir de raiz outra imagem desse futuro?” (18/12)</p>	<p>A ideia de que António Guterres como primeiro-ministro e secretário-geral do PS se tornara parte substancial do problema, e não parte da solução, tornou-se óbvia para todos (18/12);</p>	<p>“A agonia intermitente acabou. O fim do Guterrismo acabou. (...) Como é que se não deram conta de que o país viviam se tinha desde há muito transformado num pântano político, sem alma nem rumo, sem paixão nem convicção, entregue à esperteza saloia de técnicos de imagem de gabinete, aos truques desastrosos dos Campelos, aos compromissos vergonhosos com as forças de pressão económica, às políticas calamitosas dos Sasportes da cultura, às acrobacias para a sobrevivência dos Vara, e assim por diante?” (18/12); “É verdade que Guterres, não tendo obtido a maioria absoluta que esperava, começou a amuar com o país (...) A partir daí a impaciência instalou-se, com uma desatenção crescente em relação às questões técnicas e um transferir tudo para o plano da artimanha política e da retórica parlamentar (...) houve erros que se foram acumulando (20/12); “Senti nos últimos dois anos uma enorme fadiga em relação a um Governo que tinha um estilo trapalhão, feito de truques sempre habilidosos e</p>
-----------------------------	--	---	---	--

					sempre falhados, incapaz de mobilizar as pessoas através de um discurso de frontalidade e verdade” (24/12); “ múltiplas asneiras que marcaram os últimos anos de governação (...) o pano de fundo dos números de 16 de Dezembro: rejeição de um PS que já ninguém suportava ” (14/1);“Eu sei que seis anos de ‘guterrismo’ (para simplificar) deixaram um sentimento insuportável de uma imensa oportunidade perdida. ” (13/2)
José Manuel Fernandes	“O homem de borracha , o governante que já vimos adaptar-se a todas as circunstâncias e explicar com o mesmo sorriso políticas opostas, assumiu a verticalidade . Percebeu que, depois da mais terrível noite eleitoral da sua carreira como líder do PS, só lhe restava a clarificação. Anunciou por isso que vai a Belém apresentar o seu pedido de demissão de primeiro-ministro. Fez bem, honra lhe seja feita ” (17/12)	“Nos corredores da política a fulanização é absoluta : quem vai suceder a Guterres? Vitorino? Gama? Ferro Rodrigues? O jovem António Costa? O experiente Cravinho? (18/12);“Jaime Gama deverá ser o próximo líder do PS (...) tem a experiência, a inteligência e a determinação suficientes para fazer dele um bom líder (...) é um modelo de prudência e de cálculo (...) um tribuno hábil, um homem culto, um político pragamático – mas a tantas qualidades junta-se um terrível ‘handicap’ como chefe de campanha eleitoral:	“Guterres caiu na tentação de agradar a todos, acabando a despedir-se dos portugueses evocando o ‘pântano’ a que ele próprio os conduziu ” (20/2)	“O essencial é perceber que o mal esteve em governar sem escolher ” (14/2);“O povo cansou-se da paralisia equilibrista do guterrismo e da sua congénita incapacidade para desagradar ” (16/2)	

		<p>é frio como gelo e tem uma pose demasiado pomposa”(20/12); “Num dia o homem ideal era Vitorino. No dia seguinte, pressurosos, os notáveis socialistas apressavam-se a saudar a candidatura de Jaime Gama, logo definida como ‘ideal’. Mais um dia passou-se e, sem pudor ou rubor, os mesmos dirigentes precipitaram-se a aclamar Ferro Rodrigues. O facto de haver uma ou duas excepções no meio deste deplorável espectáculo não muda o essencial: no PS não interessa discutir o que correu mal no Governo (...) No PS só conta encontrar alguém que possa ganhar as próximas eleições – e estar com esse alguém desde o primeiro momento, para depois colher os eventuais frutos. (...) A sua única preocupação é manter o poder (21/12); “se o próximo líder do PS saísse vitorioso de uma refrega eleitoral intensa, isso seria um sinal de que era alguém capaz de ir à luta e vencer. Sendo</p>		
--	--	---	--	--

		<p>apenas levado em ombros, tal apenas quererá dizer que o partido continua a preferir varrer os seus problemas para debaixo do tapete, iludindo-os, tal como o poder socialista fez com tantos problemas ao longo dos últimos anos” (...)“Vamos assistir a uma triste campanha em que gente de muitas e variadas sensibilidades, uns mais liberais, outros decisivamente estatistas, muitos apenas aparelhistas, poucos genuinamente independentes, se unirão para a marcha de consagração do novo líder do PS (...) Não foi só Ferro Rodrigues que, por falta de comparência de adversários, perdeu uma oportunidade de mostrar ao país o que vale: é também o PS que, pela pena de algumas das suas figuras de maior relevo, mostra dificuldade em entender o que se passou e bloqueia quanto toca a diagnosticar as rupturas sem as quais só por milagre o partido poderá reconciliar-se com os eleitores” (4/1); “O PS</p>		
--	--	---	--	--

		também elegeu (...) o seu líder, Ferro Rodrigues, sem surpresa (...) não lhe cabem culpas por não ter adversários internos à altura (...) Mas é uma verdade que diz muito sobre o que é hoje o PS: um monte de militantes incapaz de gerar protagonistas capazes de, em confronto, discutirem o que correu mal no partido – e no país que esse partido governou, praticamente sem oposição, durante seis anos. Pior: um monte de militantes que parecem ter como única obsessão continuar no poder (...) a política à portuguesa vai definhando ” (21/1)		
Miguel Sousa Tavares	“E, se ele saiu com dignidade e sem um segundo de hesitação, nada é mais revelador de que toda a esperança de regeneração era inútil do que o visível alívio com que António Guterres se despediu de nós” (21/12); “O homem foi-se embora, oficialmente despeitado, intimamente aliviado”	“Mas já nada apagará a imagem de desnorte do PS , que à terça-feira apresenta Vitorino, à quarta Gama e à quinta Ferro Rodrigues. E já nada conseguirá apagar esta perigosa sensação de que o poder está maduro – ou melhor, podre – para ser colhido por qualquer um, ao virar da esquina” (21/12)	“Tenho para mim que Guterres foi despedido porque abusou da dose: foi tão condescendente, tão conciliatório, tão avesso a conflitos , que as pessoas acharam que ele já estava a fazer pouco delas (...) O homem tinha um ar de instalado, de indiferença, quase desdém ” (28/12); “Assisti à imensa	“As eleições “mataram, de um só e certo golpe, esse ciclo de esperanças irresponsavelmente desbaratadas a que chamamos guterrismo (21/12); “O mal do governo do eng.Guterres não foi o de não fazer o bem, mas o de se recusar a fazer o mal (28/12);“Testemunhei como cada esperança, cada reforma, cada mudança exigida foi sepultada

		(28/12)		esperança que António Guterres conseguiu despertar em Portugal e à tremenda, imperdoável e desesperada desilusão que a sua falta de coragem política conduziu as esperanças de ontem.” (25/1)	pelo ataque planeado do respectivo ‘lobby’ a atingir e percebi como a estabilidade se transformou em imobilismo e como a política se transformou em coisa inútil e rançosa (...) Um Estado de padrinhos e afillhados, distribuindo os seus favores, as suas benesses e os seus privilégios ao sabor dos interesses em jogo, numa permanente e perversa relação de intimidade e confusão entre partidos, grupos empresariais e corporações profissionais e o Governo da nação ” (25/1)
Diário de Notícias	António José Teixeira	“Na hora da derrota, confirmado o esgotamento da governação, o ‘rei’ assumiu a sua ‘nudez’. O PS ficou com um grande problema e sem solução à vista (...) o ‘desprendimento’ parece anunciar uma saída de cena. Talvez a pensar em outros voos porventura mais motivadores, como as presidenciais de 2006” (18/12)			
	Luís Delgado	“ Se é certo que o PM só podia fazer o que fez e naquele momento – e por isso merece respeito – fê-lo	“Há uma semana, o PS vivia sereno e tranquilo, na sua ineficácia e apagamento. Hoje, os socialistas		António Guterres, o Governo, na sua totalidade, e o PS, a todos os níveis, pagaram cara a falta de credibilidade, o péssimo

	<p>contra a lógica de tudo o que dizia horas antes” (18/12)</p>	<p>perderam o seu melhor trunfo, viram a expectativa de Gama gorada, em poucas horas, e agora começam a descer os degraus, à procura de quem se sacrifique até Março. Uma coisa é certa: o PS vai mudar, sem dúvida nenhuma, mas desta vez do Governo para a oposição. Só lhe faz bem” (21/12)</p>		<p>exercício governativo, a soberba e a falta de humildade e a notória incapacidade de perceberem os portugueses” (18/12);“Como é que o actual Governo, demissionário e em gestão, pode prosseguir ou decidir reestruturações e saneamentos financeiros (...) Já é estranho e bizarro que este Governo queira agora fazer o que nunca fez em mais de seis anos, mas fazê-lo demitido e à espera que venha o novo é que é absolutamente descabido” (17/1)</p>
<p>Manuel Villaverde Cabral</p>	<p>“Da pior maneira, o inevitável acabou por acontecer. Guterres demitiu-se. Mas não se demitiu para mudar de políticas e relançar o governo (...) Pura e simplesmente, Guterres foi-se embora, abandonando o PS à sua sorte, sob o peso de uma derrota que se deve inteiramente a ele e à degradação a que deixou chegar a vida política (...) Deploro contudo a forma como alguém que foi primeiro-ministro durante mais de seis anos abandona o serviço público sem aviso</p>	<p>“A recusa de António Vitorino para suceder a Guterres é o espelho da ética política vigente: o partido serve para tirar proveito dele, mas não para sacrifícios. A solução Jaime Gama não era a melhor do ponto de vista eleitoral” (21/12); “Órfão de líder, o PS não é capaz de pensar noutra coisa que não seja a sucessão. Ideias, zero. (28/12)</p>	<p>“Guterres pouco mais fez do que inaugurar as obras encetadas pela maioria anterior (...) nunca se elevou à estatura de um homem de Estado (...) nunca deixou de ser um homem do aparelho e, com a desculpa do diálogo, limitou-se a gerir lobbies e clientelas com vista a um único objectivo: a sobrevivência (...) A sua política resumiu-se à gestão do <i>statu quo</i> (...) Como primeiro-ministro, Guterres foi o pior desde o 25 de Abril! “ (21/12)</p>	<p>“PS recuou na despenalização do aborto (...) na regionalização (...) na reforma fiscal (...) miseravelmente na taxa de alcoolemia (...) embarcou na política do betão herdada do cavaquismo (...) teve mil oportunidades de se aliar ora à esquerda, ora à direita, para tirar o País do imobilismo (...) foi incapaz de mexer nos interesses criados. (...) Nem os passos em falso e as promessas vãs de Durão Barroso, nem tão-pouco as divergências entre os porta-vozes do PSD, nem sequer a ausência de qualquer projecto político da direita, serão suficientes para</p>

	<p>nem preparação, deixando as finanças arruinadas e o país em pior estado do que o recebeu em 1995 (...) não acredito na versão piedosa do digno vencido que se inclina perante o veredicto do povo. Acredito, sim, que Guterres estava farto de ser criticado e que não tinha energia nem ideias para sair do atoleiro em que nos meteu a todos. E então aproveitou a boleia de uma derrota anunciada para fugir às responsabilidades (...) em suma, demitiu-se por causa da incompetência, das mentiras sucessivas, das promessas nunca cumpridas, do clientelismo desbragado, do tráfico de influências e dos fumos de corrupção” (21/12);“Guterres aproveitou para fugir” (28/12);“o engenheiro Guterres amou com o País, entregando o PS à sua triste sorte e criando, finalmente uma hipótese do Dr. Durão Barroso chegar ao poder” (18/1);“Se tivesse querido tramar o partido,</p>			<p>que o eleitorado dê ao PS uma segunda oportunidade “ (8/2)</p>
--	--	--	--	--

	condenando-o sem apelo à derrota nas próximas legislativas, não podia ter feito melhor. Se calhar quis mesmo!” (8/2)			
Mário Bettencourt Resendes	“A margem da vitória do PSD nas eleições autárquicas legitima uma extrapolação dos resultados no que se refere a uma leitura política nacional (...) António Guterres tomou uma decisão exemplar em matéria de comportamento democrático e susceptível de conduzir à clarificação de um cenário político que ameaçava transformar-se num verdadeiro ‘pântano’, para utilizar a expressão do primeiro-ministro demissionário” (17/12) “Mesmo que a demissão tenha ido ao encontro dos seus desejos mais íntimos, fez bem António Guterres quando escolheu um caminho clarificador” (6/1)			“Seria admissível que o primeiro-ministro escolhesse uma ‘opção de sobrevivência’. Não seria, no entanto, mais do que uma espécie de prolongamento da agonia política em que os socialistas têm conduzido a governação nos últimos tempos, com uma sucessão de episódios reveladores de um défice crescente de liderança política” (17/12)
Vasco Pulido Valente			“Guterres transformou a esquerda numa zaragata sem destino ou conserto (28/12)	

Expresso	Alfredo Barroso	“O engenheiro Guterres também está farto – como estava o professor Cavaco Silva – e deixa o PS tão descalço , em 2001, como o PSD ficou em 1995. Só que desta vez, as eleições presidenciais já foram no ano passado e o engenheiro Guterres prefere repousar e ficar a falar com os seus botões durante três longos e confortáveis anos de espera (...) Uma decisão que deixa o PS completamente de rastos e entregue à sua sorte (...) Perante o risco de derrota, o engenheiro Guterres preferiu desistir ” (22/12)			“ As eleições autárquicas foram letais para o Governo. Acabaram mesmo por se transformar no capítulo final da crónica de uma morte política anunciada (...) o lamentável espectáculo encenado no Pavilhão Atlântico, em Maio passado, prenunciava o descalabro de um aparelho político sem ideias e de um Governo sem fôlego. A auto-satisfação, o conformismo, a displicência, a arrogância, a subserviência e a total ausência de debate político interno foram as pedras de toque de um congresso monótono e monocórdico, que constitui um inequívoco sinal da perda de contacto com a realidade do país (...) O catálogo de maus exemplos é impressionante... ” (22/12)
	Henrique Monteiro	“ Sempre foi melhor cair de pé, com coragem política ” (22/12)	“Entre os socialistas começam a escassear nomes e uma vez afastados Vitorino e Gama, apenas restam personalidades cujo perfil tende a ir na direcção contrária dos sinais do eleitorado” (22/12)		“O eleitorado cansou-se de um PS que pouco ou nada decide, que nomeia muita gente, para muitos cargos, comissões e institutos, mas que não mostra coragem política (...) tentar agradar a todos e a cada um, sem rumo definido nem ideias precisas ” (22/12)
	José António Saraiva	“ Incapaz de enfrentar os acontecimentos, abandonou		“Mas que herança deixa agora Guterres ao seu sucessor? Um	“O Governo socialista vai provavelmente ficar na história

	<p>o barco. Ora a atitude correcta seria exactamente a contrária: aguentar, ir à luta, tentar limitar os estragos (...) a demissão de Guterres constitui um péssimo exemplo (...) neste momento foi incompreensível” (22/12); “Quando a situação se complicou despediu-se ‘à francesa” (16/2)</p>		<p>orçamento em que ninguém acredita e um descalabro financeiro (...) Nenhuma obra significativa em curso. Um estado geral de desânimo na opinião pública” (22/12); “Como foi possível Guterres não perceber que a sua busca obsessiva dos consensos, a sua preocupação com as sondagens, a sua vontade de agradar a todos, conduziriam necessariamente à paralisia, aos ziguezagues políticos, ao défice de autoridade do Governo? (12/1); “optou por uma irresponsável ‘política da facilidade’ (16/2)</p>	<p>como um dos piores governos pós-25 de Abril (...) a gestão da TV pública no fim do ciclo socialista vai ficar como o exemplo mais forte do descontrolo a que chegou o Governo de Guterres” (16/2)</p>
<p>Maria João Avillez</p>		<p>“Socialistas atordoados. E sem Gama tudo ficou mais difícil” (22/12)</p>	<p>“A péssima governação de Guterres” (22/12)</p>	<p>“Foi justamente o facto do Governo ter sido (...) uma trapalhada informe, que levou o eleitorado a virar a cabeça (...) Não convenceu ninguém e desagradou a todos: os ‘gregos’ estão lixados e os ‘troianos’ à espera de votar no PSD (22/12); “No PS já nem sequer incógnita há: desgovernou, desperdiçou, desmazelou, desresponsabilizou. Destruiu. Ia dando cabo do país” /12/1)</p>

Independente	Constança Cunha e Sá	“O primeiro-ministro, perante a embrulhada em que nos enfiara, decidiu ‘pirar-se’ (é a expressão) do Governo, deixando o país num pântano” (4/1)		“Terminado o flagelo do guterrismo (...) a esquerda está longe de saber o que quer (.). Não foi por acaso que o Eng. Guterres ficou conhecido, quando ainda se agitava pela oposição, pelo ‘picareta falante’ – porque a sua grande (e única) vantagem era a facilidade com que falava sobre tudo, sem se deixar atrapalhar por nada que tivesse a ver com a realidade (...) O guterrismo só enganou quem quis. O essencial estava lá, desde o início: uma política transformada em cosmética que teve sempre como único objectivo satisfazer as mais variadas clientelas (28/12)	
	Inês Serra Lopes	“António Guterres fez esta semana o que me parecia inevitável: demitiu-se (...) viu-se num beco sem saída (...) decidiu que não estava disposto a manter a farsa a que chamava Governo (...) Escolheu tirar o corpo fora e deixar o problema ao partido (21/12)			
	José Júdice		“ Indecoroso espectáculo (...) recorrem a anúncios de jornais para encontrar um	“Ao fim de dez anos de poder no PS, António Guterres criou um deserto à sua volta (...)	“ O PS já estava sem rumo nem timoneiro muito antes da demissão de António Guterres”

			‘quadro’ para preencher a vaga de líder” (21/12)	esforçou-se metodicamente por eliminar qualquer rival” (21/12)	(21/12)
Vítor Cunha	<p>“A interpretação que António Guterres fez dos resultados eleitorais e a consequente demissão até pode ser legítima (...) mas não é certamente própria de um primeiro-ministro responsável e com sentido de Estado. Guterres deixa o país numa situação lastimável e nem sequer procura sair de uma forma digna, acautelando o interesse público. Os únicos interesses satisfeitos foram os do próprio Guterres (...) Guterres foi apenas igual a Guterres” (21/12)</p>			<p>“Guterres, será melhor não o esquecer, é o pai dos imobilismos (...) tentou diferenciar-se de Cavaco Silva sublinhando um suposto carácter humanista, antitecnocrático, acabando por revelar-se, de facto, tão humano que o seu lema podia ser ‘errar é humano” (4/12);“Um homem que nunca parece estar neste mundo, capaz de tudo, mas mesmo tudo, apenas para satisfazer objectivos pessoais (...) não deixará saudades” (21/12);</p>	<p>“Laxismo e lógica do ‘laissez faire, laissez passer’ guterrista” (...) O PS governou sem governar, prometeu sem fazer, adiou sem justificar” (25/1)</p>

Como se pode constatar a renúncia de António Guterres à liderança do partido e ao cargo de primeiro-ministro foi alvo de dois géneros, opostos, de comentários: os que elogiaram a sua atitude e os que a conotaram negativamente, sendo esta última a mais prevalecente em todos os jornais.

O processo atribulado da sucessão de António Guterres na liderança do partido socialista foi em todos os jornais negativamente avaliado. Nos espaços de opinião do Público lia-se que nesse *deplorável espectáculo só conta encontrar alguém que possa ganhar as próximas eleições*, que a única preocupação do partido é *manter o poder*; outro colunista realçava a *imagem de desnorte do PS*. Também no Diário de Notícias se dava conta da sucessão de nomes, e respectivas recusas, para a liderança do partido e se acusava este último de não ser capaz *de pensar noutra coisa que não seja a sucessão*, perspectivando-o já na oposição: *o PS vai mudar, sem dúvida nenhuma, mas desta vez do Governo para a oposição*. No Expresso, lia-se que os socialistas estavam atordoados. E no Independente qualificava-se os episódios da procura do novo líder como um *indecoroso espectáculo*.

A análise deste segundo período revelou a continuação da avaliação muito negativa do desempenho de António Guterres e do seu Governo por parte dos colunistas. Tratam-se de comentários demolidores vindo da generalidade dos colunistas analisados que escreviam nos jornais estudados.

Relativamente ao primeiro-ministro, escreveu-se no Público que tinha *sentimentos menores, era vácuo, superficial e sem capacidade para liderar*; que *caiu na tentação de agradar a todos, acabando a despedir-se dos portugueses evocando o ‘pântano’ a que ele próprio os conduzira*”; *Que foi tão condescendente, tão conciliatório, tão avesso a conflitos, que as pessoas acharam que ele já estava a fazer pouco delas*; que *tinha um ar de instalado, de indiferença, quase desdém*”; que *tinha falta de coragem política*. António Guterres como primeiro-ministro e secretário-geral do PS *tornara-se parte substancial do problema, e não parte da solução*

O perfil traçado de Guterres no Diário de Notícias não era melhor: *nunca se elevou à estatura de um homem de Estado; nunca deixou de ser um homem do aparelho, limitou-*

se a gerir lobbies e clientelas com vista a um único objectivo: a sobrevivência; Como primeiro-ministro, foi o pior desde o 25 de Abril; transformou a esquerda numa zaragata sem destino ou conserto

No Expresso, era responsabilizado pelo *estado geral de desânimo na opinião pública* e por ter optado por *uma irresponsável política da facilidade*, por ter feito uma *péssima governação*.

E no Independente lia-se que o *flagelo do guterrismo teve sempre como único objectivo satisfazer as mais variadas clientelas*; que Guterres *esforçou-se metodicamente por eliminar qualquer rival*

A governação socialista, o “guterrismo” e o PS foram, pois, ferozmente criticados por todos os colunistas de todos os jornais. Resumidamente, e continuando a ser fiel á linguagem utilizada, vejamos o que de mais ilustrativo se escreveu no Publico: *o PS está a cair de podre; a agonia intermitente acabou*; o país desde há muito que se tinha transformado num *pântano político, sem alma nem rumo, sem paixão nem convicção, entregue à esperteza saloia de técnicos de imagem de gabinete*; assistiu-se a uma *desatenção crescente em relação às questões técnicas e um transferir tudo para o plano da artimanha política e da retórica parlamentar*; houve *erros que se foram acumulando*; o Governo *tinha um estilo trapalhão*, seis anos de ‘guterrismo’ deixaram um *sentimento insuportável de uma imensa oportunidade perdida*; a *paralisia equilibrista e a sua congénita incapacidade para desagradar*; a *política transformou-se em coisa inútil e rançosa*; houve uma *permanente e perversa relação de intimidade e confusão entre partidos, grupos empresariais e corporações profissionais e o Governo da nação*.

No Diário de Notícias, enumerava-se *a falta de credibilidade, o péssimo exercício governativo, a soberba e a falta de humildade e a notória incapacidade de perceberem os portugueses*, os recuos, a *incapacidade para mexer nos interesses criados*; *a agonia política, o défice crescente de liderança política*.

O Expresso falava de um *aparelho político sem ideias e de um Governo sem fôlego*; de *um PS que pouco ou nada decide, que nomeia muita gente, para muitos cargos*,

comissões e institutos, mas que não mostra coragem política; que tenta agradar a todos e a cada um, sem rumo definido nem ideias precisas; o Governo socialista vai provavelmente ficar na história como um dos piores governos pós-25 de Abril; o Governo foi uma trapalhada informe; o PS desgovernou, desperdiçou, desmazelou, desresponsabilizou. Destruiu.

E no Independente, entre outras acusações, encontramos o *laxismo e lógica do 'laissez faire, laissez passer' guterrista*"; que o PS *governou sem governar, prometeu sem fazer, adiou sem justificar.*

Qual o perfil traçado pelos colunistas dos candidatos dos dois principais partidos nas eleições legislativas de 2002? È o que o quadro das páginas seguintes nos pretende mostrar.

Perfil traçado dos dois principais candidatos

Jornal	Temas Colunistas	Ferro Rodrigues	Durão Barroso
Público	António Barreto	<p>“É-lhe indiferente saber com quem pode governar. Desde que o PS esteja por lá. Sem ter percebido que é este PS que o eleitorado não vê com bons olhos. Por outro lado, a sua entronização, diante dos coveiros do PS, a que presidia António Guterres, deixou-lhe indelével marca genética. Ou deveria dizer necrológica? (30/12); “Ferro disse o que disse e o seu contrário. Radical e liberal; colectivo e individual; público e privado; com e sem reforma fiscal; com e sem protecção sindical; com e sem despedimentos; com e sem círculos uninominais. Foi quanto bastou para concluir: quem quer tudo não sabe o que quer” (6/1)</p>	<p>“Os dois ou três anos que Barroso leva de líder da oposição não lhe são particularmente favoráveis” (23/12); “Não há nenhuma razão para que o PSD ganhe as eleições. Muito menos Durão Barroso (30/12); “tem decisões rápidas e bruscas, mesmo antes de estudar os assuntos com atenção. Valoriza mais a rapidez do que a capacidade de decisão” (24/2); “A demagogia do líder e a sua fraqueza interior fazem com que dele se espere apenas o adjectivo fácil. Para não dizer a mudança brusca de opinião (...) Que é feito da serenidade reflexiva de um chefe da oposição e candidato a primeiro-ministro, enriquecido sem justa causa, transformado de repente em estridente demagogo?” (10/3)</p>
	Eduardo Prado Coelho	<p>“Personalidade que à partida merece todo o apoio e simpatia (...) tem várias vantagens a seu favor. É um dos rostos do lado positivo deste Governo, tem uma marca de convicção e integridade, tem um excelente relacionamento com o Presidente da República, pode ser capaz de dialogar com a restante esquerda, tem um curriculum de competência e profissionalismo e não experimenta dificuldades para se diferenciar de Durão Barroso” (24/12); “Após escassas semanas de lançamento de uma candidatura a secretário-</p>	<p>“Todos nós sabemos que um homem sério como Durão Barroso jamais poderá ter o menor respeito pelas palhaçadas indecorosas de Alberto João Jardim. Mas será que o silêncio que mantém sobre esta matéria (bem mais grave do que muitos outros silêncios) deverá ser classificado de falta de coragem e de ausência de pudor? Ou deveremos suspeitar de que se trata de uma política, diplomática e cautelosa gestão das prioridades?” (7/1); “o</p>

		<p>geral do PS, Ferro Rodrigues aparece com notáveis índices de popularidade (...) num confronto entre os perfis dos dois candidatos a primeiro-ministro (...) Ferro Rodrigues bate já Durão Barroso em toda a linha” (14/1);“O problema que se coloca neste momento a Ferro Rodrigues é o de, uma vez que já demonstrou as suas inegáveis qualidades nas matérias da sua directa competência, alargar a gama das suas preocupações (...) é preciso abrir o discurso a outras áreas, de modo a criar uma imagem de conjunto para a sociedade: a moção de Ferro Rodrigues é excelente nas questões sociais, mas nada nos diz sobre educação, defesa, comunicação social, ciência, ambiente ou cultura. É verdade que Durão Barroso nada tem revelado de inovador nestas matérias” (15/1)</p>	<p>estilo errático de um Durão Barroso cada vez mais apostado em vir para a rua dar tiros para o ar, e sobretudo a simplificação ideológica, que é manifestamente a capa de um vazio de ideias” (28/1)</p>
	José Manuel Fernandes	<p>“As primeiras declarações de Ferro Rodrigues após o Conselho Nacional do PS também são aterroradoras. Aparentemente é-lhe indiferente aliar-se com o PP ou com o PCP (...) Aparentemente, também não há nada a dizer sobre os erros do Governo de que ele mesmo fez parte – o que quer dizer que não percebeu nada do que os eleitores quiseram dizer a 16 de Dezembro” (29/12);“Convenhamos que ser e não ser ao mesmo tempo é difícil (...) Para ele, vestir e despir a pele de ministro, pôr e tirar o chapéu de candidato, criticar de manhã e elogiar à tarde, é equação tão impossível como a quadratura do círculo (...) A moção de é redonda, como redonda foi o guterrismo (...) o candidato diz-se contra os ziguezagues, mas por onde vai a sua linha recta?” (5/1);“Não é só o estilo que distingue Ferro de Guterres. É também o posicionamento ideológico: o novo líder do PS está mais longe do centro e até já disse que não gosta da ‘terceira via’ de Tony Blair (25/2)</p>	<p>“Não é um problema de carisma, como manda a moda política, é um problema de ausência absoluta de instinto político e de saber por onde vai e por onde quer ir (...) Duvido que tenha a determinação, a clarividência e a maleabilidade para negociar qualquer acordo de regime” (29/12);“O PSD sofre pela fraca imagem pública de Durão “ (25/2)</p>
	Miguel Sousa Tavares		<p>“Temos, pois que, sobre as cinzas deste incêndio das cidades, o homem que alguns nos prometeram que jamais teria hipóteses de chegar a primeiro-ministro está à beira de o conseguir, não porque uma maioria lhe reconheça mérito para tal, mas porque o poder apodreceu em funções e já não há ninguém mais disponível para apagar as luzes de S.Bento” (21/12); “Mas ninguém, certamente que</p>

			ninguém, imagina que Durão Barroso possa fazer melhor ou diferente” (28/12)
Diário de Notícias	António José Teixeira	“Ferro Rodrigues assume a herança guterrista e a sua crítica (8/1) Já se percebeu que Ferro Rodrigues é a evolução na continuidade temperada com promessas de mais firmeza (23/1)	“Durão Barroso ganhou a sua primeira batalha, mas as autárquicas já passaram à história. A grande guerra está aí à porta, chama-se governação” (18/12); “ Pouco se conhece das intenções de Durão Barroso, mas não é difícil vaticinar que apostará na ruptura” (8/1); “ faria melhor em ganhar clareza nas receitas para os problemas do país. (23/1)
	Luís Delgado	“Ferro Rodrigues vai avançar e com isso o PS faz uma inflexão à esquerda ” (21/12);“ foi um dos apóstolos do guterrismo – sinónimo de tudo aquilo que ele critica e não lhe fica bem, em nenhum caso, muito menos nesta fase, matar o ‘pai’ ou espetar a faca, como Brutus (4/1);“A moção de Ferro Rodrigues é a amálgama mais fabulosa de tudo e de nada : da continuidade, da tentativa de ruptura com o guterrismo, do aproveitamento de medidas que vão desde pilares programáticos fundamentais do PC a promessas neoliberais, de direita conservadora e pura ao centro reformador e social-democrata. Aquilo não é uma moção estratégica socialista: é um dicionário político anónimo” (7/1); “ está numa camisa-de-forças política : sem poder alienar parcelas do eleitorado, não conseguiu absorver a passagem de um desempenho ministerial para a grandeza de um líder nacional e futuro PM, não tem uma mensagem específica (...) falta-lhe carisma, empatia e um poder oratório (...) está destinado a perder ” (10/1);“tem poucas soluções, e todas elas tão dramáticas como as anteriores: não há caras novas, ninguém para arriscar, e o sentimento generalizado de derrota parece irreversível. ” (15/1)	“Durão Barroso (...) até que, enfim, um líder partidário com fortes probabilidades de vir a ser o novo PM garanta que o seu Governo vai mesmo governar, ou seja, decidir e agir ” (7/2)
	Manuel Villaverde Cabral	“ a sua candidatura, talvez não sendo para ganhar, poderia abrir um debate útil à esquerda (21/12); “arrisca-se a não ser mais do que o sucessor de Guterres, pelas interpostas pessoas de Vitorino e Gama. Com a pressurosa bênção do líder demissionário, o candidato deixou-se colar ao guterrismo (28/12);“O problema não é Ferro Rodrigues. O	Quanto a Durão Barroso (.) que fará ele de diferente? E nem sequer é de esperar que, com o PSD, diminua a influência da Igreja, da banca, dos empreiteiros, dos clubes de futebol e de todos os lobbies do tempo de Guterres” (28/12);“Durão Barroso é mais parte do

	<p>problema é o PS (...) Seja qual for o balanço do Guterrismo, a descaracterização ideológica do PS é, hoje em dia, completa. Só resta uma vaga memória da esquerda. Ferro Rodrigues é, seguramente, o candidato melhor colocado para tentar ultrapassar esta situação” (11/1); “apesar de também ser a quarta escolha do PS, surge com mais perfil de primeiro-ministro do que Durão Barroso, embora nenhum deles tenha, até agora, proposto ao país mais do que medidas avulsas (.) “o novo líder do PS continua a não ser capaz de descolar da herança guterrista e do aparelho partidário, assumindo galhardamente um passivo cada vez mais pesado que, no entanto, a maioria do eleitorado não lhe perdoará (...) aquilo que se joga neste momento é a credibilidade política do PS para nos convencer de que merece continuar no poder. Ora, esta credibilidade passa não só pela liquidação do passivo do guterrismo como também por um novo conjunto de políticas integradas, que a lista de medidas avulsas anunciadas na Convenção do PS está muito longe de representar” (1/2);“A ascensão de Ferro Rodrigues à liderança do partido não foi a oportunidade que a esquerda imaginava, mas sim um sacrifício óbvio pelo senhor que se seguirá à frente do partido” (8/2)</p>	<p>problema do que da solução (...) não só o actual líder foi a quarta escolha do partido como ainda não conseguiu ultrapassar a barragem mediática que lhe tem sido feita, nem tão pouco agrupar em torno de si uma equipa numerosa e convincente (...) continua a dar a impressão de que não faria melhor do que Guterres” (18/1); “é duvidoso que Durão Barroso ainda esteja a tempo de convencer o eleitorado de que tem uma visão global para o país e que possui a capacidade de liderança para dirigir o barco na procela que aí vem. Se mesmo assim ganhar as eleições por falta de comparência, as incertezas não podem ser maiores” (1/2)</p>
Mário Bettencourt Resendes	<p>“A tarefa do próximo líder do Partido Socialista é qualquer coisa muito perto da ‘missão impossível’ (...) como membro do Governo, acompanhou de perto muitas das trapalhadas que justificaram a punição popular de 16 de Dezembro (...) Será que aquele que foi um dos ministros mais populares – e competentes de António Guterres poderá mobilizar um eleitorado desmotivado e fatigado de tanta desilusão?” (22/12);“O sucessor de Guterres demorou a vestir a farda do líder. Em boa verdade, é visível que não aprecia a pele que a política mediática lhe exige e que é mais um homem de acção recuada, um planificador de gabinete, do que um político de massas, capaz de empolgar um comício. O balanço da sua passagem pelo Governo comprova a análise, o que, naturalmente, abona a favor da sua capacidade e competência, mas levanta dúvidas sobre o êxito da tarefa de mobilização de um País céptico e carecido de ânimo (...) O novo</p>	<p>“Basta-lhe bom senso e determinação, ou seja, passar uma mensagem de segurança sobre o caminho que quer trilhar. Até agora, não o consegui. Foi já obrigado a alguns recuos e viu-se mesmo corrigido por figuras estacadas do partido (...) Sob pena de perder a sua oportunidade histórica, o Dr. Durão Barroso não pode dar-se ao luxo de cometer mais erros do mesmo calibre” (10/2)</p>

		líder do PS procurou recuperar a iniciativa, entretanto perdida para Durão Barroso, em matéria de propostas concretas para a futura governação. A tónica foi para questões sociais e não é difícil concluir que, com Eduardo Ferro Rodrigues, a marca genética do partido prevalecerá sobre a inspiração social-cristã dos tempos de António Guterres ” (27/1)	
	Vasco Pulido Valente	“ Repete a vácuo ladainha do costume. No momento em que se propõe ao País, só é capaz de servir ao público as rançosas fórmulas do PS ‘guterrismo’ e o pior ‘politiquês’ (...) em suma, o candidato Eduardo Ferro Rodrigues não sabe o que quer. Palavroso e oco, não tem uma ideia original na cabeça. Com a diferença do catolicismo, é uma réplica de Guterres ” (23/12); “chegou a 16 de Dezembro sem nunca se ter pronunciado sobre a política geral do Governo. Foi sempre um ajudante obediente (...) Tirando a reforma da Segurança Social e o RMG, que passam por ser de esquerda, não se lhe conhecem convicções. (...) É um homem sem identidade (...) Para onde o mandam ele vai (...) Eleger o Dr. Rodrigues – certamente um indivíduo estimável – para governar Portugal é uma verdadeira aposta. Como uma roleta” (5/1)	“O Dr. Barroso arranjou no PSD tantas trapalhadas como Guterres no País. E como Guterres, só se preocupou com a sua própria sobrevivência, sem nunca mostrar (...) uma vontade firme ou a sombra de um programa coerente. Além de que o chamado ‘carisma’ (...) deixa muito a desejar (...) Não se vê nele nem nos cavalheiros que o rodeiam (pelo menos por agora) a força necessária a persuadir os portugueses de que lhe devem entregar o seu destino ” (22/12)
Expresso	Alfredo Barroso	“O discurso genuinamente social-democrata do doutor Ferro Rodrigues, mais preocupado com os efeitos sociais das políticas públicas que propõe” (2/2); o discurso sóbrio e esclarecido do secretário-geral do PS (...) é claro e afirmativo (2/3); “O doutor Ferro Rodrigues é muito mais sensato e credível que o doutor Durão Barroso. Mas ainda que os argumentos eleitorais não fossem suficientes para votar no PS, são certamente bastantes para votar contra o PPD/PSD! (15/3)	“É verdade que o doutor Durão Barroso já revelou duas importantes qualidades políticas: grande persistência e uma paciência de Santo. Sem elas não teria conseguido navegar este tempo todo no mar encapelado do seu próprio partido, evitando os inúmeros escolhos que os seus rivais foram erguendo para atrapalhar o chefe mal-amado (...) mas agora, que corre sério risco de o poder lhe cair no colo, o doutor Durão Barroso precisa demonstrar a um país expectante outras qualidades que não se limitem à mera navegação de cabotagem” (12/1); “Não duvido da eficácia eleitoral do discurso demagógico do doutor Durão Barroso. Apenas duvido das contradições, lacunas e irrealismo das suas promessas ” (23/2); “o estilo arrogante, demagógico, populista e trauliteiro do presidente do PSD só ilude quem quer ser enganado. A

			<p>sua imaturidade política é tanto (...) o discurso neoliberal puro e duro (...) o discurso agitado e confuso do presidente do PPD/PSD. (...) O doutor Durão Barroso dá o dito por não dito e suspende que se farta” (2/3); (...) Já se tinha percebido que, em matéria de zigzagues, o doutor Durão Barroso não ficava atrás do engenheiro Guterres. Agora também ficámos a saber que em matéria de trapalhadas o presidente do PPD/PSD pede meças ao primeiro-ministro (...) O engenheiro Guterres excedia-se no diálogo e nas falinhas mansas. O doutor Durão Barroso excede-se na voz grossa e na arrogância (...) Um adiaava, o outro suspende. Um recuava, o outro faz marcha-atrás” (9/3)</p>
Henrique Monteiro		<p>“È o primeiro dilema que Ferro Rodrigues terá de resolver: ou comportar-se como uma espécie de delegado daqueles que foram derrotados no PS (Governo e autarcas), ou assumir-se com propostas inovadoras, algumas das quais, provavelmente, ao arrepio do que foi feito nos últimos anos. A decisão é difícil, tanto mais que Ferro foi e é do Governo e não se lhe conheceram divergências com o trabalho realizado, pelo que deve solidariedade aos seus pares” (29/12); “quem apostar em Ferro Rodrigues e no seu tom determinado, sério e conhecedor dos dossiês, tem, no entanto, de acreditar que ele será capaz de meter o PS na ordem, impedindo-o de repetir os velhos vícios do poder. Ferro fez parte, para o bem e para o mal, dos governos do PS e não pôde fazer de conta que nada tinha a ver com isso (...) o PS só tem mesmo um homem para mostrar” (15/3)</p>	<p>“Durão Barroso não conseguiu, até hoje, mostrar-se verdadeiramente mobilizador. É sério, tem mais sentido de Estado do que é comum em Portugal, mas (como dizia Menezes) é frouxo” (22/12); “Barroso, que foi um bom ministro dos negócios Estrangeiros e é um homem persistente, não foi nada feliz na campanha. Disse e desdisse, utilizou um tom, por vezes, demasiado agressivo (...) e fez promessas que muito dificilmente serão capazes de cumprir” (15/3)</p>
José António Saraiva		<p>“Apesar do esforço feito para não ser acusado de traição ou deslealdade, acabou por criticar impiedosamente o guterrismo” (12/1);“arrasta-se penosamente a tentar provar que o PS que lidera não é o mesmo PS que falhou no Governo”(23/2);“transpira seriedade, mostra-se seguro do que diz (embora não arrisque muito), mas tem um problema: é um homem que sempre serviu o Estado, que tem muito</p>	<p>“Durão Barrosos, pesem embora todos os esforços que faz e as variadas promessas de apoio, não se afirmou ainda inequivocamente” (23/2);“Durão Barroso é menos sólido, mais inseguro (também arrisca mais), mas tem uma vantagem: por razões geracionais e de convívio partidário, está mais aberto à sociedade civil e tem</p>

		mais sensibilidade para as questões sociais do que para as questões empresariais , que tem a marca inconfundível da geração formada nos anos 60” (15/3)	mais sensibilidade para os problemas das empresas” (15/3)
	Maria João Avillez	“Ferro Rodrigues e (...) não saíram. Como querem então estes queridos irresponsáveis socialistas que confiemos neles? Outra vez? Terceira vez?” (16/2) “ Ser do Governo sem ser do Governo coloca ferro Rodrigues numa situação quase impossível ” (23/2)	“Há anos que se escreve persistentemente que Durão Barroso ‘nunca ganhará nada’, já se anunciou mil vezes a sua morte política. Mas (...) tem a postura certa e faz um discurso de Estado – o que é bom – e de cabeça fria – o que é melhor . A vitória do PSD tem uma assinatura, a sua” (12/1)
Independente	Constança Cunha e Sá		Dois anos após ter conquistado a liderança o PSD, o Dr. Durão Barroso é mais do que uma folha em branco – é um caderno que está todo por escrever (...) O PSD vai chegar ao governo, como podia ter continuado na oposição: por motivos que não controla e, obviamente, lhe são estranhos (...) Alguém sabe o que é que o Dr. Durão Barroso vai fazer como primeiro-ministro? ” (4/1)
	Inês Serra Lopes	“Fez um discurso sem brilho nem novidade (...) Enjoativo. (...) Temos, portanto, na análise fria dos factos, um candidato a primeiro-ministro que ainda nem é secretário-geral do seu partido e que: a) exige uma maioria absoluta; b) admite governar com o Partido Comunista; c) encara coligar-se com a direita; d) mantém-se no Governo do ‘pântano’ (...) Ninguém terá conseguido demovê-lo de ter a bênção do engenheiro, o tal que abandonou o Executivo por causa do ‘pântano’ em que ajuda Ferro Rodrigues a enterrar-se (...) Porque será que tudo isto parece o guião de uma telenovela mexicana de má qualidade? ” (28/12); “está, evidentemente, numa situação difícil. Não pode acusar Guterres e apontar os seus erros , recusando as políticas do passado que ajudou a construir, e do presente de que continua refém (...) Salvo um milagre com carácter de urgência, Ferro Rodrigues está, basicamente, quase tramado ” (4/1)	
	José Júdice	“ Ao fim de tantos anos no Governo, anda a ouvir opiniões sobre como é que se há-de governar ” (25/1); “Ferro Rodrigues, para vencer e	“ Nada permite ao Dr. Barroso acalentar a esperança de uma maioria cavaquista nas eleições antecipadas e

		<p>restituir o PS à sua pureza original, terá de assassinar Guterres e destruir a teia de venalidade, corrupção e ostentação do poder socialista, mas, se o fizer, terá contra si os beneficiários dessa mesma venalidade, corrupção e ostentação”; “ (...) e Ferro Rodrigues, duas criaturas sobre as quais o país, aparentemente já reuniu o consenso: não têm carisma” (8/2)</p>	<p>fazer regressar a família laranja à manjedoura do poder (21/12); “ Sabe-se que Durão Barroso tinha a certeza de que iria ser primeiro-ministro, só não sabia quando. Agora sabe-se que ele tinha a certeza de que ia governar, só não sabia como” (25/1) “Durão Barroso e (...), duas criaturas sobre as quais o país, aparentemente já reuniu o consenso: não têm carisma” (8/2)</p>
Vítor Cunha		<p>“Tem no <i>curriculum</i> o Rendimento Mínimo Garantido e um passado sampaista: ou seja, nada que o recomende para ser líder ou primeiro-ministro (...) Sabe-se que gosta de ‘fazer pontes’ para o PCP e que é incapaz de pôr a funcionar os ministérios por onde passa” (21/12);“vive um dilema já sentido por muitos na política portuguesa: renegar o passado e apostar na ruptura, ou assumir a herança e continuar o guterrismo (4/1) “Falar verdade, dito por Ferro Rodrigues, remete-nos para ‘falar mentira’, remete-nos para António Guterres”. (...) Terá de tentar a quadratura do círculo: afirmar-se como secretário-geral do PSD, sem Guterres, apesar de Guterres e ao lado de Guterres” (4/1); “Ziguezagueante, Ferro Rodrigues oscila entre a palmadinha nas costas do engenheiro e a tentação da punhalada. Tanto descola de Guterres e salienta os seus ‘erros’ como reafirma as maravilhas do passado (...) A moção de estratégia que Ferro apresentou é também um prolongamento das de Guterres (...) no método e na essência, Ferro Rodrigues não é muito diferente de Guterres (11/1);“A um mês das eleições legislativas, é cada vez mais evidente a falta de chama de Ferro Rodrigues e da sua equipa para sobreviver aos estragos legados pelo eng. Guterres. Não é fácil suceder ao pântano, mas não é menos verdade que Ferro não tem feito muito pelo ‘novo PS’o líder do PS transformou-se num político mimético, sem vontade nem programa próprio, reage sem agir” (15/2)</p>	<p>“A vitória conseguida nas autárquicas permite-lhe sossego interno e credibilizou-o no país (...) venceu e tal facto legitima a sua liderança (21/12)</p>

Podemos observar diferentes tomadas de posição de apoio ou repúdio aos dois candidatos. Com mais detalhe, vejamos o que se escreveu sobre cada um deles, de novo, jornal a jornal.

Assim, no Público, diz-se que *lhe é indiferente saber com quem pode governar; que a sua entronização, diante dos coveiros do PS deixou-lhe indelével marca genética; quer tudo não sabe o que quer; tenta resolver a quadratura do círculo. Mas também há quem diga que merece todo o apoio e simpatia e que tem várias vantagens a seu favor, que já demonstrou as suas inegáveis qualidades nas matérias da sua directa competência.*

No Diário de Notícias diz-se que ele *assume a herança guterrista e a sua crítica, que é a evolução na continuidade, um apóstolo do guterrismo, que lhe falta carisma, empatia e um poder oratório, que repete a vácuca ladainha do costume, é palavroso e oco, não tem uma ideia original na cabeça., é um homem sem identidade; está destinado a perder, a sua tarefa aproxima-se da ‘missão impossível’*. Mas também, neste jornal, se diz que ele *tem mais perfil de primeiro-ministro do que Durão Barroso e que foi um dos ministros mais populares – e competentes de António Guterres, que é mais um homem de acção recuada, um planificador de gabinete, do que um político de massas, capaz de empolgar um comício.*

Também no Expresso se escreve que *ser do Governo sem ser do Governo coloca ferro Rodrigues numa situação quase impossível – arrasta-se penosamente a tentar provar que o PS que lidera não é o mesmo PS que falhou no Governo; transpira seriedade, mostra-se seguro do que diz mas tem um problema: é um homem que sempre serviu o Estado, que tem muito mais sensibilidade para as questões sociais do que para as questões empresariais. Há, no entanto, um colunista que inequivocamente o defende: tem um discurso genuinamente social-democrata, sóbrio e esclarecido, é claro e afirmativo é muito mais sensato e credível que o doutor Durão Barroso.*

No Independente, nada do que se escreve lhe é abonatório: para além do *dilema* que vive, da *quadratura do círculo* que tem que resolver: *não têm carisma; no método e na essência, não é muito diferente de Guterres; é um político mimético, sem vontade nem programa próprio, reage sem agir; é ziguezagueante; não tem no curriculum nada que o recomende para ser líder ou primeiro-ministro.*

Relativamente a Durão Barroso, é caracterizado, no Público, como valorizando *mais a rapidez do que a capacidade de decisão*; como um *estridente demagogo*; que tem um *estilo errático cada vez mais apostado em vir para a rua dar tiros para o ar, simplificação ideológica, que é manifestamente a capa de um vazio de ideias; tem uma fraca imagem pública; um problema de ausência absoluta de instinto político e de saber por onde vai e por onde quer ir.*

No Diário de Notícias alerta-se que *pouco se conhece das intenções; que ele é mais parte do problema do que da solução; que continua a dar a impressão de que não faria melhor do que Guterres; que arranjou no PSD tantas trapalhadas como Guterres no País; como este, só se preocupou com a sua própria sobrevivência, sem nunca mostrar uma vontade firme ou a sombra de um programa coerente; o ‘carisma’ deixa muito a desejar. Mas também se faz o seu elogio: até que, enfim, um líder partidário com fortes probabilidades de vir a ser o novo PM garanta que o seu Governo vai mesmo governar, ou seja, decidir e agir.*

No Expresso é definido como tendo um *discurso demagógico*; revelando *contradições, lacunas e irrealismo das suas promessas; o seu estilo é arrogante, demagógico, populista e trauliteiro o discurso neoliberal puro e duro, agitado e confuso; dá o dito por não dito; excede-se na voz grossa e na arrogância. Mas também se diz que é sério, tem mais sentido de Estado do que é comum em Portugal, mas é frouxo; foi um bom ministro dos negócios Estrangeiros e é um homem persistente; não se afirmou ainda inequivocamente. E também se faz o seu elogio: tem a postura certa, faz um discurso de Estado e de cabeça fria.*

No Independente escreve-se que Durão Barroso, não tem *carisma, é mais do que uma folha em branco – é um caderno que está todo por escrever; que nada lhe permite acalantar a esperança de uma maioria cavaquista nas eleições antecipadas e fazer regressar a família laranja ao poder. Por outro lado, disse-se que a vitória conseguida nas autárquicas o credibilizou no país e legitimou a sua liderança.*

De seguida iremos expor a análise efectuada do período que designámos “campanha eleitoral” mas que, efectivamente, abarca também o que é habitual designar-se por “pré-campanha”. Às categorias temáticas que nos pareceram relevantes observar chamámos

“caracterização dos partidos e ‘climas de opinião’”; “programas eleitorais”; “campanha dos partidos”; e “debates televisivos”.

Campanha eleitoral

Jornal	Temas Colunistas	Caracterização dos partidos e “climas de opinião”	Programas eleitorais	Campanha dos partidos	Debates televisivos
Público	António Barreto	<p>“O ambiente na social-democracia, é de euforia: preparam-se as vinganças e arrumam-se os lugares (23/12); “O PSD nada tem a oferecer de realmente importante, actual e oportuno” (30/12) “No PSD respira-se vitória (...) Barroso está a tentar pegar de estaca num terreno deixado fértil por António Guterres: a falta de decisão, o adiamento, a negociação excessiva e o método salomónico. (3/2)</p>	<p>Ainda nenhum partido disse, concreta e explicitamente, o que fará, caso ganhe as eleições, aos altos funcionários da Administração Pública (...) o que entende por confiança política como critério de nomeação de funcionários (...) enumerou publicamente os altos cargos da Administração cujo preenchimento exige confiança política” (3/2);“depois de bem procurar nos programas eleitorais, nada lá encontro que me esclareça sobre as intenções dos partidos relativamente à disciplina orçamental, às medidas de austeridade e à mudança das políticas sociais. Pelo contrário: o que lás vejo são aumentos, obras e apoios” (...) Esta triste semana de pré-campanha serviu</p>		

			<p>para sublinhar a densidade da demagogia, a fraqueza do poder político e a fragilidade do país” (24/2);“Apesar da vacuidade escandalosa de alguns programas, como no caso da educação dos dois principais partidos, a verdade é que não faltam declarações de intenções, páginas e páginas de medidas e desejos, assim como de grandes objectivos à mistura com futilidade burocrática destinada a segmentos mínimos de clientela (...) Esta campanha tem, aliás, outra característica inédita: os dois principais partidos decidiram não revelar o seu pensamento, os seus programas, as suas intenções e as suas medidas em todos os capítulos particularmente difíceis. O PS e o PSD têm programas escondidos, que não revelam, porque querem comprar votos, caçar eleitores e evitar riscos (...) Mas o desaparecimento mais misterioso dos programas políticos é o da economia (...) Eis a melancólica conclusão: se a economia desapareceu, é porque os partidos não querem revelar as suas intenções” (3/3);“Cheques</p>	
--	--	--	---	--

			<p>em branco não faltam nesta eleição. Se nos ficarmos pelos dois principais partidos, os seus equívocos, a sua falta de carácter e a sua ausência de compromissos são aflitivamente visíveis (...) Farão uma coisa, mas também a outra se for preciso (...) Temos de concluir, pelo que se lê nos programas e pelo que se ouve nas televisões: banalidades, generalidades, votos piedosos, esperanças e volúpia. O trivial. O detestável (...) Nos últimos anos, cada nova eleição tem revelado que se desce cada vez um pouco mais baixo no grau de exigência. Dos eleitores relativamente aos partidos. E dos partidos relativamente à inteligência e ao carácter. Desta vez, com a ausência de compromissos absoluta e com a irrupção do futebol no centro da história, assistimos ao primado da histeria, do chauvinismo e da economia paralela” (10/3)</p>		
	Eduardo Prado Coelho	<p>“Mesmo se existe uma ligeira vantagem do PSD (...) tudo leva a crer que estamos longe de nos encontrar perante o facto consumado” (25/2)</p>	<p>“A direita apercebeu-se de que Ferro Rodrigues avançava com um conjunto de propostas efectivamente inovadoras (conseguindo mesmo a proeza</p>		

			<p>de ter avançado com mais propostas concretas em meia dúzia de dias do que Durão Barroso durante o tempo todo de oposição) e sente-se ameaçada” (7/1); “Como é possível que no programa do PSD apareça de um modo muito claro a pretensão de “alienar” a RTP2 e de privatizar a Antena 2? (...) Da combinação das duas medidas sai uma paisagem de barbárie que não rima de modo algum com a cultura da formação, da literacia, da exigência, da qualidade, da produtividade, que o PSD diz defender” (4/4); “A excelente intervenção final de Ferro Rodrigues (...) conseguiu propor em três quartos de hora um impressionante conjunto de medidas concretas e visíveis (28/1)</p>		
José Manuel Fernandes	<p>“O PS espera que Ferro lhe traga votos extra que o partido, só por si, não mereceria” (25/2)</p>	<p>“Poucos portugueses terão sequer folheado os programas do PS e do PSD. Os que o fizeram terão por certo ficado desiludidos (...) sentem que lá não se diz tudo (...) Para além de que deviam ser mais claros, mesmo que potencialmente mais</p>	<p>“Já se começaram a dizer algumas verdades difíceis nesta pré-campanha – mas ainda não se tiraram delas necessárias conclusões. Algumas impopulares, mas que deviam ser assumidas antes de ir a votos”</p>	<p>“É forçoso reconhecer que o facto de nenhum dos líderes ter saído claramente vencedor serve mais os interesses do PSD. Sobretudo porque o debate foi morno (...) Todo o debate enfermou, no entanto, de um problema de base: nenhum</p>	

			<p>impopulares, os programas precisavam também de ser mais coerentes” (...) Agora os políticos são demasiado construídos, demasiado de plástico, para se colocarem no lugar do mensageiro que traz as más notícias. Preferem antes menorizar a inteligência dos eleitores (...) fazem má pedagogia democrática” (14/3)</p>	<p>(20/1);“critica-se a eventual – sublinho: eventual – utilização de nomes de prestígio como trunfos eleitorais sem correspondência numa intenção real de ocuparem o seu lugar como deputados. Critica-se a eventual – sublinho de novo: eventual – utilização desses nomes como figuras alegóricas apenas destinadas a serem ‘jarras’ numa lista política, a desempenharem o papel de adornos cata-votos (...) Falar verdade também é apresentar candidatos de verdade” (26/1);“se é tempo de falar verdade, então não nos limitemos ao que é consensual (...) mas passemos às coisas difíceis (...) Claro que pedir toda esta clareza é estar a sonhar alto (...) não creio que alguém se atreva a trocar o discurso róseo das promessas pelo verbo duro destes sacrifícios anunciados” (7/2); “Uma das coisas curiosas desta pré-campanha é a sanha com que os candidatos se estão a</p>	<p>dos dois adversários foi suficientemente frontal a dizer aos portugueses que vão ter de lhes pedir sacrifícios “ (27/2); “É duvidoso que os portugueses que ontem conseguiram assistir até ao fim às quase duas horas de debate entre os líderes dos cinco partidos parlamentares tenham saído muito mais esclarecidos do que entraram (...) só se tornou algo esclarecedor por mostrar as fragilidades dos dois principais candidatos a primeiro-ministro (...) depois de uma campanha tão pouco mobilizadora como a que temos vivido, após mais um debate frouxo, o risco de domingo é a abstenção (...) pode até ser ela a decidir quem ganha: não o partido que mobilizou mais eleitores, mas o que os assustou menos” (13/3)</p>
--	--	--	---	---	---

				<p>atirar aos ‘interesses instalados’ (...) perceberam que é eleitoralmente mais vantajoso bater o pé a todos os interesses instalados do que prometer ‘ir estudar’ as suas pretensões (...)</p> <p>perceberam que o povo quer mudanças” (16/2) “tornou-se o tema da pré-campanha. A promessa de criar cem farmácias sociais inflamou uma discussão que, para já, parece servir o próprio PS: não porque tenha sabido explicar a bondade da medida, mas porque permitiu a Ferro Rodrigues enfrentar um ‘lobby’ (8/2);“Nesta campanha marcada pela ausência dos líderes carismáticos doutros tempos (...) É minha convicção que, apesar de o PSD partir com aparente vantagem, o vencedor de 17 de Março está longe de ser encontrado” (25/2);“O euro 2004 tornou-se na principal arma de arremesso eleitoral. Tudo o resto passou para segundo plano, mostrando que o país continua tão</p>	
--	--	--	--	--	--

				<p>culturalmente atrasado como no tempo que Salazar declarou Eusébio património nacional para este não ir jogar para um clube estrangeiro” (4/3); “O ambiente em que decorreram as campanhas (...) não permite que se sinta nenhuma ‘onda laranja’ ou qualquer ‘onda rosa’. Os dois líderes não ajudam. Os eleitores também estão cansados. Muitos perceberam que, apesar das diferenças entre os partidos, há também muito que os une (...) sabe-se que há partes ocultas nos programas, suspeita-se que não se está a dizer tudo porque dizer tudo implicaria pedir, ao mesmo tempo que o voto, sacrifícios.” (15/3)</p>	
	Miguel Sousa Tavares	<p>“Continuo a pensar que está por demonstrar que o grito de ‘basta’ soltado pelos portugueses domingo passado signifique fatalmente que o país quer de volta o PSD (...) (21/12); “O PSD entrou em imediata euforia, dos armários emergiram cavaquistas cobertos de naftalina, dezenas de ‘boys’ PSD já estão a rever</p>			

		<p>os seus planos de futuro imediato".(...) E um país governado em coligação entre Durão Barroso e Manuel Monteiro é de fugir: nem as peixeiras vão resistir. (...) Os portugueses votaram pelo castigo, mas não tarda que fiquem arrepiados com a perspectiva da cura (...) vamos para pior: ou para cavaquistas de segunda geração (...) sem maioria absoluta e sem sombra de mérito" (28/12)</p>			
Diário de Notícias	António José Teixeira	<p>"Para quê pedir a maioria absoluta? A convicção não abunda (...) Para a conquistar não basta pedi-la. É preciso provar que é necessária, mostrar soluções e gente capaz para as aplicar (...) Ferro Rodrigues e Durão Barroso ainda estão longe de a justificar" (23/1)</p>	<p>"A um mês das eleições ainda não se conhecem em detalhe os programas eleitorais (13/2);"Durão Barroso e Ferro Rodrigues não podem pensar que o eleitorado se confunde com o coro das suas convenções (...) os eleitores não vão escolher caras sem perceberem por onde vão (...) Sobram hesitações enquanto se anunciam, finalmente, os programas eleitorais (20/2)</p>	<p>"Na política, os jogos semânticos são relevantes, ou não fosse a política, antes de tudo, uma questão de palavras. Mas convinha que o dizer político seguisse a convicção de Humpty Dumpty em Alice no País das Maravilhas: 'Quando uso uma palavra, esta significa justamente o que eu quero que signifique, nem mais nem menos'. Vem isto a propósito da pré-campanha eleitoral (...) O cidadão agradece que os programas e as críticas sirvam para distinguir, marcar diferenças, assumir alternativas.</p>	

				<p>A poeira simplista que tudo confunde apenas serve para disfarçar fraqueza. E o eleitor exige clareza.” (30/1);</p> <p>“A capacidade de prometer é uma qualidade pouco apreciada no jogo eleitoral. Esbarra no muro da verosimilhança das propostas dos candidatos a executores. Fazer é o verbo central. E a campanha decisiva passa por fazer acreditar que se é capaz de fazer. Chama-se a isso credibilidade. Serão os dois candidatos a primeiro-ministro credíveis?” (30/1)</p> <p>“Os portugueses estão fartos de promessas, de programas grandiloquentes, de hesitações, de falta de autoridade do Estado, do deixa-andar. Olham para a política com a máxima desconfiança e inutilidade” (8/1) “A campanha eleitoral ou se faz pelo confronto de soluções para os problemas do País, e clarifica as diferenças, ou demonstra inutilidade e cavará ainda mais o fosso da indiferença (...) a credibilidade dos</p>	
--	--	--	--	---	--

				<p>partidos é fraca. A luta pelo poder cega” (13/2); “ As campanhas eleitorais tendem a reduzir-se a um amontoado de fragmentos de um discurso bélico. Tão contundente como redutor. O marketing de combate procura afirmar um candidato abrindo a sua estratégia o menos possível. Atingir o adversário sem expor muito a sua posição. Os trunfos da propaganda resumem-se a chavões mais ou menos mobilizadores e a argumentos que respondem às expectativas dos auditórios” (6/3)</p>	
Luis Delgado	<p>“É óbvio que tudo favorece Durão Barroso, mas convém, com humildade, que o eleitorado se sinta chamado a dar uma oportunidade ao PSD, depois do que se viu com o PS” (15/1);“O PSD Arranca com um ‘marketing’ inédito e fulgurante, à americana, em resposta directa ao PS, e isso transforma-se numa dinâmica de vitória difícil de virar” 21/1);“Há, hoje, uma clara e</p>	<p>“Durão Barroso (...) apresentou as cinco prioridades do seu governo nas áreas que mais preocupam os portugueses, e reforçou a ideia de que não vai assumir o poder para fazer de conta que governa” (7/2)</p>	<p>“Durão e Ferro, ambos são líderes frios, cerebrais e têm alguma dificuldade na empatia que geram com a população (...) Apesar de tudo, Durão, que já tem mais experiência do que Ferro, consegue mais contacto físico do que o líder socialista” (6/3)</p>	<p>“O duelo do ano ficou decidido nos primeiros 15 minutos, em favor de Durão” (28/2); “Ferro (...) manteve-se, quase sempre, a criticar o programa do PSD, como se já fosse o líder da oposição, e Durão, que só precisava de empatar, conseguiu isso sem grande esforço” (14/3)</p>	

	<p>evidente tranquilidade do PSD, e do seu líder, baseada em dados seguros, que apontam para uma maioria clara a desejar que Durão Barroso assumira a chefia do Governo (...) conclui-se que um bom programa económico, coerente e ajustado significa 60 por cento de vitória. Junte-se uma equipa credível e renovada, e um discurso confiante, e a maioria vem com clareza e inequívoca ” (4/2);”Embora já exista uma certeza de que o PSD vai ganhar, falta saber qual a margem (por mim, muito à beira ou talvez mesmo com a maioria absoluta), o programa de Governo e quem vai integrar a equipa de Durão” (5/2);“Por todas as sondagens, o que está em causa, agora, é saber se o PSD tem, ou não, maioria absoluta” (11/3)</p>			
Manuel Villaverde Cabral	<p>“Um PSD sem ideias que não sejam cortar nas despesas” (21/12);“depois do guterrismo, pouco ou nada distingue o PSD do PS. E a tragédia dos países da EU é que nem a direita nem a esquerda estão, hoje, em condições de romper com o colete-de-forças que a</p>	<p>“Ao cabo de mais de seis anos na oposição e a mês e meio das eleições, é manifesto que, tirando a venda das poucas empresas públicas que restam, o PSD não tem a menor ideia do que vai fazer no governo”(1/2)</p>	<p>“A campanha para as legislativas demora a arrancar (...) até aqui, ideias, propostas, medidas, em suma, política virada para o país e para os seus problemas, pouco ou nada (...) as campanhas eleitorais – em Portugal e não só – se</p>	<p>“Foram mais as omissões e as convergências do que se poderia esperar em período eleitoral. Aliás, algumas omissões não são mais do que outras tantas convergências silenciosas (...) Enquanto esgrimiam argumentos incompreensíveis para o</p>

	<p>globalização teceu à volta de todos nós” (18/1); Do PS, devo confessar que esta recusa de clarificação – seja em matéria de políticas ou de alianças não me espanta. É o peso insustentável da herança guterrista que Ferro Rodrigues e os seus ‘grandes eleitores’ entenderam assumir” (25/1); “Quanto ao PSD, que à primeira vista teria tudo a ganhar com uma clarificação drástica do pântano em que nos atolámos, seja por falta de liderança ou, pura e simplesmente, por não saber como lidar com a profunda crise do nosso sistema económico e político, parece alimentar a esperança de que se não fizer ondas, o poder lhe cairá discretamente nas mãos” (25/1); “A meia dúzia de semanas das eleições, o eleitorado tem razões para estar mais perplexo do que nunca” (1/2)</p>		<p>tenham transformado, cada vez mais, em rituais desprovidos de conteúdo. E a razão é simples: os partidos já não têm ‘programas claros e diferenciados” (25/1)</p>	<p>comum dos mortais sobre finanças públicas e repetiam os respectivos slogans para a saúde e a educação, os alegados candidatos a primeiro-ministro omitiram, sempre com o beneplácito dos jornalistas, qualquer discussão política” (1/3)</p>
Mário Bettencourt Resendes	<p>“Não há sondagem que não dê uma vantagem clara ao PSD. As incógnitas situam-se, sobretudo, na margem de avanço (...) saber se conseguirão a ambicionada maioria absoluta, que os dispensaria da incómoda coligação com o partido de Paulo</p>		<p>“ A pouco mais de um mês das eleições, estarão os candidatos dispostos a subscrever uma terapêutica susceptível de alienar o apoio de algumas faixas significativas de votantes? O verdadeiro desafio nacional</p>	<p>“O confronto esteve longe de ter um vencedor claro e houve mesmo fases em que as coisas não correram particularmente bem ao dr. Durão Barroso” (27/2); “Quanto aos dois principais candidatos à chefia do Governo,</p>

		Portas” (27/2)		está na capacidade de o discurso político-eleitoral incorporar uma mensagem de realismo que saiba traçar os horizontes que estão muito para além de 17 de Março” (9/2); “espera-se que os candidatos resistam à tentação do discurso de comício, passível de inflamar uma plateia, mas incapaz de resistir a uma análise séria de políticas de desenvolvimento” (20/2)	confirmaram-se as linhas gerais das conclusões que se tiraram aquando do frente-a-frente da SIC. Ou seja, são os que temos...” (13/3)
Vasco Pulido Valente	“O sr Ferro começou a fazer as ‘listas’. O PS, evidentemente, não se importa que ele se ‘abra’ como lhe apetecer à ‘sociedade civil’. Mas quando se trata de listas, o caso muda de figura. Os fiéis militantes não levam a bem ser preteridos a favor de extraterrestres (...) aqui os militantes não brincam em serviço (...) voltarão a são Bento as ‘caras velhas’ (...) o País verá os responsáveis pelo ‘pântano político’ a pedir votos, como se fossem as onze mil virgens reencarnadas por graça do Altíssimo” (18/1); “Para o caso, cada vez mais provável, de o PSD	“Os partidos já aprenderam (e aprenderam bem) a esconder a realidade ao País com frases de propaganda vácuca, números caricatos, calão de submundo ou termos técnicos para iniciados ” (20/1); “O Dr. Ferro e Dr. Barroso têm cuidadosamente escondido como tencionam resolver os presentes sarilhos, se por acaso ganharem as eleições ” (26/1) “ Nunca na minha vida assisti a uma trapalhada eleitoral assim (...) por um lado, não se quer o ‘centrão’ e, por outro, lá se vai reconhecendo que, sem o ‘centrão’, as coisas se arriscam a	“Sendo, por natureza, a campanha eleitoral um concurso de popularidade, o sr. Barroso e o sr. Ferros só prometeram medidas populares ” (15/3)	“Os nosso príncipes mostraram bem o que valiam. Basta pensar (escolho ao acaso) no que os dois disseram sobre a RTP (...) Que fazer então? Obviamente, o sr. Ferro e o sr. Barroso não sabem, nem se interessam. As trivialidades com que se aliviaram sobre o problema chega a meter um certo medo. Claro que Portugal não vai desaparecer, por causa deles. Nem Lisboa desapareceu com o terramoto. Mas vai sofrer ” (1/3)	

		<p>ganhar a maioria absoluta, os políticos portugueses começaram a precaver-se (...) No PSD, houve uma assombrosa revolução: toda a gente, ou quase toda a gente, que antes se horrorizava com a notória nulidade do sr. Barroso veio a público, babando entusiasmo, prestar a sua humilde vassalagem ao novo salvador da Pátria.” (...) As ‘personalidades’ do PS têm uma estratégia mais sofisticada: primeiro o dr. Ferro que se lixe (e sirva de bode expiatório ao ‘guterrismo’) e depois se verá quem manda” (23/2)</p>	<p>acabar muito mal: na paralisia e na balbúrdia. Infelizmente, não se percebe como se vai passar dos méritos da ‘bipolarização’ e das virtuosas diferenças entre PS e PSD aos virtuosos ‘pactos’ e ‘consensos’, que exige a salvação da Pátria” (3/2);“os partidos como de costume, vão fazendo a sua propaganda. Apresentam montes de medidas de acaso (que no fundo, não os comprometem a nada), com o nome poética de programas, par se dar um cheirinho de seriedade, tiram do chapéu ‘independentes’ (...) não se vê sombra de um pensamento organizado (...) ninguém disse ainda como tenciona pôr em ordem, a partir de Março, as contas do Estado (...) Sobre, o essencial, os ‘cortes’, nem uma palavra. Esta campanha é pura ficção” (22/2)</p>		
Expresso	José António Saraiva			<p>“Os períodos de campanha eleitoral são normalmente marcados por muita demagogia e promessas impossíveis. Este não foge à regra” (23/2)</p>	<p>“ O frente-a-frente (...) foi um combate desigual (...) Ferro Rodrigues estava investido de uma missão impossível (...) Durão Barroso (...) não apresenta nenhuma medida inovadora para resolver problemas que são crónicos</p>

					<p>do país (...) com Ferro Rodrigues o PS tornou-se um partido quase antimediatico, cedendo ao PSD esse papel. Neste debate, Durão Barroso foi claramente mais telegénico, mais enérgico e mais solto, como ficou sobretudo claro na intervenção final (...) Quanto à substância do debate, praticamente não houve novidades e os constantes atropelos não permitiram que uma só medida fosse explicada com pés e cabeça” (2/3)</p>
	Maria João Avillez	<p>“A gente séria sabe que foi quer a sólida herança do cavaquismo quer a boa saúde com que os governos do PSD deixaram o país que permitiram ao PS convencer alguns de que ia governando” (12/1)</p>			
Independente	Constança Cunha e Sá	<p>“A oposição do PSD esteve ao nível do Governo do PS: enquanto um não fazia, o outro adiava; enquanto um não crescia, o outro desmanchava-se enquanto um hesitava, o outro desistia (4/1)</p>			

	Inês Serra Lopes		Na verdade, não se sabe o que vai realmente fazer o governo social-democrata nos próximos quatro anos (...) Na campanha, entre as tiradas meramente demagógicas e a habitual retórica eleitoral, não entrevi qualquer projecto de país ” (15/3)	“Esta campanha eleitoral pode vir a mostrar-se realmente diferente das outras. Diferente para pior (...) Esta semana, com a campanha para as legislativas, chegou a estratégica questão do Euro 2004. e instalou-se o futebol na política “ (8/3) “A campanha eleitoral acaba hoje sem que o PS ou o PSD tenham respondido às grandes questões que poderiam ter sido colocadas nestas legislativas. Na verdade, não se sabe o que vai realmente fazer o governo social-democrata (15/3)	
	José Júdice		“O PSD, ao fim de tantos anos na oposição – e quando se supunha que poderia ter aproveitado o tempo livre para pensar no assunto – só agora é que começa a elaborar o seu ‘programa de governo’ (25/1); “Durão Barroso e Ferro Rodrigues, duas criaturas sobre as quais o país, aparentemente já reuniu o consenso: não têm carisma (...) as suas promessas eleitorais são confusas, demagógicas, pouco coerentes, e geram	“Entre o ‘bota-abaixo’ do PS o ‘bota-acima’ do PSD, vai-se ouvindo uns vagos murmúrios sobre a necessidade de ‘compromissos de regime’, uma vagas alusões ao ‘bloco central’ e uns vagos apelos às ‘reformas’. Estados de espírito. De concreto, nada. ” (25/1)	

			<p>inevitavelmente polémica (...) Ninguém espera que se apresentem aos portugueses com um programa mínimo. O que se espera, já que lhes falta carisma, é que digam o que querem e para onde vão (...) que digam claramente como é que querem governar” (8/2)</p>		
Vítor Cunha	<p>“O PS é um marasmo. Incapaz de ter agenda própria, vai a reboque das críticas do PSD (15/2); “Infelizmente, para o PSD e para o país, os social-democratas não têm demonstrado a capacidade decisora de outros tempos” (25/1); “Ferro Rodrigues, por muito que tente, não vai a votos. Quem vai é o PS e a marca de incompetência do guterrismo. Os portugueses não escolherão Barroso, quando muito rejeitarão Guterres“ (8/2)</p>	<p>“A questão da governabilidade tem ocupado mais a classe política do que a governação. Sabemos mais sobre as estratégias de cada um dos partidos (...) do que propriamente dos programas (...) Continuamos, praticamente, na ignorância em relação a políticas essenciais” (25/1); “na polémica surgida depois de Ferro Rodrigues prometer a abertura de 100 ‘farmácias sociais’ tem-se visto de tudo, excepto algum esclarecimento (...) em plena batalha campal, as partes envolvidas misturam conceitos, medidas e argumentos de uma forma irracional, barulhenta e por vezes demagógica (...) O PS aparece agora a dar sinais de distanciamento ou crítica aos interesses organizados (...) Mas a</p>			

			retórica oficial não desmente a verdade dos factos – não fosse o PS um partido do sistema e por definição ligado ou relacionado com esses grupos que o apoiam e sustentam ” (8/2);		
--	--	--	---	--	--

Relativamente à primeira categoria analisada, observamos que no Público, se escrevia acerca do PS que este partido esperava que o novo líder lhe trouxesse votos que ele *só por si, não mereceria*; a herança de Guterres foi *a falta de decisão, o adiamento, a negociação excessiva e o método salomónico*. Do PSD, diz-se que o ambiente no partido é de *euforia*, porém a vitória nas legislativas não é um *facto consumado* – o partido nada tem para oferecer de *realmente importante, actual e oportuno*.

Na opinião publicada no Diário de Notícias diz-se que em ambos os partidos *a convicção não abunda*, que Ferro Rodrigues e Durão Barroso ainda estão longe de justificar a maioria absoluta. Reforça-se a ideia do *peso insustentável da herança guterrista* e do PSD também se diz que não tem ideias e que *pouco ou nada distingue o distingue do PS*. Mas se ninguém aparece em defesa do PS, o mesmo não se pode dizer do PSD. É notória a tomada de posição de um dos colunistas: “*É óbvio que tudo favorece Durão Barroso (...) O PSD Arranca com um ‘marketing’ inédito e fulgurante (...) o que está em causa, agora, é saber se o PSD tem, ou não, maioria absoluta*”

No Expresso, voltam as críticas à governação socialista: escreve-se que foi “a sólida herança do cavaquismo e que foi a boa saúde com que os governos do PSD deixaram o país que permitiram ao PS convencer alguns de que ia governando”.

E no Independente apontam-se aspectos muito negativos a ambos os partidos: *o PS é um marasmo; a oposição do PSD esteve ao nível do Governo do PS: enquanto um não fazia, o outro adiava; enquanto um não crescia, o outro desmanchava-se enquanto um hesitava, o outro desistia; Os portugueses não escolherão Barroso, quando muito rejeitarão Guterres*

Em síntese, o que se escreveu sobre os programas dos dois maiores partidos?

No Público aparece sublinhada a ausência de esclarecimento por parte dos partidos, falando-se mesmo da *vacuidade escandalosa de alguns programas* e de *programas escondidos*. Mas neste jornal há um colunista que assume a defesa de Ferro Rodrigues: *avança com um conjunto de propostas efectivamente inovadoras (conseguindo mesmo a proeza de ter avançado com mais propostas concretas em meia dúzia de dias do que Durão Barroso durante o tempo todo de oposição)*.

Também no Diário de Notícias se acusa a falta de esclarecimento dos programas de ambos os partidos. Enquanto um dos colunistas também assume claramente a defesa de Durão Barroso – *“apresentou as cinco prioridades do seu governo nas áreas que mais preocupam os portugueses, e reforçou a ideia de que não vai assumir o poder para fazer de conta que governa”* – outro colunista contesta-o – *“o PSD não tem a menor ideia do que vai fazer no governo”*

De igual modo, no Independente, se denuncia a falta de conhecimento das intenções dos partidos no que concerne à governação e aos projectos que têm para o país. Diz-se, mesmo, que *as suas promessas eleitorais são confusas, demagógicas, pouco coerentes, e geram inevitavelmente.*

Na categoria “campanha dos partidos” – indissociável da anterior – no Público volta a denunciar-se a *falta de verdade* na campanha, nomeadamente a enunciação de medidas difíceis que implicassem sacrifícios. Não se denota “entusiasmo” por nenhuma campanha partidária, mas também não se dá como certa a vitória do PSD.

No Diário de Notícias, questiona-se, mais uma vez, o teor das promessas eleitorais – *ideias, propostas, medidas, política virada para o país e para os seus problemas, pouco ou nada. Os líderes só prometem medidas populares*, diz um dos colunistas. A demora no arranque da campanha é em parte explicada pela crescente indiferenciação dos programas. *Volta a questionar-se a credibilidade dos de ambos os líderes.* Um dos colunistas diz-se que *ambos são líderes frios, cerebrais e têm alguma dificuldade na empatia que geram com a população mas que apesar de tudo, Durão, que já tem mais experiência do que Ferro, consegue mais contacto físico do que o líder socialista.* Sobre o estilo das campanhas escreve-se que *elas são rituais desprovidos de conteúdo, tendem a reduzir-se a um amontoado de fragmentos de um discurso bélico. Tão contundente como redutor.*

No Expressso, realça-se o facto de os períodos de campanha eleitoral serem normalmente marcados por *muita demagogia e promessas impossíveis* – como é o caso desta campanha.

No *Independente*, diz-se que esta campanha *é diferente para pior: nem o PS nem o PSD respondem às grandes questões a colocar nestas legislativas. Desconhecendo-se o que vai o PSD fazer quando for Governo*

Os debates televisivos entre os candidatos costumam ser comentados nos jornais, no dia seguinte, procurando quase sempre o “vencedor”, numa linguagem em que abunda a *metáfora da guerra*. Esta campanha eleitoral não fugiu à regra, tendo sido tecidos comentários sobre os dois debates que ocorreram: um com os candidatos dos dois maiores partidos e outro a cinco.

No *Público*, escreve-se que *nenhum dos líderes saiu claramente vencedor (o que serve mais os interesses do PSD), que o debate foi morno, frouxo, que nenhum dos dois adversários foi suficientemente frontal a dizer aos portugueses que vão ter de lhes pedir; só se tornou algo esclarecedor por mostrar as fragilidades dos dois principais candidatos a primeiro-ministro*

No *Diário de Notícias* um dos colunistas diz “*o confronto esteve longe de ter um vencedor claro e houve mesmo fases em que as coisas não correram particularmente bem ao dr. Durão Barroso; outro que “o duelo do ano ficou decidido nos primeiros 15 minutos, em favor de Durão”*; e um terceiro realça o facto de não ter havido discussão política e de terem sido mais *as omissões e as convergências do que se poderia esperar em período eleitoral*.

No *Expresso* pode ler-se que o frente-a-frente foi um *combate desigual*, uma vez que *Ferro Rodrigues estava investido de uma missão impossível*. Durão Barroso, por sua vez, *não apresenta nenhuma medida inovadora para resolver problemas que são crónicos do país*. Foi, no entanto, mais *telegénico, mais enérgico e mais solto*.

Finalmente, na continuação da procura das representações políticas por parte dos colunistas, direccionámos a nossa atenção para o que chamámos de “considerações genéricas sobre a política” dentro das quais isolámos a “avaliação do funcionamento dos partidos e da classe política”; o “sistema eleitoral/ condições de governabilidade”; e o

“eco das percepções dos cidadãos acerca da política”. É o que nos mostra o quadro seguinte.

Considerações genéricas sobre a política

Jornal	Tema Colunista	Avaliação do funcionamento dos partidos e da classe política	Sistema eleitoral/ condições de governabilidade	Eco das percepções dos cidadãos acerca da política
Público	António Barreto	<p>“Aproximamo-nos de um dos momentos altos da democracia portuguesa: a elaboração das listas de candidatos à Assembleia da República (...) As movimentações é em todos os sentidos. Cunhas, influências e imposições, ao lado de cooptação, eleição ou selecção, cujos critérios nem sempre são claros (...) o resultado é, todavia, favorável ao líder. Compete-lhe a mais eficaz decisão: o ordenamento das listas. É através desse dispositivo que se eliminam escolhas inconvenientes, que se organizam vinganças e os saneamentos, que se assegura a eleição dos favoritos e dos incondicionais, que se enviam para a província os ‘para-qedistas’ e que se impõem uma surpresas de última hora (...) É provável que, dois anos depois, a maioria dos deputados não tenha sido efectivamente eleita, mas sim promovida e repescada” (13/1) ; “Vale a pena estar atento e verificar, por agora, quantos candidatos a deputados figuram nas listas apenas para terem oportunidade de virem a ser ministros. E se</p>	<p>“A existência de um pequeno número de partidos principais (dois, por exemplo...) parece-me vantajosa. O que em certo sentido aponta para a bipolarização e promove governos de maioria parlamentar. Ora Portugal caminha para uma bipolarização, não se sabendo ainda se na modalidade de dois partidos, se na de duas ‘coligações naturais’. O que me parece ser um progresso político (...) a bipolarização e o governo de maioria não resolvem todos os problemas (...) apenas criam um quadro que permite mais estabilidade, mais responsabilidade e mais certeza dos mandatos. Assim como reforça e sublinha o papel do eleitorado” (27/1)</p>	

		<p>preparam, caso o não sejam, a deixar o Parlamento dias depois da eleição. Como também é curioso ver os que nem sequer se dignam concorrer ao Parlamento, mas que, no dia da formação do governo, estão em bicos de pés. Ou ao pé do telefone. Ou então a abrir a porta aos vencedores” (3/2); “neste domingo à noite, alguma coisa terá mudado. (...) Centenas daquelas pessoas que hoje se sentam sentavam tranquilamente no auditório começarão ou acabarão a arranjar gavetas, fazer balanços, arrumar livros e rever papéis. Se é que já não o fizeram. Esta eventualidade, esta quase certeza é ridícula. Odiosa. Prejudicial ao país. E opressiva. Mas infelizmente previsível” (17/3)</p>		
	<p>Eduardo Prado Coelho</p>	<p>“O mais complicado está nos partidos que rodam em torno do centro: têm quadros que fazem parte do aparelho e têm aparelhos que se julgam constituídos por pessoas que militantemente se julgam quadros. Este jogo de espelhos acaba por dar uma indescritível dança de cadeiras, onde os mais diversificados venenos venezianos (...) muitas pessoas de bem, que até gostariam de trabalhar num âmbito partidário, sentem pouca pachorra para aturar semelhantes vexames. Resultado. Os aparelhos são cada vez mais o balsâmico refúgio da mediocridade, e por isso mesmo são cada vez menos um lugar apetecível, o que faz com que a mediocridade prolifere e a qualidade diminua (...) vendo as listas do PSD e do PS,</p>		

		só podemos concordar com Marçal Grilo: o nível da Assembleia da República não é deslumbrante. Evitemos a limote: é mesmo deplorável. E pouco a pouco sentimo-nos cercados pelos aparelhos. E pouco a pouco perdemos a confiança na política ” (6/2)		
José Manuel Fernandes	<p>“Agora que se estão a elaborar as listas de deputados, a dificuldade dos actuais líderes do PS e do PSD é, provavelmente, ainda maior. Porque as figuras que gostariam de propor não estão disponíveis, ou pelo menos não estão disponíveis para serem deputados a tempo inteiro, de corpo e alma. E porque as figuras que os líderes gostariam de afastar – os chefes do aparelho, as mesmas caras de sempre, os fidelíssimos do costume – são as que se põem em bicos de pé (...) A base de recrutamento para deputados e ministros é cada vez mais estreita (...) sucede não só em Portugal como em boa parte das democracias (...) não nos devemos queixar muito de termos a classe política que temos. Quando se tem realmente vocação e vontade para ser o melhor entre os melhores, se deseja servir o país, tem de ser também espírito de monge franciscano. Como isso é raro, aplauda-se quem ainda acredita na política nobremente, e a ela se dedica com austeridade. Mas não se confundam esses com os meninos do aparelho” (23/1);“face a dois líderes sem carisma – Durão Barroso e Ferro Rodrigues – perante um país anormalmente calmo antes do que se antevê vir a ser uma forte tempestade,</p>	<p>“Tenho defendido a necessidade de as próximas eleições produzirem uma maioria de governo – uma maioria com legitimidade renovada, ampla base política e social e firme vontade reformista (...) O que até agora os principais líderes políticos têm dito é demasiado pobre para satisfazer mesmo o menos exigente dos eleitores (...) se chegou o momento de falar verdade, então concretizem-se as propostas eleitorais. É que falar verdade implica falar de medidas impopulares. Estão os partidos preparados para o fazer? (15/1);“É pouco provável que, ganhe quem ganhar as eleições, exista ou não uma maioria absoluta, seja ou não fácil formar governos de coligação (...) se modifique um dado essencial do nosso sistema partidário: a existência de apenas dois partidos, o PS e o PSD, com capacidade de liderarem governos, de nomearem o primeiro-ministro (...) Aqueles dois partidos estão condenados a alternar à frente dos destinos do país. Daqui decorre que deviam entender-se sobre um conjunto de medidas de fundo” (18/1)</p>		

		e sem que apareçam, à esquerda ou à direita, esboços de coligações assentes em relações de confiança e cumplicidade de projecto, muitos são os que antevêm um pós – 17 de Março ainda mais sombrio. E tumultuoso” (6/2);“ é no ‘centrão’ que está, nas sociedades modernas, a maioria dos eleitores (...) o centro pode ser o lugar onde projectos fortes mas dirigidos aos reais problemas das pessoas e do país encontram a sua base de apoio reformista (...) O desafio de Durão e Ferro é (...) não o de afogar-se no ‘centrão’, mas o de conquistar o centro reformista” (6/2)		
Miguel Sousa Tavares			“Numa situação eleitoral como a nossa, que tende cada vez mais para a bipolarização, uma aliança entre os dois partidos bipolares representa praticamente a renúncia às regras do jogo democrático : onde não há alternativa dificilmente pode haver sistema democrático saudável (...) Com o bloco central desaparece também quase toda a vida política não partidária. Todos os lugares públicos não serão suficientes para acolher esta imensa clientela” (...)“seja qual for o desenlace desta embrulhada, seria bom que as coisas se passassem com seriedade. PS e PSD têm estrita obrigação de dizer aos eleitores se governarão sozinhos se não obtiverem a maioria absoluta ou se formarão alianças e com quem” (18/1)	

Diário de Notícias	António José Teixeira	<p>“Felizmente que as utopias não acabaram, apesar de tanta desilusão, mas resta pouca paciência para políticos e partidos inconsequentes, que se esgotam em si próprios, que discutem o poder pelo poder, que se acham merecedores do poder sem terem qualquer projecto para o país ou mostrarem capacidade de concretização. A política tem sido reduzida ao quase exclusivo exercício do verbo, à distribuição de lugares e à gestão mediática. O sentido da utilidade da política perdeu-se. Vigora a gestão hábil e silenciosa dos negócios. O poder político é fraco, tem grande dificuldade de intervenção social (...) Vai sendo tempo de enterrar o discurso das grandiloquentes reformas. Procuram-se políticos resolutos! “ (23/1); “a política sempre se fez e desfez em antecâmaras e corredores mais ou menos iluminados (...) E no entanto os lobbies existe (...) Engordam à sombra dos partidos e governos e não hesitam em levantar-lhes a voz à primeira ameaça aos seus interesses (...) financiam a política”. “A rendição aos interesses particulares mata a democracia e o Estado de Direito. De pouco servem os programas, que se agitam antes e depois das eleições, se não se garante a sua aplicação. O não cumprimento da lei, a certeza de que o crime compensa, é hoje o principal factor de descrédito da democracia” (6/2); “A política é uma espécie de continuação do futebol por</p>		<p>“Há muito que as pessoas olham a política com profunda indiferença (...) o problema da representação política deriva da percepção de que a capacidade de decidir escapa aos políticos, pertence aos especialistas ou a instâncias supranacionais. É como se a política estivesse a fugir aos políticos, por impotência, descrédito ou impreparação (13/2)</p>
--------------------	-----------------------	--	--	---

		<p>outros meios. E também aqui a arbitragem tende a ser pouco respeitada. Se funciona mal, não se investe para criar racionalidade, competência. Sai mais barato tentar neutralizar o árbitro (6/3)</p> <p>“Mas não é menos importante esclarecer o que se esconde, ou já nem se disfarça, atrás do futebol. Pura promiscuidade entre política, negócios e futebol” (13/3)</p>		
	Luís Delgado		<p>“Em Portugal, há apenas dois grandes partidos com vocação de poder (...) bastará que os eleitores escolham com sensatez o que desejam para Portugal, no período de quatro anos, com base no profundo respeito pela capacidade de decisão e estabilidade que uma maioria parlamentar pode imprimir ao País. Governar é agir e decidir e isso só pode fazer-se com um grupo parlamentar forte e maioritário, que impeça a construção política de um álibi para nada fazer, como aconteceu, ao longo destes quase sete anos, com o PS” (28/1);“Os dois grandes partidos com vocação de poder perceberam a necessidade de mudar de caras,</p>	

			renovar os seus quadros (...) pessoas que sempre tiveram uma intervenção cívica destacada e que podem dar um grande contributo à credibilização da política e do Parlamento. (...) É o primeiro passo para a alteração do sistema político. Depois (...) convém alterar o sistema eleitoral e reduzir substancialmente o número de deputados” (29/1)	
Manuel Villaverde Cabral	<p>“Se as eleições de Março voltarem a ser disputadas, tanto pela esquerda como pela direita, sem convicções nem propostas claras, os únicos ‘centristas’ serão os eternos oportunistas, que tiram vantagens pessoais deste regime de alternância sem alternativas, contribuindo, assim, para afastar a maioria das pessoas da política (4/1);“Hoje, os partidos limitam-se a navegar à bolina entre os ditames da globalização, os altos e baixos da conjuntura económica, os interesses dos grandes e pequenos lobbies e os apetites dos seus membros e amigos, tanto mais numerosos quanto o partido estiver próximo de ganhar as eleições, isto é, de aceder aos recursos do Estado e, no nosso caso, aos subsídios da União Europeia (...) não há como negar esta triste realidade (...) é aqui que reside a tendência crescente para a abstenção” (25/1);“Involuntariamente talvez, esta moda dos apelos por cima da cabeça dos partidos só vem confirmar, em plena campanha eleitoral, a profunda crise da</p>	<p>“É a vez do PSD chegar de novo ao governo. Estamos pois em pleno rotativismo (...) o sistema está gasto e é incapaz de produzir alternativas (...) a abstenção é a única linguagem que a actual classe política entende” (15/3)</p>		

	<p>representação política em Portugal” (15/2); “Já toda a gente percebeu que, hoje em dia, pouco ou nada diferencia os partidos de Governo, pela simples razão que as opções governativas mais importantes são tomadas noutras sedes (...) nestas circunstâncias, os partidos políticos com ambições governamentais tendem não só a convergir numa espécie de magma ideológico, conhecido entre nós como ‘centrão’, mas sobretudo a transformarem-se em facções, para não dizer cliques partidárias em tudo idênticas às claques de futebol, cuja única função é concorrer a eleições a fim de se apoderarem do Estado para distribuir benesses entre os amigos e conquistar novos apoiantes, assim se perpetuando no poder. (...) Mas a verdade mais reveladora não é que todos estejam comprometidos, por uma razão ou por outra, com o lobby do betão e a máfia do futebol. Isso, já a gente calculava (...) A verdade mais reveladora que acabou por vir ao de cima é que, hoje em dia, em Portugal, a política reduz-se ao futebol e às obras públicas (...) se a política desceu ao nível mais rasca que se poderia imaginar depois das promessas de democracia e desenvolvimento do 25 de Abril, é porque os sucessivos Governos do PSD e do PS estão completamente cristalizados num modelo de crescimento sem modernização do qual já não são capazes de sair, até porque ele constitui a base das suas intermináveis clientelas e da manutenção de uma prosperidade enganosa”</p>	
--	---	--

		(8/3)		
	Mário Bettencourt Resendes	“Financiamento da política por parte do mundo empresarial. Se pensarmos que Portugal é, nesta matéria, um reino de equívocos, percebe-se a dimensão dos condicionamentos que, por certo, constroem a nossa vida democrática” (20/1)		“ O desencanto dos cidadãos com a vida política tem vindo a minar a credibilidade do sistema representativo em que assenta a legitimidade do exercício do poder político na democracia portuguesa. Deve, no entanto, dizer-se que, se é verdade que temos um problema, não temos, propriamente, um drama ” (17/3)
	Vasco Pulido Valente	“Verdade que Barroso e Ferro, Portas, Carvalhas, Louça e companhia praticamente não existem (...) Os nossos políticos reflectem fielmente a cultura dominante: a telenovela e o futebol, o hipermercado e a junk food. Não nasceram no vácuo, são o espelho do mundo, do nosso mundo (...) são individualmente e em conjunto, representantes perfeitíssimos do Portugal que vivemos” (24/2)		
Expresso	Editorial Expresso		“Se o PS e o PSD passaram a estar do mesmo lado na defesa das vantagens das maiorias absolutas, era bom que se aproveitasse a onda para começar a preparar a alteração do sistema eleitoral. O sistema português dificulta a constituição de maiorias. O método de Hondt (...) é o que as torna mais problemáticas. Urge,	

			portanto, corrigi-lo” (12/1);“O Expresso já se manifestou, por diversas vezes, favorável a governos de maioria absoluta” (15/3)	
	José António Saraiva		“É preciso que todos os responsáveis políticos (...) modifiquem as leis no sentido de ser mais fácil a obtenção de maiorias absolutas que permitam aos governos governar ” (19/1)	
Independente	Inês Serra Lopes	“ A solução para o fracasso dos partidos não são as candidaturas independentes. São as pessoas independentes e a força que estas conseguem adquirir se se empenharem e adoptarem como critério a exigência, recorrendo a todos os meios contra a bandalheira geral em que o país está transformado”(18/1); “ E a verdade – que só não vê quem não quer – é que as contas dos partidos e a sua fiscalização são uma mentira” (8/2)		“A verdade, que de tão repetida começa a deixar de ter significado, é que os partidos já não representam o universo do país . A maioria das pessoas apenas tolera os partidos talvez porque realmente ainda não tenha sido inventada uma forma de governo melhor do que a democracia partidária (...) Entre nós praticamente não existe sociedade civil. E não existir uma sociedade civil forte significa que não só as pessoas deixaram de reconhecer os partidos como os guardiães dos seus direitos e da própria democracia como renunciaram a zelar elas mesmas pelos seus direitos e pelos seus interesses (18/1
	Vítor Cunha	“ A macacada da elaboração das listas de candidatos a deputados é já um clássico da política portuguesa, ou à portuguesa. Aliás, eleição sem este tipo de episódios deprimentes já não é eleição. As cúpulas dos		

	<p>partidos do sistema amam os independentes e todas gostam de exhibir independentes como quem exhibe um troféu de caça. Mas os dirigentes locais e regionais dos partidos odeiam os independentes (...) Uns gostam deles porque devem pensar que mostrar publicamente exemplares vivos da sociedade civil dá votos; os outros não os suportam porque sabem que, no fundo, dar um lugar a um independente é tirar o posto a um dos deles, os tais do aparelho (...) outro factor de perturbação é a chamada 'renovação'. Todos dizem renovar, mas poucos cumprem a promessa. O caso mais estranho, talvez mora no PS (...) não há actual ministro, ministro despedido ou barão que não tenha entrado”</p> <p>(1/2)</p>		
--	--	--	--

Nas páginas de opinião do Público, uma das questões referidas é a elaboração das listas de candidatos à Assembleia da República. Neste tema, faz-se alusão às *cunhas, influências e imposições, ao lado de cooptação, eleição ou selecção, cujos critérios nem sempre são claros* e à probabilidade de *dois anos depois, a maioria dos deputados não tenha sido efectivamente eleita, mas sim promovida e repescada*. É também referido que *a base de recrutamento para deputados e ministros é cada vez mais estreita*. Lê-se que *os aparelhos são cada vez mais o balsâmico refúgio da mediocridade, pelo que a qualidade dos nomes apresentados é cada vez mais inferior, o que faz com que pouco a pouco perdamos a confiança na política*

No Diário de Notícias, escreve-se que *a política tem sido reduzida ao quase exclusivo exercício do verbo, à distribuição de lugares e à gestão mediática; os lobbies existem, financiam a política, engordam à sombra dos partidos e governos e não hesitam em levantar-lhes a voz à primeira ameaça aos seus interesses. A política é uma espécie de continuação do futebol por outros meios. Existe uma pura promiscuidade entre política, negócios e futebol*.

Sobre a qualidade dos políticos, um colunista escreve que *eles reflectem fielmente a cultura dominante: a telenovela e o futebol, o hipermercado e a junk food*.

Caracteriza-se o regime como sendo *de alternância sem alternativas, pouco ou nada diferencia os partidos de Governo, o que contribui para afastar a maioria das pessoas da política*

No Independente, adjectiva-se de *macacada a elaboração das listas: as cúpulas dos partidos do sistema amam os independentes e todas gostam de exhibir independentes como quem exhibe um troféu de caça. Mas os dirigentes locais e regionais dos partidos odeiam os independentes*. A renovação dos políticos não ocorre. Sobre as contas dos partidos e a sua fiscalização, diz-se que são uma *mentira*.

Sobre o sistema eleitoral, as condições de governabilidade e temas conexos, no Público defende-se *a necessidade de as eleições produzirem uma maioria de governo, aparece também vista como vantajosa a existência de um pequeno número de partidos*

principais. A bipolarização é, por uns, bem vista por promover governos de maioria parlamentar e criar um quadro que permite mais estabilidade, mais responsabilidade e mais certeza dos mandatos; mas para outro colunista é a renúncia às regras do jogo democrático.

No Diário de Notícias, também aparece, por um lado, a defesa de *um grupo parlamentar forte e maioritário*; por outro, a crítica ao *pleno rotativismo, e à incapacidade do sistema produzir alternativas*

O Expresso assume-se favorável a governos de maioria absoluta e defende a alteração do sistema eleitoral, uma vez que o método de Hondt dificulta a constituição de maiorias.

O que designámos “eco das percepções dos cidadãos acerca da política” foram as expressões explícitas sobre o que alguns colunistas pensam do modo como as pessoas olham para a política. Assim, textualmente, escreve-se no Diário de Notícias que há *muito que as pessoas olham a política com profunda indiferença*; que o *desencanto dos cidadãos com a vida política tem vindo a minar a credibilidade do sistema representativo* – o que nos remete para as perspectivas de muitos autores, atrás referenciadas.

No Independente, faz-se “eco” do desencanto dos cidadãos com os partidos, estes *já não representam o universo do país*. E, mais grave, afirma não existir em Portugal uma sociedade civil forte, o que *significa que não só as pessoas deixaram de reconhecer os partidos como os guardiães dos seus direitos e da própria democracia como renunciaram a zelar elas mesmas pelos seus direitos e pelos seus interesses* – opinião que é, simultaneamente, uma boa pista, ou hipótese, para outra investigação.

“la gente se engaña sobre la gente”

Elisabeth Noelle – Neumann (in La espiral del silencio- Opinión pública: nuestra piel social, tradução em castelhano da edição em língua inglesa de The Spiral of Silence. Public opinion – Our Social Skin

Parte 3. Práticas de leitura, representações e efeitos das colunas de opinião

1. Aspectos do trajecto (errático) dos efeitos cognitivo-sociais dos media

Continua válido o (recorrente) enunciado geral de Berger e Luckmann (1967) que postula que os media têm uma contribuição/intervenção decisiva no processo de construção social da realidade, mas é a sua ideia de “construção activa das significações sociais” que, mantendo grande pertinência na actualidade, não cessa de estar no centro de debates teóricos tão interessantes quanto, e talvez por isso mesmo, inexoravelmente inconclusivos. Em si mesma, não deixa de simbolizar o “fio condutor”, em torno do qual se posicionaram e se pensaram as perspectivas teóricas acerca do estudo da comunicação, que a refutaram, subscreveram, reformularam. Ideia essa, aliás, para a qual concorrem também os contributos de interaccionistas e etnometodólogos (mais notoriamente de Garfinkel (1967) e Goffman (1974), inspirados em Schutz) mas que encontra as suas raízes em Weber. Mais uma vez, (também neste texto) “*o eterno retorno*” aos clássicos.

O estudo sobre os efeitos sociais dos media é, tradicionalmente, um campo da investigação sobre a comunicação que tem merecido muita atenção, pelo que é considerável a quantidade e variedade de trabalhos de investigação (e de literatura disponível), enquadrados nas igualmente numerosas e distintas propostas teóricas sobre a questão. Retornemos, mais uma vez, também às tentativas de ir ao encontro das propostas que visem superar as velhas dicotomias, personificadas, agora, pelos pólos media/receptor.

Estamos, pois, já distantes da velha teoria que representa a comunicação como um processo linear, unilateral, poderosamente influente, de modo directo (o emissor, detém a arma, o poder de persuadir, incondicionalmente, o receptor indefeso). E parece já estar “digerida” a “contra-ofensiva” decretada pelo “paradigma dominante” (durante três décadas) que, de modo antagónico (e alternativo) à “teoria hipodérmica”, defende que os efeitos são limitados, mínimos, não são directos, o modelo de comunicação não é linear mas a dois níveis (o modelo “two step flow” de Lazarsfeld) – as mensagens dos media antes de atingirem o público, na sua generalidade, sofrem a mediação dos líderes

de opinião; as pessoas quando expostas às mensagens mediáticas, começam por reforçar as opiniões que já têm, mudando só depois ligeiramente as suas opiniões (sendo poucas as que mudam de opinião); preferem expor-se a mensagens com que concordam (exposição selectiva), percebem melhor as mensagens com que concordam (percepção selectiva) e memorizam melhor o que percebem.

Enfatizaram-se, assim, os contextos sociais de recepção das mensagens e as operações complexas de mediação social, deslocando a posição de força para o lado dos receptores, a quem se atribuíram fortes capacidades de resistência (quer às mensagens mediáticas quer às intenções dos emissores e à acção dos media de um modo geral)²³¹. Esta (influyente) teoria sobre os efeitos (limitados) dos media, que se sobrepôs hegemonicamente aos estudos da comunicação persuasiva, seus contemporâneos, de indicação contrária quanto à eficácia da mensagem persuasiva, desenvolvidos a partir de Hovland (Hovland, Janis e Kelley, 1953), tem consideráveis “pressupostos limitativos”, como, entre outros, Gitlin (2002) argumenta.²³²

Uma vez abandonada esta visão simplista (fortemente empiricista, objectivista, positivista) – e em resultado de distintos e vários esforços teórico – empíricos a partir da década de 70 que recolocaram diferentemente a “questão dos efeitos” (deixaram de ser directos, imediatos, a curto prazo, alargou-se o seu entendimento para além da dimensão individual e comportamental) e de transformações no próprio sistema mediático – hoje vai sendo relativamente pacífico admitir-se, entre outros aspectos, que o processo comunicativo é mais amplo e complexo, é fortemente condicionado e determinado pelos receptores das mensagens que as recebem, descodificam e lhes conferem sentido(s), por vezes até contraditórios, sendo vários os agentes sociais que concorrem na criação de significados sociais.

²³¹ A estruturar esta proposta teórica, sobejamente conhecida, estiveram dois célebres trabalhos de pesquisa, cujos resultados foram publicados em livros intitulados “ The People’s Choice...(1944) e Personal Influence...(1955)

²³²Gitlin profere críticas ferozes e levantam várias interrogações, de que esta é exemplo: “Mas em que sentido é que o seu aparato de investigação constitui um “paradigma”, e em que sentido tem sido o mesmo dominante?” (2002:107). Sem entrarmos neste debate, refira-se apenas que Katz (2001), em defesa de Lazarsfeld, argumenta que a sua concepção não era “limitada”, uma vez que do seu mapa de efeitos resultavam 16 combinações com as seguintes coordenadas: o aspecto do meio estudado como uma unidade simples, o género, a estrutura organizacional do meio ou a sua tecnologia; e a natureza da resposta: imediata, a curto prazo, a longo prazo ou institucional. Pelo que, os efeitos poderão ocorrer como simples reacções ou complicadas cadeias, produzidas pelos media e que afectam os indivíduos. (Katz, 2001:275)

Para o “burilar” deste entendimento e da consciência da complexidade do fenómeno comunicativo, foram importantes os contributo introduzido pelas diversas propostas teóricas do estudo da recepção, ainda que, *per si*, mantivessem fragilidades. Desde logo, a “viragem epistemológica”, introduzida pela corrente de estudos que viria a chamar-se “Usos e gratificações”, que abandonando a problemática dos efeitos dos media nas pessoas se passa a centrar na utilização que estas fazem dos media (no início marcadamente *psicologizante*), porém, dando continuidade ao modelo de Lazarsfeld, ao intensificar o reconhecimento do poder dos indivíduos na recepção e ao ser tributária das metodologias *empiricistas*. Como Breton e Proulx notam, o percurso individual de Katz e as “orientações” que os seus trabalhos foram seguindo, ilustra esta continuidade (1997:211).

Igualmente contestatárias do “mediacentrismo, foram sobretudo as chamadas “teorias da recepção” (consolidadas nos anos 80), advindas de várias tradições teóricas, que mais proficuamente se empenharam na descoberta do papel activo do indivíduo (receptor) na construção do significado das mensagens mediáticas e maior agitação científica e controvérsia geraram. Nomeadamente as que foram desenvolvidas pelos investigadores de tradição crítica e de orientação culturalista, muito influenciadas pelo desconstrucionismo, suscitaram interessantes controvérsias no seio da tradição crítica e uma inusitada convergência desta tradição com a tradição empírica, historicamente sua antagonista (Breton e Proulx, 1997:212)²³³.

No âmbito dos estudos da recepção, Verón, sendo um dos autores mais ecléticos que melhor ousou o diálogo entre inúmeros modelos teóricos (advindos da antropologia

²³³ Estes autores reportam a interessante dualidade/clivagem na tradição crítica, introduzida pela realização do programa de investigação sobre a recepção. Notam que Dayan chamou à atenção para o facto de Hall (então director do Centre for Contemporary Culture da Universidade de Birmingham) no início da década de 80 ter publicado, quase em simultâneo, um artigo que tratava da redescoberta da ideologia nos estudos dos media – ligado à tradição crítica que remontava à escola de Frankfurt- e outro que questionava os processos dialécticos (macro e microsociológicos) de codificação e de descodificação, anunciado o programa culturalista de estudo da recepção. Para Hall, tratavam-se de textos ligados entre si e complementares num mesmo projecto teórico. Mas os autores argumentam: “ (...) descobre-se que não existe coincidência necessária entre a codificação e a descodificação das mensagens mediáticas. A ideologia dominante codificada no texto mediático não atingirá necessariamente os sujeitos-receptores com tanta facilidade como pretendiam as teorias críticas. É uma verdadeira descoberta empírica efectuada por investigadores insuspeitos de simpatia *a priori* por uma tese que apenas concedia aos media um poder relativo!” (Breton e Proulx, 1997:212)

estrutural, da semiologia francesa, da psicologia da comunicação de Palo Alto), não prescindindo de os criticar e reformular, também nos parece não deixar de ilustrar três aspectos que consideramos relevantes: a inflexão nos estudos sobre os efeitos, (outro) tipo de (controversas) clivagens, nomeadamente no estruturalismo, e o imprimir de um pendor teórico mais sociológico.

Diríamos que, grosso modo e centrando-nos apenas em parte do seu percurso, o enfoque das suas análises deslocou-se do estudo dos media como produtores – chave de ideologias (anos 60), para a produção de sentido na recepção (anos 80)²³⁴. Num momento (*Ideologia, estrutura e comunicação, 1968*), tentando a síntese entre o estruturalismo, a psicanálise e marxismo, crítico da teoria sociológica que privilegia uma concepção subjectivista da acção social, via a comunicação como instituição social, como conjunto de regras que estruturam as significações, reconhecendo a primazia da práxis social, da história, do trabalho sobre a esfera da significação, (observando ainda como as regras sociais de comunicação são inconscientes): “todo o signo, mesmo aqueles em que a função denotativa é predominante, tem uma dimensão ‘normativa’ na medida em que exerce um efeito sobre o receptor, e que este efeito não é aleatório” (Verón, 1968:157).

A partir dos anos 80, centra-se claramente nas condições de recepção, alertando não existir uma só “gramática de reconhecimento” (condições específicas de recepção), atentos que temos que estar à “polivalência semântica”: “ (...) todo conjunto significativo (...) comporta uma multiplicidade de leituras”, “toda a mensagem é de si um texto infinito” (Veron, 1980:206). É nesta construção semiótica da recepção, e também face à proliferação de múltiplos suportes de comunicação, que é conceptualizada a relação entre a produção e o reconhecimento do discurso – a qual constitui o essencial dos discursos sociais –, consubstancializada na noção de “contrato de leitura” (1983), a qual, como já vimos anteriormente, coloca em relevo as condições de construção de um elo que une no tempo um veículo de comunicação aos seus leitores.

²³⁴ Para Verón trata-se de uma “solução de continuidade”: “Resulta claro que el estudio del reconocimiento no se presenta de la misma manera cuando uno se interesa por los procesos históricos en una misma práctica de producción discursiva (en caso de darse, aquella organizada alrededor del conocimiento del lenguaje) y cuando uno adopta (como yo lo he hecho aquí con relación a la prensa) un punto de vista sincrónico, destinado a comprender, en un momento dado, el funcionamiento de un sistema productivo de discursos” (1988: 21)

Deste modo, a par das mudanças socio-culturais e da situação de concorrência, é a dinâmica dos leitores que dinamiza o contrato de leitura (e é desta constante negociação com os leitores, da aceitação das estratégias de apropriação que dependem as propriedades do discurso do jornal). Para explicar as preferências dos leitores, não são suficientes as variáveis socio-demográficas ou os “estilos de vida” (ainda que existindo fortes correlações entre as configurações destas variáveis e a conduta de aquisição de um título), nem o estudo separado do suporte e dos seus leitores, mas sim a sua relação – que não é outra coisa que a leitura, “esa práctica social que hasta ahora, se ha mantenido invisible” (1985:2). Até porque a preferência (o comportamento de compra) é um “efeito localizado na recepção”, que nada nos diz sobre os efeitos de sentido dos discursos que são objecto das preferencias assim manifestadas. A preferência opera sobre um campo de oferta determinada (“zona de competência directa”), resulta de uma selecção, mais ou menos consciente, mais ou menos explicita, mais ou menos reflexiva, mas totalmente opaca relativamente aos mecanismos significantes que o fundam (1988:19). No entanto, interessa sublinhar, que Veron, ainda que preconizando várias “gramáticas de reconhecimento” e “multiplicidades de reencontros”, não deixa de realçar a importância das variáveis sociais nas “condições de reconhecimento”, como sejam as diferenças no capital cultural, as “avaliações” do sujeito sobre certos géneros e títulos da imprensa (1988:23)²³⁵.

Mas o repensar da recepção veio de inúmeros e inusitados territórios e tendências (com repercussões várias na pesquisa sobre os media)²³⁶, de que são exemplo, a hermenêutica e os contributos de Ricoeur, a partir do conceito de “mundo do leitor”. No essencial, Ricoeur postula que são múltiplos os sentidos que, adormecidos na polifonia das palavras, podem ser seleccionados pelo leitor, a partir do seu mundo. O leitor (e não apenas de obras literárias, porque o autor alargou a noção de texto a todas as objectivações humanas) é assim, uma instância produtora de sentido; os textos *obras abertas* (uma escrita que só se deixa interpretar em função das interpretações que abre);

²³⁵ Como notámos anteriormente, esta é uma importante incursão de cariz sociológico e de aproximação à “sociologia do gosto” de Bourdieu – nota que a leitura de certos géneros e títulos comportam um valor-signo que inscreve o acto de compra dentro de uma estratégia mais ampla de distinção social por parte do sujeito (enquanto outros, socialmente desqualificados são lidos “às escondidas”) (1988:23)

²³⁶ Não sendo oportuno aprofundarmos a questão, parece-nos, contudo, importante remeter, selectivamente, o dossier “Les théories de la réception”, coordenado por Paul Beaud e Louis Quéré, publicado na Réseaux, nº68, CNET, 1994; e para os artigos publicados na Hermès, 11-12, 1992, particularmente os da autoria de Mauro Wolf: “L’analyse de la réception et la recherche sur les médias” e “Recherche en communication et analyse textuelle”

e a leitura (dialéctica) uma experiência viva, reflexiva (liberta da leitura que o texto encerra, dada a possibilidade de a replicar): “sem leitor que o acompanhe, não há acto configurante em acção no texto; e sem leitor que se aproprie dele, não há mundo desdobrado diante do texto. E, no entanto, renasce continuamente a ilusão de que o texto é estruturado em si e por si, e de que a leitura acontece ao texto como um evento extrínseco e contingente” (1995:283).

Face aos trajectos ensaiados no âmbito das “teorias da recepção”, ou em áreas suas afins, que aqui não é oportuno aprofundar, é-nos hoje relativamente fácil concordar que “o acto de recepção é um fenómeno social complexo, indissociável de uma certa exigência de participação, de criatividade e de empenhamento crítico, como tal trata-se de uma experiência que não pode ser desenraizada dos restantes contextos da vida colectiva. As mensagens mediáticas raramente valem só por si: elas são objecto de reelaborações discursivas ao nível da recepção que as reconduzem ao quadro do discurso público – o discurso que flui na comunicação quotidiana, em círculos mais restritos ou mais alargados” (Esteves,1998:33). Por outro lado, e numa perspectiva sistémica bem ilustrada por Luhmann (1992), a comunicação não pode ser entendida enquanto transferência de unidades significantes do emissor para o receptor, mas sim como a disseminação da informação dentro de um sistema, pelo que uma “componente indispensável da informação” se situa, desde logo, no lado da recepção.

2. Contributos para ler a influência das colunas de opinião: modelos de explicação dos efeitos da comunicação de massas

Se os efeitos da acção dos media, em geral, nos indivíduos e nos sistemas sociais, são de natureza complexa, como ficou exposto, certamente também o serão os que advêm da leitura e da existência das colunas de opinião. É admissível que da exposição a uns e a outros e do confronto individual com o que é veiculado, se possam configurar “horizontes cognitivo-emocionais”, com os quais também se construam mundividências, estratégias de acção, se consolidem opiniões, ainda que divergentes quer com as que são expostas quer com as que inicialmente se tinham. Mas a este nível, é no “território” das hipóteses que nos podemos continuar a mover, uma vez que não há estudos nesta matéria. Razão também pela qual também as percepções dos cientistas sociais (e até mesmo dos próprios colunistas) sobre as colunas estão longe de ser consensuais, dividindo-se por uma “escala” que, nos limites, exagera ou anula a sua capacidade de influencia.

Similarmente à acção dos media no caso da formação da opinião individual sobre política, como é perspectivada, entre outros, por Zaller (1992, 2001)²³⁷, importará considerar a variabilidade da atenção dada à política e do nível de exposição à informação política, bem como a variabilidade entre os indivíduos na sua a capacidade de reacção crítica, e como os estudos desenvolvidos no âmbito da “Gap hypothesis” (“hipótese do distanciamento”) que denunciavam o “hiato comunicativo” existente na sociedade (e entre os indivíduos) já avisavam. Importa contudo, referir que entre os leitores de colunas de opinião, de jornais específicos, as variáveis de natureza social (“classe social”, “estilos de vida”, “capital escolar”...) de expressão muito similar nestes “públicos” específicos” tenderão a homogeneizar as condições de “acesso” e “recepção” à opinião. Aliás, o próprio acto de compra e leitura destes produtos, já é, em si, um comportamento “distintivo socialmente”, indiciador “estilos de vida” e “capitais” específicos.

²³⁷ Ver também Iyengar(1987), Gmson (1992), Mutz (1998)

Ainda que concordando com Estrela Serrano (2003) quando afirma que "a importância da opinião nos jornais, rádios e televisões e, ultimamente, nos weblogs, é, pois, cada vez maior, podendo admitir-se que o seu poder de influenciar os cidadãos ultrapasse o de outros espaços informativos", não nos parece ser essa influência, a existir, o cerne do "poder" em que as colunas se constituem. Não obstante a leitura e discussão das colunas de opinião ultrapassar os círculos elitistas do poder (como veremos nos resultados do inquérito, o qual apenas aflora levemente estas questões), é mais defensável procurar nos colunistas um poder "indirecto" e atribuir-lhes uma capacidade de influência que é, sobretudo, exercida nos decisores. Há indícios empíricos que as colunas de opinião criam "vagas de fundo" e "climas de opinião", através da colocação de temas que perpassam para a agenda (mediática e política), do teor (e forma) dos comentários, em si, e dos comentários sobre os próprios comentários. É neste sentido que é possível considerar que aqueles que expressam a opinião nos media constituem-se como um dos principais factores da intervenção dos media na formação da opinião pública. Assim formulado, é de facto do poder dos media que se trata, pelo que alinhamos com as propostas teóricas que conceptualizaram o seu "regresso".

Deste modo, no panorama actual dos modelos de explicação dos efeitos da comunicação de massas, é ainda nas três conhecidas propostas que se completam entre si, já com o estatuto de "clássicas" (mas por isso não isentas de críticas), que encontramos contributos para discutir a "influência" das colunas de opinião nos leitores – as teoria do agenda-setting, da *tematização*, e da *espiral do silêncio*

2.1. A teoria do agenda-setting

A teoria (para alguns apenas hipótese) do agenda-setting é a corrente de investigação que estuda sobre o quê e como os assuntos devem ser pensados. Numa formulação já clássica, e repetidamente actualizada, os meios de comunicação não só nos dizem o que pensar, mas como devemos pensar, e talvez até o que devemos fazer sobre isso. Isto é, os elementos proeminentes da imagem do mundo elaborada pelos media tornam-se também proeminentes na imagem que as pessoas têm do mundo (McCombs, 2001).

Atribui-se o primeiro estudo desenvolvido a Maxwell McCombs e Donald Shaw, em *The Agenda Setting Function of Mass Media* (1972), embora na sua essência estivessem os contributos de Walter Lippmann (*Public Opinion*, 1922) que já destacava o papel da imprensa no enquadramento da atenção dos leitores em direcção a temas por ela impostos como "de maior interesse colectivo"; mas também de Park (*The City*, 1925), que notava que os meios de comunicação definiam uma certa ordem de preferências temáticas; ou ainda de Long, que enunciara claramente a hipótese do agendamento temático: "o jornal é o primeiro motor da fixação da agenda territorial. Ele tem grande participação na definição do que a maioria das pessoas conversarão, o que as pessoas pensarão que são os factos e como se deve lidar com os problemas" (1958; cit. por Barros Filho, 2001: 175). Ou ainda, e decisivamente, de Cohen: "embora a imprensa, na maior parte das vezes, possa não ser bem sucedida ao indicar às pessoas como pensar, é espantosamente eficaz ao dizer aos seus leitores sobre o que pensar" (1963; cit. por McCombs e Shaw, 2000: 49). E de Lang e Lang: os *mass media* centram a atenção em certas questões. Constroem imagens públicas de figuras políticas. Apresentam constantemente objectos que sugerem em que deveríamos pensar, o que deveríamos saber e o que deveríamos sentir. Os materiais que os meios de comunicação seleccionam podem dar-nos uma semelhança de um 'conhecimento' do mundo político (1966; Moragas, 1985: 89-90).

De modo peremptório, Shaw afirma que a hipótese do *agenda setting*, em consequência da acção dos meios de informação, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os media incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso, o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflecte de perto a ênfase atribuída pelos mass media aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas (1979; Wolf, 2001: 144)²³⁸.

A "hipótese" com que trabalhamos não tem, claramente, nada de original: trata-se de transpor esta lógica selectiva, censurante, da actuação dos media para a acção dos colonistas, expressa na decisão dos temas que escolhem para abordar. Processo este que se funde com (igual) lógica dos media e a reforça. Assim, os media, não só

²³⁸ Sobre as várias críticas de que esta formulação teórica, ver, por exemplo, Saperas (1987); Trumbo (1995); Hohlfeldt (1997); Barros Filho (2001)

(necessariamente) através das notícias, mas também, entre outras opções editoriais, pela selecção dos seus colunistas, pelas chamadas à primeira página e outro tipo de promoção e destaque que eles são objecto, pelo que estes decidem seleccionar e eleger para "opinar", pela forma como o fazem, as tomadas de posição que assumem, estariam também a estabelecer a(s) agenda(s), determinando os temas sobre os quais o(s) público(s) pensará, discutirá e, eventualmente, actuará.

2.2. A teoria da tematização

Na mesma linha, interessará reportar à teoria da tematização, que tem óbvias proximidades com a teoria da agenda -setting (ainda que lhe possam ser assinaladas algumas diferenças), contribuindo mesmo para o seu reforço.

Como vimos anteriormente, o conceito de tematização, proposto por Niklas Luhmann (1978), é entendido como o processo de definição, estabelecimento e reconhecimento público dos grandes temas que constituem a opinião pública mediante a acção dos meios de comunicação social, em estreita relação entre o sistema político e o sistema comunicativo nas sociedades actuais. Luhmann reconhece que os meios de comunicação de massas, enquanto instituições públicas, são peças fundamentais para o equilíbrio e desenvolvimento do sistema social; defendendo que a sua importância está na capacidade de formação da opinião pública, ao determinar a orientação da atenção dos cidadãos sobre uma agenda de temas que reclama a atenção e discussão pública (Saperas, 1987: 50). Tal torna-se necessário uma vez que na sociedade da complexidade as transformações sociais e tecnológicas aumentaram as divergências entre instituições e indivíduos, e entre os diversos grupos sociais, agudizando a incerteza e angústia. Em seu entender, cabe, então, aos meios de comunicação propor um conjunto de "temas orientadores" para a formação da opinião, reduzindo assim a complexidade social.

Esta capacidade, ou função, de "orientar", que visa satisfazer a "necessidade de orientação" do cidadão (e)leitor - conceito que parte dos mapas cognitivos da psicologia, estudados por Edward Tolman - é, de resto, bem sublinhada por McCombs (2001): a relevância (ou importância que determinada informação tem para o cidadão) e

a incerteza são componentes que fazem variar a necessidade de orientação e, conseqüentemente, os níveis de exposição aos media; quanto maior é a desorientação no plano político, mais as pessoas se voltam para os media; o desconforto sentido perante situações novas (como é o caso de eleições em que haja indecisão sobre o sentido de voto) leva à procura de informações nos media, o que potencia os efeitos do "agenda setting".

Alguns autores a que já aludimos, permita-se a repetição, atribuem às colunas de opinião essa função de "orientação", legitimada pela relação de intimidade e confiança que se estabelece entre o colunista e os seus leitores: os colunistas ao escolherem os temas, as ideias, os estilos, ao hierarquizarem valores, vão revelando uma personalidade, um modo de ser e estar face aos acontecimentos, certas preferências morais – e por vezes políticas –, determinadas intenções e gostos. A coincidência com esse ethos, esse quadro de referência individual, dá lugar a uma confiança originária que dota o colunista de credibilidade e autoridade, no sentido de reconhecimento social, e que se converte em audiência. Trata-se da adequação dos leitores ao colunista, que encontram no jornal alguém com quem estão em sintonia e em quem confiam, aos quais se tornam fieis, numa atmosfera de intimidade. É essa coincidência habitual entre o colunista e o leitor que faz com que este procure "orientação", queira uma explicação que nasça do confronto do que acontece no mundo com os princípios valorativos de alguém com quem coincide totalmente ou em parte (López Pan, 1995).

Independentemente da divergência nos pressupostos teóricos face ao modo como estas posições são defendidas, esta hipótese da “função de orientação” parece-nos muito relevante, pelo que procurámos, através do inquérito aos leitores de colunas de opinião, indagar em que medida as colunas de opinião cumprem esse papel e, entre outros aspectos, qual a importância dada à credibilidade dos seus autores. Os dados de que dispomos (que apresentaremos à frente) evidenciam, efectivamente, a capacidade das colunas de opinião neste processo de "orientação" e a elevada importância do factor “credibilidade”, mas não corroboram totalmente esta tese, na medida em que os leitores afirmam que a afinidade política/ideológica que sentem com o colunista não é um

critério importante nas suas opções de leitura.²³⁹ Mas obviamente que tal não é, nem ambiciona ser, suficiente para validar ou infirmar qualquer destas propostas.

2.3. A teoria da espiral do silêncio

O 3º modelo explicativo sobre os efeitos dos media que cremos ser pertinente referir, susceptível de se adequar particularmente ao produto mediático que são as colunas, e que volta a incidir sobre a relação entre os media e a opinião pública, parecendo complementar os dois anteriores, é a teoria da espiral do silêncio preconizada por Noelle-Neumann, em 1973.

No trabalho em que divulga a sua contundente teoria (ao mesmo tempo que a confronta com inúmeros materiais empíricos e exemplos da mais variada ordem e origem) apresenta a opinião pública como uma forma de controle social, apoiando-se no pressuposto que a sociedade – e não apenas nos grupos em que os seus membros se conhecem – ameaça com o isolamento e a exclusão os indivíduos que desviam do consenso (Noelle-Neumann, [1973] 1995:259). Assim, os indivíduos, procurando a integração e percepcionando a opinião dos que os rodeiam, adaptam o seu comportamento às atitudes maioritariamente predominantes, as quais ditam os parâmetros do que é “aceitável”. Deste modo, a teoria da espiral do silêncio apoia-se no jogo recíproco entre a comunicação colectiva, a comunicação interpessoal e a percepção que um indivíduo tem da sua própria opinião no confronto com outras opiniões (McQuail e Windhal, 1984:135)

Os colunistas (a quem temos recusado o epíteto de *opinion makers*), pelas razões que temos invocado – o valor simbólico do seu discurso, o reconhecimento social – são, admissivelmente, “outros” com uma força suficiente capaz de contribuir para ditar a moda (terminologia que Tarde fazia equivaler a opinião pública), para aduzir e legitimar argumentos facilmente accionáveis nos discursos que produzimos, quotidianamente, no

²³⁹ Esta tese, aliás, remete-nos para a já referida tese, surgida no âmbito da Teoria dos Efeitos Limitados, que sublinha a atenção ou exposição selectiva, defendendo que as pessoas tendem a estar mais atentas a influências concordantes com as suas predisposições que com as que lhe são opostas (Berelson, Lazarsfeld e McPhee, 1971:676).

âmbito das relações interpessoais e no quadro dos grupos de pertença (ou referência). De resto, como também constaremos, os nossos resultados indiciam que os temas/conteúdos do que é lido nas colunas são também discutidos com a família/amigos/colegas.

Mas a leitura das teses de Noelle- Neumann, se aplicadas ao nosso objecto de estudo, sugerem-nos outras questões, assim sistematizadas: o mecanismo psicológico que a autora designou de espiral do silêncio é perceptível nos comentários dos colunistas? Em que medida a actuação dos jornais (através das escolhas daqueles que elegem para expressarem a sua opinião) contribui, ou não, para a formação da espiral do silêncio? O prestígio social e político que é atribuído ou reconhecido aos colunistas e o destaque que a imprensa lhes dá, por um lado, e as práticas de leitura dos leitores, por outro, não potenciam os efeitos do "clima de opinião" (entendido como algo que a o indivíduo não pode escapar, que a partir do exterior o envolve totalmente, mas que simultaneamente está dentro dele, exercendo a sua influencia ([1973] 1995: 108)²⁴⁰ ? A presença dos "opinadores" no sistema mediático português, não parece indiciar a actuação conjugada dos três mecanismos enunciados por Noelle-Neumann - a acumulação, a consonância e a ubiquidade ou publicidade- fortalecendo, assim, o seu papel na formação da opinião pública?

²⁴⁰ Segundo a autora, o conceito "clima de opinião", criado por Joseph Glanvill (1661), exprime melhor que "opinião pública" a ideia de uma distribuição de frequências, de uma força relativa das diversas tendências contraditórias (1973, 1995: 108)

3. Auto – percepções do impacto causado pelas colunas de opinião

Parte substancial da entrevista dirigida aos colunistas tentava indagar a sua percepção sobre o impacto que exercem junto de quem os lê.

Assim, questionados sobre “qual o impacto que julga exercer junto de quem o lê?”, revelaram desconhecê-lo e tenderam a menosprezá-lo: “Não penso ter grande impacto. Vejo que tenho efeitos porque há pessoas que me escrevem ou me dizem que gostam do que eu escrevo e outras que me atacam ou insultam”; “É difícil ter ideia do impacto da minha intervenção no espaço mediático (...) Em suma, temos sempre mais e menos “impacto” do que julgamos. As pessoas pensam pelas próprias cabeças e não são tão influenciáveis como se crê à primeira vista; além disso, há muita concorrência na formação da opinião pública; portanto, o nosso – e com certeza o meu – “impacto” é pequeno, muito pequeno”; “Não faço a mínima ideia. É frequente as pessoas falarem-me daquilo que escrevo, quase sempre para manifestarem concordância. Mas também acontece haver discordâncias expressas publicamente por pessoas que não estão de acordo.”; “Em rigor, não sei.”; “Saber que se é lido já é bom...”; “Não procuro influenciar. Procuro que as pessoas reajam ao que escrevo, mesmo que não reajam bem.”; “É muito difícil de avaliar.”; “Depende do leitor(a). A avaliar pelos emails que recebo, sou lido em espectro político-cultural e geracional de «banda larga». Uns concordam, outros não, o que é normal.”; “Depende muito dos temas – e da própria circulação de cada edição do jornal. Em edições mais vendidas, com temas mais polémicos, as colunas têm normalmente mais impacto.”

Já as respostas à questão se “Alguma vez sentiu que a sua coluna tivesse condicionado a agenda política? Se sim, em que sentido? E a agenda dos media? as respostas foram díspares, dividindo-se entre o “sim” e o “não”. 4 entrevistados foram categóricos, optando pelo “não”. Dois assumiram que sim: “No caso da agenda política, pelas reacções (sobretudo telefónicas) de alguns dos decisores (ie. governantes e deputados) e algumas informações recebidas, sei que sim. Por outro lado, em três anos, verifiquei pelo menos três vezes a retoma dos meus temas noutros meios. Nalguns casos, houve

reações de outros colunistas, com respostas nas respectivas colunas e o início de uma reflexão mais alargada”; “Algumas (poucas) vezes – recordo os pedidos de demissão do antigo Procurador-Geral da República, José Narciso Cunha Rodrigues, que acabaram por trazer o assunto para a agenda política e para a mediática; a polémica em torno da opinião expressa à mesa do “Pabe” por António Sousa Franco sobre o segundo Governo de António Guterres, entre alguns outros.” Os restantes 4 entrevistados revelaram uma resposta menos peremptória, mas tendencialmente posicionaram-se pelo “sim”: “Sim e não: no sentido em que possa ter “impacto” estou a condicionar a agenda, tanto mais que a diferença entre as agendas dos media e da política, sendo diferentes, não são separáveis uma da outra. Há um ou outro caso concreto em que tive a sensação de ter influenciado a agenda política de uma forma concreta (...). Quanto à agenda dos media, é mais fácil de influenciar e, sem ter grandes ilusões quanto à minha pequena influência, ainda é relativamente frequente influenciá-la num e noutro sentido, isto é, a favor das minhas ideias e contra as minhas ideias”; “Mal de mim quanto não sentisse que o que escrevo tem importância, mal de mim quando supusesse que o que escrevo é determinante”; “Não sei se condicionou agendas, mas condiciona humores; há quem goste; há quem se irrite e há quem faça meta-leituras de quase tudo o que se escreve”; “Condicionado é um termo forte demais. Ajudar a formar opinião, isso algumas vezes”.

Relativamente à questão mais genérica, “O que pensa do papel das colunas de opinião, em geral, na formação da “opinião pública” em Portugal?”, parte dos entrevistados (4) tenderam a sobrevalorizá-la. Assim, encontramos respostas que lhe atribuem significativa importância, como estas: “Creio que há algumas que são essenciais: José Manuel Fernandes, Pacheco Pereira, António Barreto, Vital Moreira, Marcelo Rebelo de Sousa no género muito pessoal que criou na TVI, contribuem inegavelmente para a formação da opinião pública.”; “Julgo que as colunas de opinião são um dos elementos mais positivos da informação em Portugal (incluindo não apenas a imprensa, mas o que são os espaços de debate na rádio e televisão). As colunas de opinião, nos seus instáveis equilíbrios, contingentes qualidades, deficiências várias, são – nos limites das suas possibilidades – um valiosíssimo factor de correcção dos gravíssimos entorses de honestidade intelectual, responsabilidade cívica e rigor profissional que afectam a comunicação social.”; “A opinião publicada, sem dúvida, condiciona a opinião pública. Começa por influenciar as elites para depois chegar à generalidade das pessoas; nos temas mais importantes e naqueles em que existe alguma fulanização a opinião

publicada pode ajudar a fazer mitos ou a destruir imagens”; “São obviamente úteis. E várias delas influenciam a formação de opinião”.

Outros, em igual número, mostraram-se muito cépticos: “Ainda está, penso, muito longe do que significa em outros países democráticos”; “Penso que são demasiadas vezes preconceituosas e inúteis. Um colunista devia ter a humildade de perceber que a sua é apenas uma opinião”; “As nossas colunas formam menos a opinião pública do que se pensa. A televisão é o grande meio de formação da opinião pública em Portugal. Temos apenas dois ou três colunistas realmente influentes a esse nível.”; “as colunas criam uma «opinião pública» mas muito menos a formam ou informam, limitando-se em geral a impô-la”. Finalmente, um entrevistado “académico”, revela a sua curiosidade: “Ah, se eu soubesse! Menos do que os colunistas julgam e mais do que as pessoas comuns pensam”. E outro diz que “que deve ser semelhante ao que se verifica nas outras democracias”.

Quisemos também indagar sobre os *feed-backs* que os colunistas recebem das colunas que publicam. E todos afirmaram que costumam receber vários via e-mail, carta, telefone. A ilustrar, eis algumas respostas: “Recebo vários «feed-backs», sobretudo no endereço electrónico que acompanha cada artigo, mas também por carta e até já por telefone. Prezo sempre muito e agradeço esses contributos que considero preciosos, mesmo quando são insultuosos”; “Costumo receber algum feed-back dos leitores, sobretudo algumas pessoas que acompanham as minhas colunas e se tornaram meus correspondentes regulares, Desde que coloquei um endereço electrónico no final da coluna, passei a receber bastante mais, por exemplo de portugueses residentes do estrangeiro que lêem o DN na Internet.”; “Recebo feed-backs, embora não tantos quantos gostaria. Não temos em Portugal uma tradição de expressão de opinião nos mass media, receio que as esperanças depositadas na facilidade do e-mail e das intervenções *on line* não tenham tido correspondência que sonhámos.”; “Recebo emails dos leitores e telefonemas dos amigos, conhecidos, e fontes”; “Sim, bastantes, através sobretudo de e-mails, por vezes também cartas. Dizem-me, no entanto, que também há por vezes muitos comentários na edição electrónica do Expresso”.

4. A receptividade à opinião publicada: apresentação dos resultados do inquérito – um estudo exploratório

Como se disse no capítulo *Procedimentos metodológicos da investigação empírica*, a propósito do método de amostragem, das características da amostra e dos limites que lhe são inerentes, os dados do inquérito mais não pretendem ser que um estudo de natureza exploratória. Basicamente, procurámos contributos para ensaiar uma caracterização social dos leitores de colunas de opinião; dos seus critérios e práticas de leitura (a frequência com que lêem, como lêem, e o que lêem); e das representações/avaliações que efectuam sobre as colunas de opinião e os colunistas.

Começaremos por apresentar a caracterização da amostra:

4.1. Caracterização da amostra – leitores de jornais

Quadro I

		n	%
Sexo	Masculino	132	65,0
	Feminino	71	35,0
	Total	203	100,0
Grupos etários	18-25	22	10,8
	26-35	62	30,5
	36-45	54	26,6
	46-55	40	19,7
	56 ou mais anos	25	12,3
	Total	203	100,0
Habilitações	Até Básico 3	23	11,3
	Secundário	45	22,2
	Ensino Médio / Superior	117	57,6
	Mestrado / Doutoramento	18	8,9
	Total	203	100,0
Condição perante o trabalho	Activos	152	74,9
	Estudantes	24	11,8
	Outros não activos	27	13,3
	Total	203	100,0

Quadro II

		n	%
Nome Jornal	Público	80	39,4
	DN	56	27,6
	Expresso	55	27,1
	Independente	12	5,9
	Total	203	100,0
Frequência ler jornal	Diariamente	48	23,6
	Algumas vezes	54	26,6
	Fins-de-semana	73	36,0
	Ocasionalmente	24	11,8
	Quinzenalmente	2	1,0
	Mensalmente	2	1,0
	Total	203	100,0
Frequência ler colunas	Sempre	55	27,2
	Frequentemente	115	56,9
	Raramente	27	13,4
	Nunca	5	2,5
	Total	202	100,0

Como se denota (Quadro I), a amostra é maioritariamente masculina; concentra-se mais na nas faixas etárias dos 26 aos 56 anos (a média das idades é de 40 anos e a moda de 39); demarcam-se os indivíduos com Ensino Médio/superior; face à condição perante o trabalho são “activos”. Numa análise mais pormenorizada, constatou-se que maioritariamente exercem profissão por conta de outrem (71,4), pertencendo 52,2% deles ao lugar de classe designado *Profissionais Técnicos e de Enquadramento (PTE)*²⁴¹ (valor que pode estar subestimado, dado existir na questão da profissão um elevado número de não respostas).

No Quadro II, observa-se o “tipo de leitura” que os inquiridos fazem das colunas de opinião, realçando-se o facto de a maioria dos inquiridos (56,9) ler “frequentemente” as colunas de opinião, seguindo-se, em segundo lugar, os que o fazem “sempre” (27,2%)

²⁴¹ Utilizando a tipologia e a matriz de construção de lugares de classe de Fernando Luís Machado, António Firmino da Costa, Rosário, Mauritti, Susana da Cruz Martins, José Luís Casanova, João Ferreira de Almeida, "Classes sociais e estudantes universitários: Origens, oportunidades e orientações" in *Revista Crítica de Ciências Sociais n.º 66 em Outubro de 2003*

De seguida, com base na frequência de leitura das colunas de opinião, agruparam-se os leitores em duas variáveis – “leitores regulares” e “leitores ocasionais/não leitores” – cruzando-as com outras variáveis da caracterização da amostra.

4.2. Leitores de colunas de opinião: caracterização

Quadro III

		Leitores regulares		Leitores ocasionais / não leitores		Total	
		n	% linha	n	% linha	n	% linha
Nome Jornal	Público	69	87,3	10	12,7	79	100,0
	DN	43	76,8	13	23,2	56	100,0
	Exp	49	89,1	6	10,9	55	100,0
	Ind	9	75,0	3	25,0	12	100,0
Sexo	Masculino	114	87,0	17	13,0	131	100,0
	Feminino	56	78,9	15	21,1	71	100,0
Grupos etários	18-25	14	66,7	7	33,3	21	100,0
	26-35	46	74,2	16	25,8	62	100,0
	36-45	52	96,3	2	3,7	54	100,0
	46-55	35	87,5	5	12,5	40	100,0
	56 ou mais anos	23	92,0	2	8,0	25	100,0
Habilitações	Até Básico 3	14	63,6	8	36,4	22	100,0
	Secundário	34	75,6	11	24,4	45	100,0
	Ensino Médio / Superior	104	88,9	13	11,1	117	100,0
	Mestrado / Doutoramento	18	100,0	0	,0	18	100,0
Condição perante o trabalho	Activos	133	88,1	18	11,9	151	100,0
	Estudantes	16	66,7	8	33,3	24	100,0
	Outros não activos	21	77,8	6	22,2	27	100,0

Qui-quadrado estatisticamente significativo ($p \leq 0,05$) para as variáveis idade, habilitações e condição perante o trabalho

Pode constatar-se que é nos jornais Público e Expresso que existem mais “leitores regulares” de colunas de opinião; que a percentagem destes é ligeiramente superior no

sexo masculino²⁴²; e que a frequência de leitura de colunas aumenta com o nível de habilitações académicas (atingindo os 100% de “leitores regulares” nos indivíduos que possuem mestrado/doutoramento)

4.3. As colunas enquanto motivo de interesse

Apresentando a frequência de leitura de colunas, como se viu, valores muito elevados, existem outros indicadores do interesse dos leitores: o motivo da compra do jornal ser as colunas de opinião e a hierarquia ou ordem de leitura, de entre os vários conteúdos do jornal, que destinam às colunas, o hábito de comentar as colunas com colegas/amigos/familiares. Vejamos, os seguintes quadros:

a) Resultados globais

Quadro IV

Compra pelas colunas	
	%
Frequentemente	11,7
Às vezes	18,9
Raramente	20,9
Nunca	48,5
Total	100,0

²⁴² 30,3% dos homens lêem colunas de opinião “sempre” (as mulheres apenas 21,1%); 56,1, “frequentemente” (valor que se aproxima com o obtido pelas mulheres); apenas 9,8% indicam ler raramente (valor que sobe para 19,7 no sexo feminino); em ambos os sexos, a percentagem dos que nunca lêem é residual (2,5%).

b)Cruzamentos

QuadroV

		Compra pelas colunas				
		Frequentemente	Às vezes	Raramente	Nunca	Total
	Total	11,7	18,9	20,9	48,5	100,0
Sexo	Masculino	15,7	17,3	22,8	44,1	100,0
	Feminino	4,3	21,7	17,4	56,5	100,0
Habilitações	Até Básico 3	10,5	15,8	36,8	36,8	100,0
	Secundário	4,8	28,6	23,8	42,9	100,0
	Ensino Médio / Superior	10,3	17,9	19,7	52,1	100,0
	Mestrado / Doutoramento	38,9	5,6	5,6	50,0	100,0
Frequência de leitura de colunas	Leitores regulares	13,5	21,8	18,8	45,9	100,0
	Leitores ocasionais / não leitores	,0	,0	34,6	65,4	100,0

Qui-quadrado estatisticamente significativo ($p \leq 0,05$) para as variáveis sexo, habilitações e “Frequência de leitura de colunas”

De entre aqueles que “frequentemente” ou “às vezes” *compram o jornal para ler sobretudo as colunas de opinião*, encontramos mais homens que mulheres; um valor considerável (38,9% “frequentemente”) entre os mais qualificados academicamente; e, como era expectável, valores mais elevados nos “leitores regulares”.

a) Resultados globais

QuadroVI

	Ordem leitura
	%
Primeiro	3,7
Seguir títulos	22,2
Seguir notícia	31,7
Ordem jornal	37,6
Último	4,8
Total	100,0

b)Cruzamentos

QuadroVII

		Ordem leitura				
		Primeiro	Seguir títulos	Seguir notícia	Ordem jornal	Último
	Total	3,7	22,2	31,7	37,6	4,8
Sexo	Masculino	4,0	21,8	29,8	39,5	4,8
	Feminino	3,1	23,1	35,4	33,8	4,6
Habilitações	Até Básico 3	5,3	15,8	31,6	42,1	5,3
	Secundário	,0	17,1	26,8	41,5	14,6
	Ensino Médio / Superior	2,7	24,3	32,4	38,7	1,8
	Mestrado / Doutorado	16,7	27,8	38,9	16,7	,0
Frequência de leitura de colunas	Leitores regulares	4,2	25,5	30,3	37,0	3,0
	Leitores ocasionais / não leitores	,0	,0	41,7	41,7	16,7

Qui-quadrado estatisticamente significativo ($p \leq 0,05$) para “Frequência de leitura de colunas”

Também no que à ordem de leitura diz respeito, considerando-a como um indicador da atenção dedicada à opinião, encontramos valores interessantes, de tão elevados, se agregarmos as respostas “*è a primeira coisa que leio*” com “*leio-as a seguir à leitura dos títulos e antes das notícias*” e com “*Leio-as a seguir às notícias que mais me interessam*”. Similarmente ao quadro anterior, também aqui se observa uma ligeira tendência dos mais escolarizados.

4.4. Temáticas preferenciais dos leitores

Quadro VIII

		Interesses							Total
		Nacional	Internacional	Economia	Cultura	Ciência	Desporto	Social	Total
		%	%	%	%	%	%	%	%
Total		55,3	11,7	8,1	11,2	5,6	3,6	4,6	100,0
Sexo	Masculino	59,8	13,4	11,0	6,3	3,1	4,7	1,6	100,0
	Feminino	47,1	8,6	2,9	20,0	10,0	1,4	10,0	100,0
Grupos etários	18-25	20,0	5,0	15,0	30,0	5,0	20,0	5,0	100,0
	26-35	61,0	6,8	5,1	10,2	10,2	1,7	5,1	100,0
	36-45	59,3	13,0	7,4	9,3	7,4	1,9	1,9	100,0
	46-55	60,0	7,5	12,5	10,0	,0	,0	10,0	100,0
	56 ou mais anos	54,2	33,3	4,2	4,2	,0	4,2	,0	100,0
Habilitações	Até Básico	36,8	15,8	21,1	5,3	,0	10,5	10,5	100,0
	Secundário	32,6	4,7	11,6	25,6	7,0	11,6	7,0	100,0
	Ensino Médio / Superior	65,8	12,8	5,1	7,7	6,0	,0	2,6	100,0
	Mestrado / Doutoramento	61,1	16,7	5,6	5,6	5,6	,0	5,6	100,0
Condição perante o trabalho	Activos	59,6	11,3	7,9	10,6	5,3	2,0	3,3	100,0
	Estudantes	27,3	9,1	13,6	22,7	9,1	9,1	9,1	100,0
	Outros não activos	54,2	16,7	4,2	4,2	4,2	8,3	8,3	100,0

Qui-quadrado estatisticamente significativo ($p \leq 0,05$) para as variáveis “sexo”, “idade” e “habilitações”

Relativamente à preferência pelas temáticas das colunas de opinião, observa-se que a política nacional é, efectivamente, a preferida pela maioria dos leitores, qualquer que seja a variável de caracterização que se cruze (à excepção da faixa etária dos 18-25, que demonstra maior preferência pela “cultura”). No entanto, o sexo masculino denota um maior interesse pela “política nacional” do que o sexo feminino (sendo que nas temáticas “cultura” e ciência” os valores, por sexo, invertem-se).

Claramente, a situação assinalada como a que melhor corresponde às suas práticas é a leitura de colunas cujo tema (predominantemente política nacional) os motive, independentemente do autor (57,6%); apenas 26,6% lêem sempre determinado (s) colunista (s), indiferentes ao tema que este (s) aborde (m).

Qual a importância que o leitor atribui aos critérios (que lhe foram apresentados) na escolha das colunas de opinião (situando-se numa escala de 1 a 4, em que 1= nada importante, 2=pouco importante, 3=importante e 4= bastante importante)?

4.5. Importância de diferentes critérios na escolha da leitura das colunas de opinião

a) Resultados globais

Quadro IX

	Nada	Pouco	Importante	Bastante	Total	Média
Afinidade	29,0	39,8	24,4	6,8	100,0	2,09
Informação	11,4	22,7	50,6	15,3	100,0	2,70
Credibilidade	4,0	14,2	40,9	40,9	100,0	3,19
Análise	2,3	6,3	34,7	56,8	100,0	3,46
Argumentar	1,7	8,0	41,5	48,9	100,0	3,38
Clareza		4,0	37,5	58,5	100,0	3,55
Empatia	15,3	37,5	39,2	8,0	100,0	2,40
Temas	1,1	10,8	43,2	44,9	100,0	3,32

Escala 1=nada importante; 4=muito importante

Coerentemente com a preferência pela “política nacional”, 88,1% afirma que os temas abordados na coluna, enquanto critério na escolha do que lê, é “importante ou bastante importante”; sendo que 68,8% afirma que a afinidade política/ideológica que tem com o colunista é “nada” ou “pouco importante”.

Em contrapartida, outros critérios são maioritariamente e expressivamente considerados como “importantes” e “bastante importantes”: “a credibilidade que reconhece ao autor” (81,8%), “a capacidade de análise e isenção” (91,5%); “a capacidade de argumentar e defender ideias” (90,4%) “a clareza na exposição das ideias (96%) (aliás, dentro do

grupo que tem como hábito ler sempre determinado colunista, estes critérios obtêm valores ainda superiores); a informação resumida que a coluna contém (65,5).

A análise das médias obtidas evidencia também claramente a importância dos critérios “clareza na exposição das ideias”, “capacidade de análise e isenção” e “capacidade de argumentar e defender ideias” por parte dos colunistas.

Efectuando-se uma “análise em componentes principais” (cujo objectivo é a redução de informação, através do agrupamento dos indicadores com padrões de resposta similares num menor número de dimensões), encontramos 3 dimensões ou componentes, que designámos “componente de racionalidade”, componente de emotividade” e “componente de informação”

b) Análise em componentes principais

QuadroX

	Componente de racionalidade	Componentes de Componente de emotividade	Componente de Informação
Clareza	0,789	-0,136	0,004
Argumentar	0,751	0,161	0,122
Análise	0,609	-0,112	-0,060
Empatia	0,054	0,832	0,058
Afinidade	-0,123	0,689	-0,076
Informação	-0,098	0,208	0,823
Temas	0,152	-0,329	0,676

% de variação explicada = 59%

Quadro XI

		Componente de racionalidade	Componente de emotividade	Componente de Informação
		Médias	Médias	Médias
Sexo	Masculino	3,39	2,28	2,94
	Feminino	3,60	2,18	3,13
	Total	3,46	2,24	3,01
Habilitações	Até Básico 3	3,48	2,07	3,07
	Secundário	3,42	2,13	3,05
	Ensino Médio / Superior	3,49	2,27	3,00
	Mestrado / Doutoramento	3,33	2,50	2,88
	Total	3,46	2,24	3,01
	Frequência de leitura	Leitores regulares	3,47	2,28
	Leitores ocasionais / não leitores	3,41	1,98	3,18
	Total	3,46	2,24	3,01

Escala 1= nada importante, até 4= muito importante

Componente de racionalidade: Análise de variância estatisticamente significativa ($p \leq 0,05$) para sexo.

Componente de emotividade: Análise de variância estatisticamente significativa para regularidade leitura colunas de opinião

Componente de informação: Análise de variância estatisticamente significativa ($p \leq 0,05$) para a variável “sexo”

Pode constatar-se que a dimensão mais valorizada, em termos médios, para o conjunto da amostra, é a primeira, a “componente de racionalidade”; segue-se a “componente de informação” e por último, a menos valorizada, a componente de emotividade”

É o sexo feminino que mais valoriza a primeira dimensão. Dos leitores regulares de colunas, todos os inquiridos valorizam pouco a “afinidade”, contudo os leitores ocasionais ainda o fazem menos.

A variável “credibilidade” (“a credibilidade que reconhece ao autor da coluna”) foi retirada da análise em componentes principais por apresentar forte correlação com mais do que uma componente. Pelo que, para efeitos de análise da relação dos critérios na escolha da leitura das colunas com outras variáveis, foi mantida autónoma.

QuadroXII

		Credibilidade
		Média
Sexo I	Masculino	3,22
	Feminino	3,13
	Total	3,19
Habilitações	Até Básico 3	3,07
	Secundário	3,10
	Ensino Médio / Superior	3,25
	Mestrado / Doutorado	3,12
	Total	3,19
Frequência de leitura	Leitores regulares	3,21
	Leitores ocasionais / não leitores	3,05
	Total	3,19

Estes valores elevados, lidos na sua contingência, corroboram a importância do “poder simbólico” detido pelos colunistas, a que no texto fizemos repetidas alusões.

4.6. Opinião sobre as colunas de opinião

Quadro XIII

	Total discordo	Tendo discordar	Tendo concordar	Total concordo	Total	Média
São uma fonte de informação	,5	4,2	46,9	48,4	100,0	3,43
Ajudam a formar a opinião dos leitores	,5	5,2	56,3	38,0	100,0	3,32
São uma estratégia dos jornais para vender mais	8,9	36,5	39,6	15,1	100,0	2,61
Influenciam a acção dos governantes	15,6	32,3	42,7	9,4	100,0	2,46
Representam a diversidade das correntes de opinião de todo o espectro político	4,7	27,7	48,2	19,4	100,0	2,82
Orientam o leitor, no sentido em que lhes explicam e valoram os acontecimentos	1,6	19,4	58,6	20,4	100,0	2,98
Revelam uma ideia muito negativista da política	23,3	50,8	23,3	2,6	100,0	2,05
Criam uma relação de intimidade e confiança entre o colunista e o leitor	5,2	16,2	62,3	16,2	100,0	2,90
Permitem ao jornal posicionar-se politicamente sem comprometer a isenção redactorial	5,2	25,1	51,3	18,3	100,0	2,83

Escala 1=discordo totalmente; 4=concordo totalmente

Apresenta-se elevada a percentagem de indivíduos que “tende a concordar” e “concorda totalmente” que as colunas de opinião são também uma fonte de informação e que, as mesmas, ajudam a formar a opinião dos leitores. Também não são de menosprezar os valores percentuais e as médias do número de indivíduos que concordam que as colunas orientam o leitor, no sentido em que lhes explicam e valoram os acontecimentos. Não apresentando uma média muito elevada, realce-se que 62,3% dos indivíduos tende a concordar que as colunas criam uma relação de intimidade e confiança entre o colunista e o leitor – aspecto a que alguns autores, como vimos, atribuem significativa importância.

4.7. Avaliação da postura dos colunistas em períodos eleitorais

a) Resultados globais

Quando XIV

	%
Isenção	14,4
Assumem	20,7
Disfarçam	8,0
Parecem neutros	56,9
Total	100,0

N= 188

c) Cruzamentos

Quadro XV

	Jornal			
	Público	DN	Exp	Ind
	%	%	%	%
Isenção	13,3	17,6	11,8	18,2
Assumem	20,0	25,5	15,7	27,3
Disfarçam	8,0	3,9	11,8	9,1
Parecem neutros	58,7	52,9	60,8	45,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Quadro XVI

	Sexo		Grupos etários				
	Masculino	Feminino	18-25	26-35	36-45	46-55	56 ou mais anos
	%	%	%	%	%	%	%
Isenção	15,4	12,3	15,8	15,1	9,6	15,0	20,8
Assumem	22,0	18,5	15,8	18,9	32,7	10,0	20,8
Disfarçam	3,3	16,9	,0	7,5	5,8	12,5	12,5
Parecem neutros	59,3	52,3	68,4	58,5	51,9	62,5	45,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Quadro XVII

	Habilitações				Condição perante o trabalho		
	Até Básico 3	Secundário	Ensino Médio / Superior	Mestrado / Doutoramento	Activos	Estudantes	Outros não activos
	%	%	%	%	%	%	%
Isenção	33,3	18,6	11,6	,0	13,8	15,0	17,4
Assumem	11,1	16,3	21,4	40,0	21,4	5,0	30,4
Disfarçam	16,7	2,3	9,8	,0	9,7	,0	4,3
Parecem neutros	38,9	62,8	57,1	60,0	55,2	80,0	47,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Dos dados atrás apresentados há a realçar que face à questão “*Durante os períodos de pré-campanha ou de campanha eleitoral, como avalia a postura maioritária entre os colunistas deste jornal que não são militantes políticos?*” a maioria das respostas, em todos os cruzamentos ensaiados, recai na opção “*São aparentemente neutros mas defendem subliminarmente tomadas de posição políticas*”. De notar que é entre os inquiridos mais escolarizados que os valores à opção de resposta “*assumem claramente a sua preferência política*” são mais elevados. Quanto à opção “*revelam isenção e neutralidade*”, é de realçar os fracos valores percentuais obtidos.

4.8. Sobre as motivações dos colunistas

Quadro XVIII

	%
Intervenção	22,2
Participação	42,3
Remuneração	4,6
Protagonismo	10,3
Estimulo	19,6
Outro	1,0
Total	100,0

Questionados sobre “*qual pensa que é a motivação principal dos colunistas ao publicar as suas opiniões?*”, grande parte dos inquiridos (42,3%) situa as suas respostas na “*vontade de participação cívica*”, seguindo-se a “*intervenção política/partidária*” (22,2%) e o “*estímulo intelectual*”. As opções “*remuneração que auferem*” e “*desejo de protagonismo*” registam valores relativamente baixos.

4.9. Influência das colunas

a) Resultados globais

Quadro XIX

	%
Muito	2,5
Razoavelmente	43,1
Pouco	41,6
Nada	12,7
Total	100,0

b)Cruzamentos

Quadro XX

		Influência colunas				Total
		Muito	Razoavelmente	Pouco	Nada	
Sexo	Masculino	3,1	42,5	46,5	7,9	100,0
	Feminino	1,4	44,3	32,9	21,4	100,0
Habilitações	Até Básico 3	10,5	5,3	63,2	21,1	100,0
	Secundário	,0	39,5	48,8	11,6	100,0
	Ensino Médio / Superior	,9	49,6	37,6	12,0	100,0
	Mestrado / Doutorado	11,1	50,0	27,8	11,1	100,0
Frequência de leitura	Leitores regulares	2,9	45,9	39,4	11,8	100,0
	Leitores ocasionais / não leitores	,0	25,9	55,6	18,5	100,0

Como vimos atrás, relativamente ao papel das colunas na formação da opinião (Quadro VIII), 56,3% tende a concordar que elas ajudam a formar a opinião dos leitores e 38% concorda totalmente. Todavia, no que diz respeito às suas representações (Quadro XIX), quando questionados sobre *em que medida sentem que as suas opiniões/posições sobre política nacional são influenciados pelo conteúdo das colunas de opinião*, 41,6% avalia essa influência como "pouco" e 43,1% (o valor mais elevado) responde "razoavelmente". No cruzamento com outras variáveis não encontramos valores que nos permitam tirar outras ilações estatisticamente relevantes.

Conclusões finais

Sabemos, há muito, quais são os princípios fundamentais que toda a investigação deve respeitar. Com Gaston Bachelard julgámos ter aprendido a distinguir os três actos epistemológicos presentes no processo de produção do conhecimento científico – o facto científico é conquistado sobre os preconceitos, construído pela razão e verificado nos factos. Sabemos também que esses actos têm uma hierarquia, cuja ordem deve ser respeitada. Conhecemos o percurso a ser seguido – ir do racional ao real, postulado por excelência pelo racionalismo aplicado; apropriamo-nos, pela leitura dos manuais, das etapas do procedimento científico...O que porventura ainda não sabemos é como resolver o problema do distanciamento. Conseguirá um dia o investigador social deixar de ter essa dúvida? " (...) Como separar, de forma consequente e inequívoca, as suas duas funções de participante envolvido e de investigador?" (Elias, 1997). Teríamos conseguido aproximarmo-nos desse *ideal tipo* nesta investigação?

Desde o início, a partir do momento da escolha do objecto de estudo, que não escamoteámos a nós próprios a assumpção do enunciado de Boaventura Sousa Santos que, parafraseando Clausewitz, diz ser o objecto a continuação do sujeito por outros meios (1987:52). Não nos incomoda saber ou suspeitar “ (...) que as nossas trajectórias de vida pessoais e colectivas (...) os valores, as crenças e os prejuízos que transportam são a prova íntima do nosso conhecimento, sem o qual as nossas investigações (...) constituiriam um emaranhado de diligências absurdas sem fio nem pavio” (Idem: 53). Torna-se pois, necessária uma outra forma de conhecimento, “um conhecimento compreensivo e íntimo que não nos separe e antes nos una pessoalmente ao que estudamos” (idem:53). É nossa convicção, que esta união se conseguiu alcançar com esta investigação. Conseguimo-lo na incursão pelos diferentes autores, provenientes de diversas áreas do saber, protagonizando variadas perspectivas teóricas.

Nas primeiras páginas desta dissertação subscrevemos o entendimento de que na actualidade se tornaram obsoletos os conceitos antes elaborados para compreender a influência dos media: é tão errado chamar-lhe "quarto poder" como "contrapoder". Será mais oportuno entender o poder dos media como um poder efectivo, que se exerce por si só. Trata-se de um poder fáctico, não electivo, que, longe de ser todo o poder, é um

poder simbólico que não pode ser menosprezado: o seu grande poder constitui-se no poder discricionário de falar e de decidir sobre quem pode ou não falar. Hoje, na análise dos media, assume grande centralidade aquele poder discricionário: identificar a quem é dada voz. Sendo que “o essencial da linguagem não é linguístico”. É exactamente em torno desta problemática que se desenvolveu esta investigação.

Tornou-se hoje evidente que não existe prática política que não se confronte com o universo dos media e não há produção mediática de realidade na esfera pública que não assuma contornos e efeitos políticos; tornou-se comum dizer-se que os media deixaram de ter a política no seu centro, para passarem a ocupar eles próprios o centro da actividade política. No período sobre o qual recaiu a nossa análise pudemos constatar que os media e as vozes que eles veicularam foram actores principais nas dinâmicas políticas que animaram a sociedade portuguesa, bem como noutros momentos (que assinalámos) mais recentes da política portuguesa. Algumas dessas vozes passaram a expressar-se, concomitantemente, em novos suportes, e nesse sentido abordámos a emergência da *blogosfera pública*, entendendo-a, nos aspectos cruciais, como um prolongamento dos media tradicionais.

Se é certo que são abundantes os estudos que nos fornecem informação sobre o tratamento jornalístico da política pelos media, em geral, e sobre os seus possíveis efeitos nos cidadãos (demos conta de alguns deles), tal não tem acontecido com outros produtos ou fórmulas comunicacionais, como é o caso da opinião publicada. Foi nossa intenção relevar a importância e o peso dos espaços de opinião e dos colunistas e editorialistas no panorama mediático português.

Como vimos, a opinião ajuda a configurar a informação que chega aos consumidores, produz efeitos nos campos político e mediático. Resulta da recomposição e das alterações que aí têm ocorrido e, em simultâneo, contribui para elas. É um bem, ou um produto, sobrestimado por ambos – pelo campo político e os seus agentes; e pelo campo dos media e os detentores das empresas dos media e os respectivos directores dos meios de informação. Os políticos, não raramente, utilizam o artigo de opinião para falar para “dentro” e “fora” do partido, os jornais dão-lhe honras de primeira página; outros media, outros artigos de opinião fazem eco dele; o debate político agita-se em torno dele...

Contudo, quem protagoniza regularmente o espaço da opinião é uma elite, que quase funciona em circuito fechado, indiciando um afunilamento do espaço público. Não sendo um grupo profissional, em sentido analiticamente rigoroso, denota sinais de se encontrar “em vias de profissionalização”, apresenta características de uma “comunidade interpretativa”, utilizando “lentes” de “graduação” muito similar para ler a mesma realidade.

Arriscámos situá-los num *sub-campo* do campo dos media, algures na intercepção entre o campo político e o jornalístico (submetido à coacção deste último e servindo, sobretudo, os seus fins), apontando-lhe as suas (in) características e especificidades. A produção de opinião, trata-se, pois, de uma actividade que apresenta uma crescente autonomia e legitimidade, conferida pelo próprio campo dos media, que individualizam e diferenciam esse “bem próprio” que é a “opinião” tornada pública, uma espécie de *monopólio de competências* por parte de alguns.

Foi também nossa a convicção expressa, e muitas vezes sublinhada, que o que autoriza e legitima os colunistas para expor as suas impressões ou argumentos advém, em grande parte, do poder simbólico, como Bourdieu o define, que à partida já detêm. É um capital (científico, político, mediático) que se reconverte ou reforça. Mais do que “competências comunicacionais”, será este capital simbólico que é mobilizado.

Entendemos a relação entre os colunistas e os seus leitores no quadro do “contrato de leitura” conceptualizado por Veron (1983), relativo à relação entre o suporte mediático e a sua leitura, alargado ao tipo de relação que determinado media estabelece com o público e destinado a compreender os vínculo que estabelecem entre si estas duas “entidades do imaginário da comunicação”. Nesse sentido, aspectos como o prestígio, a confiança que é atribuída aos colunistas, a relação que se mantém com estes, derivam e são tributários da confiança que se tem no jornal (em função de critérios vários: o crédito na veracidade da informação, mas também as suas “visões do mundo”, o seu “gosto”, o seu status...). Por outro lado, frisámos que para entender a especificidade dessa relação de confiança entre o leitor e o colunista e o processo de atribuição de credibilidade e autoridade, será preciso não deixar de entender o colunista, também,

como portador de um capital simbólico e o “valor” da sua opinião enquanto proferida no interior de um campo.

No início do texto desta dissertação, no capítulo “apresentação da pesquisa”, enunciámos um conjunto de questões, agrupadas em torno de *três pólos*. Terminada a pesquisa, que respostas obtivemos?

Relativamente ao que designámos de *primeiro pólo*, constatámos a crescente importância que os espaços de opinião têm adquirido nos jornais ditos de referência estudados, mas também a crescente relevância (ao nível político, social) que a opinião publicada começou a adquirir na década de oitenta, consolidando-se na década seguinte – para a qual concorreram as alterações no campo mediático português – e atingindo o seu apogeu na actualidade. Demos igualmente conta da sua proliferação também por outros meios de comunicação.

Aqueles colunistas que entrevistámos, e cujas temáticas eleitas assentam no critério da actualidade, tendem a menosprezar a sua “influência”, mas reconhecem-na aos seus “pares”. Sublinhámos que se trata de “efeitos indirectos”, não pelo número de leitores que possam ter, mas mais pelos efeitos causados no sistema político e pela repercussão nos grandes media (em particular o audiovisual).

Nessa categoria a que se chama “opinião pública” – um jogo de “espelhos” ou de “somas”, ou de um misto de ambos, como a caracterizámos – parece-nos inequívoco que o poder político encontra aí um dos vectores fundamentais da sua “legitimação”. Foi neste sentido que fomos ao encontro das propostas teóricas de Luhmann. O seu conceito de tematização, entendido como o processo de definição, estabelecimento e reconhecimento público dos grandes temas que constituem a opinião pública mediante a acção dos meios de comunicação social, abriu novas linhas para estudar a formação da opinião pública, em estreita relação entre o sistema político e o sistema comunicativo nas sociedades actuais. Também em Noelle-Neumann, e na sua obra clássica, “A espiral do silêncio”, procurámos contributos para a interpretação da opinião publicada da actualidade. Nestes autores, entre outros, tentámos, de igual modo, encontrar pistas de interpretação para a clássica questão dos efeitos (o nosso *terceiro pólo*). Convém voltar a sublinhar Saperas, ao referir que “ (...) a compreensão da opinião pública na sociedade

pós-industrial implica uma análise global da comunicação política e dos efeitos cognitivos no seu conjunto (...) o conhecimento e descrição da opinião pública (...) só se poderá entender se formos capazes de determinar, de forma correcta, em que medida os meios de comunicação têm uma influência real e efectiva no sistema social” (1987:38-39). Dificil tarefa, se admitirmos que tais efeitos socio-cognitivos não são (quase impossivelmente o serão) rigorosamente mensuráveis.

As “representações sobre a política”, se assim lhe podemos chamar, veiculadas nas colunas e editoriais analisados (o *segundo pólo*) indiciam uma imagem da actividade política muito negativa, roçando e corroborando a tão estafada crise da representação politico-partidária, o cepticismo nas instituições políticas e o descrédito nos partidos e nos políticos. São avaliações muito centradas nos partidos do centro (os dois maiores), justa ou injustamente, quase demolidoras para a actividade governativa do período analisado e para a alternativa política que se adivinhava.

Insinuam-se propostas, fazem-se algumas recomendações aos partidos, mas na linguagem utilizada abundam as “metáforas de guerra”, que retratam o *jogo político*, como um *duelo*, um *combate*, uma *luta* a vencer. Há, inclusivamente, quem veja na escrita de uma coluna também essa dimensão de luta: "Uma coluna, para funcionar, deve morder a realidade (...) fazer uma coluna é agarrar os cornos de um qualquer animal (...) uma coluna pode ser uma tourada (...) Porque há confronto e há arena (...) E serve a coluna para isso: para fazer da anatomia da tourada, a metáfora da vida" (Paulo Cunha e Silva, DN de 14/1/2002).

Ainda assim, e não obstante as colunas de opinião serem portadoras de um inegável “valor comercial”, servindo a estratégia dos media no contexto de luta pelas audiências, de poderem ser uma forma de o jornal não se implicar politicamente de modo directo (visto o texto ser assinado pelo colunista), é nossa convicção que não podem confundir-se com o tratamento *espectacularizante* e *espectacularizado* que a generalidade dos media de grandes audiências fazem da política. As colunas de opinião e os editoriais acrescentam “racionalidade” ao sistema dos media (mesmo que alguns não disfarcem a emotividade e demonstrem com clareza o posicionamento político-partidário de quem escreve) e contribuem para o debate no espaço público. Debate, todavia, ainda pouco plural e incluível ou inevitavelmente elitista.

Dos indícios que o inquérito de opinião nos permite sublinhar, realce-se que as colunas de opinião são mais lidas do que à partida se julgava, ocupam lugares cimeiros na hierarquia dos leitores, no que respeita às suas opções e modos de ler o jornal; são consideradas fontes de informação; a credibilidade do colunista, a sua capacidade de argumentação, de análise e de clareza na exposição das ideias são critérios muito valorados pelos leitores.

Mas o inquérito indaga a *receptividade* às colunas de opinião e não a sua *recepção*, o que seria também muito interessante. Isto é, perceber como cada indivíduo trabalha a mensagem que recebe, como a descodifica e que uso faz dela, entrar pelo “mundo do leitor”, na expressão de Ricoeur.

Esta outra perspectiva de análise pode constituir um outro objecto de estudo, assente no aprofundamento das representações que os leitores têm sobre as colunas. Para esse efeito, necessário será considerar amostras mais representativas e a utilização de metodologias distintas, por exemplo através da consulta de um painel de inquiridos.

Complementarmente, e para além deste trabalho, sobre as opiniões publicadas de alguns colunistas e editorialistas, seria interessante investigar as relações entre estes e as elites do poder político, bem como a recepção e utilização que estas fazem do que eles escrevem. Mas essas são zonas *sombra* as quais não era nosso objectivo iluminar. Temos, pois, consciência que há questões e caminhos que poderão ser explorados, janelas que poderão ser abertas, mas, em sede de uma outra investigação que não esta.

Por estas e todas as razões, esta dissertação sendo em si um projecto acabado, não esgota toda a presente problemática.

Como sabemos à saciedade, assim o é em ciência. Em cada tempo surgem novos conhecimentos, novas propostas que completam ou refutam as anteriores; trazendo melhores ou piores contributos para o conhecimento científico; contribuindo nada ou muito para o devir social, para o bem comum.

Do início ao fim desta investigação quisemos ter presente o enunciado de Ortega y Gasset: “a única perspectiva falsa é a que pretende ser única” e “o que para um ocupa o primeiro plano e revela com clareza todos os detalhes, para outro ocupa o último plano e permanece obscuro e encoberto”. Foi isso – apresentar diversas perspectivas e tentar demonstrar o que para nós ocupa o *primeiro plano* – que almejámos alcançar com esta tese.

Bibliografia

- ABÉLÈS, Marc (1995) "Encenações e Rituais Políticos", in *Revista Comunicação e Linguagens*, n.º 21-22, Lisboa, Cosmos
- ABRIL VARGAS (1994), Natividad, Periodismo de opinión, Ed. Stetesis, Madrid, 1999
- ALARCÓN, Luis e GÓMEZ, Irey (2000) "La Postmodernidad como un subproducto de la modernidad dominante", [consult. 17/7/2000] Disponível em <http://members.es>
- ALBARELLO, Luc, e all (1997 [1995]) *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, ed. Gradiva
- ALBUQUERQUE, Miguel (1999), *Espelho Múltiplo, Política e Modernidade*, Funchal, Edicarte
- ALGER, Dean (2000), "Os Megamedia, a situação do Jornalismo e a Democracia", in *Revista Comunicação e Linguagens*, n.º 27, Lisboa, Cosmos
- AMÂNCIO, Lígia (1994) *Masculino e Feminino*, Porto, Edições Afrontamento
- ANDERSON, J.A. (1987), *Communication research: issues and methods*, New York, McGraw-Hill, Publishing Company
- APEL, Karl-Otto (1981), "La Question d'une Fondation Ultime de la Raison", in *Critique*, n.º413
- ARENDT, Hannah (1989), *The Human Condition*, Chicago, The University of Chicago press
- ARMAÑANZAS, E; DIAZ NOCY, J (1996) Géneros de opinión. Periodismo y argumentación. Servicio Editorial Universidad del País Vasco, Bilbao
- ARON, Raymond (1994) *As etapas do pensamento sociológico*, Lisboa, Publicações Dom Quixote
- ARRANZ (2000), Fermín Galindo, "Televisión y participación política en Euskadi", [Consut.17/7/2000] Disponível em <http://ehu.es>
- AUSTIN, J (1962), *How to Thing With Words*, Oxford, University Press
- BALANDIER, Georges (1999), *O Poder em Cena*, Coimbra, Minerva
- BALLE, Francis (1995), *Le mandarin et le marchand. Le juste pouvoir des médias*, Flammarion
- BALLE, Francis (1997), *Médias et société*, Paris, Montchréstien
- BARBERO, Martin (1987), *De los media a las mediaciones*, Madrid, Editorial Gili
- BARDIN, Laurence (1979 [1977]), *Análise de conteúdo*, Lisboa, Edições 70
- BARROS FILHO, Clóvis de (2001), *Ética na Comunicação: da informação ao receptor*, São Paulo, Moderna
- BAUDOUIN, Jean (2000), *Introdução à Sociologia Política*, Editorial estampa, Lisboa
- BAUDRILLARD, Jean (1975), *A sociedade de consumo*, Lisboa, Edições 70
- BAUDRILLARD, Jean (1991), *Simulacros e Simulação*, Lisboa, Relógio d'Água
- BAUTIER, Roger (1992), "Habermas et le champ de la communication", in *CinémAction*, n.º63, Paris
- BEAUD, FLICHY, PASQUIER, QUÉRÉ (Dir) (1997), *Sociologie de la communication*, Paris, Réseaux et CNET
- BEINER, Ronald, "Recursos cívicos en una sociedad liberal", in *Isegoría*, n.º24, Consejo Superior de Investigaciones científicas, Madrid, 2001
- BELL, Judith (1997 [1993]), *Como realizar um projecto de investigação*, Lisboa, ed. Gradiva

BERGANZA, Rosa (2000), "O contributo de escola de Chigago para o jornalismo Contemporâneo", in *Revista Comunicação e Linguagens*, nº 27, Lisboa, Cosmos

BERGER, Peter, LUCKMANN, N (1985 [1966]), *A Construção Social da Realidade*, Petrópoles, Vozes

BERNARD, M.(1995) *La Pensée communicationnelle*, Grenoble, Presses universitaires de Grenoble

BERNARD, M.(1997) *La société conquise par la communication II*, Grenoble, Presses universitaires de Grenoble

BERTAUX, Daniel (1997), *Les récits de vie*, Paris, ed. Nathan

BEZUNARTEA, Ofa. (2003) "La importancia de un trabajo colectivo. El anonimato del periodista", in *Telos*, núm. 54

LANG, K.; LANG, G. (1985) "Los mass media y las elecciones", in: MORAGAS, M. de (ed). *Sociologia de la Comunicación de Masas: propaganda política y opinión pública*. Barcelona, Gustavo Gili

BLANCHET Alain e GOTMAN Anne (1992), *L'enquête et ses méthodes : l'entretien*, Paris, ed. Nathan

BLANCHET, Alain (dir.) (1985), *L'entretien dans les sciences sociales*, Paris, ed. Dunod / Bordas

BLUMLER, J.G. (1992) 'The Civic Communication Task of Public Service Broadcasting, Lessons from Election Observation at the BBC', London.

BLUMLER, J.G. e M. GUREVITCH (1995) *The Crisis of Public Communication*, London, Routledge

BONNAFOUS, Simone e JOST, François (1990), "Analyse de discours, semiologie et tournant communicationnel", in *Réseaux*, nº100, CNET/Hermès Science Publications

BONVILLE, Jean de (2000), *L'Analyse de Contenu des Médias*, Bruxelas, De Boeck Université

BORELLA, *Les Parties politiques*, Paris, Seuil, 1990

BORRAT, Héctor (1989), *El Periódico, Actor Político*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili

BOUDON, R. *Effet pervers et ordre social*, Paris, PUF, 1989

BOUGNOUX, Daniel (1995), "Credibilidade dos media e formação de opinião", in *Revista Comunicação e Linguagens*, nº 21-22, Lisboa, Cosmos

BOURDIEU, Pierre (1972), *Esquisse d'Une Théorie de la Pratique*, Paris, Minuit

BOURDIEU, Pierre (1989), *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel

BOURDIEU, Pierre (1992) *Réponses*, Éditions du Seuil

BOURDIEU, Pierre (1994), "L'Emprise du journalisme", in *Actes de la Recherche en sciences sociales*, nº101/102, Seuil, Paris

BOURDIEU, Pierre (1997), *Sobre Televisão*, Oeiras, Celta

BOURDIEU, Pierre (1998), *Contrafogos*, Oeiras, Celta

BOURDIEU, Pierre (1998), *Meditações Pascalianas*, Oeiras, Celta editora

BOURDIEU, Pierre (1998), *O Que Falar Quer Dizer*, Lisboa, Difel

BOURDIEU, Pierre, e WACQUANT (1992), Loic, *Réponses*, Paris, Seuil.

BOURE, Robert (1992), "La communication à la recherche de son objet", in *CinémAction*, nº63, Paris

BOURGELIN, Olivier (1981), *A Comunicação Social*, Lisboa, ed. 70

BRAGA DA CRUZ Manuel (1995), *Teorias Sociológicas. Os fundadores e os clássicos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian

BRETON, Philippe (1994), *A Utopia da Comunicação*, Lisboa, Instituto Piaget

BRETON, Philippe (1998), *A argumentação na comunicação*, Lisboa, Publicações D. Quixote

- BRETON, Philippe (1999), "Déclin de la parole", in *Manière de Voir*, 46, Paris
- BRETON, Philippe e PROULX (1997), Serge, *A Explosão da Comunicação*, Bizâncio, Lisboa
- BRYANT, J. e Zillmann, D (1996), *Los efectos de los medios de comunicación. Investigaciones y teorías*, Barcelona, Ed. Paidós
- BRYCE, James (2001 [1888]), « La nature de l'opinion », Extracto de *La République américaine* in Hermès 31, L'Opinion Publique, CNRS Editions
- BRYCE, James (2001[1888]), « Le gouvernement par l'opinion publique », Extracto de *La République américaine*, 1901 (1ª edição 1888) in Hermès 31, L'Opinion Publique, CNRS Editions
- CABRAL, M.Villaverde (1999), "Teoria crítica & informationcritique", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº54, Porto
- CABRAL, M.Villaverde (2000), "O exercício da cidadania política em Portugal", in *Análise Social*, nº154-155, Lisboa, 2000
- CABRAL, Manuel Villaverde (1997), *Cidadania política e Equidade Social em Portugal*, Oeiras, Celta
- CABRAL, Manuel Villaverde (1997), *Crónicas Realistas*, Oeiras, Celta
- CÁDIMA, Francisco (1988), "Notícia do mundo e de lado nenhum...", in *Revista Comunicação e Linguagens*, nº 8, Lisboa, CECL, pp.41-46
- CÁDIMA, Francisco R.(1992), *O Telejornal e o Sistema político em Portugal ao Tempo de Salazar e Caetano (1975-1974)*, policopiado, Lisboa, Universidade nova de Lisboa, FCSH
- CÁDIMA, Francisco Rui (2000), "Virtualidades do jornalismo e jornalismo virtual: para uma análise do dispositivo da informação televisiva", in *Revista Comunicação e Linguagens*, nº 27, Lisboa, Cosmos
- CÁDIMA, Francisco Rui, "História, Tempo e Media", [Consult. 20/11/2000] Disponível em <http://www.ubi.pt>
- CAMPS, Victoria (1996), *El Malestar de la Vida Pública*, Barcelona, Grijalbo
- CAMPS, Victoria (1999), *Paradojas del individualismo*, Barcelona, Crítica,
- CANTAVELLA, Juan (2000), "La columna informativa: un desafío de exigencia entre la omnipresente opinión", in *Estudios sobre el mensaje periodístico*, nº6, Universidad Complutense de Madrid
- CARRILHO, Manuel Maria (1994), "A retórica, Hoje: um novo paradigma?", in *Retórica e Comunicação*, Asa, Porto, 1994
- CARRILHO, Manuel Maria (1994), *Jogos de Racionalidade*, Porto, Edições ASA
- CARRILHO, Manuel Maria (1995), *Aventuras da Interpretação*, Editorial presença, Lisboa
- CARRILHO, Manuel Maria, (coord) (1994) *Retórica e Comunicação*, Porto, Edições ASA
- CARRO, María Jesús Casals (2000), "La columna periodística: de esos embusteros días del edo inmarchitable", in *Estudios sobre el mensaje periodístico*, nº6, Universidad Complutense de Madrid, Madrid
- CARRO, María Jesus Casals (2003), "La realidad como ficción y la ficción como realidad Análisis de Juan José Millás, columnista de El País", in *Estudios sobre el Mensaje Periodístico*, nº 9, pp.63-124
- CARRO, María Jesus Casals (2004), "Nuevos modelos de periodismo y audiencias – La opinión en la prensa : retrato de España en el primer año del siglo XXI", in *Estudios sobre el Mensaje Periodístico*, nº 10

- CARVALHO, A. (1999) "Análises de discurso em política ambiental – conceitos, instrumentos e implicações", in *Cadernos do Noroeste*, vol. 12 (1-2), Centro de Ciências Históricas e Sociais da Universidade do Minho, p. 237-266
- CASASUS, J (1985). , *Ideología y análisis de medios de comunicación*, Barcelona, Mitre
- CASASÚS. J. M. , LADEVÉZE Nuñez, L, (1991) *Estilo y géneros periodísticos*, Ariel, Barcelona, 1991
- CASTRO, Carlos, "Hacer política es hacer comunicación", *Revista Razón y Palabra*, nº15 [Consult 8/5/2001] Disponível em <http://www.cem.itesm.mx>
- CASTRO, P e L. LIMA (2000). "A variabilidade das concepções de ciência e de ambiente entre o público". In M. E. Gonçalves (org.), *Cultura científica e participação pública*. Lisboa, Celta.
- CASTRO, P. (2000), *Natureza, ciência e retórica na construção social da ideia de ambiente: representações sociais e discursos*. Dissertação de Doutoramento em Psicologia Social e Organizacional. ISCTE: Lisboa.
- CASULLO, N. (1989), *El debate modernidad posmodernidad*, Buenos Aires, Punto Sur
- CATAVELLA, Juan (2000), "La columna informativa: un desafío de exigencia entre la omnipresente opinión, in *Estudios sobre el mensage periodístico*, nº6, Universidad Complutense de Madrid
- CAYROL, Roland (1997), *Médias et démocratie: la dérive*, Presses de Sciences Po, Paris,
- CHAMPAGNE, P (2000), «Le journalisme à l'économie», *Le journalisme et l'économie, Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº. 131-132, Paris, Seuil,
- CHAMPAGNE, Patrick (1994) , "La loi des grands nombres", in *Actes de la Recherche en sciences sociales*, nº101/102, Seuil, Paris
- CHAMPAGNE, Patrick, *Faire l'Opinion(1990)*, Minuit, Paris
- CHAPARRO, Carlos, "Opinião X informação, uma fraude teórica" [Consult.16/12/2003] Disponível em www.comunique-se.com.br
- CHAPARRO, Manuel Carlos (1998), *Sotaques d'Aquém e d'Além-Mar - Percursos e Géneros do Jornalismo Português e Brasileiro*, Jortejo, Santarém
- CHARAUDEAU, Patrick (1983). *Langage et discours: éléments de semiolinguistique*, Hachette, Paris
- CHARAUDEAU, Patrick (1997), *Le discours d'information médiatique*, Nathan, Paris
- CHEVALLIER, Jacques (1991), "Synthese", in *La Communication Politique*, PUF, Paris
- CID, Patricia , "Perspectivas para la investigación en comunicación política", *Revista Razón y Palabra*, nº12, [Consult. 8/5/2001] Disponível em <http://www.cem.itesm.mx>
- CLARKE, Patsy (2002), "The Internet as a medium for qualitative research", Centre for IT in Higher Education, University of Natal, Durban(online) , [Consult. 23/05/2003] Disponível em <http://generalupdate.rau.ac.za/infosci/conf/Wednesday/Clarke.htm>
- COCHART, Dominique (1991), "Le Maire mis en scene: un style de communication", in *La Communication Politique*, PUF, Paris
- COELHO, João Nuno (2001), *Portugal - a equipa de todos nós: Nacionalismo, futebol e media*, Afrontamento, Porto
- COHEN, Jeremy e DAVIS, Robert G. (1991), "Third Person Effects and the Differential Impact in Negative Political Advertising", *Journalism Quarterly*,
- COLOMBO, F (1997), *La TV como espectáculo*, Barcelona, Gili
- COLOMER, J.M. (1990), *El arte de la manipulación política*, Barcelona, Anagrama,

CONTRERAS, J.M (1990)., *Vida política y TV*, Espasa, Madrid,

CORNU, Daniel (1994), *Journalisme et verité. Pour éthique de l'information*, Labour et Fidès, Genève

CORNU, Daniel (1997), *Éthique de l'information*, col. "Que sais-je", Paris, PUF

CORREIA, Fernando (1998), *Os Jornalistas e as Notícias*, Lisboa, Caminho

CORREIA, Fernando (2000), *Jornalismo e Sociedade*, Lisboa, Editorial Avante

CORREIA, Fernando (2005), "Concentração dos media — Negócio contra Jornalismo", in *JJ – Jornalismo e Jornalistas*", nº 23 (Julho/Setembro)

CORREIA, Fernando (2006), *Jornalismo*, Grupos Económicos e Democracia, Caminho,

CORREIA, J.M. Nobre (1996), *A Cidade dos Media*, Porto, Campo das Letras

CORREIA, João (2000), "O poder do jornalista e a mediatização do espaço público", in *Revista Comunicação e Linguagens*, nº 27, Lisboa, Cosmos

CORREIA, João Carlos (2006), *O jornalismo e o sistema político:audiências emanação*[Consult 4/2/2007] Disponível em http://www.labcom.ubi.pt/agoranet/06/correia_jornalismosistemapolitico.pdf.

CORREIA, João Carlos, "Autenticidade, desejo e mediação" [Consult.9/4/2001] Disponível em <http://bocc.ubi.pt>>

CORREIA, João Carlos, "Novos desafios ao espaço público: subjectividade e cultura de massa", [Consult. 9/12/2000] Disponível em <http://bocc.ubi.pt>>

CORREIA, João Carlos, "Jornalismo e Espaço Público", [Consult. 20/11/2001] Disponível em < <http://www.ubi.pt>>

COSTA, António Firmino da (1986), "A pesquisa de terreno em Sociologia", in SILVA, Augusto Santos, PINTO, José Madureira, (orgs), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento

CRUZ, Manuel Braga da (1999), *Transições Históricas e Reformas Políticas em Portugal*, Bizâncio, Lisboa

CRUZ, Susana , "Las relaciones de poder entre el estado y la industria de la comunicación...", *Revista Razón y Palabra*, nº17, [Consult. 8/5/2001] Disponível em <<http://www.cem.itesm.mx>

CUADRADO, Luis Alberto Hernando (2000), "Lengua y estilo del editorial", in *Estudios sobre el mensage periodístico*, nº6, Universidad Complutense de Madrid, Madrid

CUNHA, I. F, Policarpo, V., Monteiro, T. L. e Figueiras, R. (2002) *Media e*

CUNHA, Tito Cardoso (2004), *Argumentação e crítica*, Colecção Comunicação, MinervaCoimbra, Coimbra

CUNHA, Tito Cardoso, "O Pavor da Retórica e suas Origens", in *Revista Comunicação e Linguagens*, nº 21-22, Lisboa, Cosmos, 1995

DADER, J.L.(1983), *Periodismo y Pseudocomunicación Política*, Pamplona, Eunsa

DADER, José Luis, (1990) "La personalización de la política", in *Opinión Pública e Comunicación Política*, Eudema, Madrid

DAHL, R. (1995) *Prefazione alla teoria democratica*, Milano, Edizioni di Comunità

DAHL, Robert (2000) A., *Democracia*, Temas e Debates, Lisboa

DAHLGREN, Peter (1991), *Communication and citizenship*, Routledge, New York

DAHLGREN, Peter e SPARKS, Colin (ed) (1991), *Communication and Citizenship, journalism and public sphere*, Londres, Routledge

DAHLGREN, Peter, (2000) "L'espace public et l'internet", in *Réseaux*, nº100, CNET/Hermès Science Publications

DAYAN, Daniel (1992), "Les mystères de la réception" in *Le Débat*, nº 71

DAYAN, Daniel e KATZ, Elihu (1999), *A história em Directo: Os acontecimentos mediáticos na televisão*, Coimbra, Livraria Minerva Editora

- DELARBRE, Raúl , " La politica por otros medios", Revista *Razón y Palabra*, nº12, [Consult. 8/5/2002] Disponível em <<http://www.cem.itesm.mx>>
- DELCOURT, Xavier (1992), "Les États-Unis, socle historique", in *CinémAction*, nº63, Paris
- DESHAIES, Bruno (1998), *Metodologia da Investigação em Ciências Humanas* Instituto Piaget, Lisboa
- DEWEY, John(2001 [1927]), "Le Public et ses Problèmes" (extracto de *The Public and its Problems* , traduzido por Joëlle Zask in Hermès 31, L'Opinion Publique, CNRS Editions
- DIEZHANDINO, P.; BEZUNARTEA, O. y COCA, C (1994), *La elite de los periodistas*, Universidad del País Vasco, Bilbao
- DIJK, , Teun A Van (1993a), *Elite Discourse and Racism* ,Newbury Park, CA, Sage
- DIJK, Teun A Van (1995), *De la gramatica del texto al análisis critico del discurso*, in Boletín de estudios Lingüísticos Argentinos, nº6
- DIJK, Teun A Van (2003), *Ideología y Discurso*, Barcelona, Ariel
- DIJK, T. A. Van (1993b). *The interdisciplinary study of news as discourse*. In: JENSEN, K.B. e JANWSKI, N.. *A handbook of Qualitative Methodologies For Mass Communication Research*. London, Routledge
- DIJK, T.A. Van. (1994) *Discourse and cognition in society*. In: CROWLEY, D. e MITCHELL, D. *Communication Theory Today*, London, Polity Press
- DIJK, Teun A Van (1988a), *News as Discourse* ,Hillsdale, NJ, Erlbaum,
- DIJK, Teun A Van (1988b), *News Analysis* Hillsdale, NJ, Erlbaum
- DIJK, Teun A Van (1990), *La noticia como dicurso*, Barcelona, Piados Comunicación
- DIJK, Teun A Van (1996), "Opiniones e ideologías en la prensa", *Voces y Culturas*, 10, II Semestre
- DIJK, Teun A Van(1991), *Racism and the Press*, London, Routledge
- DOMÍNGUEZ, Iñaki, "El poderoso influjo de los media. Estudios recuentes sobre los efectos sociales de la comunicación",[Consult.16/7/2001] Disponível em < <http://www.ehu.es>>
- DOWNS, A (1996) , *Teoria de la Democracia*, Madrid, Alianza
- DUCHÉN, Maria , "Nosotros comentamos, son ustedes los que informan", Revista *Razón y Palabra*, nº18, [Consult. 20/6/2001] Disponível em <<http://www.cem.itesm.mx>>
- DUCROT, Oswald (1977), *Princípios de semântica lingüística (dizer e não dizer)*, São Paulo, Cultrix, 1977.
- DUCROT, Oswald (1987), *O dizer e o dito*, Campinas, Pontes
- DURHAM, F. (1998) 'News Frames as Social Narratives: TWA Flight 800', in *Journal of Communication* 48 (4) pp.100-117
- ECO, Umberto (2005), *Obra Aberta*, coleção Debates, São Paulo, Perspectiva
- EIRE, Antonio López, GUERVÓS, Javier de Santiago (2000), *Retórica y comunicación política*, Madrid, Catedra
- EKSTEROWICKZ, ROBERTS e CLARK (2000), "Jornalismo público e conhecimento público", in Revista *Comunicação e Linguagens*, nº 27, Lisboa, Cosmos
- EKSTROM, M. (2002) "Epistemologies of TV journalism – a theoretical framework". *Journalism*, vol.3(3)Sage Publications.
- ELEJABARRIETA, Francisco (1991), "Las Representaciones Sociales", in *Psicologia Social Sociognitiva*, Bilbao
- ELLUL, J (1993., *Opinion Publique Manipulée*, in *Dictionaire Critique de la Communication*, Paris, PUF
- ENTMAN, Robert (1989): *Democracy Without Citizens, Media and the Decay of American Politics*, Oxford, Oxford University Press.

- ENTMAN, Robert M. (1993), "Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm", *Journal of Communication*, 43(4)
- ESPADA, João Carlos (2000), *A Invenção Democrática*, Fundação Mário Soares e ICS, Lisboa, 2000
- ESPINOSA, Pastora Moreno (2001), "Géneros para la persuasión en prensa", in *Revista Ámbitos*, nº6
- ESTEVES, J. Pissarra,(1991), "A Persuasão na Ordem da Interação", in *Revista de Comunicações e Linguagens*, nº14
- ESTEVES, João Pissarra (1995), "Novos desafios para uma Teoria crítica da sociedade" in *Revista Comunicação e Linguagens*, nº 21-22, Lisboa, Cosmos
- ESTEVES, João Pissarra (1998), *A Ética da Comunicação e os Media Modernos*, Lisboa, Edição Fundação Caloust Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica
- ESTEVES, João Pissarra , "Opinião pública e democracia na sociedade de informação", [Consult. 2/6/2001] Disponível em <http://bocc.ubi.pt>
- ESTEVES, João Pissarra, " Liberdade, comunicação e moral universal " in *Revista Comunicação e Linguagens*, nºs 15/16, Lisboa, Cosmos, 1992
- ESTEVES, João Pissarra, "Poder, código e comunicação" in *Revista Comunicação e Linguagens*, nºs 17/18, Lisboa, Cosmos, 1983
- FAIRCLOUGH, N. (1995) *Media Discourse*, London, Edward Arnold
- FERNANDES, António Teixeira (1988), *Os Fenómenos Políticos*, Porto, Afrontamento
- FERNANDES, António Teixeira (1996), "Alguns desafios teórico-metodológicos" , in revista *Sociologia*, Faculdade de letras da Universidade do Porto, nº6
- FERNANDES, António Teixeira (1997), *A Sociedade e o Estado. Sociologia das formações políticas*, Porto, Ed. Afrontamento.
- FERNANDES, António Teixeira (1999), "sistema Político e Comunicação Social" , in *Revista Sociologia*, Faculdade de letras da Universidade do Porto, nº9
- FERRAROTTI, Franco (1986 [1985]), *Sociologia*, Lisboa, ed. Teorema
- GRANADO, A. (2003). Ponto Media – Discussão sobre o que são weblogs. [Consult 3/2/2005), Disponível em <http://ciberjornalismo.com/oquesaoweblogs.htm>
- FERRY, Jean-Marc, *Les transformations de la publicité politique*, Hermès, nº4, Paris
- FIDALGO, Joaquim, *A Surpresa dos Instantes*, campo das Letras, Lisboa, 2000
- FIGUEIRAS, Rita (2000) (Os Opinion Makers na imprensa de referência portuguesa: 1980-1999,dissertação de mestrado, policopiado, Lisboa, ISCTE
- FISHER, K. (1997) 'Locating Frames in the Discursive Universe', *Sociological Research Online* 2(3)
- FLICHY PATRICE (1997), *Une histoire de la communication moderne*, Paris, La découverte, coll. Sciences humaines e sociales
- FODDY, William (1996 [1993]), *Como Perguntar, teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários*, Oeiras, Celta Editora
- FOUCAULT, Michel (1991), *Espacios de poder*, Madrid, La Piqueta
- FOUCAULT, M Michel (1979), *Microfísica del poder*, Madrid, Ed. La Piqueta
- FOUCAULT, M Michel (1981), *Un diálogo sobre el poder*, Madrid, Alianza
- FOUCAULT, M Michel (1973) , *El orden del discurso*, Barcelona, Tusquets
- FOUCAULT, Michel (2001) "L'écriture de Soi» *Dits et Écrits*, volume II (1976-1988), Paris, Gallimard

- FOX, D. J. (1987), *El proceso de investigación en educación*, Pamplona, Ediciones de la Universidad de Navarra
- FRASER, Bond, F. (1974), *Introducción al periodismo*, Ed. Limusa
- FRASER, N. (1992), "rethinking the public Sphere: A contribution to the Critique of Actually Existing Democracy" in Calhoun C. (ed.), *Habermas and the Public Sphere*, Cambridge, Mass, MIT Press
- FREIRE, André (2000), "Participação e abstenção eleitoral em Portugal", in VIEGAS, José M. Leite e DIAS, Eduardo Costa, *Cidadania, Integração, Globalização*, Oeiras, Celta, 2000
- FREIRE, André (2000), "Participação e abstenção nas eleições legislativas portuguesas, 1975-1995", in *Análise Social*, nº154-155, Lisboa
- FREIRE, André (2000), "Participação e abstenção nas eleições legislativas portuguesas, 1975-1995", *Análise Social*, vol. XXXV, nos. 154-155, pp. 115-145
- FREIRE, André (2001), *Modelos do Comportamento Eleitoral: Uma Breve Introdução Crítica*, Oeiras, Celta Editora
- FREIRE, André (2001), *Mudança Eleitoral em Portugal*, Oeiras, Celta,
- FREIRE, André e Magalhães, Pedro (2002), *A abstenção eleitoral em Portugal*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais
- FREIRE, André, BAUM, Michael, (2001) "Clivagens, economia e voto em Portugal", in *Revista Sociologia, problemas e Práticas*, nº37, CIES/Celta
- FREITAS, António Francisco, "Análise do discurso jornalístico: um estudo de caso" [Consult. 9/4/2001], Disponível em <http://bocc.ubi.pt>
- GALL, M. D.; BORG, W. R. & GALL, J. P. (1996), *Educational Research: an introduction*, New York, Longman Publishers.
- GARAIKOETXEA, C. "El papel histórico de la información en la política" in ZABALETA, I. e PEÑAFIEL, C. (1994) *El factor humano en radio y televisión*, Bilbao, U.P.V
- GARCIA, José Luís (1995) "Os jornalistas portugueses enquanto actores do espaço público mediatizado- Legitimidade, poder e intermutação", in *Revista Comunicação e Linguagens*, nº 21-22, Lisboa, Cosmos
- GEERTZ, Clifford, *Local Knowledge*, Nova Iorque, Basic Books, 1983
- LÓPEZ PAN Fernando (1995), *La columna Periodística: Teoría y Práctica*, Madrid, Eunsa
- GHIGLIONE, Rodolphe & MATALON, Benjamin (1995 [1985]), *O inquérito teoria e prática*, Oeiras, Celta Editora
- GIDDENS, Anthony (1992), *As Consequências da Modernidade*, Lisboa, Celta editora
- GIDDENS, Anthony (1994), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Lisboa, Celta editora
- Gil, Fernando (1999). "A ciência tal qual se faz e o problema da objectividade". In F. Gil (org.), *A ciência tal qual se faz*. Lisboa, Ministério da Ciência e da Tecnologia / Edições João Sá da Costa, Lda.
- GIL, José (2004), *Portugal Hoje: O Medo de Existir*, Lisboa, Relógio d'Água
- GITLIN, T. (1998) « public sphere ou public sphericules ? » in Liebes, T. Curran, J., *Media, Ritual and Identity*, Londres, Routledge,
- GOFFMAN, Erving (1974), *Frame analysis*, New York, Harper and Row
- GOMES, Lorenzo (1991), *Teoria del periodismo*, Barcelona, Paidós Comunicación

- GOMES Wilson (2004) “Transformações da política na Era da Comunicação de Massa” São Paulo, Paulus
- GOMES, Wilson (1994), “Estratégia retórica e ética da argumentação na política”, in BRAGA, J.L., PORTO, S:D. e FAUSTO NETO, A. (orgs) *Comunicação Cultura e Política*, Rio de Janeiro, Diadorim
- GOMES, Wilson (1995), "Duas premissas para a compreensão da política-espectáculo", in *Revista Comunicação e Linguagens*, nº 21-22, Lisboa, Cosmos
- GOMIS, Lourenzo (1989), *Gèneres literaris y gèneres periodístics*", Periodística, Barcelona
- GRABER, Doris (2000), "Para onde vai a cobertura televisiva das eleições?", in *Revista Comunicação e Linguagens*, nº 27, Lisboa, Cosmos
- GRADIM, Anabela, Manual de JORNALISMO, in www.booc.ubi.pt (Maio de 2000)
- GRAWITZ, Madeleine (1996), *Méthodes des sciences sociales*, Paris, ed. Dalloz
- Greimas, A.J.(1983) *Du sens II*. Paris, Seuil.
- GROSS, Teodoro León (1996), *El artículo de Opinión*, Barcelona Editorial Ariel
- GROSSI, Giorgio (1985), “La comunicación política moderna: entre partidos de massa e mass-media”, *Sociologia de la comunicació de masses*, vol.IV, Barcelona, Gili
- GROSSMAN, Lawrence, (1999) “Caro McChesney, fermiamo il trash ma non così”, in *Reset*, n.º55, Roma
- GUREVITCH, Michel e BLUMER, Jay G. (1999), "A construção do noticiário eleitoral: um estudo de observação na BBC", in TRAQUINA, Nelson (Org), *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*, Lisboa, Vega
- GUTIÉRREZ Palacio Juan (1984), *Periodismo de opinión*, Madrid, Editorial Paraninfo
- HABERMAS, Jurgen (1970), *L'Espace Public*, Paris, Payot
- HABERMAS, Jurgen (1982), *História y crítica de la opinión pública*, Barcelona, Gili
- HABERMAS, Jurgen (1987), *Théorie de l'Agir Communicationel*, Paris, Fayard
- HABERMAS, Jurgen (1988), “Racionalidade e Critica da Razão”, in *Critica*, nº4,
- HABERMAS, Jurgen (1989), *Racionalización social*, Madrid, Taurus
- HABERMAS, Jurgen(1988) *El discurso filosófico de la modernidad*, Madrid, Taurus,
- HACKETT, Robert (1999), "Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objectividade nos estudos dos media noticiosos", in TRAQUINA, Nelson (Org), *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*, Lisboa, Vega
- HALL, Stuart (1997) *Representation: cultural representations and signifying practices*. London
- HALLIDAY, Tereza (1994), “Retórica e política”, in MATOS, Heloíza (org.) *Mídia, eleições e democracia*. São Paulo, Scritta, p.91-109.
- HALLIN, Daniel C. e MANCINI, Paolo (1999), "Falando do Presidente: a estrutura política e a forma representacional nas notícias televisivas dos estados Unidos e da Itália", in TRAQUINA, Nelson (Org), *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*, Lisboa, Vega
- HAMILI, Serge (1999), "Un journalisme de racolage", in *Manière de Voir*, 46, Paris,
- HARTLEY, J. (1996) *Popular Reality: Journalism, Modernity, Popular Culture*. London, Arnold.
- HEIMER, Franz, VALA, Jorge, VIEGAS, J.M.Leite (1986), “Cultura Política em Portugal: três artigos introdutórios”, *Revista de Ciência Política*, lisboa, nº4
- HEIMER, Franz, VALA, Jorge, VIEGAS, J.M.Leite(1990), “Cultura Política”, *Sociologia Problemas e práticas*, Lisboa, nº8 CIES/ISCTE,
- HEIMER, Franz, VALA, Jorge,VIEGAS, J.M.Leite (1990), “A cultura política da Classe Política”, in *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século, Actas do I Congresso Português de Sociologia*, vol.II, Lisboa, Fragmentos

- HERMELIN, Christian (1992), "Quarente ans de recherches nord-américaines sur les mass media", in *CinémAction*, nº63, Paris
- Hidalgo, Antonio López (1996), *Las columnas del periódico*, Madrid, Ediciones Libertarias/Prodhufi
- HIDALGO, Antonio López (2002), "El ensayo periodístico", in *Estudios sobre el mensaje periodístico*, nº8, Madrid, Universidad Complutense de Madrid,
- HINTIKKA J. (1994) "Estratégia e teoria da argumentação" in *Retórica e Comunicação*, Asa, Porto
- HOHLFELDT, António (1997) "Os estudos sobre a hipótese de agendamento" in *Revista Famecos*, Porto Alegre, nº 7, p. 42-51
- HUBERMAN, A.M.; MILES, M. B. (1991). *Analyse de données qualitatives: recueil de nouvelles méthodes*. Bruxelles: De Boeck-Wesmael.
- IMBERT, G. e BENEYTO, J.V. (Coord.) (1986) *El País o la Referencia Dominante*, Madrid, Mitré
- INGLEHART, Ronald (1997), *Modernization and Postmodernization: Cultural, Economic, and Political Change in 43 Societies*, Princeton: Princeton University Press
- INGLEHART, Ronald. (1995) "Public support for environmental protection: objective problems and subjective values" in *Political Science and Politics*, 28, 1, 57-71.
- JULLIARD, Jacques (1997), *La faute aux élites*, Paris, Gallimard
- KAPUSCINSKI, R. (2002) *Los cínicos no sirven para este oficio. Sobre el buen periodismo*, Barcelona, Anagrama
- KATZ, E.(2001)"A multiplicação dos media e a segmentação social", in *Revista Famecos*, nº14, Porto Alegre
- KATZ, Elihu (2001) "Lazarsfeld's Map of Media Effects", in *International Journal of Public Opinion Research*, vol. 13, nº 3, pp. 270-279.
- KATZ, Elihu e LAZARFELD (1979), Paul F, *La Influencia Personal*, Barcelona, Hispano Europea
- KAUFMAN, Jean-Claude (1996), *L'entretien compréhensif*, Paris, ed. Nathan
- KAYSER, Jacques (1963), *Le Quotidien Français*, Paris, Colin
- KEANE, John (2002), *A Democracia e os Media*, Lisboa, Temas e Debates
- KERLINGER, F. N. (1980), *Metodologia da pesquisa em ciências sociais*, São Paulo, E.P.U.
- KETELE, Jean-Marie de e ROEGIERS, Xavier (1999), *Metodologia da recolha de dados*, Lisboa, Instituto Piaget
- KRIPPENDORF, K.(1991) *El análisis de contenido*, Barcelona, Siglo XXI
- KRIPPENDORFF, Klaus, (1990)*Metodologia de análisis de contenido, Teoría y práctica*, Barcelona, Paidós
- LADEVÉZE, Luis Núñez (2004), "Los hechos no son libres, ni las opiniones sagradas" in, *Telos : Cuadernos de Comunicación , Tecnología y Sociedad*, nº58
- LADEVÉZE,Luis Núñez (2000), "Language del político, language del informador", in *Estudios sobre el mensaje periodístico*, nº5, Madrid, Universidad Complutense de Madrid
- LAKOFF, Georges JOHNSON, Mark "Les métaphores dans la vie quotidienne",[Consult. (1/9/2001) , Disponível em <<http://www.GreMS.fr>>
- LANDOVSKI, Eric (1989), *La société réfléchie*, Seuil, Paris
- LANG, Gladys Engel e LANG, Kurt. (1983), *The Battle for Public Opinion: the President, New York, The Press, and the Polls During Watergate*.
- LASH, Scott (1999), "Crítica da informação", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº54, Porto
- LAZAR, Judith (1999) *Sociologie de la communication de masse*, Paris, Armand colin

- LECLERC, Gérard (2000), *A Sociedade de Comunicação*, Lisboa, Piaget
- LECOMTE, Patrick (1993), *Communication, télévision et démocratie*, Presses Universitaires de Lyon, Lyon
- LEHINGUE, Patrick, “Le pouvoir Des Medias”, <<http://www.cean.u-bordeaux.fr>> , (1/9/2000)
- LEONE, Carlos (2000), *Introdução ao cesurismo contemporâneo*, Minerva, Coimbra
- LIMA, Marinús Pires de (1995), *Inquérito sociológico. Problemas de metodologia*, Presença, Lisboa
- LIPOVETSKY, Gilles (1987), “La Pub Sont Ses Griffes”, *Le débat*, nº 43, Gallimard
- LIPOVETSKY, Gilles (1989), *A Era do Vazio*, Lisboa, Relógio de Água
- LIPOVETSKY, Gilles (1989), *O Império do Efêmero*, Lisboa, Publicações D. Quixote,
- LIPPMANN, Walter (2001 [1925]), “Le Public Fantôme”, (extracto de the *Phantom Public* traduzido por Sandrine Lefranc) in Hermès 31, L’Opinion Publique, CNRS Editions
- LIPPMANN, Walter, (1960 [1922]) *Public Opinion*, Nova Iorque, The MacMillan Company
- LIPSET, Seymour M e ROKKAN, Stein. (1967), *Party Systems and Voter Alignments*. New York, The Free Press.
- LOPES, Felisbela (1999), *O Telejornal e o Serviço Público*, Coimbra, Minerva
- LOPES, João Teixeira (1999), "O estranho próximo de nós", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº54, Porto
- LOPES, João Teixeira (2000), "Itinerário teórico em torno da produção dos fenómenos simbólicos, in *Revista Sociologia*, Faculdade de letras da Universidade do Porto, nº10
- LÓPEZ PAN, Fernando (1995), *70 columnistas de la prensa española*, Madrid, Eunsa
- LÓPEZ PAN, Fernando(1995), *La columna periodista-teoría y práctica*, Madrid, Eunsa
- LOPEZ, H.M (1992), *Sociologia de La Opinion Publica*, Vol. 1, Madrid, Ed. Beramar,
- LOWELL, Abbott Lawrence (2001 [1913]), « La nature de l’opinion publique », Extrato de *Public Opinion and popular Government*, 1913, in Hermès 31, L’Opinion Publique, CNRS Editions, 2001
- LUHMANN, Niklas (1987) *Sociedad y sistema: la ambición de la teoria*, Barcelona, Gedisa
- LUHMANN, Niklas (1992) *A Improbabilidade da Comunicação*, Lisboa, Vega
- LUHMANN, Niklas (1995) *Social Systems*, Stanford, Stanford University Press
- LYOTARD, Jean-François (1984), *La Condition Postmoderne*, Paris, Minuit
- MAGALHÃES Pedro (2003), “A confiança nos parlamentos nacionais: regras institucionais, representação e responsabilização política”, in *Análise Social*, nº167
- MAINGUENEAU, Dominique (1997 [1996]), *Os termos-chave da Análise do Discurso*, Lisboa, ed. Gradiva
- MANCINI, P. MARINI, R., RONCI, D. (1989), *Il Terziario Incomodo*, T., RAI
- MANCINI, Paolo e SWANSON, David (1996), *Politics, media and modern democracy...*, Wesport/London, Praeger
- MARCONI, Marina A. e LAKATOS, Eva M. (2002), *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados*, São Paulo, Editora Atlas.
- MARCOS, Luís Humberto (1989), "O Poder dos "media" e o modelo do panóptico" in *Revista Sociologia problemas e Práticas*, nº6, CIES
- MARCOS, Maria Lucília (1995), “Um Estudo Pragmático da Comunicação. Comunicabilidade e Comensuralidade dos Discursos”, in *Revista Comunicação e Linguagens*, nº 21-22, Lisboa, Cosmos

- MARQUES DE MELO, José (1985) - *A Opinião no Jornalismo Brasileiro*. Petrópolis, Vozes
- MARTIN VIVALDI (1973) *Géneros Periodísticos*, Paraninfo
- MARTÍNEZ ALBERTOS, José Luis (1987) "Nuevos periodistas españoles: análisis de sus formas expresivas", in *El ocaso del periodismo*, Barcelona, CIMS
- MARTINEZ ALBERTOS, José Luis (1983) - *Curso General de Redacción Periodística*. Barcelona, Mitre
- MARTÍNEZ ALBERTOS, José Luis (1989) *El lenguaje periodístico*, Madrid, Paraninfo
- MARTINS, Moisés de Lemos (1993), "A Epistemologia do Saber Quotidiano" in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº37
- MATA, Maria José (2002), *A Autocrítica no Jornalismo*, Coimbra, MinervaCoimbra
- MATHIEN, M.(1989) *Le système médiatique- le journal dans son environnement*, Paris, Hachette
- MCCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L, (2000[1972]). "A função do agendamento dos media" in TRAQUINA, Nelson. *O Poder do Jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento*. Coimbra, Minerva
- MCCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. (2000[1993]). A evolução da pesquisa sobre o agendamento: vinte e cinco anos no mercado de idéias, in TRAQUINA, Nelson. *O Poder do Jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento*. Coimbra: Minerva
- MCGUIGAN, Jim (1986), *Culture and the Public Sphere*, London, Routledge
- MCGUIRE, W.J. (1986). The vicissitudes of attitudes and similar representational constructs in twentieth century psychology. *European Journal of Social Psychology*, 16, pp.89-103.
- MELO, José Marques (1994), *A opinião no Jornalismo Brasileiro*, Vozes, Petrópolis
- MELO, José Marques de, "la crónica como género periodístico en la prensa luso-brasileña e hispano-americana contrastes y confrontaciones"[Consult 6/5/2006] Disponível em (www.felafacs.org/dialogos/pdf34/7.%2520Melo.pdf+%22).
- MESQUITA, Mário (1993), "O Universo dos Media entre 1974 e 1986" in REIS António (coord.), *Portugal 20 ano de democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores
- MESQUITA, Mário (1995) "Tendências da comunicação política", in *Revista. Comunicação e Linguagens: Comunicação e Política*. 21-22: pp.383-402
- MESQUITA, Mário (2000) "Em louvor da Santa Objectividade", in *Revista Jornalismo e Jornalistas*, nº1
- MESQUITA, Mário (2000), "As Profissões dos media na era da comunicação transnacional", in *Revista Comunicação e Linguagens*, nº 27, Lisboa, Cosmos
- MESQUITA, Mário (2003), *O Quarto Equívoco*, Coimbra, MinervaCoimbra
- MESQUITA, Mário e REBELO, José (Orgs) (1994) *O 25 de Abril nos Média Internacionais*, Porto, Edições Afrontamento
- MEUNIER, Jean-Pierre (1995), "Metáforas do Jornalismo", in *Revista Comunicação e Linguagens*, nº 21-22, Lisboa, Cosmos
- MEYER, Michel (1994), "As bases da retórica", in Carrilho (org), *Retórica e Comunicação*, Porto, Asa
- MEYER, Michel (1998) *Questões de retórica: linguagem, razão e sedução*, Lisboa, Edições 70,
- MEYER, Michel (1992), *Lógica, Linguagem e Argumentação*, Lisboa, Edições Teorema,
- MIEGE, Bernard, (2000), "les apportes a la recherche des sciences de l'information et de la communication", in *Réseaux*, nº100, CNET/Hermès Science Publications
- MILLS, Wright (1975), *A Elite do Poder*, Rio de Janeiro, Ed. Zahar
- MIRANDA, José Bragança (1994), *Analítica da Actualidade*, Lisboa, Veja

- MIRANDA, José Bragança (1997), *Política e Modernidade*, Lisboa, Edições Colibri,
- MONTEIRO, (1999), Nuno Peres, *Democracia Electrónica*, Lisboa, Gradiva
- MONZÓN, Cándido (1996), *Opinión pública, Comunicación y Política*, Madrid, Editorial Tecnos
- MORAGAS, M. (1985), *Sociología de la comunicación de masas III, Propaganda política y opinión pública*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili
- MORATO, Javier del Rey (1989), *La Comunicación Política*, Madrid, Eudema
- Moscovici, S. (1988). "Notes towards a description of social representations". *European Journal of Social Psychology*, 18, 211-250.
- MOUFFE, Chantal (1996), *O Regresso do Político*, Lisboa, Gradiva
- MOZZICAFREDDO, Juan, (1997) *Estado – Providência e Cidadania em Portugal*, Oeiras, Celta Editora
- MUCCHIELLI, Roger (1979 [1975]), *A entrevista não-diretiva*, São-Paulo, ed. Martins Fontes
- NAVAS, Alejandro (1989) *La Teoria sociologica de N.Luhmann*, Pamplona, Ediciones Universidad de Navarra, Pamplona
- NEUMANN, Elisabeth Noelle (1995[1984]), *La espiral del silencio*, Barcelona, Paidós
- NEVEAU, Erik (2000), "De quelques incidences des medias sur les systemes democratiques", in Réseaux, nº100, CNET/Hermès Science Publications
- NEVEU, Erik (1994), *Une société de communication?*, Paris, Montchrestien
- NOBRE-CORREIA, J.M. (1986), *A Cidade dos Media*, Porto, Campo das Letras
- NORRIS, Pippa (2004), *Electoral Engineering: Voting Rules and Political Behavior*, Cambridge, Cambridge University Press (versão draft disponível online a partir do site
- NORRIS, Pippa (ed), (1998) *Elections and Voting Behaviour, New Challenges*, New of Chicago Press.
- ORDAZ, Olga e VALA, Jorge (1997), "Objectivação e ancoragem das representações sociais do suicídio na imprensa escrita", in *Análise Social*, nº143-144, Lisboa
- PAGE, Benjamin e SHAPIRO, Robert (2001[1993]) *Le public rationnel et la démocratie*, Extracto de *Reconsidering the Democratic Public*, in Hermès 31, L'Opinion Publique, CNRS Editions
- PAN, Fernando López (1996), *La columna periodista-teoría y práctica*, Pamplona, Ediciones Universidad de Navarra
- PAQUETE DE OLIVEIRA (1988), José Manuel, "Elementos para uma Sociologia dos jornalistas portugueses" in *Revista Comunicação e Linguagens*, nº 8, Lisboa, CECL, 1988
- PAQUETE DE OLIVEIRA (1992), "A integração europeia e os meios de comunicação social", in *Análise Social*, vol. XXVII (118-119)
- PAQUETE DE OLIVEIRA José Manuel (1988), "Elementos para uma Sociologia dos jornalistas portugueses", in *Comunicações e Linguagens* nº 8
- PAQUETE DE OLIVEIRA José Manuel (1988), *Formas de Censura Oculta na Imprensa escrita em Portugal no Pós 25 de Abril (1947-1978)*, Lisboa, Tese de Doutoramento, ISCTE
- PAQUETE DE OLIVEIRA José Manuel (2002) "Metodologias e práticas em ciências "indisciplinadas" in *Trajectos – Revista de Comunicação, Cultura e Educação*, nº1 Lisboa, ISCTE
- PAQUETE DE OLIVEIRA, José Manuel Paquete (1984), "A Política Como Espectáculo", *Os Caminhos da Liberdade da Idade da Razão à Idade da Revolta*, Lisboa, espaço-Tempo pp. 145-149.

- PARRET, Herman (1991), "Os Argumentos do Sedutor", *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº14, 1991, pp. 9-22
- PASQUINO, Gianfranco (2000), *La democracia exigente*, Madrid, Alianza Editorial
- PATTERSON, Thomas (1994), *Out of Order*. New York, Basic Books
- PATTERSON, Thomas (2000), "Serão os media noticiosos actores politicos eficazes?", in *Revista Comunicação e Linguagens*, nº 27, Lisboa, Cosmos
- PATTERSON, Thomas (2003) " Tendências do Jornalismo Contemporâneo – Estarão as notícias leves e o jornalismo crítico a enfraquecer a Democracia?", in *Media & Jornalismo*, MinercaCoimbra
- PÉAN, P. y COHEN, P (2003) *La face caché du Monde: du contre-pouvoir aux abus de pouvoir*, Mille et Une Nuits, Paris
- PERELMAN , Chaim (1993), *O Império retórico. Retórica e Argumentação*, Lisboa, Asa
- PERELMAN, Chaim (1987) "argumentação", in *Enciclopédia Einaudi*, vol 111, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda
- PERELMAN, Chaim (1990). « L'usage et l'abus des notions confuses », in *Éthique et Droit*, Editions de l'Université de Bruxelles
- PETERS, J.D. (1993), "Distrust of representation: Habermas on the public sphere", in *Media, Culture and Society*, vol 15, London, Sage, London, pp 541-571
- PINTO, José Madureira (1985), "Questões de metodologia sociológica (II) in *Cadernos de Ciências Sociais*, nº2, 1985
- PINTO, José Madureira (1985), *Estruturas Sociais e Práticas Simbólico-Ideológicas nos Campos*, Tese de Doutoramento, ISCTE
- PINTO, José Silva (2001), "O estranho caso do país que não lê", in *Revista Jornalismo e Jornalistas*, nº8, Lisboa
- POIRIER, J., CLAPIER-VALLADON, S., e RAYBAUT, P. (1995 [1983]) *Histórias de vida. Teoria e prática*, Oeiras, Celta Editora
- POIRIER, Jean e all (1995 [1983]), *Histórias de vida. Teoria e prática*, Oeiras, Celta Editora
- POIRMEUR, Yves (1991), "Marche de la Communication et mutation de la Vie Politique", in *La Communication Politique*, Paris, PUF
- POSTER, Mark (2000), *A segunda era dos média*, Oeiras, Celta
- POSTMAN, N. (1985) *Amusing Ourselves to Death*, New York, Viking.
- PUTNAM, R. (1993), *Making democracy work: civic traditions in modern Italy*, Princeton, Princeton University Press.
- PUTNAM, R. (2000), *Bowling alone: the collapse and revival of American community*, New York, Simon & Schuster.
- QUERÉ, Louis (1990), "L'opinion: l'economie du vraisemblable", in *Réseaux*, nº43, CNET/Hermès Science Publications
- QUERE, Louis (1990), « L'Opinion : L'Economie du vraisemblable », in *Réseaux*, nº43
- QUIVY, Raymond, CAMPENHOUDT, Luc Van (1998), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva
- RAMONET, Ignacio (1999), *A Tirania da Comunicação*, Porto, Campo das Letras
- RAMONET, Ignacio(1996), *Nouveaux Pouvoirs, nouveaux maîtres du monde*, Montréal, Editions Fides, coll. Les grandes conférences
- RANGEON, François (1991), *La Communication Politique*, C.U.R.A.P.P., Paris, PUF
- REARDON, K.(1981), *La Persuasion en la Comunicação* , Barcelona, Paidós
- REBELO, José (1988), "A greve geral na imprensa de Lisboa", in *Revista Comunicação e Linguagens*, nº 8, Lisboa, CECL

REBELO, José (1998), *Formas de legitimação*, Lisboa, Livros e Leituras

REBELO, José (2000), *O Discurso do Jornal*, Lisboa, Editorial Notícias

RETO, Luís, NUNES, Francisco (1995), "Para um modelo do estudo de abstenção eleitoral em Portugal", in *Análise Psicológica*, nº4

REY, J. (1989), *La comunicación política*, Madrid, Eudema Universidad

RICOEUR Paul (1995), "Mundo do texto e Mundo do leitor", in *Tempo e Narrativa* Vol.III, Campinas, editora Papirus

RICOEUR, Paul, *Teoria da Interpretação*, Porto, colecção Filosofia-Textos, Porto Editora

RIEFFEL, Rémy (1992), "Journalistes et intellectuels: une nouvelle configuration culturelle?", in *Réseaux*, nº51, CNET/Hermès Science Publications

RIEFFEL, Rémy (1984), *L'Élite des journalistes*, PUF, Paris

RIEFFEL, Rémy (1998), "Analyse de l'élite des journalistes", in *Revue Française de science politique*, vol33, nº3

RODRIGUES, Adriano Duarte (1985), "Figuras das Máquinas Censurantes Modernas", in *Revista Comunicação e Linguagens*, nº 1, Lisboa, Cosmos

RODRIGUES, Adriano Duarte (1985), "Morte ou Ressurreição da Política", in *Revista Comunicação e Linguagens*, nº 21-22, Lisboa, Cosmos

RODRIGUES, Adriano Duarte (1985), "O Público e o Privado", in *Revista Comunicação e Linguagens*, nº 2, Lisboa, Cosmos

RODRIGUES, Adriano Duarte (1989), *O Campo dos Media*, Lisboa, Vega

RODRIGUES, Adriano Duarte (1990), *Estratégias da Comunicação*, Lisboa, Presença

RODRIGUES, Adriano Duarte (1994), *Comunicação e Cultura*, Lisboa, Presença

RODRIGUES, Adriano Duarte (1996), *Dimensões Pragmáticas do Sentido*, Lisboa, Edições Cosmos

RODRIGUES, Adriano, (1988)"O Acontecimento", in *Revista Comunicação e Linguagens*, nº8, Lisboa, CECL

RODRIGUES, Maria de Lurdes (1997), *Sociologia das Profissões*, Oeiras, Celta

ROSEN, Jay (2000), "Para além da Objectividade", in *Revista Comunicação e Linguagens*, nº 27, Lisboa, Cosmos

RUBIM, António Albino Canelas, "Novas configurações das eleições na idade média", [Consult. 9/12/2000] Disponível em <http://bocc.ubi.pt>

SAAVEDRA, I, los géneros periodísticos (1996)", Madrid, La Voz de la Escuela

SÁINZ, María Santos (2000), "Los creadores de opinión en Francia", in *Estudios sobre el mensaje periodístico*, nº6, Madrid, Universidad Complutense de Madrid

SÁINZ, María Santos (2002), "Artículos de opinión y ensayismo. Un ejemplo del 11-S de González de Cardedal", in *Estudios sobre el mensaje periodístico*, nº8, Madrid, Universidad Complutense de Madrid

SÁINZ, María Santos (2003), *El poder de la élite periodística*, Madrid, Fragua editorial

SANTAMARÍA, Luísa (1990), *El comentario periodístico. Los géneros persuasivos*, Madrid, Editorial Paraninfo

SANTAMARIA, Luisa (1997), *Géneros para la persuasión en periodismo*, Madrid, Ed. Fragua

SANTAMARIA, Luisa e CASALS, M.Jesús (2000), *La opinión periodística. Argumentos y géneros para la persuasión*, Madrid, Ed. Fragua

SANTOS Félix (1995), *Periodistas*, Madrid, Edições Temas de Hoy

SANTOS, Boaventura de Sousa (1987), *Um Discurso sobre as Ciências*, Porto, Edições Afrontamento

SANTOS, Boaventura de Sousa (1994), *Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade*, Porto, Afrontamento

SANTOS, Boaventura de Sousa (1998), "Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo", *Oficina do CES*, 107

SANTOS, Boaventura de Sousa (1998), *Reinventar a democracia*, Lisboa, Gradiva

Santos, Boaventura de Sousa, (1995), *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Porto, Edições Afrontamento.

SANTOS, Boaventura de Sousa, *Crítica da Razão Indolente*, Porto, Afrontamento, 2000

SANTOS, João de Almeida, (1998) *Paradoxos da Democracia*, Lisboa, Fenda

SANTOS, Rogério (1997), *A Negociação entre os Jornalistas e as Fontes*, Coimbra, Minerva,

SAPERAS, Enric (1984), *Os Efeitos Cognitivos da Comunicação de Massas*, Porto, Asa

SARTORI, Giovanni (2000), *Homo Videns*, Lisboa, Terramar

SCHNAPPER, Dominique (2000), *A Compreensão Sociológica*, Lisboa, Gradiva

SCHNEIDERMAN, D. (2003) «Le Monde: dedans, dehors?», *Le cauchemar médiatique*, Denöel Impacts, Paris

SCHUDSON, M.(1988) "Porque é que as notícias são como são?" in *Revista. de Comunicação e Linguagens*, 8, pp.17-27

SCHUDSON, Michel (2001), "Conversação política", in *Revista Famecos*, nº14, Porto Alegre

SCHUDSON, Michel, (1995), " A esfera pública" e os seus problemas", in *Revista Comunicação e Linguagens*, nº 21-22, Lisboa, Cosmos

SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard, (1ªed. 1977) *O Estado Espectáculo*, Lisboa, Difel,

SELWYN, Neil e ROBSON Kate (1998), "Using e-mail as a research tool" (online) [Consult. 22/10/2003], Disponível em <http://www.soc.surrey.ac.uk/sru/SRU21.html>

SELLTIZ, Claire et al (1974) *Métodos de pesquisa nas relações sociais* , 3ª. ed. São Paulo: E.P.U.

SELLTIZ, JAHODA, DEUTSCH & COOK. (1975) *Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais*, São Paulo, E.P.U./ Edusp

SERRA, Paulo, "A informação como utopia", [Consult. 9/12/2000] Disponível em <http://bocc.ubi.pt>>

SERRA, Paulo, "Informação e cidadania", [Consult. 2/6/2000] disponível em <<http://bocc.ubi.pt>>

SERRA, Paulo, "Retórica e Argumentação", [Consult. 23/5/2001] Disponível em <http://bocc.ubi.pt>>

SERRANO, Estrela (1988), "O espaço público e o papel do Estado na sociedade global da informação", Escola Superior de Comunicação Social

SERRANO, Estrela (2001), "Jornalismo e política: entre a convergência e o conflito", in *Revista Jornalismo e Jornalistas*, nº7, Lisboa

SERRANO, Estrela (2002), *As Presidências Abertas de Mário Soares*, Coimbra, MinervaCoimbra

SERRANO, Estrela, "Jornalismo e Elites do Poder",[Consult. 3/10/2001], Disponível em <<http://bocc.ubi.pt>>

SERRANO, Manuel Martin (1986), *La Producción Social de Comunicación*, Madrid, Alianza-editorial

SFEZ, L.(Dir.)(1983), *Dictionnaire critique de la Communication*, Paris, PUF

SFEZ, Lucien (1994), *Crítica da Comunicação*, Lisboa, Piaget

SHUDSON, Michel(1999), "A política da forma narrativa: a emergência das convenções noticiosas na imprensa e na televisão", in TRAQUINA, Nelson (Org), *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*, Lisboa, Vega

- SIEGELMAN, Lee e BULLOCK, David (2000) "Candidatos, Questões Políticas, corridas de cavalos e sensacionalismo", in Revista *Comunicação e Linguagens*, nº 27, Lisboa, Cosmos
- SILVA, A. S., e PINTO, J. M. (1986), *Metodologia em Ciências Sociais*, Edições Afrontamento, Porto
- SILVA, Elsa Costa e (2004), *Os Donos da Notícia Concentração da Propriedade dos Media em Portugal*, Porto, Porto Editora
- SILVA, Filipe Carreira da (2001), "Habermas e a esfera pública: reconstruindo a História de uma ideia", in *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº35, Oeiras, Celta
- SILVA, Filipe Carreira, (2001) "Espaço público e democracia: o papel da esfera pública no pensamento político de Habermas", in *Análise Social*, vol.XXXI, (158-159)
- SILVA, Manuel José Lopes da (2000), "Teleologia do Jornalismo", *Revista Comunicação e Linguagens*, nº 27, Lisboa, Cosmos
- SILVERSTONE, R. HIRSCH, E.(1996), *Los efectos de la nueva comunicación*, Barcelona, Ed. Bosch
- SOLOSKI, Jonh (1999), "O jornalismo e o Profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico", in TRAQUINA, Nelson (Org), *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*, Lisboa, Vega
- SORELA, Pedro, "Las columnas impoden ver el bosque, in *Estudios sobre el mensaje periodístico*, nº6, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2000
- SORLIN, Pierre, *Mass media*, Oeiras, Celta, 1997
- SOUSA, Americo (2001), *A Persuasão*, Editora Universidade da Beira Interior, Covilhã,
- SOUSA, Jorge Pedro (2000), *As notícias e os seus efeitos*, Coimbra, Minerva
- SOUSA, Pedro Diniz de (2001), "Um modelo de análise da dramatização na imprensa", in *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº35, Oeiras, Celta
- SUÁREZ, Luisa Santamaría (2000), "Interesante momento del columnismo", in *Estudios sobre el mensaje periodístico*, nº6, Madrid, Universidad Complutense de Madrid
- SUARÉZ, Luisa Santamaría (2003), "Artículos de opinión y ensayismo – Un ejemplo del 11-S de González Cardedal" in *Estudios sobre el Mensaje Periodístico*, nº 8, pp. 29-41
- SUARÉZ, Luisa Santamaría e CARRO, María Jesus Casals (2000), *La opinión periodística – Argumentos y géneros para la persuasión*, Fragua Editorial, Madrid
- TARDE, Gabriel (1986 [1901]), *La opinión y la multitud*, Madrid, Taurus
- Tengarrinha, José (1989) *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, Lisboa, Caminho, Lisboa
- THOMPSON, J. B.(2001), *El escándalo político. Poder y visibilidad en la era de los medios de comunicación*. Barcelona, Paidós
- THOMPSON, John B (2000), "Transformation de la visibilite", in *Réseaux*, nº100, CNET/Hermès Science Publications
- THOMPSON, John B.(1996), *The Media and Modernity. A Social Theory of the Media*, Cambridge, Polity Press
- TOCQUEVILLE, Alexis (2001 [1835]), *Da Democracia na América*, Lisboa, Principia
- TOURAINÉ, Alain (1996), *O que é a Democracia*, Lisboa, Piaget
- TRAQUINA, Nelson (1988), "As notícias", in *Revista Comunicação e Linguagens*, nº8, Lisboa, CECL
- TRAQUINA, Nelson (1995), "O paradigma do "agenda- setting", in *Revista Comunicação e Linguagens*, nº 21-22, Lisboa, Cosmos

TRAQUINA, Nelson (2000), "Jornalismo Português e a Problemática vih/sida", in Revista *Comunicação e Linguagens*, nº 27, Lisboa, Cosmos

TRAQUINA, Nelson (2000), *O Poder do Jornalismo*, Coimbra, Minerva

TRAQUINA, Nelson (Org) (1999), *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*, Lisboa, Vega

TRAQUINA, Nelson e AGEE, Warren (1994), *O Quarto Poder Frustrado*, Lisboa, Veja

TRAQUINA, Nelson, (2000), "O estudo das notícias no fim do sec.xx", in Revista *Comunicação e Linguagens*, nº 27, Lisboa, Cosmos

TUCHMAN, Gaye (1978): *Making News: A study in the construction of reality*, New York, The Free Press

TUCHMAN, Gaye (1999), "A Objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas", in TRAQUINA, Nelson Org), *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*, Lisboa, Vega

TUMBER, Howard e ROMLEY, Michael (2000), "Soundbites virtuais: comunicação política no ciber espaço", in -Revista *Comunicação e Linguagens*, nº 27, Lisboa, Cosmos,

VALA, Jorge (1986), "Análise do Conteúdo", in *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento

VALA, Jorge (1986), "Sobre as Representações Sociais"... , *Cadernos de Ciências Sociais* nº4, 1986

Vários (2002), *Media, Jornalismo e Democracia*, comunicações apresentadas ao Seminário Internacional, Livros horizonte, Lisboa, 2002

VATTIMO, G (1994), et all, *En torno a la Postmodernidade*, Barcelona, Editorial Antrophos

VERON Eliseo, « El análisis del 'Contrato de Lectura', un nuevo método para los estudios de posicionamiento de los soportes de los media, [Consult 22/6/2006], Disponível em http://www.geocities.com/horror_misfits/Veron_Eliseo_Analisis_del_contrato_de_lectura.rtf (versão de VERON, Eliseo., "L'analyse du 'contrat de lecture': pour une nouvelle méthode pour les études de positionnement des supports presse", in *Les médias, expériences, recherches actuelles, applications*, Paris, IREP, 1983)

VERON, E (1988), "Prensa escrita y teoría de los discursos sociales: producción, recepción, regulación" in *Langage, discours et sociétés*, nº4, Paris, pp.11-25.

VERON, Eliseo (1980), *A Produção de Sentido*, São Paulo, Cultrix

VERON, Eliseo (1991), "Les médias en réception: les enjeux de la complexité, in *MédiasPouvoirs*, nº 21, Paris, Bayard Presse

VIARD, Jean (1994), *La société d'archipel*.Le château, Éditions de l'Aube

VIEGAS, José M.Leite e DIAS, Eduardo Costa (2000), *Cidadania, Integração, Globalização*, Oeiras, Celta

VIEIRA, Toni André Scharlau (2002), "Opini3n versus Informaci3n: nuevas formas de consumo, viejos métodos de producci3n", in *Sala de Prensa*, nº46

WEAVER, David H.(1996), "Media Agenda-Setting and Elections in the United States" in PALETZ, David, *Political Communication Research*, volIII, Ablex

WEAVER, Paul (1999), "As notícias de jornal e as notícias de televis3o", in TRAQUINA, Nelson (Org), *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*, Lisboa, Vega

WHITE, David (1999), "O gatekeeper: uma análise de caso na selecc3o de notícias", in TRAQUINA, Nelson (Org), *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*, Lisboa, Vega

WOLF, Mauro (1987), *Teorias da Comunicaç3o*, Lisboa, Presençã

WOLF, Mauro (1992), "L'analyse de la réception et la recherche sur les médias" in Hermès, 11-12

- WOLF, Mauro (1995), "Les contradictions de la communication politique" in Hermès, 17-18, 1995
- WOLF, Mauro(1992), "Recherche en communication et analyse textuelle" in Hermès, 11-12
- WOLF, Mauro (1987), *La investigación de la comunicación de masas*, Barcelona, Paidós
- WOLF, Mauro (1987), *Teorias da Comunicação*, Lisboa, Editorial Presença
- WOLTON, Dominique (1995), "As contradições do Espaço Público mediatizado", in *Revista Comunicação e Linguagens*, nº 21-22, Lisboa, Cosmos
- WOLTON, Dominique (1999), *Pensar a Comunicação*, Lisboa, Difel
- WOLTON, et all (1995), *El nuevo espacio público*, Barcelona, Gedisa
- WOODROW, Alain (1996), *Os Meios de Comunicação Quarto Poder ou Quinta Coluna?* Lisboa, Publicações Dom Quixote
- ZALLER, John (1992), *The nature and Origin of Mass Opinion*, New York, Cambridge University Press
- ZANNA, M.P. & REMPEL, J.K. (1988). "Attitudes: a new look at an old concept". In D. Bar-Tal & A.W. Kruglanski (Eds.) *The social psychology of knowledge* (pp. 315-334), Cambridge, Cambridge University Press.
- ZELIER, Barbie (2000), "Os Jornalistas enquanto comunidade interpretativa", in *Revista Comunicação e Linguagens*, nº 27, Lisboa, Cosmos

Anexos